

## ***construir no construído***

a ruína como instrumento de projecto:  
proposta de intervenção e reconversão em Lamaçais

Daniela Filipa Castro Leitão  
Orientação: Prof. Dr.º Arq.º Carlos Prata

Mestrado Integrado em Arquitetura  
FAUP 2015/2016





à minha avó,  
com a qual gostava de ter tido a oportunidade  
de também partilhar este momento

A presente dissertação foi redigida ao abrigo do novo acordo ortográfico. As citações apresentadas no corpo de texto encontram-se, na sua maioria, no idioma de escrita e, quando necessário, traduzidas livremente pelo autor, estando devidamente referenciado. As imagens apresentadas foram modificadas, respeitosamente, pelo autor, seja por pequenos ajustes de tons, formatos, ou cores, de forma a ajustá-las à apresentação adequada do trabalho.

## Agradecimentos

Ao Professor Drº Arqtº Carlos Prata, pela orientação dedicada, disponibilidade constante e ainda pela partilha de conhecimentos e interesses úteis no meu percurso;

Aos meus pais, pelo apoio incondicional desde sempre, pela presença contínua e confiança depositada em mim ao longo destes anos, mas acima de tudo, por terem feito de mim o que sou hoje;

Ao meu irmão, pela força, inspiração diária e à pergunta constante, ‘falta muito?’;

À minha tia Glória, por estar sempre disposta a ajudar, por me incentivar a dar e ser melhor, e principalmente por ser um exemplo a seguir;

Aos meus primos, Guilherme e Jacinta, pela oportunidade que me proporcionaram de realizar este projeto;

À Filipa, por todos estes anos de amizade, pelas constantes palavras de apoio e de incentivo, que mesmo longe, continua presente para o que der e vier;

Ao David, parceiro de *batalha* agora e, de certeza, no futuro;

À Sónia, que nunca me deixou desistir e sempre acreditou que eu era capaz;

Ao Tiago, pelo apoio dado sobretudo nesta última etapa, por todo o carinho, por todos os conselhos, por toda a companhia e, especialmente, pela nova vida (...)

Obrigada

## Abstract

*“...a arquitectura dos próximos anos será marcada pela prática da recuperação. Recuperação e criação serão complemento e não especialidades passíveis de tratamentos autónomos. Reconhecer-se-á que a linguagem se adapta à realidade e para lhe dar forma. Tudo será reconhecido como património colectivo e, nessa condição, objecto de mudança e de continuidade. Os instrumentos de reconhecimento do real chamam-se História, a arte de construir a transformação chama-se Arquitectura.”<sup>1</sup>*

Álvaro Siza Vieira

1 VIEIRA, Álvaro Siza cit por COSTA, Alexandre Alves, in *Identidade Nacional e Património Construído – arquitectura, cidade e território, comunicação* in a presentation, on April 18th 2009, at the Auditório da Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra (the Auditorium of Coimbra University's Law School), under the general topic “O Património como oportunidade e designio” (“Heritage as opportunity and intent”)

In this Master's Degree thesis, *Building upon Built - Ruins as an instrument: an intervention and reversion proposal in Lamaçais*, consists on approaching the issue of architectural intervention in preexisting structures, particularly in rural areas, by performing a project of intervention and reversion of three mid-19 th century buildings, which are currently in ruins. By doing this, I sought to obtain an answer in the form of a final project, ready to be carried out, from the analysis and interpretation of preexisting constraints, location-to-building, and supported by the definition of a methodology for action.

The practical side arises along with the investigation and theoretical analysis, the latter being what substantiates and determines the proposal, turning it into a theoretical-practical process. I thus seek to reflect on the hypothesis which would better answer the need to relate the existing building with the programming and comfort guidelines which a building currently requires.

## Keywords

rural housing • ruin • conservation • intervention • building up on built

## Resumo

*“...a arquitectura dos próximos anos será marcada pela prática da recuperação. Recuperação e criação serão complemento e não especialidades passíveis de tratamentos autónomos. Reconhecer-se-á que a linguagem se adapta à realidade e para lhe dar forma. Tudo será reconhecido como património colectivo e, nessa condição, objecto de mudança e de continuidade. Os instrumentos de reconhecimento do real chamam-se História, a arte de construir a transformação chama-se Arquitectura.”<sup>1</sup>*

Álvaro Siza Vieira

Na presente Dissertação de Mestrado, *Construir no Construído - A ruína como instrumento: proposta de intervenção e reconversão em Lamaçais*, consiste na abordagem à problemática da intervenção arquitetónica em preexistências, mais especificamente no meio rural, através da realização de um projeto de intervenção e reconversão de três edifícios de meados do século XIX, atualmente em ruínas. Procurou-se construir uma resposta sob a forma de projeto final, pronto a executar, partindo de uma análise e interpretação das condicionantes da pré-existência, do lugar ao construído, apoiados na definição de uma metodologia de intervenção.

A vertente prática surge em simultâneo com a investigação e análise teórica, sendo esta a que adverte e determina a proposta, tornando o processo teórico-prático. Desta forma, procurou-se refletir sobre as hipóteses que melhor responderam à necessidade de relacionar o existente com as exigências programáticas e de conforto a que um edifício requer atualmente.

## Palavras-Chave

habitação rural • ruína • conservação • intervenção • construir no construído

<sup>1</sup> VIEIRA, Álvaro Siza cit por COSTA, Alexandre Alves, in *Identidade Nacional e Património Construído – arquitectura, cidade e território*, comunicação efectuada a 18 de Abril de 2009, no Auditório da Fac de Direito da Univ. de Coimbra, sob o tema geral “O Património como oportunidade e designio”



## Índice

0	Introdução	013
Capítulo 1	<b>Descrição do <i>Problema</i></b> <b>Análise. Descrição. Interpretação.</b>	017
1.1	O Lugar. A Identidade.	019
1.2	As Ruínas. A Memória.	025
1.2.1	A Histórica	
1.2.2	O Edificado	
1.2.3	O Sistema Construtivo	
1.3	O Programa. A Condicionante.	045
Capítulo 2	<b>Procura da Solução</b> <b>Conceitos. Teorias. Práticas.</b>	047
2.1	Origem dos Conceitos e das Práticas de Conservação	049
2.2	Contraposição entre Conservação e Inovação	065
2.3	Conciliação entre Memória e Invenção	075
Capítulo 3	<b><i>Problema</i> visto por Outro</b> <b>Um Arquitecto. Três Ruínas. Três Obras.</b>	083
3.1	Dentro (da ruína)	085
3.2	Ao lado (da ruína)	089
3.3	Afastado (da ruína)	093
Capítulo 4	<b>Resultados Aplicados</b> <b>Um Lugar. Três Ruínas. Uma Proposta.</b>	101
4.1	Princípios de Intervenção	103
4.1.1	Reflexão Projectual	
4.1.2	Estratégia Conceptual	
4.2	Proposta de Intervenção	111
4.2.1	Programa   Articulações	
4.2.2	Solução Construtiva	
4.3	Projecto	129
5	Considerações finais	175
6	Bibliografia	176
7	Índice de imagens	182
8	Anexos [entrevista análise territorial]	186





*A beleza das ruínas? O não servirem já para nada.*

*A doçura do passado? O recordá-lo, porque recordá-lo é torná-lo presente, e ele nem o é, nem o pode ser – o absurdo, meu amor, o absurdo.*

SOARES, Bernardo in *Livro do Desassossego*, Edição Richard Zenith, Assírio e Alvim, 2003. pág. 308



## Introdução

Quando passamos por um curso de Arquitetura, percebemos que o mundo muda, sobre a forma como passamos a observá-lo e no sentido crítico como o fazemos, pois passamos a utilizar uma linguagem de esboços, desenhos e maquetes. Ainda, sendo a sensibilidade e a capacidade de ir ao encontro da demanda que lhe fazem, a marca diferencial entre arquitetos, as pedras não lhes podem ser indiferentes.

Comigo não foram – nem as pedras nem as raízes, pois estes foram os motivos que incidiram sobre a minha escolha. Nas raízes, porque os laços familiares são fortes e importantes, e nas pedras, porque empilhadas em técnicas ancestrais de construção, abrigaram pessoas e as suas histórias, tornando-se mandatário conseguir devolver-lhes vida, através de um projeto de intervenção que seja uma extensão dos ideais de quem as concebeu e construiu.

*“Património não pode ser apenas aquilo que os antepassados [...] nos deixaram. O património resulta duma criação permanente e colectiva e o próprio acto de recuperação do património tem de ser um acto de criação e não um acto de rotina burocrática ou de capricho pessoal.”<sup>2</sup>*

## Objeto

O objeto de estudo é então assente nas raízes que me levaram ao Marco de Canaveses, assim como nas pedras pelas quais são constituídas as duas casas e um celeiro presentes na área de intervenção com mais de cem anos de existência, que tendo sofrido as agressões físicas do abandono, encontram-se em ruínas. Estes três elementos urbanos pertenciam aos ‘caseiros’ responsáveis por parte dos terrenos aráveis da Casa de Quintã, um solar do séc. XVIII com construções anexas, amplo terreno de cultivo e áreas arborizadas com aproximadamente 90 hectares, localizada em Soalhães – Marco de Canaveses.

Atualmente, derivado à venda de terrenos, estes três objetos de estudo tornaram-se independentes possuindo entre eles, cerca de 150m<sup>2</sup> (30m<sup>2</sup> + 90m<sup>2</sup> + 30m<sup>2</sup>) brutos num lote de 50.000 m<sup>2</sup> de área total. Apesar de no passado ter estado ligados à Casa de Quintã – Soalhães, este terreno e ruínas têm como localização exata Lamaçais – Paredes de Viadores, situados no lado oposto do vale onde se posiciona a Casa de Quintã. São ‘habitações’ que se enquadram no tradicional perfil tipológico de casa elementar apresentando uma cobertura de telha cerâmica e paredes de pedra aparelhada com dois pisos, sendo que no primeiro fica a zona de habitação – normalmente com duas divisões, e no rés-do-chão as lojas onde era guardado o gado e as colheitas.

<sup>2</sup> TRIGUEIROS, Luiz cit TÁVORA, Fernando in *Património, comunicação ao I Congresso de Região Norte*, Porto, 1987, pág. 56.

## **Objetivo**

O objetivo desta dissertação passa então por explorar questões e temas inerentes às problemáticas que se encontram na conceção de intervenções como as de construir no construído. A reflexão da proposta serve então de premissa para que haja um desenvolvimento teórico, motivando assim a investigação, de forma a compreender como é possível jogar o pré-existente com uma nova estrutura, utilizando criticamente as ferramentas adquiridas ao longo dos cinco anos do curso e do estágio curricular, realizado na Porto Vivo - SRU, como remate do percurso académico.

O projeto parte de premissas reais, centrando-se sobretudo na reconversão destas típicas casas rurais, elaborando um exercício de reflexão e estudo para o entendimento das ruínas e das suas estratégias de intervenção projectual arquitetónica, aliando assim uma oportunidade de desenvolver um exercício prático decorrente de um pedido/encomenda do atual proprietário.

## **Metodologia**

A intervenção eficaz em edifícios abandonados, como são estas ruínas, passa sobretudo por conhecê-las assim como à sua história e à do local, interpretando-as da melhor forma, de modo a que se possa agir sobre elas da melhor maneira possível. Assim, o método de trabalho focou-se no reconhecimento do ciclo de vida do lugar pré-existente, bem como o da encomenda do cliente, cujo cariz específico visa a mudança parcial da utilização das casas indo ao encontro das suas vontades/desejos.

Assim, o processo metodológico assentou na constituição de momentos de investigação teórica e propositiva – Análise – Interpretação – Informação – Aplicação, momentos estes que são entendidos como processos complementares e paralelos, traduzindo-se em quatro partes fulcrais desta dissertação.

- 1** **QUAL É A PROBLEMÁTICA?**  
descrição do *problema*
- 2** **COMO SURTIU?**  
procura da solução
- 3** **COMO A ABORDARAM?**  
*problema* visto por outro
- 4** **COMO FAZER?**  
resultados aplicados

## **Estrutura**

O primeiro capítulo surge pela necessidade de assimilar todas as adversidades que o projeto deve considerar. Assim, é feita uma aproximação ao objeto de estudo onde se descreve o problema que desencadeou o tema desta dissertação, neste caso as duas casas e celeiro em ruínas, através da análise, descrição e interpretação dos objetos em causa. Esta análise consistiu na recolha de todo o material disponível, de forma a obter uma caracterização o mais completa possível, tanto a nível do lugar, das ruínas (história, edificado e sistema construtivo) e do programa que lhe esta predestinado.

No segundo capítulo, procura-se perceber como foi evoluindo e confrontada esta problemática ao longo dos anos, através da apreensão dos conceitos, teorias e práticas, subdividindo-o em três partes. Na primeira parte onde se descreve as origens dos conceitos e das práticas de conservação, na segunda onde se explica a contraposição que surge entre a conservação e inovação, e por fim, a terceira que retrata a conciliação entre a memória e invenção.

O terceiro capítulo tem como objetivo a análise das opções projetuais de um arquiteto perante a problemática em causa, construir no construído. Neste caso foi escolhido o Arquiteto Eduardo Souto de Moura, pela diversidade de obras em que a circunstância (as preexistências) reflete as diferentes opções tomadas para cada caso. Assim, foram analisados três projetos em que existe uma atitude diferente para cada um deles.

O quarto e último capítulo surge como uma síntese projetual fruto da reflexão dos capítulos anteriores, e subdivide-se em três partes. Na primeira, é explicado os princípios tomados para a intervenção fazendo uma pequena reflexão do que foi assimilado anteriormente e de que forma intercede com a estratégia que se toma. A segunda, aparece como uma memória descritiva, explicando como o programa articula com o projeto e preexistências, e que opções construtivas foram tomadas. Por fim, o projeto [desenhos], como resposta à problemática da dissertação.

## **OBSERVAR      CONHECER      ANALISAR      CONCRETIZAR**

Pretende-se com esta prova reunir todas as ideias e ensinamentos adquiridos durante o percurso académico de forma a construir um discurso pessoal que seja a base para o meu percurso profissional.



Descrição do *Problema*  
**Análise. Descrição. Interpretação.**

# Capítulo 1

*De há muito que nos conhecíamos...*  
*Eu sabia algo da sua alma e do seu corpo.*  
*Sabia-a forte e segura nas suas espessas paredes de granito.*

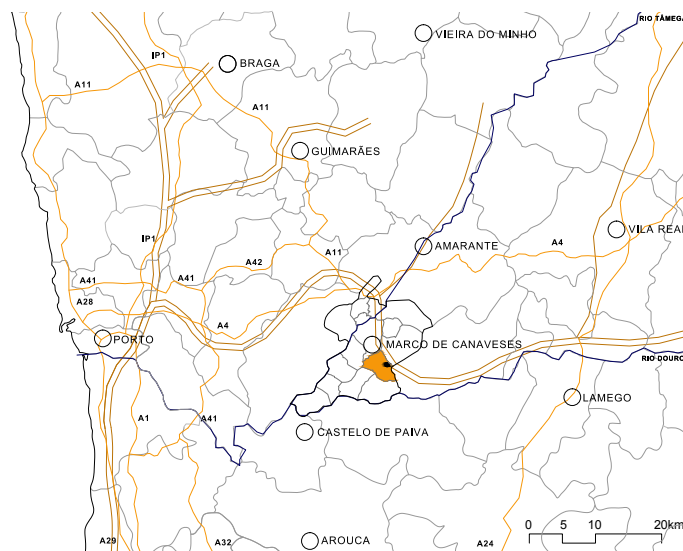
*De há muito que nos conhecíamos...*  
*Mas só comecei a conhecê-la melhor quando, juntos, iniciamos o*  
*romance da sua e nossa transformação.*

Fernando Távora in *Fernando Távora*, Lisboa: Editorial Blau, 1993

001 | Relação de proximidade territorial entre Marco de Canaveses e as cidades vizinhas com a marcação da freguesia de Paredes de Viadores/ Manhuncelos e o lugar de Juncal onde se insere o objecto de estudo.



002 | Relação entre o concelho de Marco de Canaveses e as vias rodoviárias de ligação nacional e regional - e com as linhas ferroviárias activas (duplo traço) e inactivas (traço simples)





## 1.1 O Lugar. A Identidade.

### *Entre o Douro e o Tâmega onde começa o Marão*

Aproximadamente a 45 quilómetros do Porto, o objeto de estudo deste trabalho situa-se na extinta província do Douro Litoral, mais precisamente Marco de Canaveses.<sup>3</sup> Este concelho é circundado pelos concelhos de Penafiel, Amarante, Baião, Cinfães e Castelo de Paiva, mas os seus limites principais são o Rio Tâmega, com curso de nordeste para sudoeste, que delimita grande parte do concelho a oeste, separando-o do concelho de Penafiel, e o Rio Douro, com curso de este para oeste, que delimita o concelho a sul, separando-o dos concelhos de Cinfães e Castelo de Paiva. A região alvo da intervenção, é uma região que exhibe uma biodiversidade variada e rica. O manto vegetal compõe-se maioritariamente de bouças de carvalhos e pinheiros assim como pastagens e terrenos cultivados. Pelas inúmeras e constantes linhas de água que atravessam a zona, a vegetação tende a intensificar acrescentando ao já existente, salgueiros e amieiros. Como que a interromper naturalmente estes tons de verde, surgem afloramentos rochosos graníticos que conforme a altitude aumenta, assumem contornos mais notáveis e expressivos.

Numa área de 202km<sup>2</sup>, situado numa das 16 actuais freguesias do concelho, Juncal, o nome dado ao lugar onde o terreno se insere, pertence à freguesia de Paredes de Viadores que ocupa uma posição 'central' no município. Extinta pela reorganização administrativa de 2013, Paredes de Viadores viu o seu território agregar-se ao da freguesia vizinha, ficando agora conhecida por freguesia de Paredes de Viadores e Manhuncelos. Atravessado pela EN211, Juncal, fica no centro da ligação entre a sede do concelho de Marco de Canaveses e Baião. É um lugar imprescindível à freguesia (e concelho) por dispor da linha (de comboio) do Douro (sentido Porto/Régua > Pocinho), possuindo a única estação de comboios entre o centro de Marco de Canaveses e Baião.

Topograficamente composta por relevos acentuados e diferenças de altitudes, a região condicionou séculos de uso e apropriação do solo. O retalhe dos espaços agrícolas presentes nos vales, denunciam o ciclo das culturas ao longo do ano enquanto que as bouças e matos das encostas acomodam o gado e fornecem a lenha; já as zonas mais elevadas destinam-se ao pastoreio extensivo. Boa exposição solar, proximidade às linhas de água e estabilidade dos terrenos são geralmente sinónimos de concentrações populacionais, logo, apresentando os vales como o lugar ideal para a fixação dos casarios e estruturas agrárias. As zonas rochosas apresentam-se como os

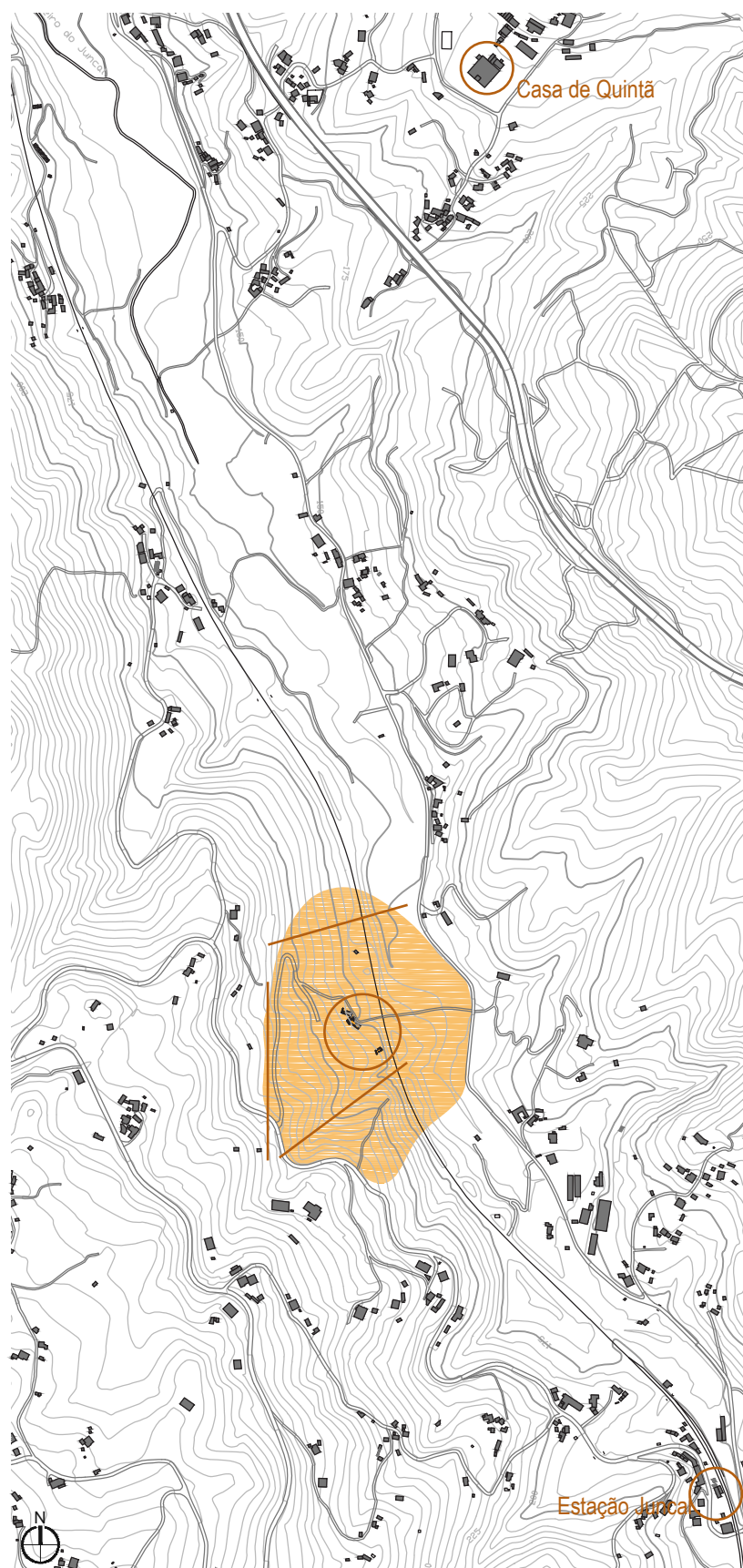
3 “O nome “Marco de Canaveses” contém dois termos: Marco está relacionado com uma marca de uma pedra que existia em abundância naquela zona e que dividia as freguesias de Fornos, Tuias e S. Nicolau. Já “Canaveses” poderá estar relacionado com a cultura do cânhamo, uma planta usada na indústria têxtil, na fabricação de papel e forragem animal, que em tempos era abundante na zona. (...) No que concerne à ocupação do terreno onde agora se encontra Marco de Canaveses, este já havia sido ocupado no período neolítico, tal como se poderá comprovar por indícios encontrados, como monumentos funerários. Relativamente à época de ocupação romana existe uma prova irrefutável – a cidade de Tongóbriga.”

*in Ver Portugal* disponível em <http://www.verportugal.net/Porto/Marco-De-Canaveses/Historia/>

003 | Implantação da área do terreno de intervenção no lugar de Juncal - marcação das preexistências, casa de Quintã e Estação de Comboios de Juncal \_ 1/10.000

— limites geográficos

Norte - Lago Natural  
Sul - Riacho dos Arreganhados  
Oeste - Rua de Lamaçais  
Este - Linha Férrea



predilectos à construção, pois acontecendo a instalação nesses locais, era permitida a liberação dos terrenos férteis à prática agrícola. Por ser a matéria prima mais abundante e possuir boa composição quer a nível de solidez, quer de resistência, o granito é assumido como o material preferencialmente utilizado nas edificações.

A área de intervenção fazia parte dos terrenos aráveis da Casa de Quintã<sup>4</sup>, um solar do século XVIII com construções anexas, amplo terreno de cultivo e áreas arborizadas com aproximadamente 90 hectares, situada em Soalhães, que ganhou independência depois da venda de terrenos. Localizada no limiar da freguesia de Paredes de Viadores com Soalhães, a 1,5km da Casa de Quintã visualmente, e a 4,5km pelas estradas existentes, o terreno estende-se pelos seus 5 hectares no sentido Oeste-Este em socalcos com um declive de 65 metros que vai deste a cota 235 até à cota 170. Este tem uma forma irregular e encontra-se delimitado a Este e Oeste por muros de contenção de granito. O acesso ao terreno dá-se na cota mais alta pela Rua dos Lamaçais, essa ainda em terra batida, e pela cota mais baixa através de um caminho pedonal, que atravessa perpendicularmente a linha férrea.

*“(…) podemos deducir que lugar es más amplio que sitio, en cuanto que éste añade a aquél el concepto claro de «que es a propósito para alguna cosa». Como ese derecho de las cosas a su sitio apropiado. El concepto de lugar añade al de sitio – como el emplazamiento en le cual sucede algo – la referencia a un contexto más amplio, que encuadra esse tener lugar.”*<sup>5</sup>

Tendo como *lugar* Juncal, o *sítio* tem como nome Lamaçais, como a própria rua de chegada o indica. É conhecido por este nome por ser um terreno com bastantes linhas de água, tornando o ambiente bastante húmido, e propício a aglomerados de lama. “A abundância de água é uma das características da povoação”.<sup>6</sup> Com o abandono da agricultura, os socalcos que outrora serviam de zona de cultivo, são hoje caminhos que percorrem todo o terreno no meio da vegetação que cresceu desde o esquecimento. Ao centro, o granito que constitui as preexistências, surge no limite entre o volume arbóreo e os socalcos agora despídos de vegetação; a Este, na cota mais baixa do terreno, vê-se a linha férrea que traça o vale deixando o terreno dividido; a Sul, na zona despida de árvores, ouve-se a água a correr de um riacho que existe como limite geográfico; e a Norte, sem perceção visual, um lago natural que surgiu do aproveitamento das águas que transbordavam.

*“Um sitio vale pelo que é, e pelo que pode ou deseja ser – coisas talvez opostas, mas nunca sem relação”*<sup>7</sup>

4 “Casa de Quintã, palacete do século XVIII ainda na posse da família Vieira da Mota. Em cima do portão do lado Sul do imóvel, uma pedra d’armas daquela família. Refere A. Sanbudo em “Heráldica Marcoense” que “a maior Freguesia do Concelho foi dominada, territorialmente, nos últimos lustes e ainda o é, presentemente, até certo ponto, pelo poderio económico e social da Casa de Quintã”.

in Marco de Canaveses : entre o Douro e o Tâmega onde começa o Marão... / textos de Paulino Gomes, Ricardo Pinto. - Paços de Ferreira : Anégia, 1997, pág. 108

5 IVAS, Juan Luís de las, *El espacio como lugar: sobre la naturaleza de la forma urbana*, Valladolid, Universidad Secretariado de Publicaciones, 1992, pág. 35

6 Marco de Canaveses : entre o Douro e o Tâmega onde começa o Marão... / textos de Paulino Gomes, Ricardo Pinto. - Paços de Ferreira : Anégia, 1997, pág. 103

7 VIEIRA, Álvaro Siza – *Oito Pontos*. In VIEIRA, Álvaro Siza / CASTANHEIRA, Carlos – *As Cidades de Álvaro Siza*, 1ª ed. Lisboa: Figueirinhas, 2001



004 | Lago natural que surgiu das várias linhas de água que passam pelo terreno, inserido na área de intervenção a Norte da área de intervenção



005 | Fotografia modo zoom in do Riacho dos Arreganhados, inserido na Zona Sul da área de intervenção





006 | Fotografia do zona Norte da área de intervenção. Massa arbórea que cresceu após longos anos de abandono - antigos campos de cultivo



007 | Vista de um dos caminhos para o lago natural, com um coberto feito pelo actual proprietário, de maneira a disfrutar do local para convívios



008 | Ruína vs Natureza



## 1.2 As Ruínas. A Memória

A ruína nem sempre valorizada, é não só um resultado do tempo sobre a matéria, mas também a metáfora de um fim anunciado, ou talvez o princípio de uma nova natureza e que está constantemente associada a diversos significados. Fisicamente a ruína torna-se o derradeiro estágio da construção, num processo de degradação causado pelo tempo, cujo última fase é o regresso à natureza, encerrando assim o ciclo. Em casos em que a mesma deixa de ser reconhecida fisicamente, o tempo encarrega-se de guiá-la até à destruição total e completo esquecimento.

Esta é uma das hipóteses destinadas à ruína. Assim como esta pode ser ‘esquecida’, poderá também ser vista como um material disponível e ‘aberto’ a novas construções que a poderão valorizar cortando o seu passado obsoleto, ou então, com atribuição de uma nova função continuar a ter a utilidade da mesma ao longo dos tempos (o que se sucede geralmente em casos de construções com reconhecido valor simbólico por exemplo). À ruína é então conferido um valor arqueológico pois esta passa a representar uma memória, um testemunho do tempo passado que nos pertence. Com estes registos essenciais à ‘sustentabilidade emocional’ que uma sociedade requer, torna-se possível inventar ou imaginar memórias colectivas. Os objectos que remetem para o ‘antigo’ são a ponte de ligação entre o passado e o presente, suportando as culturas que tanto necessitam de uma memória, uma história. Contudo, nem sempre estas interpretações e significados estão associadas ao belo. Na verdade o valor imediato e universal mais facilmente perceptível por quem observa a ‘ruína’ é o de caducidade e fragilidade da forma, sendo que esses sinais de destruição podem despertar um sentimento nostálgico e de melancolia.

Assim com toda esta possibilidade em aberto de interpretar e de dar significado, a ruína pressupõe um discurso maioritariamente cultural e surge aliada à paisagem natural. Aos olhos de cada cultura, uma ruína pode ter mais ou menos valor objectivo, e mais ou menos poder evocativo e sugestivo. “(...) *não é apenas expressão das relações entre a sociedade e o ambiente rural, mas também entre o presente e a herança do passado*”. A partir desta ideia é possível concluir que o termo ‘ruína’ não é possível abordar sem que se lhe associe conceitos como os de ‘natureza/paisagem’ ou ‘memória’.

*“(...) [a ruína] entra na paisagem pictórica infundindo nela um interesse humano. Ela integra segundo uma exigência absoluta, o espaço e o tempo – as duas coordenadas essenciais do espírito.”*<sup>8</sup>

8 Blanc-Pamard e Raison citados por CARENA, Carlo, Ruína/Restauração, in ROMANO, Ruggiero (dir.) Enciclopédia Einaudi, Lisboa, INCM, 1984 Volume 1 Memória-História, pág. 107

009 | As preexistências -  
fotomontagem elucidativa dos  
três objetos de estudo





### 1.2.1 A História

*“(...) qualquer estilo nasce do Povo e da Terra com a espontaneidade e vida de uma flor; e Povo e Terra encontram-se presentes no estilo que criaram com aquela ingenuidade e aquela inconsciência que caracterizam todos os actos verdadeiramente sentidos, sejam eles de um homem ou de uma comunidade, de uma vida ou de muitas gerações.”*<sup>9</sup>

Devido sobretudo às agressões físicas do abandono, as pedras centenárias que compõem as duas casas e o celeiro da área de intervenção, outrora pertencentes aos *caseiros* da Casa de Quintã, são um dos muitos exemplos paradigmáticos da Arquitectura Popular em Portugal. As construções de carácter agrário, muito numerosas e espalhadas pela paisagem, revelam-se hoje de grande riqueza formal e simbólica pois, apesar de em grande parte estarem abandonadas e inutilizadas, representam um passado que apesar de distante, é parte integrante da nossa cultura regional e nacional principalmente a nível antropológico e paisagístico.

As duas casas e celeiro representam esse mesmo passado, tornando-se parte integral da história de uma localidade que surgiu da necessidade dos *Senhorios* da Casa de Quintã assenhorearem-se dos terrenos favoráveis ao cultivo que abrangiam a área envolvente ao solar. As habitações foram construídas para possibilitar a fixação dos *caseiros* de modo a facilitar as tarefas da agricultura. Com isto, os *Senhorios* para além de verem as suas terras lavradas e em certo modo protegidas, tiravam também o proveito da receção das antigas rendas.<sup>10</sup> *“Este tipo de mentalidade é assim conexo do absentismo dos proprietários ao mesmo tempo que promovia nestes a procura da multiplicação das fontes de renda sem dar lugar à introdução de melhoramentos ou inovações técnicas do sistema de exploração da terra.”*<sup>11</sup>

Numa paisagem claramente marcada desde a Idade Média precoce pela *senhorialização*, as casas, devido ao isolamento, servidas por difíceis acessos, e à crise da exploração agrícola vivida atualmente, tornaram-se apenas em memórias de uma habitação. Desprovidas de qualquer tipo de equipamento ou serviço, sendo a protagonista na configuração da paisagem construída (apesar de nunca ter existido uma estruturação urbanística, nem qualquer regulamentação que controlasse as intervenções e construções do local) a edificação surge assim como o produto de uma comunidade intimamente ligada ao lugar, que encontrou formas simples e versáteis de construir.

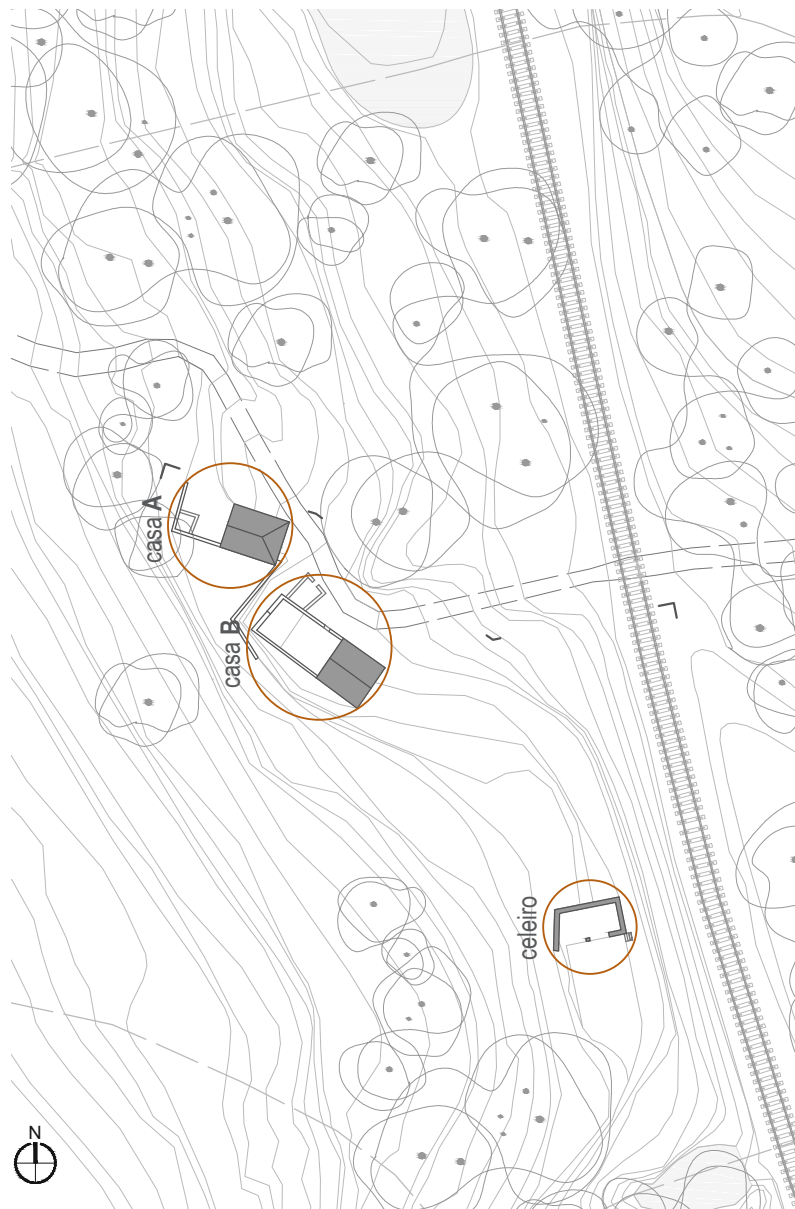
9 TÁVORA, Fernando, *O problema da Casa Portuguesa*, Cadernos de Arquitectura, Lisboa, Imprensa Libânio da Silva, 1ª Edição, pág. 7

10 *“(...) sendo a renda a expressão que condensa e concretiza os múltiplos laços de dependência que se tecem entre Senhor e dependentes, entre Senhor e comunidades dependentes. (...) a presença da Renda “é esmagadora e dominante, tendo criado um tipo de mentalidade e comportamento económicos” que não via na posse da terra a possibilidade de obtenção de lucros através da exploração direta mas antes enquanto “fonte de renda, definidora de prestígio, de respeitabilidade, de honorabilidade, de acesso nos degraus da sociedade” (OLIVEIRA 1980, 3-4).”*

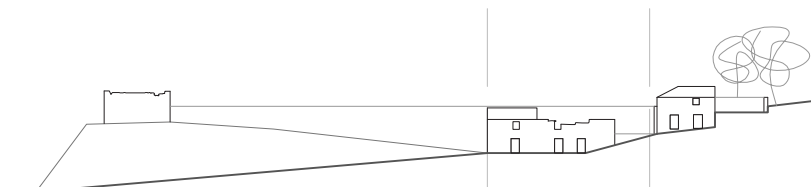
in Serra da Aboboreira: *património, natureza e paisagem*, Património e paisagem cultural Vol II, Baião: Câmara Municipal, 2014 pág. 9

11 in Serra da Aboboreira: *património, natureza e paisagem*, Património e paisagem cultural Vol II, Baião: Câmara Municipal, 2014 pág. 9

010 | Implantação da  
preexistência \_ Casa A | Casa  
B | Celeiro - com marcação das  
linhas de água existentes no  
terreno, linha férrea na cota mais  
baixa do vale, lago natural a Norte  
e riacho a Sul\_ 1/1000



011 | Perfil Norte das  
preexistências - desníveis entre  
as casas e o celeiro \_ 1/1000



### 1.2.2 O Edificado

*“É indispensável que na história das nossas casas antigas se determinem as condições que as criaram e desenvolveram fossem elas condições de terra, fossem elas condições do Homem, e se estudem os modos como os materiais se empregam e satisfazem as necessidades do momento. A casa popular fornecer-nos-á grandes lições quando devidamente estudada, pois ela é a mais funcional a menos fantasiosa, numa palavra, aquela que está mais de acordo com as nossas intenções.”*<sup>12</sup>

Apresentam uma volumetria simples, de forma paralelepípedica, implantando-se no terreno de modo a beneficiar da topografia que este lhe oferece. *“As fundações dos edifícios antigos dependiam directa e essencialmente do tipo e da capacidade resistente do solo de fundação, da profundidade a que o mesmo se encontrava e dos valores das cargas transmitidas”*<sup>13</sup>, deste modo utilizam, o próprio terreno como fundação e suporte estrutural da construção, assumindo o material rochoso do terreno como componente do edificado. Construídas em zonas estratégicas da propriedade<sup>14</sup> e com o intuito de preservar ao máximo a área de cultivo, as casas, encontram-se no nível mais baixo do terreno aproximadamente, entre as cotas 175 e 180, com uma distância ao celeiro de 38 metros.

As casas, orientadas a Norte, desenvolvem-se em dois pisos que, segundo geometrias simples e regulares, subdividem-se em compartimentos, numa área total de 240m<sup>2</sup> brutos [ (casa A-30m<sup>2</sup>+30m<sup>2</sup>) + (casa B-66m<sup>2</sup> + 86m<sup>2</sup>) + (celeiro-30m<sup>2</sup>) ]. No piso do rés-do-chão, localizavam-se as lojas, cuja utilidade principal seria a de auxílio às atividades ligadas ao campo, exercendo funções de arrecadação. No piso superior, subdividido em dois compartimentos, situavam-se os espaços domésticos, quarto/sala e cozinha. Como os andares são independentes, sem comunicação pelo interior, as entradas para cada um deles assim também o são, o que acentua as diferentes utilizações e carácter destes espaços. O acesso ao piso térreo faz-se directamente do exterior, com uma mudança de cota de 40 centímetros abaixo do nível de entrada, enquanto que para o primeiro piso existiriam umas escadas em pedra, associadas perpendicularmente na casa B, e em paralelo na casa A, associadas a uma das extremidades do volume.

O celeiro orientado a sul e complementado pela eira, é uma construção simples, teria só um piso e as aberturas seriam adjacentes ao pilar e fechadas através de portadas em madeira, com uma cobertura em telha, apoiada sobre uma armação em madeira de duas águas.

12 TÁVORA, Fernando, “O problema da Casa Portuguesa”, in Cadernos de Arquitectura, Lisboa, Imprensa Libânio da Silva, 1ª Edição, pág. 11

13 PINHO, Fernando – “Paredes de Edifícios Antigos em Portugal”. Lisboa: LNEC, 2000, pág. 29

14 “As casas dos lavradores, dos jornaleiros e de outras camadas que constituem a base da sociedade rural tradicional adoptam um padrão de dispersão instalando-se de preferência, tal como as casas senhoriais, no espaço de transição entre o campo e o monte, procurando a proximidade dos caminhos.”

in Serra da Aboboreira: património, natureza e paisagem, Património e paisagem cultural Vol II, Baião: Câmara Municipal, 2014 pág. 20

012 | Casa A e Casa B - o percurso íngreme entre as duas casas

013 | Casa A - no momento de chegada pelo percurso - primeiro impacto

014 | Casa A e Casa B - caminho existente entre os dois objetos de estudo







015 | Casa B - percorrendo o caminho surge o segundo objeto de estudo

016 | Casa B - fachada Este e Norte numa área mais desafogada

017 | Casa A e Casa B - a Este do terreno temos visibilidade perante os dois objetos de estudo

## CELEIRO

018 | Celeiro - fachada Este vista da linha férrea - desnível entre a cota do celeiro até à cota mais baixa do terreno

019 | Celeiro + Eira - fachada Sul

020 | Celeiro - fachada Oeste



021 | Celeiro - planta \_ 1/200

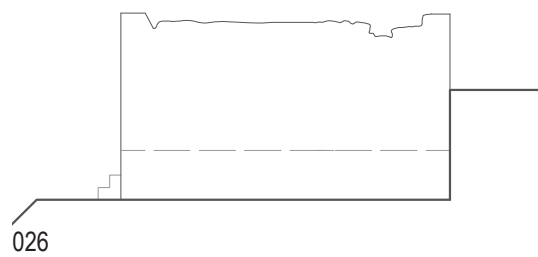
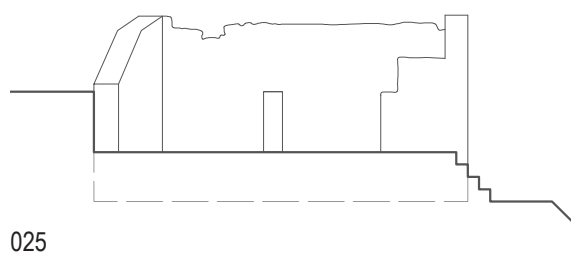
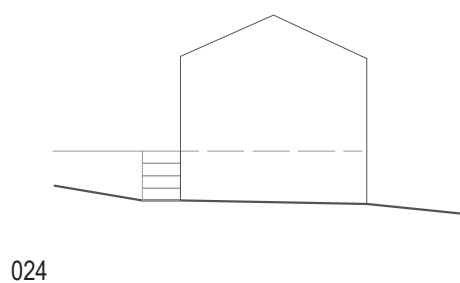
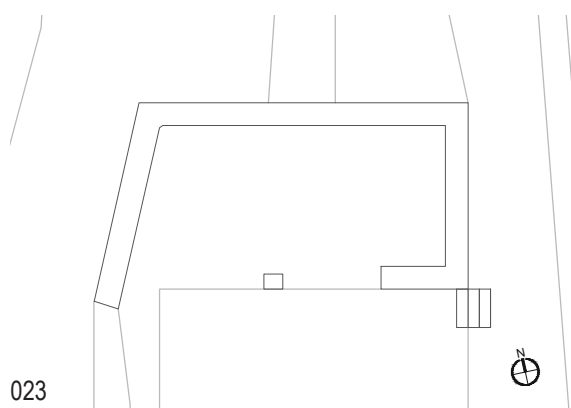
022 | Celeiro - fachada Este

023 | Celeiro - fachada Norte

024 | Celeiro - fachada Sul



Num primeiro impacto com o objeto de estudo, percebeu-se de imediato que este já tinha sido 'remexido'. O que se pensava tratar-se apenas de um acrescento a Norte, com o levantamento do edificado, verificou-se que de facto as paredes, particularmente do lado Oeste, foi adulterada de maneira a criar um *bunker* abaixo da cota do celeiro. Este não se encontra representado em desenho, pois achou-se prescindível para o desenvolvimento de projeto.





## CASA B



025 | Casa B - fachada Este

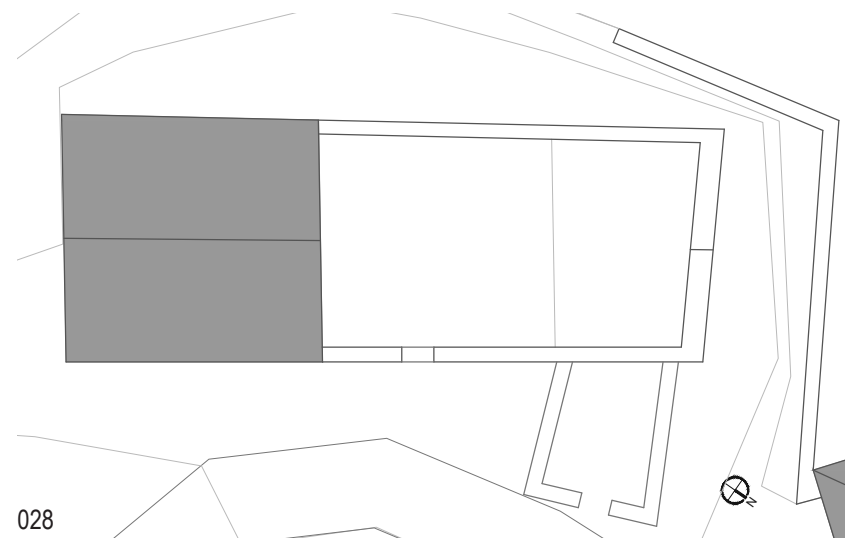
026 | Casa B - segundo compartimento, antiga cozinha, já arruinado

027 | Casa B - fotomontagem do alçado principal

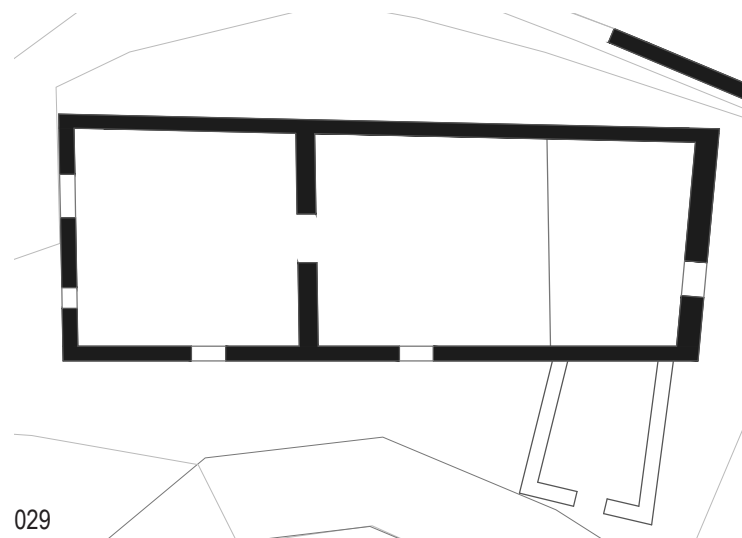


Dos três objetos de estudo, a casa B será talvez a que melhor conservou a sua forma original. Aparenta ser a mais 'arruinada' por não ter cobertura e pavimento numa parte, mas na verdade mantém a essência do que outrora foi uma casa.

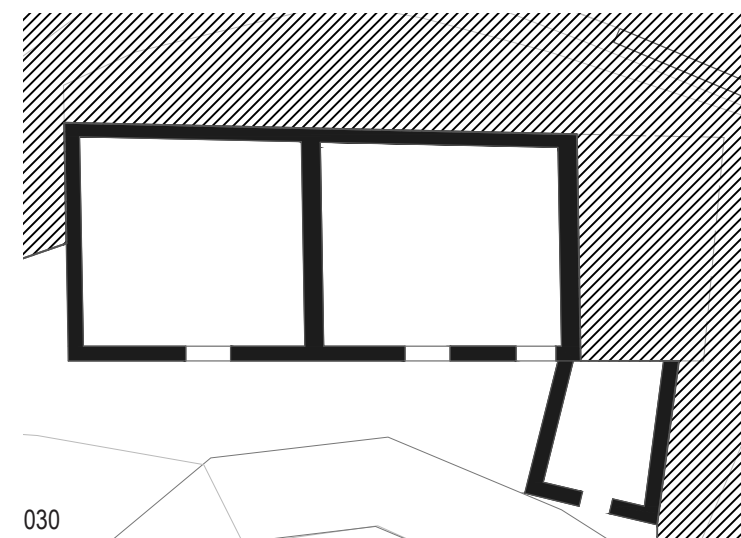




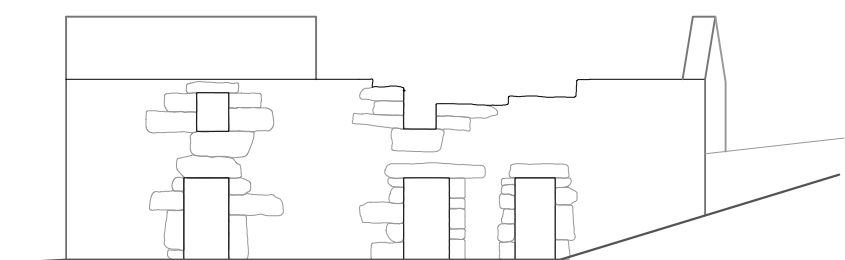
028



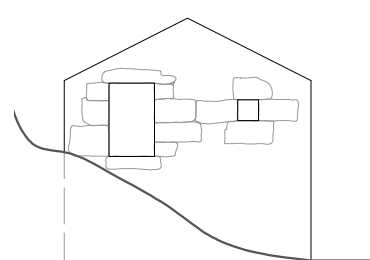
029



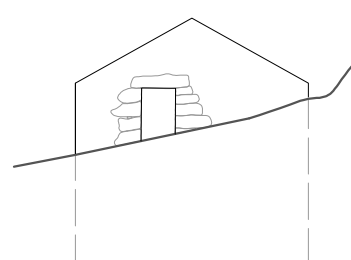
030



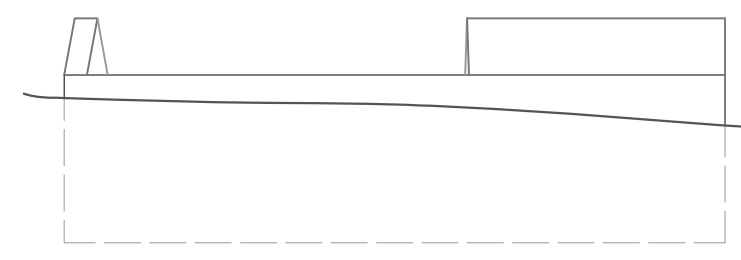
031



033



034



032

028 | Casa B - planta de cobertura da parte restante \_ 1/200

029 | Casa B - planta do primeiro piso - piso habitacional com aproximadamente 84m<sup>2</sup> total de área útil \_ 1/200

030 | Casa B - planta de R/C - dois compartimentos das antigas lojas, com aproximadamente 68m<sup>2</sup> de área útil total + construção anexa na fachada com 9m<sup>2</sup> \_ 1/200

031 | Casa B - fachada principal a Norte - entradas para as lojas \_ 1/200

032 | Casa B - fachada tardoz a Sul - sem abertura de janelas para nenhum dos pisos \_ 1/200

033 | Casa B - fachada Este - entrada para um dos compartimentos do piso habitacional + janela \_ 1/200

034 | Casa B - fachada Oeste - entrada para o segundo compartimento (sem cobertura e piso), antiga cozinha \_ 1/200

CASA A



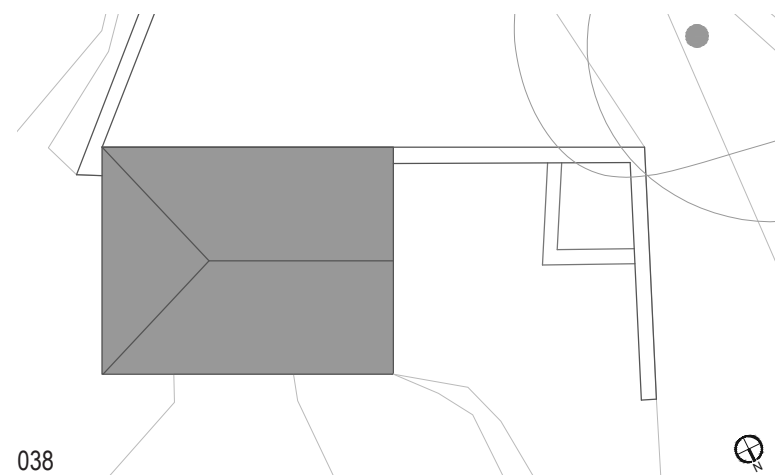
035 | Casa A - fachada Oeste e Norte

036 | Casa A - fachada principal - Norte

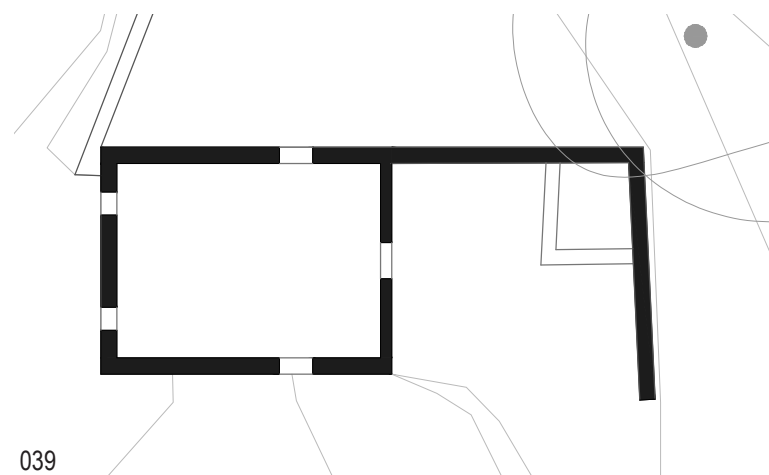
037 | Casa A - fachada Sul e Este + fachada Oeste da casa B



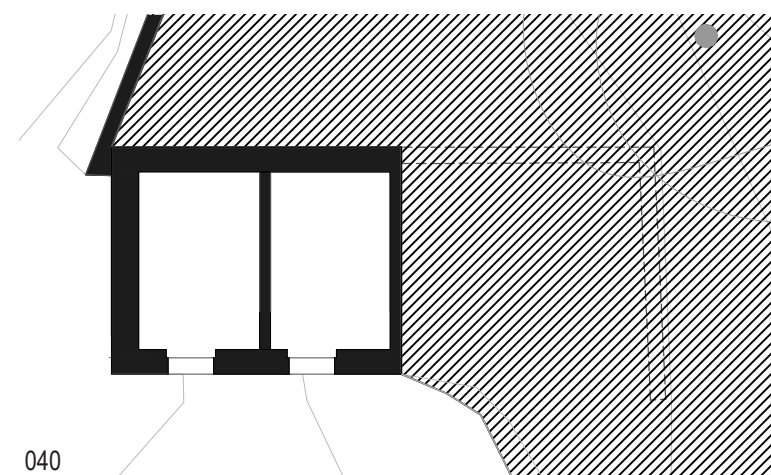
Só com o levantamento verificou-se que a casa inicialmente teria no primeiro piso dois compartimentos. O que hoje vemos como muro do lado direito, antigamente seriam as paredes que abrigavam a segunda divisão habitacional da casa.



038



039

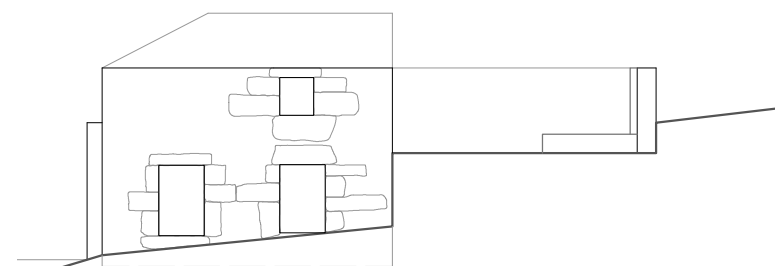


040

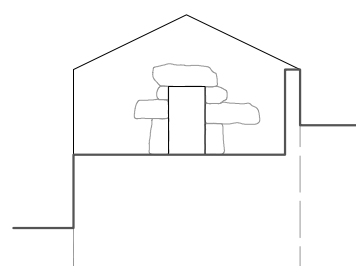
038 | Casa A - planta de cobertura da parte restante \_ 1/200

039 | Casa A - planta do primeiro piso - parte do piso habitacional com aproximadamente 29m<sup>2</sup> de área útil atualmente \_ 1/200

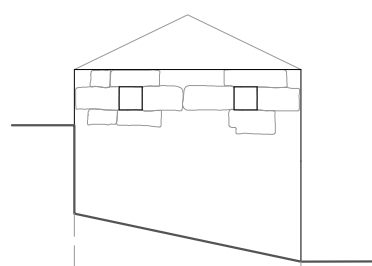
040 | Casa A - planta de R/C - dois compartimentos das antigas lojas, cada um com aproximadamente 18m<sup>2</sup> de área útil \_ 1/200



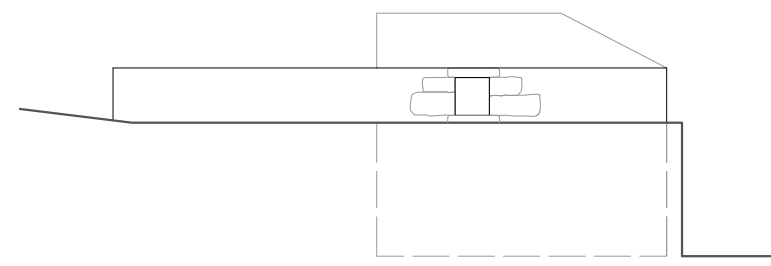
041



043



044



042

041 | Casa A - fachada principal a Norte - entradas para as lojas \_ 1/200

042 | Casa A - fachada tardoz a Sul - janela do piso habitacional \_ 1/200

043 | Casa A - fachada Oeste - entrada para o piso habitacional \_ 1/200

044 | Casa A - fachada Este - janelas do piso habitacional \_ 1/200

045 | Casa A e Casa B - vista do  
lado oposto à linha férrea





### 1.2.3 O Sistema Construtivo

*“Importante é reter a ideia de que numa intervenção sobre património, todas as componentes têm de ser encaradas com a mesma dignidade, não sendo razoável fazer sobrepor a arquitectura à construção, ou esta à estrutura. (...) Os edifícios antigos têm de ser olhados como um todo harmonioso, em que tudo é simultaneamente arquitectura e estrutura, onde de facto, a construção tudo parece dominar.”*<sup>15</sup>

Com alvenaria de pedra, a matéria-prima utilizada é o granito, material que abunda no Norte do país. As paredes exteriores, habitualmente designadas por paredes-mestras, têm aproximadamente 60cm no piso térreo e 40cm no piso superior. Com aparelhamento parcial, as paredes, exteriormente encontram-se dispostas na zona do primeiro piso de forma mais regular, e no piso inferior um pouco mais disformes. Interiormente, as paredes da casa A tem formas angulosas com dimensões um pouco irregulares nos dois pisos, enquanto que na casa B isso apenas acontece no piso inferior, sendo as paredes do piso superior trabalhadas de forma regular. Como se tratam de construções mais pobres, o aparelhamento das pedras foi feito sem argamassa utilizando simplesmente as pedras dispostas umas sobre as outras, e travadas pontualmente por pequenos fragmentos rochosos. Nos pisos superiores as paredes encontram-se caiadas, apresentando assim um maior cuidado no seu acabamento por definir espaços de maior importância, nomeadamente os de interação social da casa, ao contrário do que acontece nos pisos térreos em que estas são mantidas com a pedra à vista tal como nos alçados.

Nos pavimentos (inexistente no celeiro), encontramos dois materiais: no piso superior, no soalho em madeira, e no piso inferior a terra batida que em conjunto com a pedra em bruto transmite um carácter mais tosco ao espaço. As coberturas (igualmente inexistentes no celeiro), também elas são em madeira e revestidas igualmente a telha cerâmica, são definidas por ter diferentes águas (casa A com três e a casa B com duas), ambas de acentuada inclinação. Nas duas casas, A e B, o forro da cobertura não existe ficando assim a estrutura à vista, melhorando em parte a ventilação do espaço, já que não existe registo que as casas tenham tido chaminés, mas que por outro lado diminui o conforto interior da habitação. A estrutura destes telhados é composta, inferiormente por paus rolados assentes transversalmente às paredes-mestres, dispostos paralelamente. A um nível superior encontram-se os caibros apoiados no frechal e na cumieira. Tanto na casa A como na B, no pouco que resta dos telhados, observa-se que as telhas estão fixadas diretamente aos caibros, não existindo o tabuado de guarda-pó.

15 APPLETON, João – “Tecnologias da Reabilitação em Edifícios Antigos. Dos Conventos às Pousadas” in Jornal dos Arquitectos nº 147 - “re...” Lisboa: AA, Maio de 95, pág. 45

## CASA A

046 | Casa A - entrada para o piso habitacional - interior/exterior

047 | Casa A - fachada Oeste - entrada para o piso habitacional - exterior

048 | Casa A - interior do piso habitacional





## CASA B

049 | Casa B - primeiro piso, antigo espaço habitacional, cozinha - entrada para o segundo compartimento habitacional

050 | Casa B - fachada Oeste - entrada para o compartimento habitacional, antiga cozinha

051 | Casa B - primeiro piso, espaço habitacional - interior



052 | Fotomontagem - as  
preexistências e o 'programa'





### 1.3 O Programa. A Condicionante.

*“Quando se faz um edifício, há forçosamente um programa com condicionantes que temos que admitir. Esses são aliás pontos de apoio necessários. Não trabalhamos no vazio, não é verdade? Mas quando as questões de função começam a ser resolvidas, começam a aparecer ideias de forma, em ligação com as condicionantes e por vezes com modelos. Posto isto, uma resposta funcional perfeita não produz, no entanto, uma forma clara. Começa nesse momento um outro tipo de desenvolvimento que consiste em libertar a forma do carácter funcional.”*<sup>16</sup>

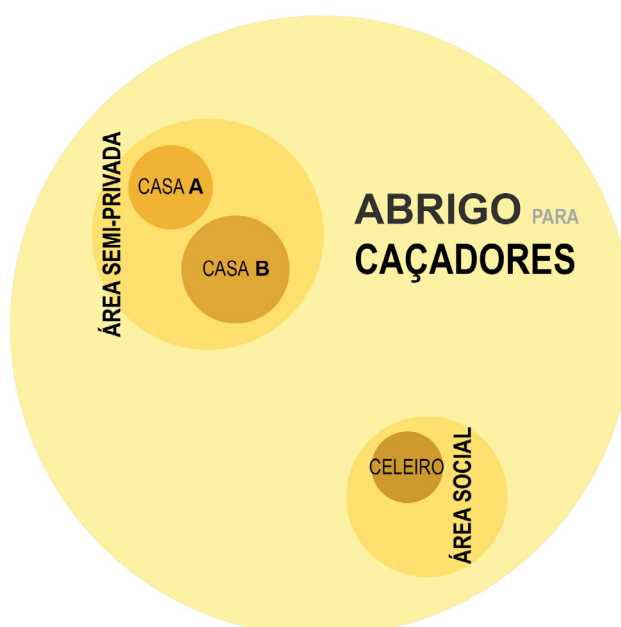
O pedido para o local não se tratava de um programa em concreto. As únicas limitações do programa solicitadas para o lugar era que tornasse o preexistente em algo rentável ao longo do ano, e que numa das casas surgisse a possibilidade de a transformar numa casa de férias para que os familiares, em épocas de descanso, pudessem ter um refúgio na terra que os viu partir. Com uma das casas já predestinada a habitação temporária, restava a outra casa mais o celeiro, que pela reticência do proprietário em usufruir do espaço para turismo rural por se encontrar já muito explorado na região, o programa manteve-se na incógnita durante os primeiros tempos.

Foi na segunda, das diversas idas ao local, que surgiu uma ideia de programa. Enquanto o levantamento do preexistente era feito, por duas vezes ouviu-se grunhos e movimentações rápidas por entre a vegetação da área. Mais tarde, ao falar com o proprietário ele explicou que era algo comum pelo facto de a zona ter bastante vegetação, como áreas abertas, tornando-se propício para procriação de javalis. Aliado ao facto de ser uma zona onde a caça é um desporto praticado religiosamente, o programa surgiu irrefletidamente como um *abrigo para caçadores*.

Por ser um programa imaginário surgido das circunstâncias do local, os núcleos dos espaços consistiram em conversas com caçadores da área, que explicaram as rotinas que a caça implica. De imediato se percebe que o principal objetivo desta prática é o de convívio e camaradagem, não obstante ao da caça propriamente dita, feita geralmente ao início do dia, libertando o resto do mesmo para a “(...) *prática de comer e beber*” denominada de tainada<sup>17</sup>. Foi assim, que ao longo das variadas visitas ao local que, em diálogo com o proprietário e os próprios caçadores, se definiu os núcleos programáticos para as a casa e celeiro em espera.

16 SIZA, Álvaro - “Álvaro Siza: Uma questão de medida”, Casal de Cambra: Caleidoscópio, 2009, pág 210

17 [taj'nada] regionalismo coloquial reunião festiva de pessoas para comer e bebe; in Língua Portuguesa com Acordo Ortográfico [http://www.infopedia.pt/dicionarios/lingua-portuguesa/tainada]



053 | Esquema de distribuição de tipos de usos para as preexistências, dado o programa

*É no ato de rescrever o programa que se pode detectar a arquitectura, não na mera manipulação de espaços. Na mera manipulação de espaços, não há nada que pertença ao arquitecto, ainda que ele possa contribuir para essas realizações, como um sujeito que define as mais refinadas especificações.”*<sup>18</sup>

### **Casa A**

Ambiciona-se para esta casa o tal refúgio. Pretende-se que esta seja independente, tendo as áreas essenciais inerentes à sua atividade, não carecendo dos outros dois núcleos para o seu funcionamento, mas que também não impeça que esporadicamente possa funcionar com os mesmos. Para isso, as áreas pretendidas para a casa A dividem-se em duas zonas, social e privada. Na zona social pretende-se que exista a cozinha e a sala (jantar + estar) privilegiando a relação entre as duas constituindo assim um espaço autónomo, enquanto na zona privada pressupõe-se apenas à criação de dois quartos de dormir. O núcleo de serviços, como a instalação sanitária e o acesso entre pisos, pretende-se que se encontre ao centro das duas zonas de modo a minimizar a área despendida dos 60m<sup>2</sup> disponíveis divididos entre dois pisos da casa.

18 KAHN, Louis - “LOUIS I. KAHN, Conversa com estudantes”, Barcelona: Gustavo Gili, 2002, pág 59

**área social: cozinha + sala | WC | área privada: dois quartos de dormir**

### **Casa B + Celeiro**

Nos 150m<sup>2</sup> disponíveis da casa B mais os 28m<sup>2</sup> do celeiro, pressupõe-se a criação de dois núcleos, dado o programa que lhe foi incutido: um para dormitório e outro mais ligado à vertente social. Na casa, o programa que lhe estará associado será o de dormitório com duas camaratas de carácter distinto, para o pernoitar dos caçadores e das suas famílias, caso se aplique. Articulado às camaratas existirão pelo menos duas instalações sanitárias/balneários que estarão aliadas à caixa de escadas pelo mesmo motivo que se aplica na casa A, minimizar a área despendida para espaços de serviço. Será também essencial a criação de uma zona de estar em que seja possível o convívio entre os utilizadores do espaço sem que seja necessário sair da casa/dormitórios. No celeiro o objetivo é tirar partido do local privilegiado que este possui, vistas desafogadas, eira ainda presente e o riacho que passa a menos de 25 metros, tendo como programa o núcleo social. Pretende-se que este núcleo seja um espaço onde surja a cozinha e área de jantar de forma a que se possam decorrer os convívios e jantares inerentes à prática da caça.

**área social: cozinha + sala + WC | área privada: dois dormitórios + 2 WC + sala**



Procura da solução  
**Conceitos. Teorias. Práticas.**

## Capítulo **2**

*“Revisitando o passado reconhecemo-nos no presente e projectamo-nos no futuro”.*

Carlos Ferreira in *Restauro de Monumentos Históricos - Restaurar porquê? Restaurar o quê? Restaurar quando e como?* I. Português do Património Cultural, Lisboa, 1992

054 | Antigo **teatro di Marcello** construído por vontade de Julio César e terminado por Augusto em 13 d.C. Mais tarde, no séc XVI é transformado em Palazzo Orsini por Baldassarre Peruzzi.



055 | **Templo de Antonino e Faustina**, construído em 141 d. C. pelo imperador romano Antonino Pio, é um templo romano localizado na Via Sacra do Fórum Romano, do lado oposto da Regia. Na Idade Média, foi transformado na **Igreja de San Lorenzo in Miranda** o que acabou por ajudar a preservá-lo. Foi remodelada em 1602 por Orazio Torriani.



## 2.1 Origem dos Conceitos e das Práticas de Conservação

A ideia em volta da conservação surge com a necessidade de preservação dos bens culturais inerentes a cada civilização. Os novos modos de convívio sociocultural abriram caminho às primeiras teorias de organização da memória coletiva, que se encontra presente no pensamento do restauro moderno. Pretende-se recuperar e contextualizar a origem das ideias que contribuíram para o restauro, com conceitos e práticas elaborados entre os finais do século XVIII e durante todo o século XIX. Ao mesmo tempo que esta percepção, conceito de preservação começam a tomar forma e a serem reconhecidas como parte da modernidade, o movimento da arte moderna começa também ele a dar os seus primeiros passos, tornando assim a memória e a invenção dois conceitos complementares um do outro ainda que por vezes de opções incompatíveis.

As transformações profundas a nível político e sócio-cultural registadas durante este período de transição do feudalismo para o capitalismo, estão também elas associadas ao 'expressionismo' do pensamento e às manifestações artísticas características desse período histórico. Tanto a forma de governação despotista que se vivia naquele tempo que se encarregou de mudar a concepção do Estado, assim como o movimento cultural praticado na mesma época – o *Iluminismo*<sup>19</sup>, tiveram um papel de imensa importância nesta transição, construindo as bases teóricas para as revoluções política e industrial.

Enquanto que anteriormente o espólio antigo era desprovido de qualquer valor a não ser o utilitário - logo teria de no presente atender às necessidades dessa mesma geração cultural sem atender a qualquer restrição e respeito para com o passado [Fig. 54 e 55] - os modelos filantropos do pensamento despotista e racionais do iluminismo focam-se acima de tudo com o destaque mais evidente entre a ligação (até agora ausente) passado-presente-futuro que a época medieval pouco se importava em manter. Quebra-se assim a noção de continuidade existente até à data, acabando com a autoridade incontestável imposta pela tradição, passando-se a separar o passado do presente de uma forma nítida. Como escrevia José Aguiar no seu livro intitulado *Cor e Cidade Histórica*: “O passado é encerrado em limites precisos, surgindo, no mesmo momento, um novo espaço-tempo de distanciação para com a contemporaneidade. A noção de antiguidade adquire uma dimensão estética, a apreciação da beleza do passado introduz a necessidade de garantir a preservação de valores cuja consciência é, então, adquirida de forma intensa e definitiva pela cultural ocidental”.<sup>20</sup>

1462 - Pio II Piccolomini (1405-1464) publica a célebre bula “*Cum aliam mostram urbem*” para a proteção dos monumentos antigos de Roma. Onde proíbe a qualquer um que demula ou destrua qualquer edifício público antigo.

1521 - Publicação da 1ª lista de monumentos protegidos de Roma “*Epigrammata antiquae urbis*” por Iacopus Mazochius.

19 O Iluminismo, também conhecido como Século das Luzes, foi um movimento cultural da elite intelectual europeia do século XVIII que procurou mobilizar o poder da razão, a fim de reformar a sociedade e o conhecimento herdado da tradição medieval

20 AGUIAR, José, *Cor e Cidade Histórica* - Estudos cromáticos e conservação do património, Porto, FAUP, 2005, pág. 36



056 | Piranesi - *Veduta di Roma*  
- *Veduta dell' Arco di Constantino*  
e dell' Anfiteatro Flavio dello il Colosseo



057 | Piranesi - *Veduta di Roma* -  
*Veduta di Campo Vaccino*



Os restos de Roma acenderam o entusiasmo de Piranesi que foi capaz de imitar fielmente os restos reais de um tecido. A sua invenção em pegar no projeto do arquiteto original, desde as partes em falta, à sua habilidade magistral na gravura, introduzido grupos de vasos, altares, túmulos que estavam ausentes na realidade, e na sua distribuição ampla e científica de luz e sombra que completou o quadro. Tal como ele deixou escrito mais tarde: *When I saw in Rome how most of the remains of ancient buildings lay scattered through gardens and ploughed fields where they dwindled day by day ... I resolved to preserve them by means of engravings. I have therefore drawn these ruins with all possible exquisiteness.*



Esta apreciação da beleza do passado gerado no ser Humano, enquanto ser racional, marca a libertação de uma ideia pré-concebida que o passado e o presente são parte do mesmo percurso, e ao mesmo tempo permite a preservação de valores de forma intensa e definitiva baseado numa perspectiva romântica de apego ao passado, que deve permanecer no presente e futuro, criando ligações ‘inatas’ entre eles. A essa memória de apego onde se conciliam conceitos de historicismos e nacionalismos, segundo Paul Philippot apelidou-se de *nostalgia*.<sup>21</sup> Segundo o mesmo, esta nostalgia origina diversos revivalismos que conduzirão “a uma dramática confusão entre preservação e reconstrução durante todo o século XIX”.<sup>22</sup>

Em tempos de mudanças encontrar uma coerência rigorosa dos pensamentos e ideias é difícil, pois existe o choque entre as significativas transformações técnicas e sociais e aqueles que defendem a resistência à mudança, preservando os valores antigos, tradicionais. Assim, a produção cultural e arquitetónica dos séculos XVIII e XIX trazem uma dicotomia entre o espírito da vertente racionalista, que cultiva a ideia do desenvolvimento linear do progresso, mantendo a Humanidade através de um conhecimento universal voltada para um futuro promissor; e a vertente romântica, mais focada no sentimento nostálgico e que procura o reatar de laços com o passado, manifestando sentimentos nacionalistas e estímulos individuais.

Surge então, mesmo com o aparecimento destas duas correntes completamente distintas, um interesse mútuo pela memória e a sua prática. A visão romântica encara a memória como motivo de encantamento, associando-a em muito à poesia, “(...) o romantismo reencontra, de um modo mais literário que dogmático, a sedução pela memória”<sup>23</sup>; e interligando-a com a própria imaginação. A imaginação é um dos principais motes de Giovanni Battista Piranesi (1720-78), uma das principais figuras culturais da época, cujas gravuras apelavam à imaginação através da fantasia e invenção. As suas visões panorâmicas e detalhadas das ruínas romanas, como por exemplo a *Vedute di Roma* [Fig. 56 e 57], despertaram a imaginação dos seus contemporâneos e influenciaram mais tarde, o pré-romanticismo e o ‘ruinismo’ romântico. Já os racionalistas, para quem a memória era um importante instrumento de consciencialização coletiva, a função não passa somente por um ato de celebração à Humanidade, mas é também vista como uma oportunidade de voltar a rever e reinterpretar os acontecimentos passados de forma a melhorar e evoluir.

21 PHILIPPOT, Paul, *Philosophy, Criteria, Guidelines in Proceedings of the North American International Conference*, Pennsylvania, 1972, pág. 367

22 AGUIAR, José, *Cor e Cidade Histórica - Estudos cromáticos e conservação do património*, Porto, FAUP, 2005, pág. 38

23 LE GOFF, J. in *Memória-História*. Enciclopédia Einaudi. Vol.I Lisboa: Imprensa Nacional – Casa da Moeda, 1984, pág. 37

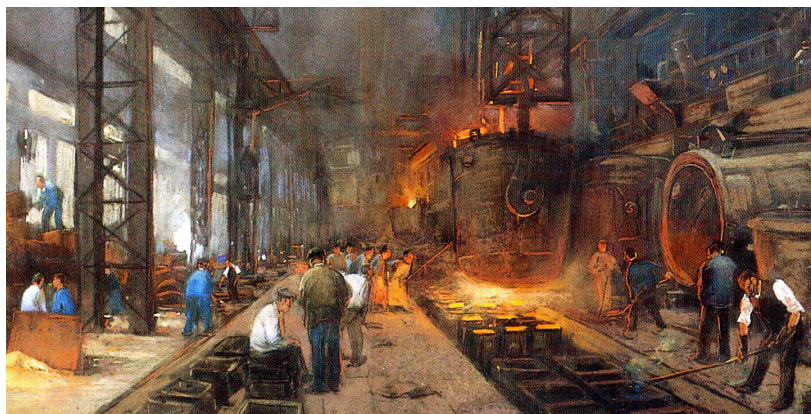
1787 - Em Roma, começa a ser obrigatório o registo e estudo dos monumentos antigos para os estudantes da Accademia di San Luca.

1791 - Em França, o Comité de Instrução Pública delega, por decreto, à pioneira Commission des Monuments a tarefa de inventariar, classificar, proteger e gerir os bens que se tornaram “património da nação”.

058 | *Prise du palais des Tuileries*,  
1793, Jean Duplessis-Bertaux  
(1747-1819) - National Museum  
of the Chateau de Versailles



059 | *The casting of iron in blocks*,  
1890, Herman Heijenbrock  
(1871-1948)



Assim em França, a par da Revolução que a tomou de assalto no final do século XVIII, surgem os primeiros arquivos nacionais que reúnem os mais importantes documentos da nação e que no fundo representam a memória da mesma. São também fundadas instituições capazes de formar especialistas, de forma a que esses possam proceder à organização precisa desses arquivos. Trata-se aqui de tentar impedir o vandalismo destrutivo e caótico provocado pela população que atinge os monumentos icónicos do antigo regime e das suas classes dominantes, a nobreza e o clero.<sup>24</sup>

*“(…) um decreto conservador, pelo qual se protege de retirar, destruir, mutilar e alterar em qualquer matéria, com o pretexto de fazer desaparecer os sinais de feudalidade e de realza, nas bibliotecas, nas coleções, gabinetes, museus, ou em casa dos artistas, os livros, os desenhos e gravuras, quadros, estátuas, baixos-relevos, medalhas, vasos, antiguidades, modelos e outros objectos que interessam às artes, à história ou ao ensino (...). Obedecendo a tais leis e seguindo os avisos que esta instrução tem, todas as nossas riquezas, todas as nossas conquistas literárias, serão inventariadas e conservadas, e os legisladores servir-se-ão utilmente para fazer avançar os progressos da razão, sem a qual não há liberdade.”*<sup>25</sup>

No tempo em que decorria a Revolução em França [Fig. 58], a Era Industrial [Fig. 59] também começava a ganhar terreno a partir de Inglaterra. Palavras como ‘revolução’ e ‘democracia’ assim como ‘indústria’ marcaram a passagem para a idade moderna. Ambos emblemáticos, estes processos históricos apontam para o futuro mas ao mesmo tempo, reconstroem o vínculo com o passado. Assim estes dois países, França e Inglaterra, a par com a Itália – com a devida abordagem a ser contextualizada mais adiante – são palco dos primeiros debates e ações voltadas para as questões da preservação do seu património cultural. Duas personagens históricas surgem neste contexto formalizando teorias que apesar de apresentarem posturas completamente antagónicas, ambas se baseavam na mesma premissa de ‘dependência’ da nostalgia. Eram eles Eugène Viollet-le-Duc (1814-1879) em França, e John Ruskin (1819-1900) em Inglaterra.

*“Restaurer un édifice, ce n’est pas l’entretenir, le réparer ou le refaire, c’est le rétablir dans un état complet qui peut n’avoir jamais existé à un moment donné.”*<sup>26</sup>

Viollet-le-Duc, que de forma aficionada defende o Restauro Estilístico, surge numa altura em que a França e o seu estado necessitam tomar ações de forma a impedir a escalada do vandalismo originado

24 Abbé Grégoire (bispo de Blois, 1750-1831): “Vocês não são mais do que os depositários de um bem do qual a comunidade tem direito a pedir-vos contas. Os bárbaros e os escravos detestam as ciências e destroem os monumentos artísticos; os homens livres amam-nos e conservam-nos”

1792 - Aubin-Louis Millin (1759-1818) cria a “Magazin encyclopédique”, em França, sendo ele que usa pela primeira vez a expressão “monumento histórico” paralelamente com o termo “antiguidades”.

1794 - Félix de Vicq d’Azyr (1748-1794) apresenta “Instrução sobre a maneira de inventariar e de conservar”.

25 D’AZYR, Félix de Vicq cit por CHOAY, Françoise, *As Questões do Património – Antologia para um Combate*, Lisboa: Edições 70, 2011, pág. 136

26 VIOLLET-LE-DUC, Eugène, *Restauration em Dictionnaire Raisoné de L’Architecture Française du XIe au XIIe Siècle*, Tomo 8, Paris, A. Morel Éditeur, 1866, pág.14

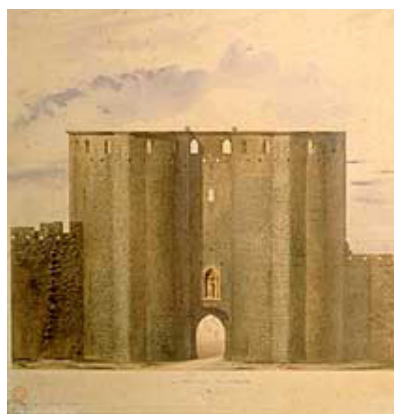
060 | *Porte de l'Aude et tour de l'Eveque de la cité de Carcassonne* - Fotografia da autoria de Gustave Le Gray em 1851

061 | *Porte de l'Aude et tour de l'Eveque de la cité de Carcassonne* - Fotografia da autoria de Tim Schnarr em 2013



062 | **Carcassonne** - A porta de Narbonne antes da restauração. [Eugène Viollet-le-Duc, pena, lavagem e aquarela]

063 | **Carcassonne** - A porta de Narbonne depois de restaurado. [Eugène Viollet-le-Duc, pena, lavagem e aquarela]





após a Revolução Francesa. Historiador, teórico e restaurador, Viollet-le-Duc integra uma comissão cujo objetivo era o de levantar criteriosamente todas aquelas edificações de interesse patrimonial e das condições de conservação das mesmas, pois a França já dispunha de conhecimentos bem precisos de construção, o que lhes permitia não só reparar, mas também reproduzir soluções construtivas semelhantes às apresentadas nos monumentos. Ao propor a recuperação desses edifícios, Viollet-le-Duc foca-se no conceito de estilo e da relação que este deve ter para com um tempo específico e as suas características físicas. Acredita que se deve compreender rigorosamente a linguagem com que este se exprime, de forma a poder retratar fielmente uma qualquer época, momento histórico em que se insira e consequentemente permitir a reconstrução das partes que não existam mais. Assim o seu Restauro Estilístico ganha notoriedade quando defende que o restauro deve ser de uma fidelidade absoluta de forma a reatribuir o estado “primitivo” e único do edifício. Desta forma, esta interpretação que é feita das construções passadas [Fig. 7, 8, 9 e 10] – religiosas ou civis – tornaram-se para Viollet-le-Duc a verdadeira linha de pensamento a seguir: não era necessário fazer renascer o passado como que se nele se pretendesse voltar a viver, apenas dever-se-ia aproveitar os seus ensinamentos, metodologias e princípios de forma a encaminhar a evolução criativa, bem como o tratamento arquitetónico presente na época. *“Não que tenha nostalgia nas ruas infectas e tortuosas das nossas velhas cidades, (...) mas pelo menos no seu caos encontrava-se a marca do homem, do seu labor, das suas recordações, da sua história, qualquer coisa superior à marca do seu interesse material do presente (...).”*<sup>27</sup>

Ao mesmo tempo que Viollet-le-Duc na França, defendia convictamente a sua visão estilística, em Inglaterra, John Ruskin, figura notória vitoriana, apressava-se a posicionar-se contra o defendido pelo seu ‘rival’, não aceitando a ideia de que não era possível crescer e evoluir sem destruir.

*“(...) não teremos ainda lugar entre as nossas colinas, planícies e as nossas colinas solitárias para o desenvolvimento do poder e das suas formas de expressão, sem que a glória deva basear-se na devastação e na destruição? (...) As restaurações já começaram a atacar, como os cancros, cada pedaço importante da arquitetura gótica do mundo cristão: o problema está em saber o que ainda é possível salvar.”*<sup>28</sup>

A sua visão, expressada no seu livro *The Seven Lamps Of Architecture*, é anti-intervencionista acreditando que a grandiosidade do monumento apenas permanece nele se este se mantiver

1837 - Criação da Commission des Monuments Historiques pelo Ministro do Interior de França, para avaliação, classificação e restauro de monumentos históricos.

1840 - Publica-se a primeira lista de monumentos classificados: 1000 monumentos inventariados e a necessitarem de atenção.

1845 - “Relatório sobre a restauração de Notre-Dame de Paris” por Viollet-le-Duc.

27 VIOLLET-LE-DUC, Eugène cit. por CHOAY, Françoise, in *As Questões do Património – Antologia para um Combate*, Lisboa: Edições 70, 2011, pág.188

1854/1868 - “Dictionnaire raisonné de l'architecture française” de Viollet-le-Duc.

28 RUSKIN, John cit. por CHOAY, Françoise, *As Questões do Património – Antologia para um Combate*, Lisboa: Edições 70, 2011, pág.169 a 171

1865 - “Conservation of Ancient Monuments and Remains” pelo RIBA | Royal Institute of British Architects.

1866 - “Dicionário da arquitectura francesa do sec. XI ao sec. XVI” de Viollet-le-Duc, com a definição de “Restauro”.

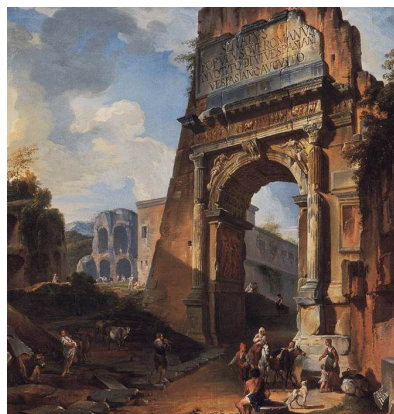
064 | **O Coliseu de Roma** - Angelo Maria Costa (1670 . 1721). Mostra o estado do Coliseu antes de darem início às escavações.

065 | **O Coliseu de Roma - Restauro Arqueológico** - por ordem de Pio VII, com apoio da Accademia di San Luca, iniciado em 1807 e até 1826: Stern, Giuseppe Palazzi e Camporesi; a partir de 1823, Valadier.



066 | **Arco de Tito** por Giovanni Paolo Panini em 1740

067 | **Arco de Tito - Restauro Arqueológico** - depois do restauro. Desenvolvido inicialmente por Stern (1817-1819) e, depois, por Giuseppe Valadier (entre 1819 e 1821), que Camilo Boito tomará como o exemplo mais paradigmático da sua concepção de restauro.





religiosamente intocado, apenas sendo abordado numa perspetiva de admiração contemplativa, pois só assim acredita ser possível respeitar a memória trazida pelos antepassados até aos dias correntes. Ruskin é um defensor da arquitetura gótica e condena a reinterpretação dada pelo restauro ao estilo original, acreditando que esse compromete a singularidade e genuinidade de cada monumento enquanto obra de arte ou documento do passado. *“Take proper care of your monuments, and you will not need to restore them. (...) But, it is said, there may come a necessity for restoration! Granted. Look the necessity full in the face, and understand it on its own terms.”*<sup>29</sup>

Com esse pensamento em mente, propõe assim em jeito de solução, uma conservação básica composta por operações simples de manutenção, pois afirma que estas são necessárias sim, mas que devem ser comedidas e ao ‘de leve’, sendo entendidas e preservadas acima de tudo como aquilo que elas são: mementos do passado que têm de ser respeitados a par com a sua história e assim devem permanecer para as gerações vindouras. Qualquer intervenção no sentido de as restaurar será como que trair essa memória/legado. *“We have no right whatever to touch them. They are not ours. They belong partly to those who built them, and partly to all the generations of mankind who are to follow us (...).”*<sup>30</sup>

A Itália, como atrás havia sido mencionada, fez igualmente parte do trio de países a preocupar-se com a preservação do património, contudo esta veio afirmar-se na transição do século XIX para o XX com uma base mais sustentada que permitiu ser o intermediário dos ‘extremistas’ le-Duc e Ruskin. Assim sendo, a Itália, que já de si usa os fundamentos e condutas sistemáticas da arqueologia [Fig 64, 65, 66 e 67], vem por intermédio de Camillo Boito (1835-1914), defender um restauro diferente, composto por uma abordagem mais equilibrada e em jeito de síntese das contribuições estilística e romântica dos seus contemporâneos, iniciando o restauro filológico ou moderno. Esta tipologia de restauro vem defender uma conceção dupla do monumento – artístico-arquitetónica e histórica – e defende teoricamente estratégias de conservação integral ao invés das reconstrutivas

Assim, tal como le-Duc defende a ideia de que os edifícios devem ser reutilizados para sua própria salvaguarda e preservação futura, mas ao contrário deste, acredita que as partes desaparecidas alvo de intervenção não se devem basear apenas no conceito de estilo, derivado à autenticidade individual e única de cada monumento. Precisamente nesse sentido, e de forma a encontrar a tal harmonia

29 RUSKIN, John, *The Lamp of Memory in The Seven Lamps of Architecture*, Kent: George Allen, 1880.

30 idem, pág. 197

1866 - Lei proíbe adições a edifícios de valor arquitetónico e histórico em Roma.

1874 - John Ruskin recebe a medalha de ouro do RIBA | Royal Institute of British Architects.

1877 - Carta escrita por William Morris no “The Athenaeum”, contra o restauro destrutivo e propondo uma associação para defesa dos edifícios históricos.

1877 - Criação da SPAB | Society for the Protection of Ancient Buildings em Inglaterra, sugerida por William Morris.

1883 - Camillo Boito escreve documento para o Terceiro Congresso de Engenheiros e Arquitetos em Roma.

1890 - Criação da Associazione artistica fra i cultori di architettura em Roma, para a proteção de edifícios históricos.



068 | Porta Ticinese - 1861-1865 por Camillo Boito.

*far davvero il restauro del vecchio monumento, ritornandolo cioè a quell'aspetto che doveva presentare al tempo della sua costruzione ... quasi nulla resta da aggiungere; anzi tutto si riduce ad ideare il coronamento delle torri*

Camillo Boito



entre os tão díspares ideais, Boito sai também a defender o ponto de vista conservacionista de Ruskin, reconhecendo e defendendo a identidade única da obra bem como do material pela qual é composta, mas apontando, que o anti-intervencionismo que conduz à destruição absoluta também não é a solução. Deve para isso haver uma diferenciação das partes recuperadas face às originais, e todo o acréscimo erguido ao longo do tempo, preservado. [Fig. 68]

Fazendo desta forma, um apanhado geral do melhor nos pensamentos de Ruskin e le-Duc, Boito, sintetiza em 1883 as suas propostas naquela que ficara conhecida como a *Carta di Boito* que assentava as linhas gerais a baixo citadas por José Aguiar no seu livro *Cor e Cidade Histórica*:

“– Os monumentos são considerados como documentos privilegiados da história dos povos, além do seu valor específico enquanto peças para o estudo da história da arquitectura; a sua alteração não é admitida devido ao risco de esta conduzir, no futuro, a deduções históricas erróneas;

– Demonstrada a necessidade de intervir num monumento, este deveria ser “(...) antes consolidado que reparado, antes reparado que restaurado, evitando renovações e acrescentos”;

– Considera-se o restauro como uma acção *in extremis*. Os acrescentos ou renovações da construção original só seriam admissíveis por motivos de força maior; por exemplo, razões estruturais inequivocamente justificadas. Todas as novas partes deveriam ser executadas de forma a transmitirem um carácter distinto da construção original, identificando a sua contemporaneidade mas sem colidir com o aspecto artístico do monumento. Os materiais a utilizar deveriam ser distintos dos originais, identificando as partes acrescentadas e, se possível, datando-as, para não iludir futuros observadores;

– Considerou-se inaceitável proceder a depurações para atingir uma pretensa unidade estilística do monumento, e defendeu-se a preservação dos acrescentos e modificações introduzidos em épocas posteriores, desde que tenham valor histórico e artístico;

– As operações de restauro deveriam ficar registadas e arquivadas, com cópia deixada *in loco* e outra em organismo centralizado, recorrendo à fotografia e a desenhos para registar as diversas etapas dos trabalhos e assim identificando claramente o que “... se conservou, consolidou, refez, renovou, modificou, removeu ou destruiu”. A colocação de uma lápide no edifício deveria recordar a data e as principais obras do restauro.”<sup>31</sup>

31 AGUIAR, José, *Cor e Cidade Histórica - Estudos cromáticos e conservação do património*, FAUP Publicações, 2005, pág. 47

Estas ideias de defesa da conservação do património viriam mais

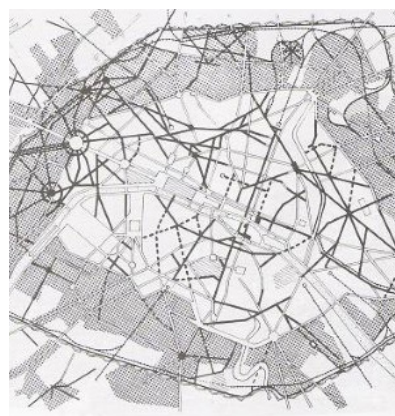
069 | Topo da Rue Champlain – Charles Marville (1872). Em primeiro plano, jovem olha a Paris do final do século 19 e, à distância, o alvorecer da Paris do século 20, a Paris do barão de Haussmann



070 | Planta de Paris em 1853, antes do plano de Haussmann



071 | Esquema de trabalhos de Haussmann em Paris – linhas mais grossas, novas ruas – tracejado quadriculado, novos bairros – tracejado horizontal, os dois grandes parques periféricos: o Bois de Boulogne (à esquerda) e o Bois de Vincennes (à direita)





tarde, em 1931, a ser novamente utilizadas como base da Carta de Atenas para o Restauro a ser abordada mais adiante.

Num contexto diferente, surge uma outra batalha de ideias, aqui sob um pano de fundo mais amplo, não se focando somente nos edifícios mas sim no contexto generalizado do plano urbanístico. Dois urbanistas do século XIX destacam-se como os principais intervenientes neste confronto, sendo eles Camilo Sitte (1843-1903) que defende a cidade mais sob um contexto ‘histórico’ e George-Eugène Haussmann (1809-1891) que se posiciona do lado da modernidade enquanto solução para qualquer centro urbanístico.

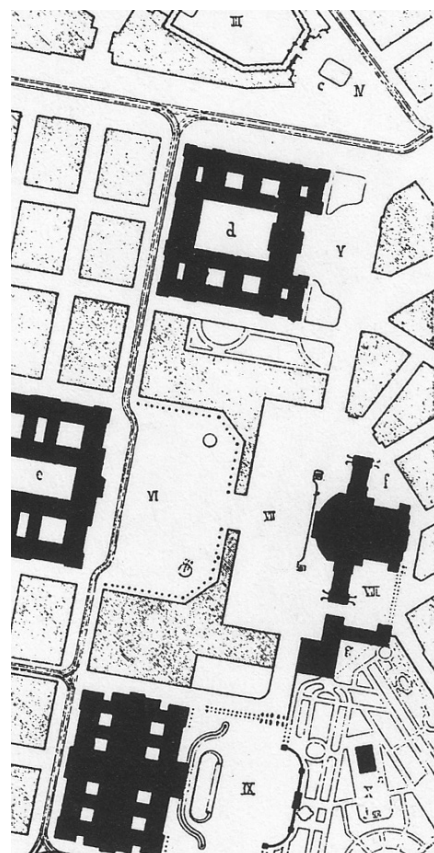
O estudo do urbanismo enquanto disciplina singular surge ao mesmo tempo que Haussmann lança as suas linhas de pensamento, fortalecendo dessa forma, a ideia que é necessário desenhar um novo modelo de cidade e que esta seja eficiente o suficiente para poder acompanhar os parâmetros definidos pelo momento histórico atravessado naquele momento.

Haussmann, a mando de Napoleão III é encarregado de conduzir a reforma urbanística de Paris a uma nova escala, concentrando os seus esforços na melhoria da cidade a nível da circulação – pública e mercantil – assim como na reformulação da rede sanitária que servia a capital francesa. A par com estas duas finalidades, foi também incumbido de melhorar militarmente a cidade, a fim de permitir manobras mais fáceis para a contenção de possíveis revoltas como as registadas anteriormente. Para que tal fosse possível, Haussmann descaracterizou Paris enquanto cidade medieval, demolindo diversas ruas, criando em oposição, diversos boulevards amplos e rectilíneos, compostos por jardins e parques que permitiam a organização do espaço urbano [Fig. 69, 70 e 71]. Esta construção unitária de fisionomia uniforme, relacionava-se em destaque com o monumento que surge em perspetiva simétrica.

A propósito da salvaguarda dos monumentos, Haussmann recusa o criticismo a que foi sujeito por ter ‘destruído’ a velha Paris, desafiando quem o acusa, a referir um monumento ou edifício digno de interesse que tivesse sido destruído durante o seu mandato. Em reflexão sobre os seus actos, justifica as suas ‘acções demolidoras’ em nome da saúde pública e do progresso.

*“O próprio Victor Hugo, poeta da Paris medieval, que escarneceu cruelmente dos largos espaços haussmannianos e da monotonia das novas avenidas da capital, nunca critica em seus artigos ou*

072 | Camillo Sitte, Ringstrasse proposal - Vienna - Sitte chegou a propor alterações à Ringstrasse, tentando prender a linearidade da nova avenida e para capturar espaço ao longo do seu comprimento. Modernidade com sua vastidão de escala e de ênfase na velocidade era um trágicos acontecimentos de Sitte, um com profundas ramificações emocionais e culturais.



#### Erklärung des Planes.

##### A. Plätze.

- I., II., IV. Neue Plätze bei der Votivkirche.
- III. Atrium der Votivkirche.
- V. Universitätsplatz.
- VI. Rathhausplatz.
- VII. Grosser Theaterplatz.
- VIII. Kleiner Theaterplatz.
- IX. Vorplatz zum Parlamentshaus.
- X. Gartenplatz.
- XI. Platz vor dem Justizpalast.
- XII. Neuer Burgplatz.

##### B. Gebäude.

- a. Chemisches Laboratorium.
- b. Votivkirche.
- c. Platz für ein grosses Monument.
- d. Universität.
- e. Rathhaus.
- f. Burgtheater.
- g. Projectirter Tract zum Burgtheater.
- h. Theseustempel.
- j. Für das Goethe-Denkmal in Aussicht genommener Platz.
- k. Noch unbestimmter Neubau.
- l. Justizpalast.



*em suas intervenções na Comissão dos Monumentos Históricos a transformação geral da malha das velhas cidades (...) ele limita-se, se for o caso, a propor algum desvio das vias projetadas, a fim de poupar não a continuidade do conjunto urbano, mas de um monumento (...)*<sup>32</sup>

É esta posição antagónica tomada por Haussmann que se torna a rampa de lançamento para o choque de visões contrastantes, que mais tarde reaparecerá (na década de 1930) aquando a consolidação do movimento modernista. O seu opositor ideológico aqui é Sitte que em certa parte influenciado por Ruskin, acredita numa moldagem e associação da paisagem urbana resultante de uma observação atenta e precisa do património arquitectónico erguido no passado [Fig. 72]. Defende que a ‘cidade histórica’, em que acredita não dispõe de capacidade de assumir os novos usos que o modernismo comporta, reservando-lhe assim o papel de museu, como retrata Françoise Choay: “(...) as cidades antigas, cuja beleza Sitte tanto aprecia, constituíam para ele objectos históricos. Dito de outra maneira, eles pertenciam a uma época ultrapassada; estavam condenadas, inadequadas às exigências sem precedentes das sociedades industriais”<sup>33</sup>

Ao mesmo tempo que enaltece, através da sua visão culturalista, as características qualitativas das cidades antigas, diminui e critica a severa falta de flexibilidade e simetria dos projectos urbanísticos contemporâneos.

*“Parecemos incapazes de conceber uma nova igreja noutra posição que não seja a do centro do lugar onde ela será erguida, mantendo desimpedido todo o espaço à sua volta. Contudo, essa disposição tem apenas desvantagens. Do ponto de vista estético, ela é mais desfavorável, porque o efeito da obra não se concentra em lugar algum; ao contrário, dispersa-se à sua volta. Uma construção isolada desta maneira permanecerá sempre como uma torta exposta sobre uma bandeja”*<sup>34</sup>

\*

*“Para nós, património é tanto a «obra-de-arte» a ruína, o objecto-construção, a arquitectura de um edifício (o monumento clássico), como o lugar-ambiente, os núcleos urbanos a que (mal) chamamos “centros históricos”, ou seja, a cidade antiga e a cidade consolidada. É património o território e a paisagem humanizada, enquanto arquitecturas de vasta escala, ou seja, organizações voluntárias do espaço feitas por (e portadoras dos valores dos) homens. É também património (intangível) o saber que permitiu projectar, construir, manter ou alterar!”*<sup>35</sup>

32 CHOAY, Françoise op. Cit., *A Alegoria do Património*, traduzido por MACHADO, Luciano Vieira, Ed. UNESP, 3ª Edição, pág.176

Victor Hugo: *Guerre au démolisseurs*, em *Revue de Paris*, 1829 e 1832:

*À quoi servent ces monuments ? disent-ils. Cela coûte des frais d'entretien, et voilà tout. Jetez-les à terre, et vendez les matériaux. C'est toujours cela de gagné. Depuis quand ose-t-on, en pleine civilisation, questionner l'art sur son utilité ? Malheur à vous si vous ne savez pas à quoi l'art sert !*

33 CHOAY, Françoise cit. por AGUIAR, José, *Cor e Cidade Histórica - Estudos cromáticos e conservação do património*, FAUP Edições, 2005, pág. 83

34 SITTE, Camillo, *A Construção da Cidade Segundo seus Princípios Artísticos*, Editora Ática, 1889 (tradução brasileira de 1992 com base na tradução francesa), pág. 42

35 AGUIAR, José, *Cor e Cidade Histórica - Estudos cromáticos e conservação do património*, FAUP Publicações, 2005

073 | Cidade alemã de **Dresden** após o bombardeio durante a Segunda Guerra Mundial em Fevereiro de 1945, que resultou numa vasta destruição de 39 quilômetros quadrados do centro da cidade.



## 2.2 Contraposição entre Conservação e Inovação

O século XIX, alvo de análise até agora, ficou marcado e reconhecido pelo debate agitado de correntes ideológicas claramente opostas existente entre o restauro e conservação. Contudo, ambas parecem encontrar um ponto em todo esse guerrear que as une: a necessidade de apelar à consciência histórica de que é importante salvaguardar o patrimônio, e que o respeito individual de cada edifício, ou seja, o seu estilo original deve permanecer inalterado, também assim respeitando todo o valor histórico deixado pela Idade Média. Com a viragem do século, essas bases críticas que marcaram todo o século XIX são substituídas por uma interpretação mais globalizada dos temas.<sup>36</sup> A arte passa a ser entendida como qualquer ato criativo realizado pela Humanidade e da qual resultam os seus frutos, as designadas 'obras de arte'. A noção do que é o monumento em si torna-se incontestável, mas no entanto surge agora novos debates sobre quais são as categorias de cada monumento e o valor que cada um representa para a civilização.

Conforme decorria o século XX estes valores foram-se aprimorando, ganhando cada vez mais importância, mas é logo no início, quando se realiza a 2ª Conferência de Paz em Haia,<sup>37</sup> que são tomadas as medidas necessárias para que todo o edifício considerado até à data histórico, religioso ou de qualquer outra relevância cultural seja protegido em caso de cercos ou bombardeamentos, zelando pela ausência de quaisquer danos neles.

Foi no período entre as duas Guerras Mundiais, I (1914-1918) e a II (1939-1945), que o Movimento Moderno enaltece-se, e os arquitetos ganham confiança e exploram o potencial de novos materiais e tecnologias de modo a resolver as necessidades da população em geral. Face à destruição do pós-guerra, acreditava-se que a carência habitacional e outros problemas sociais poderiam ser resolvidos com o uso de formas mais simples, permitindo que a indústria se integrasse nas intervenções, particularmente por motivos económicos e pela velocidade nos trabalhos.

*"Embora marcadas por ênfases diferentes – de um lado, o determinismo tecnológico e, de outro, a ideia de auto-expressão estética – as ideias de muitos arquitetos modernistas mantiveram, como constante básica, a crença no poder da forma para transformar o mundo, ainda que geralmente vinculada a alguns objetivos amplos e vagos de reforma social."*<sup>38</sup>

36 Quem se destaca nas interpretações destas questões é Alois Riegl (1858-1905). Divide em dois grupos os valores atribuídos aos monumentos: 1. *Memorial values: age value, historical value and intended memorial value*; 2. *Present day values: use value, art value, newness value and relative art value*.

1903 - Publicação das diretrizes da SPAB | Society for the Protection of Ancient Buildings.

1905 - Primeiro Congresso Internacional de Arqueologia, em Atenas, onde se discute o restauro da Acrópole.

37 Primeira Convenção em 1899; Segunda Convenção em 1907 - Primeiros tratados internacionais sobre leis e crimes de guerra.

1912 - "Reconstrução do centro antigo de Roma ou descentralização" no "Relatório à Comissão do Plano Regulador de Roma" de Gustavo Giovannoni.

1912 - Publicação da lista de edifícios de valor histórico e arquitetónico de Roma.

1913 - "O urbanismo face às cidades antigas" de Gustavo Giovannoni.

1913 - "O desbaste urbanístico dos centros antigos" de Gustavo Giovannoni.

1914/1918 - Primeira Guerra Mundial.

38 GHIRARDO, Diane cit por ALMEIDA, Eneida, O 'Construir no construído' na produção contemporânea: relações entre teoria e prática - Tese de Doutoramento, S. Paulo, 2009, pág. 49

074 | **Plano Voisin** - projeto para o centro de Paris, projetado entre 1922 e 1925 por Le Corbusier.



No fim da década de 1920, Corbusier influenciado pelas ideias de Milyutin para a Cidade Linear, e nas teorias do movimento sindicalista ao qual se tinha recentemente juntado, formulou uma nova visão da cidade ideal, a *Ville Radieuse*., uma transposição dos projetos da *Ville Contemporaine* e do *Plan Voisin*. Dedicou a década de 1930 à divulgação do conceito para a sua nova cidade ideal. As discussões tomadas durante o IV congresso dos CIAM seriam incorporadas no livro de Corbusier "A Cidade Radiante", publicado em 1935, que por sua vez exerceria influência na elaboração da Carta de Atenas de 1933.



William Curtis no seu livro *Modern Architecture Since 1900*, constata que os arquitetos mais cientes dos valores da época não descartam a influência da tradição, apenas consideram-na útil e reutilizável num tom mais superficial e ligeiro. Acrescenta ainda que nesse período a própria arquitetura moderna deve erguer novos alicerces para uma nova tradição, com os seus próprios e únicos motivos, temas e formas. É neste panorama que Le Corbusier <sup>[Fig. 74]</sup> surge como um dos mais convictos da pertinência da propagação do ideal do *esprit nouveau*,<sup>39</sup> convicção essa que gira em torno da produção de casas em série, a máquina de habitar, como forma de erradicação dos modelos superados do passado.

*“O ideograma da ‘cidade nova’ termina, neste sentido, por lançar também a hipótese de um ‘homem novo’ absolutamente racional, livre de laços sentimentais com o passado e feliz de viver no ‘novo universo’ do triunfo da mecanização e na ‘nova era’ projetada em direção a uma harmonia tecnológica futura e a uma imaginária igualdade social.”*<sup>40</sup>

É neste contexto que surge Gustavo Giovannoni (1873-1947), figura indispensável na mudança de século e na interpretação dos problemas da conservação das cidades históricas e tecidos urbanos. Conhecido por ser seguidor de Camilo Boito, dedica-se a aprofundar a definição do restauro filológico evoluindo mais tarde para restauro científico. “Foi pioneiro na sustentação teórica do conceito de Património Urbano e no desenvolvimento do enquadramento urbanístico para a salvaguarda dos chamados Centros Históricos, nomeadamente o quadro da sua integração num sistema de planeamento moderno polinuclear.”<sup>41</sup>

A disputa entre a visão modernista mais correta foi a razão do choque entre Giovannoni e Le Corbusier, como refere Françoise Choay. Os seus posicionamentos refletem diferentes abordagens do urbanismo, mas ambos acreditam ser quem detém a veracidade do pensamento. Ambos são estudos que destacam o papel inovador das mais recentes técnicas de transporte e comunicação, da rede de infra-estruturas, do urbanismo territorial e do conceito da cidade difusa que não necessita mais de estar confinada a um espaço, realçando o carácter contemporâneo da cidade em movimento.

*“(…), criticou o urbanismo do CIAM (Congresso Internacional de Arquitetura Moderna), particularmente o simplismo retardatário de Le Corbusier que se limita à rede automóvel e a uma escala única excluindo as escalas contextuais de proximidade.”*<sup>42</sup>

39 “*Esprit Nouveau*” da arquitetura moderna, num retrato da vida, ética e estética, e da arte de construir em reconhecer as novas técnicas e expressões verdadeiras de uma nova arte de animação do espírito, como uma forma de expressão e rebeldia dos eventos da Primeira Guerra Mundial, e dar uma nova idéia de “espírito novo” durante o curso (espaço-tempo) da arquitetura o novo espírito é baseado na realidade no mundo

40 GRAVAGNUOLO, Benedetto, *Historia del urbanismo en Europa - 1750-1960*, Madrid: Akal, 1998, pág. 333

1929 - “Repair of Ancient Buildings” de A. R. Powys, secretário da SPAB | Society for the Protection of Ancient Buildings.

1931 - Conferência de Atenas sobre a conservação dos monumentos de arte e de história.

1932 - Publicação de “Norme per il restauro dei monumenti” de Gustavo Giovannoni.

1933 - Quarto congresso sobre arquitetura moderna em Atenas, parte do CIAM | Congrès Internationaux d’Architecture moderne.

1939/1945 - Segunda Guerra Mundial.

41 AGUIAR, José, *Cor e Cidade Histórica - Estudos cromáticos e conservação do património*, FAUP Publicações, 2005, pág. 50

42 CHOAY, Françoise, *As questões do património-Antologia para um combate*, Lisboa: Edições 70, 2011 pág. 194



075 | Plano Regulador de Roma, 1931 - A via, inicialmente chamada de Via dei Monti será depois chamada de Via dell'Imperio. O arquitecto responsável foi Antonio Muñoz (1884-1960), que escreve justificando a abertura da via e as consequentes demolições:



*“A ideia genial de ligar a praça de Veneza com o Coliseu e com a via del Mare, por meio de duas amplas artérias, (...) não se inspirou apenas em razões estéticas, mas também e especialmente em razões práticas. Uma comunicação directa entre o centro e os bairros do Celio do Esquilino e do Latrão, fazia até agora falta, porque a maior artéria, a via Cavour, morria na barreira do Foro Romano, e perdia-se num dedalo de ruas (...) em conjunto com esta necessidade de ordem prática, a oportunidade de abrir a nova artéria foi confirmada por outras finalidades de carácter estético e arqueológico...”*

Segundo o referido ainda por Françoise Choay, Giovannoni é aquele que supõe planos e estudos menos redutores que aqueles acreditados por Le Corbusier e pelo seu urbanismo racionalista/funcionalista, pois as questões urbanísticas são abordadas de uma forma mais complexa, questionando a inflexibilidade das diretrizes do zoneamento ao mesmo tempo que favorece a convivência entre o movimento, a mutação e a estabilidade. Giovannoni evidenciava assim o progresso técnico e cultural da sociedade, desde que não se perdesse a identidade e a memória do passado presentes na cidade antiga. O objetivo seria o de manter as duas cidades, a nova e a antiga.

*“1. Deixar a cidade antiga tanto quanto possível intacta, conservando sempre o seu carácter e melhorando somente as condições de via através de medidas modestas.*

*2. Tentar descongestionar as ruas ao recorrer a meios de comunicação subterrâneos (...) e criar circuitos periféricos que conduzam ao tráfego de bairro em bairro e liguem o tráfego ao exterior, de passagem, para excluir a sua travessia pelo centro antigo.*

*3. Tentar deslocar progressivamente do centro da cidade, ao orientar a urbanização, a construção e o tráfego, principalmente numa só direção para a qual as vias de comunicação convergem (...).”<sup>43</sup>*

São estes princípios que farão Giovanonni apresentar-se com uma posição de destaque na Conferência Internacional de Atenas,<sup>44</sup> convocada pelo Conselho Internacional os Museus no ano de 1931, contribuindo para as conclusões da mesma. Dela resultou a Primeira Carta Internacional do Restauro, adotada pelo *Comité International para a Cooperação Intelectual* e aprovada pela *Liga das Nações como Recomendação aos Estados-Membros* em Outubro de 1932.

A necessidade de colaboração internacional no sentido de salvaguardar os ‘monumentos de interesse histórico, artístico ou científico’ remetem para as seguintes recomendações, como sintetiza José Aguiar:

- evitar as restituições integrais em favor da conservação estrita através da manutenção regular dos monumentos (art. II), e preservar os vestígios das diversas épocas históricas representadas (art. II, 2º parágrafo);
- os monumentos são considerados bens públicos, na sua gestão defende-se a primazia do interesse colectivo sobre o privado (art. III);
- recomenda-se uma utilização funcional (programa) adequada às características dos monumentos (art. II);
- nas acções de restauro, aceita-se a utilização judiciosa de técnicas e de materiais modernos (como o betão) (art. V);
- recomendam-se cuidados especiais com a envolvente dos

<sup>43</sup> Choay, Françoise, *As questões do património-Antologia para um combate*, Lisboa: Edições 70, 2011 pág. 199 e 200

<sup>44</sup> Representados 20 países e realizada entre 21 a 30 de Outubro de 1931, foi a primeira conferência deste tipo organizada pelo Instituto de Cooperação Intelectual da Sociedade das Nações, juntando 118 participantes europeus: arquitetos, arqueólogos, historiadores de arte e conservadores de museus.

1933 - Carta de Atenas.

1945 - Fundação da UNESCO | Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura.

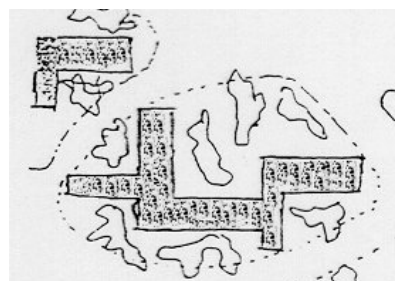
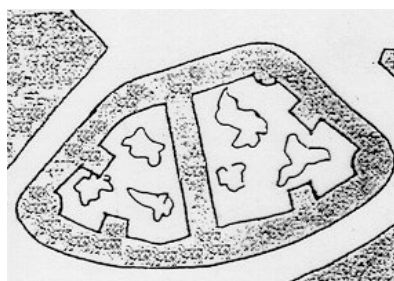
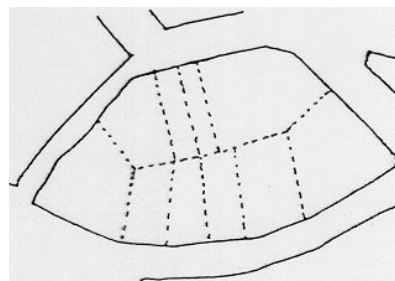
1946 - Criação do ICOM | Conselho Internacional de Museus.

1949 - Fundação do Council of Europe.

1959 - A UNESCO funda a ICCROM | International Centre for the Study of the Preservation and Restoration of Cultural Property.

076 | **Le Corbusier**, legenda:  
como lidar com o "problema" dos  
centros históricos!

Maneiras de Pensar o Urbanismo.  
Lisboa: Europa-América, 1977



*monumentos, que deverão respeitar «(...) o carácter e a fisionomia da cidade, em especial nas proximidades dos monumentos antigos, onde o ambiente deve ser objecto de um cuidado especial. Igual respeito deve ter-se com determinadas perspectivas especialmente pitorescas.» (...) (art. VII);*

*- recomenda-se a realização, em cada Estado, de inventários, incluindo o registo fotográfico e de dados referentes a cada monumento, num arquivo central onde se proceda à compilação da documentação útil à conservação.<sup>45</sup>*

É consoante a apresentação destes pontos pela Carta, que o modelo de conservação irá influenciar a reestruturação em diversos países, das políticas conservativas. Dois dos maiores exemplos que se inspiram e evidenciam estas alterações é o da Itália, que nelas se baseia na formulação da sua Carta del Restauro de 1931<sup>46</sup>; e Espanha com a sua lei de 13 de Maio de 1933 que procura a defesa e conservação do seu património histórico e artístico.

As conclusões apresentadas pela carta são publicadas em ata ainda no decorrer do ano e revista dois mais tarde quando se formaliza o documento redigido no Congresso dos CIAM que por sua vez originaria a Carta de Atenas,<sup>47</sup> documento esse que reagrupa e resume, a visão proposta pelo 'Urbanismo Racionalista', também apelidado de 'Urbanismo Funcionalista', com contribuições de um século de reflexões. José Aguiar faz um apanhado daquilo que considera importante e fora acordado no Congresso dos CIAM relativamente ao património arquitetónico – monumentos e centro urbanísticos – e que deveria ser “(...) *salvaguardado*:

- se o seu valor arquitetónico correspondesse a um interesse geral;*
- se a sua conservação não provocasse o sacrifício das populações mantidas em condições insalubres;*
- se fosse possível remediar a sua presença prejudicial por medidas radicais: por exemplo o desvio de elementos vitais da circulação (...)”<sup>48</sup>*

Ao analisar esta Carta, é possível captar uma correlação entre a pretensão do Urbanismo Racionalista e os procedimentos impostos por Haussmann. Contrariamente, as ideias de Sitte são alvo de duras críticas por parte de Le Corbusier que as diminui perante o congresso, considerando-as retrógradas e baseadas num espírito à muito esquecido. Os CIAM consideram que a preservação para com a herança passada é um privilégio concedido à história. Consideram sim que existem marcos históricos que não devem ser menosprezados, mas que sobre estes é necessário uma avaliação seletiva, devendo esta seguir os mesmos critérios do século XIX em que o monumento

45 AGUIAR, José, *Cor e Cidade Histórica - Estudos cromáticos e conservação do património*, FAUP Publicações, 2005, pág. 51 e 52

46 A Carta del Restauro, desenvolvida em Itália em 1931, é um claro exemplo da repercussão da Carta de Atenas. Gustavo Giovannoni, um dos principais responsáveis pela redacção da Carta de Atenas, conseguiu introduzir em Itália, através dessa nova Carta, não só os princípios-base desse documento internacional, como toda uma nova visão teórica sobre a prática do restauro.

José Aguiar

47 Diante da impossibilidade de realização do congresso em Moscou, decidiu-se por um local insólito: o congresso aconteceria a bordo do navio 'Patris II', com o apoio do governo grego.

48 Descrição sintetizada de AGUIAR, José à abordagem da Carta relativamente às questões do património, no PDF/Powerpoint de 2008, slide 25 para a Ordem dos Arquitectos

077 | Questo non lo  
permetteremo - Pietro Maria  
Bardi, 1934 - fotomontagem  
contra os sventramenti di Roma





deve ser visto de uma forma isolada face ao contexto urbano em que está inserido.

A Carta define também que a demolição deve ocorrer, aplicada à arquitetura ordinária e vernacular, que já não apresente parâmetros adequados aos novos padrões sanitários. Assim como essa arquitetura de carácter pobre deixa de ser reconhecida, as mesmas exigências são direcionadas ao tecido urbano, que não prevê a reabilitação e recuperação de áreas já degradadas por estas não responderem à solução de saneamento prevista.

O ponto de diferenciação relevante entre as duas Cartas de Atenas aqui analisadas é no que diz respeito ao propósito específico de cada documento. A primeira datada de 1931 assenta no estabelecimento de directrizes de orientação dos especialistas para o restauro. A Carta de 1933, resulta de um agrupar de resoluções para definir os rumos a ser tomados na construção da “cidade moderna”. Nesses termos conclui-se que devendo ser mantidos os testemunhos do passado, estes não se devem sobrepor nem impedir a postura ambicionista traçada pelo urbanismo funcionalista ao novo.

É este avanço da desacreditação no repetir do emprego dos mesmos estilos históricos para construção iguais em zonas históricas, por parte dos defensores do estilo modernista que gera a tensão cultural, pois os “românticos” que tanto defedem o antigo, acreditam que este está a ser conduzido à sua erradicação face ao novo. Estes precepcionam este desfecho para com a história e a tradição, pois estes novos “vanguardistas” são indiferentes às perspectivas artísticas que vigoraram até então durante séculos.

Jamais podemos considerar contraditórias as acções de preservação do antigo e da construção do novo, pois a arquitectura é no fundo um misto dos dois se considerarmos que esta é o resultado da memória passada com a visão criativa da invenção ‘presente’. Ao invés de as tentar distanciar e distinguir, é preciso reconhecer que estas se devem complementar, logo tornando infundadas as posições de defesa extremistas que ou fica tudo como está, ou vem tudo abaixo para se fazer de novo.

078 | Estado de ruína dos edifícios da cidade de Varsóvia, na Polónia, em 1945, após a Segunda Guerra Mundial.



079 | A reconstrução de Varsóvia, após a Segunda Guerra Mundial, por necessidade política e psicológica, reinstituindo a cidade histórica como um monumento.



*Execução prática com tecnologias pré-industriais, por referência a provas documentais anteriores à guerra, utilizando levantamentos e desenhos rigorosos ou, na sua falta, diverso tipo de iconografia, fotografias e mesmo pinturas famosas (como as de Bernardo Berlotto). Por vezes recorria-se aos próprios vestígios quando escasseavam outras fontes. Manteve-se a morfologia urbana anterior, mas a correspondência das novas construções para com as antigas é apenas exterior, os interiores foram significativamente modernizados. O modelo nova-cidade-cópia-da-antiga-cidade levantava interrogações incômodas tanto no campo da conservação urbana, como para a nova disciplina do urbanismo.*

José Aguiar

## 2.3 Conciliação entre Memória e Invenção

Foi especialmente com a Segunda Guerra Mundial [Fig. 78 e 79], e com a sua vasta destruição, que se sentiu a necessidade de rever a postura tomada até então no que toca aos procedimentos práticos na área de preservação e restauro. Perante a destruição de monumentos históricos com valor artístico e cultural, surgiu a necessidade de inovar em relação à conservação mínima dos princípios da Carta de Atenas defendida por Giovannoni. Assim, abre-se novamente o debate sobre a intervenção no património, após a II Guerra Mundial, devido à urgência da recuperação das cidades, dando lugar à Conferência de Veneza da qual surge a célebre Carta de Veneza de 1964.<sup>49</sup>

*Acelerada renovação moderna e as demasiado rápidas reconstruções – ou melhor reprivatizações, reinvenções e refazimentos – dos monumentos, conjuntos e sítios destruídos que ocorreram depois da Segunda Guerra Mundial, inevitavelmente seguindo o primado de Luca Beltrami «come era dove era», ou as teses analógicas (que partiam de Viollet-le-Duc), provocaram nos Anos 50 uma reacção crítica no quadro da qual surgiram, em 1964, os novos paradigmas do restauro incluídos na Carta de Veneza.<sup>50</sup>*

Se por um lado a Carta de 1931 privilegiava os aspetos ligados à história, ou seja, os aspectos documentais do bem cultural a ser conservado, a Carta de Veneza destaca em condição de igualdade, os valores estéticos e históricos.

*De uma análise conceptual realçam-se os seguintes aspectos:*

- a definição do conceito de monumento histórico passa a englobar «(...) não só as criações arquitectónicas isoladamente, mas também os sítios, urbanos ou rurais (...)» (art. 1);
- a preocupação que se estende à necessidade de qualificação e de preservação das envolventes «(...) sempre que o espaço envolvente tradicional subsista, deve ser conservado, não devendo ser permitidas quaisquer novas construções, demolições ou modificações que possam alterar as relações volumétricas e cromáticas» (art. 6);
- considera-se que «(...) um monumento é inseparável da história de que é testemunho e do meio em que está inserido», pelo que se recusam as remoções do todo ou de parte do monumento excepto por exigências de conservação (art. 7);
- no importante problema da reutilização funcional, opta-se claramente por adequar o programa ao monumento «(...) sem alterar a disposição ou a decoração dos edifícios», recusando implicitamente o seu inverso, ou seja, a alteração do monumento para responder ao programa;

49 Realiza-se em Maio de 1964, Veneza, II Congresso Internacional de Arquitectos e Técnicos dos Monumentos Históricos. UNESCO, Conselho da Europa, ICCROM e ICOM, participam 61 países da Europa, América, África, Ásia e Oceânia.

1965 - Fundação do ICOMOS | Conselho Internacional de Monumentos e Sítios | como resultado da “Carta de Veneza”.

50 AGUIAR, José, *Após Veneza: do restauro estilístico para o restauro crítico*, 100 anos de Património: Memória e Identidade. Portugal 1910-2010, IGESPAR, Lisboa 2011, pág. 219

1970 - Convenção da UNESCO: “Means of Prohibiting and Preventing the Illicit Import, Export and Transfer of Ownership of Cultural Property”.

1972 - Os Estados Membros da UNESCO adotam a Convenção do Património Mundial, sobre a Proteção do Património Cultural e Nacional, de modo a garantir a sua correta identificação, proteção, conservação e valorização.

080 | *Laocoon* (Via delle Sete Sale) restaurado por Montorsoli.

081 | *Laocoon* depois da descoberta de fragmentos (braço) em falta.



082 | *Dying warrior* - Esculturas do templo de Aphaia em Aegina, depois da eliminação dos restauros de Thorvaldsen, sendo impossível deixar as esculturas num puro "estado arqueológico", foi necessário proceder a reintegrações e até à sugestão de formas para permitir a sua apresentação e leitura.



- *realça-se a essencialidade da manutenção para a conservação dos monumentos (art. 4);*

- *determina como objectivo essencial do restauro «(...) a preservação dos valores estéticos e históricos do monumento ... o restauro deve terminar no momento em que as conjecturas comecem».*<sup>51</sup>

É nesta época que as discussões da atualidade concentram-se acima de tudo na tendência à conciliação entre restauro e invenção, fenómeno ocorrido a partir da própria ampliação do corpo constituído por património a preservar. Um alargamento conceitual que acaba por não estabelecer diferenças significativas entre o bem cultural de valor e a comum preexistência.

As deliberações desse documento, incorporam a releitura das posturas precedentes feitas pelo ‘restauro crítico’, propostas por Roberto Pane e Renato Bonelli em meados dos anos 1940, assim como as atualizações representadas pela contribuição de Cesare Brandi e a sua *Teoria del Restauro* (1963).<sup>52</sup>

“*A qualidade do restauro depende directamente do juízo crítico da artisticidade do objecto sobre o qual incide.*”<sup>53</sup> Segundo esta sua teoria – aplicada não só à arquitectura mas a toda e qualquer outra arte – ao atentarmos com uma obra de arte, o lado funcional da mesma não passa de apenas um aspecto secundário comparado a outros considerados primordiais [Fig. 80, 81 e 82]. Desta forma pode-se então afirmar que a contemplação artística a que o objecto é sujeito, assim como a sua análise crítica estarão sempre interligados com a ideia do restauro. “*(...) a conservação dos acrescentos deve considerar-se regular e excepcional a [sua] remoção*”<sup>54</sup>

Tanto um acrescento, como uma remoção de um mesmo acrescento, ambos são sempre considerados novos testemunhos da mão do Homem na história, fazendo com que ambas as acções se integrem e se considerem parte da mesma. Contudo a remoção, automaticamente resultará na “*(...) destruição de um documento que não se documenta a si mesma*”,<sup>55</sup> podendo, apagar por completo uma qualquer importante etapa histórica. Com esta definição torna-se possível separar os termos ‘reconstrução’ e ‘acrescento’ sendo que o último face ao primeiro, para além de permitir a documentação de si próprio, nunca procura a abolição de qualquer referência a um momento espaço-temporal.

Solà-Morales referência na crítica contemporânea, no seu livro *Intervenciones*<sup>56</sup>, associa o conceito de ‘intervenção arquitetónica’ aos

1975 - Carta Europeia do Património Arquitetónico, pelo Conselho da Europa em Estrasburgo.

1976 - Recomendação da UNESCO “Safeguarding and Contemporary Role of Historic Areas”, em Nairobi no Quênia.

1979 - Foram feitas as primeiras inscrições de bens na Lista do Património Mundial.

1981 - Carta de Florença sobre a salvaguarda de jardins históricos, pelo ICOMOS em Florença.

51 AGUIAR, José, *Cor e Cidade Histórica - Estudos cromáticos e conservação do património*, FAUP Publicações, 2005, pág. 65

52 BRANDI, Cesare, *Teoria del Restauro*, Torino : Giulio Einaudi, 1977

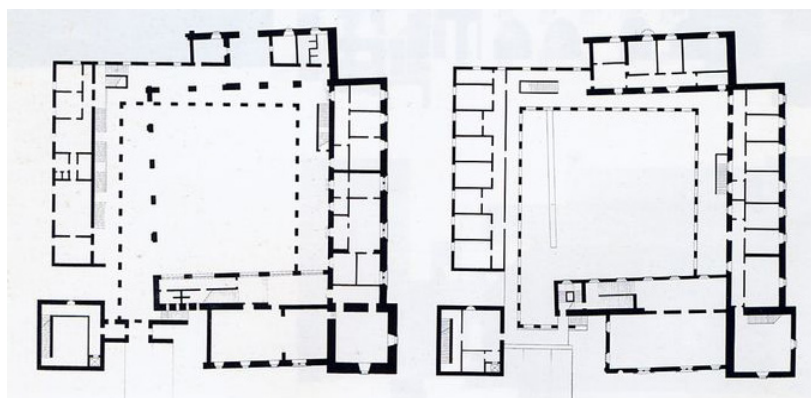
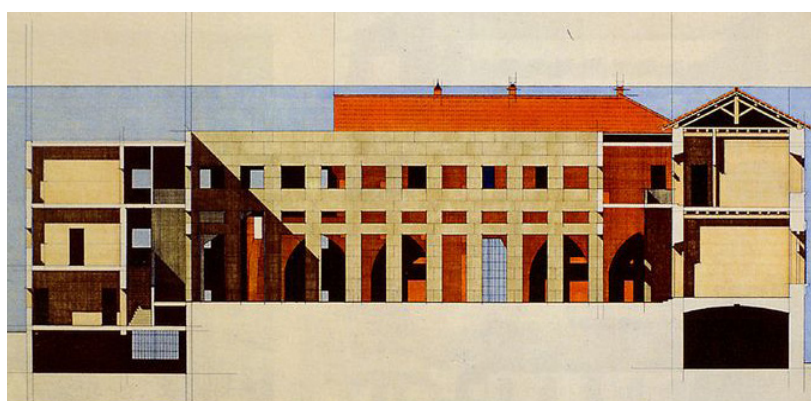
53 BRANDI, Cesare cit p. AGUIAR, José, *Cor e Cidade Histórica - Estudos cromáticos e conservação do património*, FAUP Publicações, 2005

54 idem

55 idem

56 SOLÀ-MORALES, Ignacio de, *Intervenciones*, ed. Xavier Costa. - Barcelona : Gustavo Gili, 2006





083 | Castello di Abbiategrasso  
Giorgio Grassi, 1970

*“Mi sono dilungato sui meccanismi del progetto di Abbiategrasso perchè, oltre a mostrare che dal punto di vista del lavoro non ci sono grandi differenze rispetto agli altri progetti ... il suo modo di procedere è anche quello dei miei successivi lavori. In effetti ciò che unisce fra loro tutti questi progetti è proprio il ruolo particolare che assume il vecchio nelle costruzione della loro figura complessiva. Non parlo qui della sua lezione, del suo ammaestramento, di ciò che ricorda e rappresenta, di ciò che evoca ecc., ma di ciò che fa prima e dopo il progetto..*

Giorgio Grassi *Architettura lingua morta*

projetos de arquitetura que lidam com preexistências no contexto da atualidade. Observa que é a partir dos anos 1960, que passa a vigorar uma nova e mais complexa relação entre sensibilidade contemporânea e a arquitetura do passado. Um exemplo dessa postura mais recente, segundo Sòla-Morales, é a atuação de Giorgio Grassi no Castello Abbiategrosso [Fig. 83], onde o arquiteto cria uma base metodológica para a intervenção a partir da própria arquitetura do edifício existente. O objetivo passa por seguir as pistas do próprio edifício, percorrendo a sua lógica de composição e de organização espacial para então estabelecer uma tênue analogia entre preexistência e a nova estrutura.

A partir desta época a consciencialização sobre o que é o património, bem como o valor que ele tem para a Humanidade, gera a necessidade de criar várias revisões às Cartas de Restauro, aprimorando questões que se viam possíveis melhorar com o intuito de melhorar a preservação. Ao longo de três décadas, acontecem debates, congressos assim como novas versões de Cartas para o Restauro e de salvaguarda – nomeadamente em Itália – com destaque para as de 1972 e 1987.

Contudo, e derivado às mudanças constantes das interpretações do passado feitas pelas diferentes culturas, levantou-se a necessidade de diferenciar a ‘autenticidade’ de algo que fosse somente ‘idêntico’. Face a esta necessidade, surge em 1994 em Nara, uma conferência onde se define o *The Nara Document on Authenticity*, documento esse que visava estabelecer precisamente a diferença entre o que seria ‘autêntico’ e ‘idêntico’, clarificando que a valorização que despendemos ao património é somente atribuída consoante a sua credibilidade em diversos aspetos, sendo estes os responsáveis de nos passar o seu carácter excecional.

*“Depending on the nature of the cultural heritage, its cultural context, and its evolution through time, authenticity judgments may be linked to the worth of a great variety of sources of information. Aspects of the sources may include form and design, materials and substance, use and function, traditions and techniques, location and setting, and spirit and feeling, and other internal and external factors. The use of these sources permits elaboration of the specific artistic, historic, social, and scientific dimensions of the cultural heritage being examined.”*<sup>57</sup>

Também abordando esta questão da autenticidade, em 2008, a UNESCO apresenta aqueles que considera ser os seus padrões para avaliação do valor único e excecional do património. Segundo Françoise Choay estes passam por: *“Representar uma obra-prima*

1987 - Carta Internacional sobre a Salvaguarda das Cidades Históricas, pelo ICOMOS em Washington D.C.

1990 - Carta Internacional sobre a Proteção e a Gestão do Património Arqueológico, pelo ICOMOS em Lausanne, na Suíça.

1991 - Recomendação sobre a Proteção do Património Arquitetónico do Século XX, pelo Conselho da Europa em Estrasburgo.

1992 - Convenção Europeia para a Proteção do Património Arqueológico, pelo Conselho da Europa em Malta.

1994 - Carta da Vila Vigoni sobre a Conservação dos Bens Culturais Eclesiásticos.

1994 - “The Nara Document on Authenticity” resultado da Conferência sugerida pela ICOMOS na cidade de Nara.

1995 - Publicação de “Standards for Historic Preservation Projects” pelo Advisory Council for Historic Preservation dos Estados Unidos da América.

57 The Nara Document on Authenticity, disponível online em: [whc.unesco.org/document/9379](http://whc.unesco.org/document/9379)



084 | *I Build A Pyramid*, Duane Michals, 1978 [six gelatin silver prints with hand applied text]

*do génio criador humano; Testemunhar uma troca de influências considerável durante um determinado período ou numa área cultural determinada sobre o desenvolvimento da arquitectura ou da tecnologia, das artes monumentais, da planificação das cidades ou da criação de paisagens; Trazer um testemunho único ou, pelo menos, excepcional sobre uma tradição cultural ou uma civilização viva ou desaparecida.*<sup>58</sup>

O século XX ficou para sempre conhecido como um século marcado por massivos ‘atentados’ de destruição patrimonial, quer por intermédio da natureza, quer pela mão humana (como as guerras ou maus restauros), que conduziram à necessidade da adoção de novas medidas – tanto preventivas como contenciosas – de forma a poder salvaguardar o ainda existente. Oriundos de todas as cartas, convenções e recomendações influentes realizadas até à altura, os objetivos globais voltaram-se então para a defesa da identidade cultural de cada povo bem como das suas tradições. Logo, o conceito de ‘património’ passou a envolver não só a diversidade cultural, mas também a natural, considerando também relevante num ponto de vista ecológico, defender o meio ambiente do crescimento urbano desenfreado, tentando encontrar a harmonia e equilíbrio entre eles, através de um crescimento sustentável.

Assim o património, que já detinha importância a nível cultural, científico e técnico, passa a incluir também nele com esta evolução do conceito de conservação moderna, outros valores como os ecológicos, educativos ou até mesmo socio-económicos. Reabilitar passa então a ser descrito como *“the process of returning a property to a state of utility, through repair or alteration, which makes possible an efficient contemporary use while preserving those portions and features of the property which are significant to its historic, architectural, and cultural values.”*<sup>59</sup>

Estas salvaguardas de valores e de ideais, ao mesmo tempo que o mundo vai evoluindo, também elas vão sendo revistas e aprimoradas de forma a poderem levar até às gerações vindouras, o mais que puderem das suas gerações passadas. Assim, ainda hoje no decorrer do século que atravessamos, inúmeros debates, conferências e recomendações continuam a acontecer de forma a unir a população mundial na proteção daquilo que temos de mais precioso e que no fundo é aquilo que somos e que nos define: as nossas memórias passadas e a nossa história.

58 CHOAY, Françoise, *As questões do património - Antologia para um combate*, Lisboa: Edições 70, 2011, pág. 226

1996 - Centro Histórico do Porto é classificado Património Cultural da Humanidade pela UNESCO.

1999 - Carta sobre o Património Construído Vernáculo, pelo ICOMOS na Cidade do México.

2000 - Carta de Cracóvia “Princípios para a Conservação e o Restauro do Património Construído”.

2001 - Convenção sobre a Proteção do Património Cultural Subaquático, adotada pela UNESCO em Paris.

2003 - Carta de Nizhny Tagil sobre o Património Industrial pelo TICCIH | Comité Internacional para a Conservação do Património Industrial.

2008 - “Orientações como guiar a implementação da Convenção do Património Mundial” pelo Comité do Património Mundial da UNESCO.

2009 - Carta de Bruxelas sobre o papel do Património Cultural na Economia, e para a criação de uma rede europeia de reconhecimento e difusão.

2009 - Declaração de Viena “Um incentivo ao património em período de recessão económica”.

59 JOKILEHTO, Jukka, *A History of Architectural Conservation*, Oxford: Butterworth Heineman, 1999, pág. 268





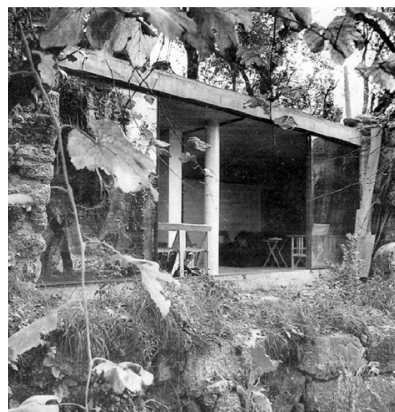
*Problema visto por outro*  
**Um Architecto. Três Ruínas. Três Obras.**

Capítulo **3**

*“(...) Eu gosto das ruínas no sentido pedagógico, porque os edifícios caem e o que fica são as partes importantes, as frágeis vão à vida como acontece na natureza”*

MOURA, Eduardo Souto de, TRIGUEIROS, Luiz (ed.), Eduardo Souto de Moura, Lisboa, Blau, 2000, pág. 34

085 | Percurso - Reconversão de uma ruína no Gerês - Souto de Moura, 1980-82



086 | Fachada principal - Reconversão de uma ruína no Gerês - Souto de Moura, 1980-82

087 | Fachada voltada para a rua - Reconversão de uma ruína no Gerês - Souto de Moura, 1980-82



088 | Interior - Reconversão de uma ruína no Gerês - Souto de Moura, 1980-82

### 3.1 Dentro (da ruína)

#### Reconversão de uma ruína no Gerês | 1980-82

A Reconversão de uma Ruína no Gerês foi, após cinco anos de colaboração com Álvaro Siza, o primeiro projecto reconhecido a solo do arquitecto Souto de Moura e que marcou a sua referência ao respeito da intervenção face ao pré-existente no local, bem como a sua temática. “(...) não é o lugar que dá fama à ruína, é esta que enobrece e embeleza o lugar.”<sup>60</sup>

Este projecto que demonstra a influência clara do modernismo de Mies van der Rohe consiste então numa intervenção no pré-existente, onde o arquitecto é confrontado com um celeiro abandonado em ambiente rural, cujo objectivo é fazer dele, um espaço habitável de 30m<sup>2</sup>. O terreno encontrava-se num declive que permitia o visionamento da barragem e num contexto claramente rural.

“(...) uma coisa é aproveitar a ruína como estádio de contemplação, como aconteceu no Gerês; a ruína com que fiquei fascinado era a primeira obra e havia uma certa ‘inocência’.”<sup>61</sup> Perante este cenário que lhe é apresentado com a ruína, Souto de Moura decide abordar a mesma de forma interessante, procurando preservar a imagem original da construção. Recusando a recuperação do celeiro, o arquitecto opta pela preservação do mesmo no exacto estado em que ele se encontrava inicialmente, arruinado e abandonado, de forma a respeitosa e manter o seu legado passado.

Na entrevista “A ambição à obra anónima”, o arquitecto afirma ter ficado fascinado com a “identificação com a natureza, porque a ruína deixa de ser arquitectura e passa a ser natureza. E manteve a ruína para manter essa pretensão de ser quase obra natural, anónima.”<sup>62</sup> Esta continuação da fusão da obra com a natureza, o ar de abandono e a pincelada anónima que a natureza com o passar do tempo foi dando ao celeiro, é um tipo de arquitectura que podemos designar de invisível. Invisível porque a intervenção é imperceptível vista da rua. Apenas a porta ‘nova’ na fachada voltada para a rua sobressai nas antigas paredes de pedra que se erguem da estrutura inicial, dando a ideia de algo ter sido lá efectivamente construído. A noção de ‘inalterado’ apenas desvanece quando na restante estrutura, o arquitecto opta por um plano de vidro voltado para toda a paisagem da barragem e uma laje de betão a fazer de cobertura que, através de uma pequena escada, ficava acessível como terraço à casa.

“Por dentro, foi o que a planta deu (30 metros quadrados).”<sup>63</sup> Assim, a parte habitável da ruína completa-se através de uma organização

*Um celeiro abandonado foi aquilo que encontrei:  
Por trás uma porta para o monte.  
À frente era aberto em madeira.  
Por cima um telhado que caiu.  
Ficou assim:  
Atrás, tudo igual com porta nova  
À frente, tudo em vidro para a água  
Por cima, um telhado para todos  
Por dentro, foi o que a planta deu (30m<sup>2</sup>)  
Por fora, foi ler Apollinaire:  
“Preparer au lieme et au temps  
une ruine plus belle que les autres...”*

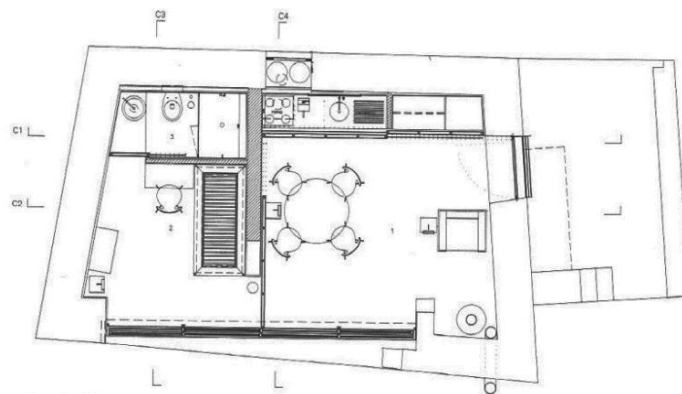
Eduardo Souto de Moura  
Memória Descritiva

60 BYRON, Lord citado por Carlo Carena, Ruína-Restauro, Enciclopédia Einaudi, Volume I memória, história, p.109

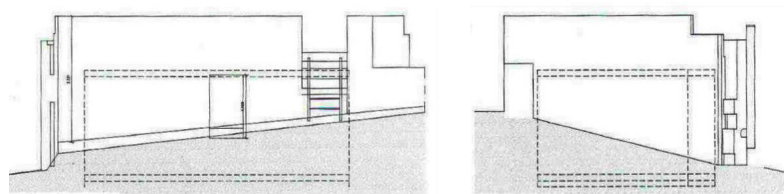
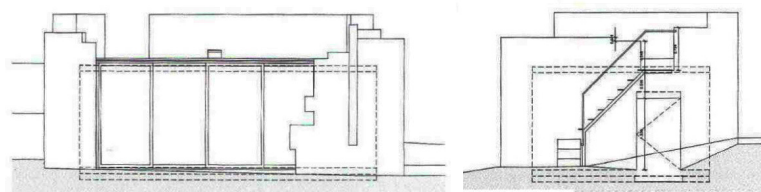
61 MOURA, Eduardo Souto de, A Ambição à Obra Anónima

62 MOURA, Eduardo Souto de, A Ambição à Obra Anónima

63 MOURA, Eduardo Souto de, TRIGUEIROS, Luiz (ed.), Eduardo Souto de Moura, Lisboa, Blau, 2000, pág. 41



089 | Planta - Reconversão de uma ruína no Gerês - Souto de Moura, 1980-82



090 | Alçados - Reconversão de uma ruína no Gerês - Souto de Moura, 1980-82

simples, com apenas o necessário para que esta se torne habitável. 30m<sup>2</sup> no piso térreo, com duas divisões, foram suficientes para desenvolver todo o programa: uma serviu para o quarto e uma pequena instalação sanitária; e outra polivalente, onde se encontrava a sala de estar e cozinha.

*“A casa foi construída no interior dessas paredes, dissimulando-se o mais possível na paisagem – como demonstra o recurso ao plano de vidro, que reflecte e transporta a natureza para o interior da casa ao mesmo tempo que a dissimula do exterior; o tecto plano, indispensável para a conformação do espaço interno, foi colocado, também de forma a ser totalmente imperceptível do exterior; a divisão interna, por meio de um plano e um pilar confirma o carácter minimal da intervenção resultante de um processo e não de uma ideia formal concebida a priori.”*<sup>64</sup>

Esta reconversão indica a posição que o arquitecto adoptará em obras futuras aquando a presença de pré-existências, confirmando a utilização da ruína como tema central do projeto. Independentemente da sua nova função – que é a habitacional, a memória do passado e a relação da ruína com a natureza envolvente mantêm-se. A concepção operativa (da ruína) por Souto de Moura simplesmente completa os elementos existentes, tornando-a habitável. Todos os detalhes que indiquem o aspecto de abandono, ele deseja que se mantenham de forma a que a história do lugar se mantenha viva e preservada no tempo. *“A reconversão desta ruína foi o primeiro passo de uma pesquisa lúcida sobre os processos de arquitectura e da natureza, e da sua compatibilidade fixados neste projecto com o objectivo de ser a obra anónima, que é o contrário de passar despercebida.”*<sup>65</sup>

Alexandre Alves Costa descreve o trabalho de Souto de Moura na perfeição servindo de remate para todo o trabalho realizado na Reconversão de uma Ruína no Gerês e que servirá como um resumo de tudo o que viria em seguida, nomeadamente nas duas seguintes obras alvo de reflexão, a Casa em Baião e a Casa em Moledo dizendo: *“Na medida em que desenvolve seu trabalho, ele preserva um tipo de necessidade nostálgica por um suporte físico para a memória do sítio, seus usos prévios, trilhas e edifícios demolidos ou a serem transformados. Tal obsessão poética e romântica pode ser levada ao extremo na criação de contextos artificiais, falsas ruínas a serem restauradas, novas paredes de velhos templos que interceptam, ao mesmo tempo em que suportam, as novas composições, tanto separando algumas áreas quando estabelecendo novas linhas de continuidade. A construção do sítio, que nunca é tratado como mero cenário para um novo objecto, pode mesmo tornar-se dissimulação.”*<sup>66</sup>

64 MOURA, Eduardo Souto de, TRIGUEIROS, Luiz (ed.), Eduardo Souto de Moura, Lisboa, Blau, 2000, pág. 34

65 MOURA, Eduardo Souto de, TRIGUEIROS, Luiz (ed.), Eduardo Souto de Moura, Lisboa, Blau, 2000, pág. 34

66 COSTA, Alexandre Alves, 1990, pág. 59



091 | Paisagem - Casa em Baião  
- Souto de Moura, 1990-93



092 | Fachada principal - Casa em Baião - Souto de Moura, 1990-93



093 | A ruína - Casa em Baião - Souto de Moura, 1990-93



094 | Interior cozinha/sala - Casa em Baião - Souto de Moura, 1990-93



## 3.2 Ao lado (da ruína)

### Casa em Baião | 1990-93

*“Recuperar uma ruína para casa de fim-de-semana com dimensões mínimas, foi o pedido do cliente. Consolidar a ruína como um jardim fechado e fazer a casa ao lado foi a base de projecto. A construção iniciou-se com a desmontagem do muro de suporte e a escavação da terra - a casa em negativo. A casa propriamente dita é uma caixa em betão envolvida por terra, mas aberta para o lado do rio, o Douro. Uma casa “Portuguesa” integrada na paisagem, quer dizer, enterrada na paisagem e com um orçamento limitado foram alguns dados do programa.”*<sup>67</sup>

Tal como na Reconversão de uma ruína no Gerês, a Casa em Baião trata-se de uma intervenção no pré-existente, onde o arquitecto é confrontado com a ruína. Aqui, tal como a antecessora, a ruína abandonada cohabita com a natureza imprecisa dos socalcos característicos das encostas do Douro vinhateiro, e dela apenas restavam as paredes de pedra emparelhada cobertas por vegetação cuja acção do tempo se encarregou de as reconfigurar à sua imagem.

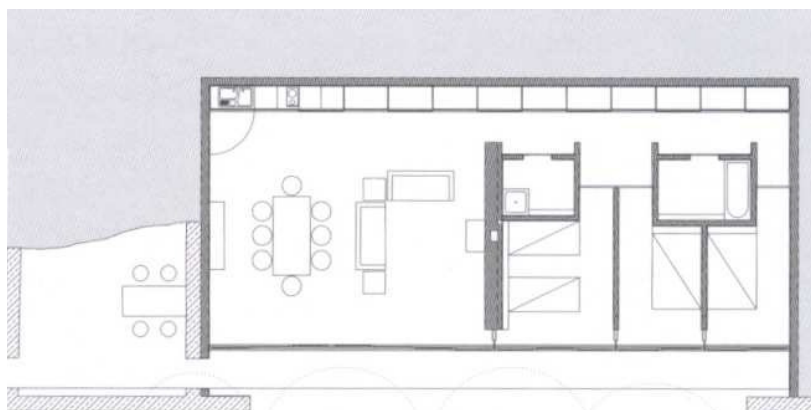
Recuperar a ruína para uma habitação de cariz temporário e de dimensões mínimas foi o pedido proposto a Souto de Moura, que fora recusado quase que seguidamente pelo próprio, pois a sua base de projecto era precisamente a de não intervir na ruína, dado que assume esta já não pertencer à arquitectura, mas sim ser uma simbiose com a natureza. Assim propôs a consolidação dos parâmetros da ruína, funcionando esta como um jardim privado, optando por desenhar a casa ao lado da ruína manipulando o sítio conforme a sua estratégia de projecto. Para isso faz a desmontagem do muro de suporte e escava ali o terreno de forma a encaixar a sua proposta. Esta atitude projectual adoptada pelo arquitecto tem um carácter exclusivo da contemplação da ruína e ambos as peças se encaixam e complementam estabelecendo entre si uma relação natural.

O programa aqui é relativamente simples: trata-se de uma habitação com espaço comum, com função de sala e cozinha e três quartos com duas instalações sanitárias. Conceptualmente, a casa de 120m<sup>2</sup> é uma casa que se assemelha à ideia de ‘gruta’, com o seu formato de caixa de betão parcialmente ladeado pela terra que compõe os socalcos da encosta – quase como que lá encaixado.

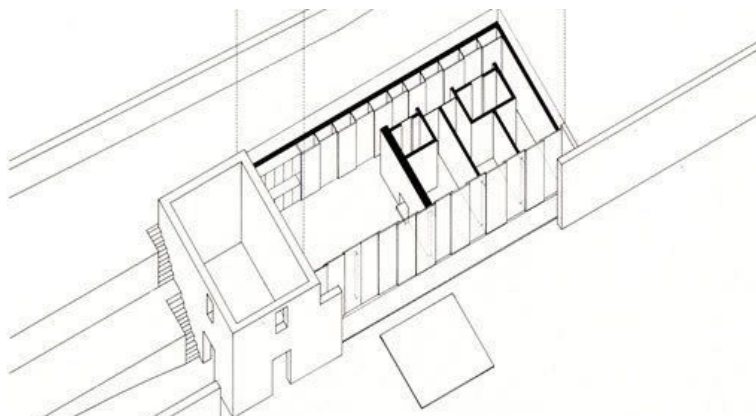
Souto de Moura realça aqui a importância da relação com a paisagem, aqui mais vinculada pelo terreno, como que se a casa a ele lhe pertencesse

<sup>67</sup> MOURA, Eduardo Souto de, *Vinte e Duas Casas*. MILHEIRO, Ana Vaz; AFONSO, João; NUNES, Jorge (ed.) Lisboa, Ordem dos Arquitectos, 2006, pág. 61

095 | Planta - Casa em Baião -  
Souto de Moura, 1990-93



096 | Axonometria - Casa em  
Baião - Souto de Moura, 1990-93



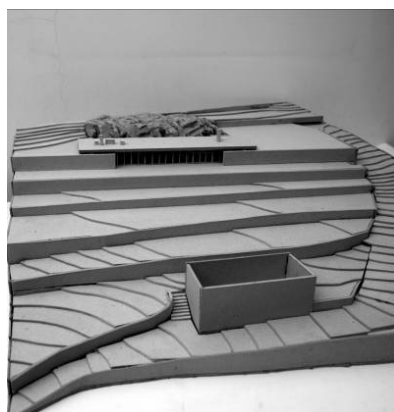
e fosse parte integrante do mesmo. A casa só se precepção pelo plano de vidro que compõe a fachada orientada para o rio Douro. Um material artificial mas que aparenta dar continuidade ao natural das pedras de granito usadas pela ruína. À parte disso, a presença da casa é pouco sentida, pois para além da sua cobertura ajardinada já a camuflar onde apenas se denotam as saídas de ventilação, a sua construção discreta conjuga-se perfeitamente com o sítio que a alberga misturando-se facilmente com a paisagem envolvente. O único elemento de destaque eram mesmo só as paredes da ruína que pouco mais se elevavam da própria casa causando o elemento de destaque. Tudo o resto indica a procura da manutenção do carácter do lugar e a sua pré-existência.

Assim, tal como no Gerês, onde o (re)desenho de Souto de Moura vem reforçar o equilíbrio já existente, a ruína mantém-se preservada de forma a ser uma obra quase natural e ‘anónima’ continuando como testemunho do passado e expressando a sua poesia. As paredes de pedra tornam-se elementos orgânicos e a arquitectura acaba absorvida pela natureza, ficando praticamente invisível. Estava assim encontrada *“Uma ‘casa portuguesa’ integrada na paisagem, quer dizer, enterrada na paisagem (...)”*<sup>68</sup>

Na casa de Baião, a ruína é assumida como contemplativa e é tratada como um jardim romântico e o arquitecto comporta uma postura metodológica anti-intervencionista, tal como Ruskin defendia, contudo, participa na história arquitectónica do sítio com a finalidade de que toda a obra seja uma boa ruína que a história tenha tornado anónima.

68 MOURA, Eduardo Souto de, *Vinte e Duas Casas*. MILHEIRO, Ana Vaz; AFONSO, João; NUNES, Jorge (ed.) Lisboa, Ordem dos Arquitectos, 2006, pág. 61

097 | Maquete\_ a relação da ruína com a casa - Casa em Moledo - Souto de Moura, 1991-98



098 | Fachada principal - Casa em Moledo - Souto de Moura, 1991-98



099 | Fachada principal - Casa em Moledo - Souto de Moura, 1991-98



100 | Interior - Casa em Moledo - Souto de Moura, 1991-98





### 3.3 Afastado (da ruína)

#### Casa em Moledo | 1991-98

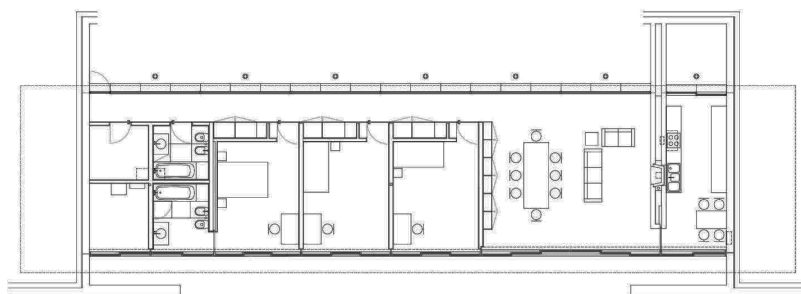
Ainda no decorrer da década de 90, quase que ao mesmo tempo que a Casa de Baião, a Casa de Moledo começou a ser erguida, daí desde já a proximidade em ambos os projectos. Esta busca para assistência na sua projecção e construção, é em diversas questões enunciadas na obra começada em Baião. Assim, a instrumentalização do sítio está de volta aos planos e desenhos de Souto de Moura que opta em Moledo por, uma reconstrução do terreno que vá de encontro e sirva à ideia do projecto e às necessidades dos clientes, tudo isto num estilo arquitectónico simples e claro que lhe é característico.

No que diz respeito à ruína especificamente, Moledo apresenta novamente a questão de Baião, mas aqui Souto de Moura, como a ruína se apresenta num ponto baixo do lote, opta pela preservação da mesma nesse mesmo local. Como a dimensão do terreno era considerável e permitia o percurso a pé desde o ponto mais baixo até à casa, tornando-o extenso, a estrutura da ruína surge como marcadora do acesso

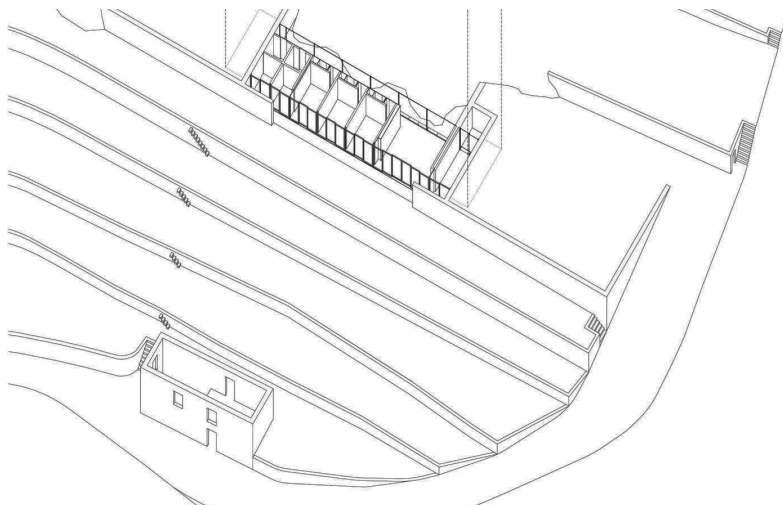
Aqui, tal como em Baião, o terreno é apresentado em forma de declive com estruturas em socacos de metro e meio de altura, o que não permitia o encostamento da construção ao muro da ruína. Derivado a esse factor, o terreno é refeito com desníveis de três metros cada, possibilitando assim que a casa se assumisse como mais um socaco, permanecendo idêntica toda a restante lógica de ideias: o último socaco serve como camuflagem à casa, embrenhado esta na natureza, e nas traseiras onde se ergue a parede de rochas, a sensação de abrigo e privacidade.

De facto, e como de resto é possível de perceber com a leitura do capítulo anterior, esta escolha do arquitecto na Casa de Moledo revela uma proximidade muito forte com o que fora feito na sua homónima, contudo nesta, a construção não se encontra encostada totalmente ao terreno. Aqui ela estrutura o próprio desnível mas afasta-se ligeiramente do terreno, tornando-se num maciço rochoso que se encontra junto ao corredor de circulação. A fachada oposta é também ela voltada para a paisagem, tal como as duas obras anteriormente estudadas, e encerrada por um plano de vidro. O único elemento que aqui contrariamente às outras contrasta com a irregularidade do terreno e o maciço rochoso, é a laje em betão que serve de cobertura. Pode-se dizer portanto que as questões que pautaram a implantação da Casa de Baião retomam, mas resolvidas de forma distinta.

101 | Planta - Casa em Moledo -  
Souto de Moura, 1991-98



102 | Axonometria - Casa em  
Moledo - Souto de Moura, 1991-  
98



Chiara Baglione a propósito desta comparação Baião/Moledo explica que *“Em Baião, (...) a costura rectilínea da fachada e da cobertura é disfarçada pela utilização de terra sobre a laje. Se nesse caso o tema central do projecto é representado pelo plano de vidro e alumínio contrastando com a ‘naturalidade’ dos blocos de granito dos muros, em Moledo o tema é aquele da cobertura, da casa como uma ‘mesa’. O valor da cobertura como um objecto ‘colocado’ sobre o terreno é acentuado por outro aspecto do edifício: durante a construção, foi descoberto um bloco único de pedra que o arquitecto decidiu deixar à vista, criando uma segunda fachada de vidro para o aclave da montanha. Por isso, o projecto assume o carácter de reconfiguração do terreno, de complementação de um sítio natural.”*<sup>69</sup>

69 BAGLIONE, Chiara, *Casa em Moledo*, Casabella nº664, 1999, pág. 39

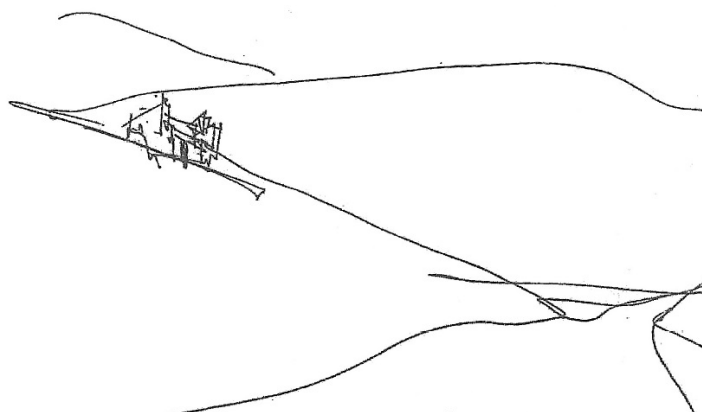
70 MONTEIRO, Ana Catarina Gomes Castro, *O Tema da Ruína na Obra de Eduardo Souto de Moura – Um reflexão sobre o valor da memória na prática de projecto*, Prova Final para Licenciatura em Arquitectura, FAUP Ano Lectivo 2008/2009, pág. 53

Se no Gerês a ruína assumia a obra de forma a esta ser para habitar e em Baião a ruína detém um certo carácter contemplativo com a função de jardim fechado, em Moledo a ruína está desprovida de qualquer utilidade. Simplesmente assume-se como um elemento escultório que organiza o percurso e que embeleza. *“É um elemento isolado, que pontua apenas uma pequena escadaria e que mantém o aspecto de abandono, factor acentuado pela vegetação que invade as paredes.”*<sup>70</sup>

A ruína aqui é vista de forma pictória, como um adorno que pretende ornamentar o local. Pode-se até estabelecer uma certa semelhança com o Romantismo, onde Souto de Moura procura pontuar o espaço de chegada, referenciando-o naquele enorme lote, mas sem lhe conferir qualquer função ou programa a não ser o contemplativo. Entenda-se que não quer isto dizer que estamos a afirmar uma atitude romântica por parte do arquitecto, simplesmente o respeito e a paixão nostálgica pela ruína que têm sido tema frequente nos trabalhos do próprio, a esta interpretação nos conduz.

Esta paixão nostálgica que o leva à manutenção da ruína pode até mesmo prender-se com a necessidade de revelar ou até mesmo inventar a memória do lugar, tal como fora analisado nas obras anteriormente referidas. Assim, a presença da ruína – mesmo só sendo resultado de um aproveitamento de uma estrutura existente para acentuar o efeito pitoresco do lugar – parece remeter também para a memória encerrando assim, o seu poder de evocação.

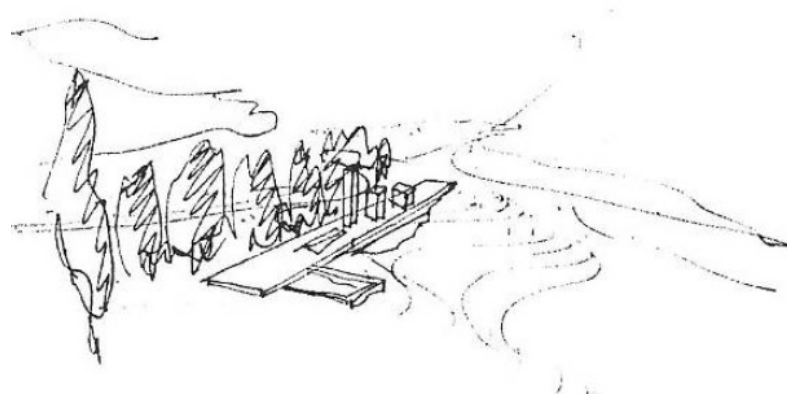
103 | Reconversão de uma ruína  
no Gerês - Esquisso de Souto de  
Moura



104 | Casa em Baião - Esquisso  
de Souto de Moura



105 | Casa em Moledo - Esquisso  
de Souto de Moura



Ao longo deste capítulo podemos então observar e estudar três casos práticos das obras de Eduardo Souto de Moura que demonstram através dos projectos para os locais, que a procura da preservação e o manter a história dos mesmos, passa por intervir no pré-existente (as ruínas), mas deixando na mesma os traços concedidos pelo tempo, contando assim a história que eles nos deixaram, mantendo e respeitando assim o seu legado.

A reconversão de uma ruína no Gerês e as casas em Baião e Moledo, pertencem a uma variante de casas abertas nos seus lados maiores; a paisagem longínqua – uma encosta, um rio, uma quinta fortemente arborizada – entra de forma franca nas habitações, transpondo os planos de vidro.

A importância adquirida pela paixão estudada de Souto de Moura para com o tema da ruína e o respeito ao que o passado nos deixou, faz com que em ambos os trabalhos ele use a ruína, assim como a própria paisagem envolvente, para conferir às habitações um carácter quase anónimo onde a intervenção humana não é praticamente sentida e a natureza toma conta: a arquitectura ‘invisível’. Tanto nas obras Reconversão de uma Ruína no Gerês, Casa de Baião e ainda a Casa de Moledo, que são de resto obras icónicas do arquitecto, destacam-se pela simplicidade volumétrica, e onde é notável a ausência de muros soltos, sendo por outro lado, muito forte a relação com o tema da caixa, de forma a que a habitação se embrenhe na vegetação e paisagem circundante. Assim, a harmonia entre os recursos – as matérias-primas naturais fornecidas pelo cenário natural e pela ruína, e as matérias artificiais simples como os planos em vidros e as lajes camufladas – fazem com que o lugar se torne novamente habitável e funcional assim como a história que as ruínas nos deixam, se mantêm intactas.

*“ (...) os projectos desenvolvem-se a partir de uma complexidade de envolventes, de ambientes urbanos, ou mesmo quando não são urbanos, de envolventes preexistentes. (...) Assim surge essa estratégia que nos diz que o que aqui necessitamos é de fechar porque, se está orientado a norte e faz frio, há que levantar um muro*



106 | Souto de Moura, Mercado Municipal, Braga, 1980-1984



107 | Souto de Moura, Reconversão do Mercado Municipal, Braga, 1999



*de pedra; ou se, pelo contrário, necessitamos de sol, resolve-se com vidro; se a esta parte quero conceder uma importância menor porque é uma zona lateral de passagem e quero evidenciar uma hierarquia entre percursos, então utilizo o tijolo porque é um material menos nobre.”*<sup>71</sup>

Assim, neste conjunto de obras, Souto de Moura adopta duas das três categorizações da obras relativamente à ruína e ao tema associado: na Reconversão de uma Ruína no Gerês ele adopta uma abordagem operativa à ruína usando-a para assim projectar o espaço habitacional; na Casa de Modelo claramente assume a de ruína contemplativa pois o afastamento da mesma face à casa, torna esta apenas um adorno de efeito pitoresco ao terreno. Em Baião os contornos tornam-se um misto dos dois pois tendo a construção sido erguida ao lado da ruína, inalterando-a, esta passa a funcionar como que um jardim à casa complementando-a.

A terceira categorização que nestas obras não se encontra presente é a de invenção da ruína onde o arquitecto aqui, através da alusão à memória, caminhos e vestígios deixados por algo que possa ter existido no passado, utiliza na sua própria intervenção. Assim alia a ideia de utilização do pré-existente à mesma, ao lugar a serviço da estratégia do projecto, criando algo inacabado em forma de ruína e que possa servir os intentos do cliente. O exemplo disso é o Mercado de Braga construído na década de 80.

Podemos então dizer que, Eduardo Souto de Moura envereda no seu trabalho, por um caminho oposto àquele que outros tomaram ao longo do tempo. Conforme o tempo avança e os pensamentos arquitectónicos vão evoluindo, a ruína que inicialmente era vista somente como contemplativa e representante de algo passado, foi-se aproximando cada vez mais, acabando por se tornar ferramenta do próprio espaço; Souto de Moura quebra essa ideia e segue precisamente a ideia oposta, em bom jeito Romântico, cada vez mais se afastando da ruína, não por receio da mesma, mas por uma questão de respeito ao seu legado, que defende ser mais importante.

*(...) Eu gosto das ruínas no sentido pedagógico, porque os edifícios caem e o que fica são as partes importantes, as frágeis vão à vida como acontece na natureza”*<sup>72</sup>

71 MOURA, Eduardo Souto, Gili, 1998, pág. 127

72 MOURA, Eduardo Souto de, TRIGUEIROS, Luiz (ed.), Eduardo Souto de Moura, Lisboa, Blau, 2000, pág. 34



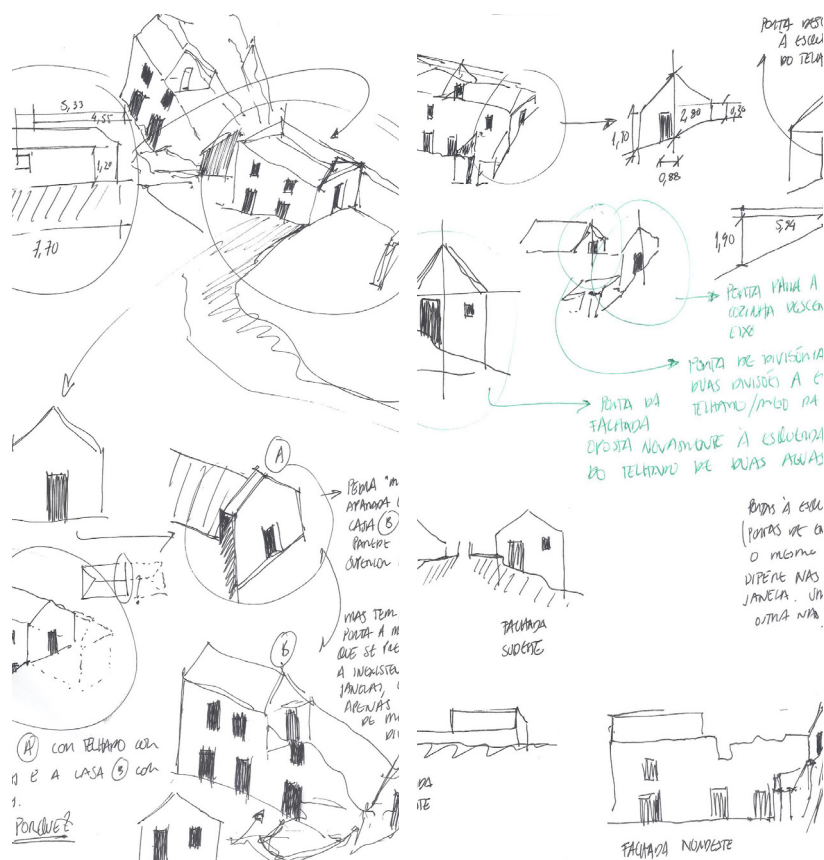
Resultados Aplicados  
Um Lugar. Três Ruínas. Uma Proposta.

Capítulo **4**

*(...) Projectar, planear, desenhar, não deverão traduzir-se para o arquitecto na criação de formas vazias de sentido, impostas por capricho da moda ou por capricho de qualquer outra natureza. As formas que ele criará deverão resultar, antes, de um equilíbrio sábio entre a sua visão pessoal e a circunstância que o envolve e para tanto deverá ele conhecê-la intensamente, tão intensamente que conhecer e ser se confundem.*

TÁVORA, Fernando in *Teoria Geral da Organização do espaço. Arquitectura e Urbanismo. A Lição das Constantes*, Porto: FAUP Publicações, 1993

108 | As primeiras inquietações em desenho no primeiro impacto com os objectos de estudo





## 4.1 Princípios de Intervenção

### 4.1.1 Reflexão Projectual

*“(...) a arquitectura dos próximos anos será marcada pela prática da recuperação. Recuperação e criação serão complemento e não especialidades passíveis de tratamentos autónomos. Reconhecer-se-á que a linguagem se adapta à realidade e para lhe dar forma. Tudo será reconhecido como património colectivo e, nessa condição, objecto de mudança e de continuidade. Os instrumentos de reconhecimento do real chamam-se História, a arte de construir a transformação chama-se Arquitectura.”<sup>73</sup>*

Assim defende Álvaro Siza que de forma a existir uma transformação mais lógica e coesa da memória, é necessário ao mesmo tempo que um conhecimento profundo e alargado da história da arquitectura, ter a capacidade de discernir e compreender o que é fundamental do acessório, assegurando o que é realmente importante e adicionando o que seja apenas necessário. A memória é a nossa identidade, a lembrança dos acontecimentos passados e no fundo, aquilo que nos define enquanto indivíduos e enquanto comunidade. Nesse sentido, é do nosso interesse dar-lhe a atenção merecida, observá-la, documentar e estudá-la de modo a ser-se capaz, da melhor forma possível, adaptar e transformá-la à realidade presente.

Nos tempos que correm, onde se multiplicam modelos e referências, mas acima de tudo onde se procura a afirmação e a diferença – mesmo que a regência desta siga parâmetros “aleatórios” –, intervir em edifícios históricos torna-se uma tarefa difícil e complexa que requer extrema sensibilidade, pois como já fora dito anteriormente, a aplicação de um método projectual único é pura e simplesmente impraticável/impossível. Mesmo assim, o uso de regras e regulamentos que guiem a intervenção é ainda constante o que dá ainda lugar a imensa polémica e discussão.

Numa era em que diariamente se superam limites e criam-se novos, a recuperação e reabilitação de edifícios pré-existentes também acompanha esta evolução, alterando-se formalmente quer transformando tipologias, quer adequando-se-lhes novos usos. Mudam-se partes, retiram-se e acrescentam-se outras, tudo em prol da melhoria do edificado e da sua área envolvente. Uma pré-existência representa uma oportunidade e um desafio ao arquitecto que, mediante a compreensão do valor do edifício – histórico, cultural, social, etc. – lhe deve retornar este em toda a sua glória passada e

<sup>73</sup> VIEIRA, Álvaro Siza cit por COSTA, Alexandre Alves, in *Identidade Nacional e Património Construído – arquitectura, cidade e território.*, comunicação efectuada a 18 de Abril de 2009, no Auditório da Fac de Direito da Univ. de Coimbra, sob o tema geral “O Património como oportunidade e desígnio”

109 | Carlos Prata e José Carlos Portugal, *Casa Luís Príncipe*, Caminha, 1987-1991

110 | Nuno Brandão Costa, *Casa na Serra d'Arga*, Caminha, 2005-2009



111 | Adalberto Dias, *Casa de Penha Longa*, Marco de Canaveses, 2006

112 | SAMI Arquitectos, *Casa E/C*, Ilha do Pico - Açores, 2005-2014



acrescentar nova. Esta reposição pode passar por diversas e distintas operações sendo que fará tão ou mais sentido, por exemplo, uma demolição a uma conservação e vice-versa, podendo ambas assumir radicalismos. Ao apropriarmo-nos de um monumento, toda e qualquer intervenção a fazer nele terá de ter o intuito de o respeitar como um todo o legado que encerra e certificar que este só sairá enriquecido.

A intervenção é a capacidade que o arquiteto adquire de dialogar com a pré-existência e o seu passado. Ele torna-se no intérprete do monumento, através das ferramentas e qualificações técnicas que dispõe, mas também porque reúne um profundo e adquirido conhecimento de como foi sendo feita a intervenção ao longo da história, e qual o valor histórico e artístico percebido no decorrer desse tempo até aos dias correntes. Entenda-se que este conhecimento não se trata de uma simples questão técnica, mas é também uma acção crítica multidisciplinar que apenas resultará positivamente se existir uma profunda e vasta formação de carácter cultural, histórico e artístico. Como foi dito acima e torna-se importante salientar novamente, a História é uma ferramenta que tem como objectivo enriquecer o projecto, mas que também pretende ser o ponto de partida para a nova arquitectura. Nunca poderá ser copiada, pois ao fazê-lo fica impossível acreditar, defender ou partir do princípio que o novo trabalho é melhor que o antigo. Já dizia Siza: “*repetir nunca é repetir*”.<sup>74</sup>

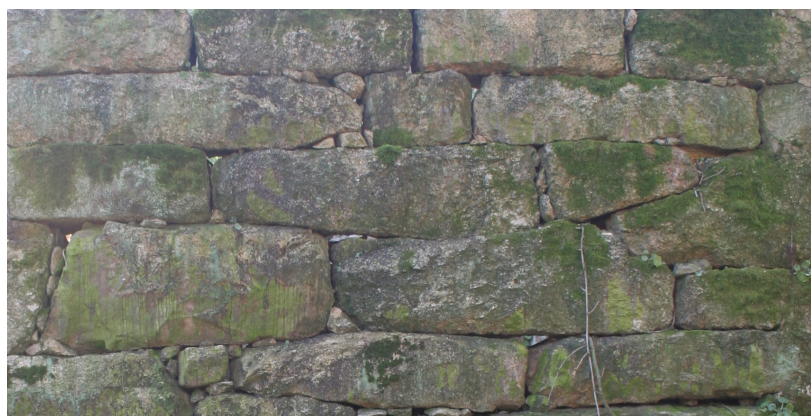
74 VIEIRA, Álvaro Siza in *Imaginar a Evidência*. Lisboa, Edições 70, 2000, pág.15

O acto de intervir é reconhecido por procurar prolongar a vida do monumento na linha do tempo, continuando ele a ser utilizado com a mesma finalidade ou outra completamente diferente, assumindo ou não as formas que tinha inicialmente; o importante é assegurar e garantir que a memória, ideias e sensações que ele transmite, subsista no presente. Através do compromisso estabelecido pelo arquitecto em assumir esse passado impossível de contornar, este prolongamento de vida deve ser correctamente interpretado e projectado para o futuro.

113 | Relação novo e preexistente - material para contraste em madeira destratada, pela sua materialidade de desgaste com o tempo de forma a envolver-se mais rapidamente com a sua envolvente



114 | Relação novo e preexistente - material preexistente em alvenaria de pedra de granito



#### 4.1.2 Estratégia Conceptual

Após o primeiro impacto perante as preexistências, verificou-se que estávamos perante construções que apresentavam tanto qualidades, como potencialidades para sustentar o seu fundamento de proposta para a recuperação/intervenção. Trata-se de construções com boa implantação e inserção no terreno, volumetricamente dispostas sobre paredes de granito que permitiam uma clara projecção a partir do existente ao invés de optar por uma construção de raiz.

Desta proposta, duas temáticas surgiram com destaque, evidenciando-se perante quaisquer outras: por um lado a da ruína (pré-existência); por outro a ligação entre o que já existe face ao que poderá ser adicionado. No primeiro caso, no que diz respeito às ruínas, o processo passou pelo entendimento das lógicas por detrás do edificado e o que o levou a lá estar, tornando-se necessário a análise e compreensão do mesmo, ao mesmo tempo que nos inteiramos da sua história, o que permitiu, uma interpretação mais exacta do mesmo enquanto objeto de estudo. Esse trabalho foi realizado e apresentado no primeiro capítulo (Descrição do Problema), e teve como objetivo, como também já foi referido, tirar partido do potencial das estruturas pré-existentes e projetá-las em direção do seu uso futuro.

*“O projecto de uma nova arquitectura não só se aproxima fisicamente á já existente, se relaciona visual e espacialmente com ela, mas além disso, estabelece uma verdadeira interpretação do material histórico com o que se mede, de modo que este é objecto de uma verdadeira leitura que acompanha explicita ou implicitamente a nova intervenção na sua global significação.”<sup>75</sup>*

Partindo então deste pressuposto, a proposta interventiva pretende a partir do já pré-existente, fundir o antigo com o novo de forma natural e uniformizada, criando o equilíbrio e a ponte entre ambos os períodos cronológicos. Assim esta obra de intervenção destina-se tanto a defender, manter e a preservar o nosso património vernacular, ao mesmo tempo que lhe confere novos elementos distintos que tanto se adaptem às novas realidades como às necessidades inerentes dos dias que correm. Da mesma forma que o tempo avança e as tecnologias sofrem avanços constantes, também as formas de habitar “evoluíram”, tornando-se necessário para não dizer essencial, adaptar o já existente a todos esses avanços, permitindo-lhe a continuidade e uso no presente.

75 MORALES, Ignasi de Sola, in *Intervenciones*, ed. Xavier Costa - Barcelona, Gustavo Gili, 2006, pág. 35



115 | Imagem conceito -  
*Dovecote Studio*, Haworth  
Tompkins, Suffolk - UK, 2009



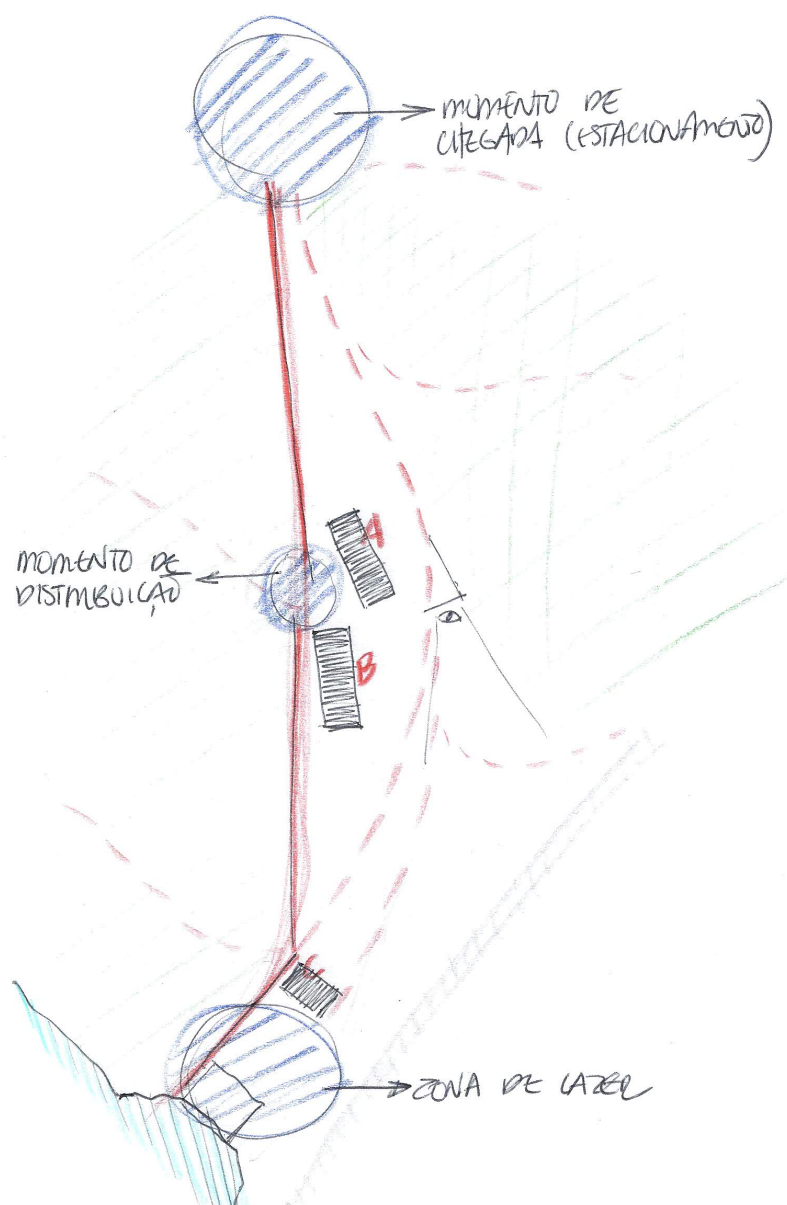
*“A introdução das novas funções ou, até, das novas necessidades ambientais ou de conforto, retiram ao objecto em vias de “passar à eternidade” de qualquer neutralidade abstracta e colocam a contemporaneidade como tema paralelo e obrigatório. A actualização da pré-existência vai cruzar contradições no método projectual e obrigar à heterodoxia.”*<sup>76</sup>

Contudo é perante esta questão que incide a segunda temática. A presença simultânea de dois tempos cronológicos dá origem à problemática de como fazer conjugar novas estruturas em algo que já existe, e arranjar como já referido anteriormente, forma de estes se fundirem de forma aprazível e harmoniosa. Esta conjugação das estruturas pré-existentes com as novas acrescentadas pretende conferir às construções, um carácter intemporal e único. Essa nova “imagem” fica marcada e é conseguida tanto pela continuidade da presença das paredes graníticas, como pela introdução de uma caixa em madeira no seu interior, permitindo manter a sua essência mas ao mesmo tempo atualizá-la. O procedimento passou então pelo contraste dos planos homogêneos da caixa de madeira com os irregulares das paredes já existentes, fazendo sobressair o ‘novo’ do ‘velho’, podendo os dois ser diferenciados à vista desarmada, mantendo a autenticidade de cada elemento, e o respeito pela identidade de cada tempo.

A intenção de projeto assentou então na premissa de assumir o ‘novo’ em relação ao ‘velho’ propondo uma construção nova dentro da ruína de forma a manter a sua integridade, tentando assim assumi-la como um ‘cenário’ a preservar para usufruto estético e afirmação da sua presença simbólica no vale.

Este processo é muitas vezes intuitivo e resulta da sensibilidade do arquitecto face ao que já existe, fazendo com que as escolhas e opções tomadas sejam mediante a interpretação única do próprio. Isto ditará o que fica, assim como o que sai e/ou é acrescentado. Seguindo esta ideia, foi feito então um entendimento da organização espacial que existia e como lhe era possível inserir o novo programa, realizando as alterações que pareciam necessárias à encomenda e que atendessem às necessidades do conforto e habitar dos dias de hoje.

<sup>76</sup> COSTA, Alexandre Alves  
in *Cumplicidades*, Jornal dos  
Arquitectos, 213, 2003, pág. 42



116 | Esquema de acessos e distribuição na área de intervenção

## 4.2 Proposta de Intervenção

### 4.2.1 Programa|Articulações

Como referido no capítulo 1, inicialmente, o programa era algo que não estava definido, tendo sido feito apenas dois requisitos por parte do proprietário; algo rentável e, uma área que pudesse ser utilizada pelos familiares em épocas pontuais ao longo do ano. Assim, fruto das circunstâncias oferecidas pelo local à prática da caça (corrente na região) e com ‘carta branca’ dada pelo proprietário, o programa firma-se como um Abrigo para Caçadores em que se usufrui da implantação e inserção das preexistências no terreno.

Apesar da intenção no edificado ter como premissa assumir o ‘novo’ em relação ao ‘velho’, a intervenção no terreno, teve como objetivo o de manter imperceptíveis as transformações drásticas na paisagem, de modo a que a sua imagem continuasse ‘intacta’ para quem faz a travessia de comboio, único momento onde é possível contemplar as atuais ruínas.

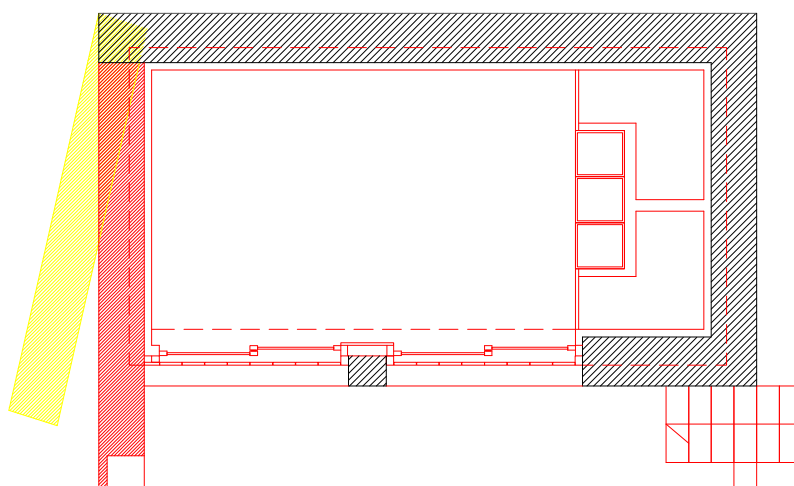
Deste modo para aceder ao abrigo, privilegiou-se o acesso feito a Este do terreno, mais recatado e escondido por entre a vegetação, pela Rua dos Lameçais que apenas é utilizada para aceder à área de intervenção. Inicialmente, o objetivo seria o de manter o percurso exatamente como se encontrava, mas dado o difícil acesso optou-se por segmenta-lo de forma a combater o acentuado desnível de 65 metros de chegada ao abrigo. Assim, o acesso automóvel é possível através da entrada pela Rua dos Lameçais que se encontra à cota 235, até à cota 196 onde é proposto um local para parquear as viaturas. Desse estacionamento até ao abrigo, é proposto um acesso pedonal mais simples e direto, composto por escadas, de forma a chegar à cota do espaço de distribuição que se encontra a norte das casas A e B. Este espaço distributivo, exterior, dá acesso imediato a estas duas primeiras casas, e também à continuação do percurso de forma chegar ao celeiro, a área social do abrigo, e à piscina natural que se propõe através da retenção da água do riacho existente no local. Relativamente ao percurso feito pela zona Oeste do terreno, optou-se pela anulação do mesmo devido ao seu acesso ser perigoso, uma vez que é feito pela travessia da linha férrea, onde não existe qualquer tipo de sinalização.

Este percurso/acesso proposto – sempre feito pelas ‘costas’ dos edifícios – é o único elemento proposto de carácter urbanístico, sendo que toda a restante área de intervenção se manterá conforme se encontra de momento, mantendo assim a identidade do lugar, uma vez que foi o ponto de partida para definir o programa.

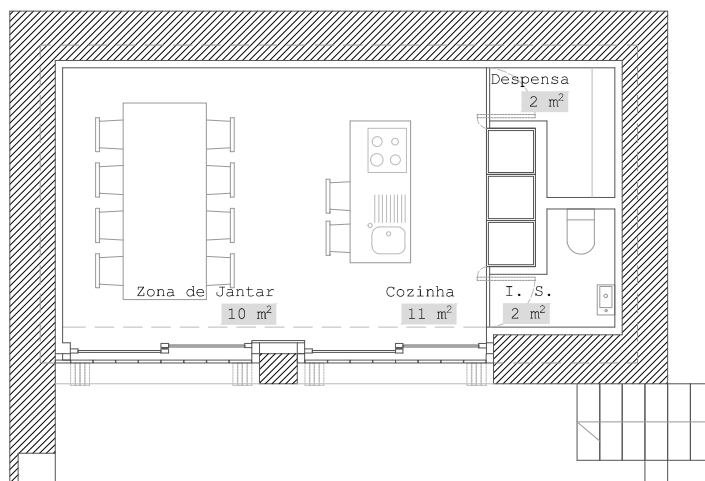
## CELEIRO

117 | Celeiro | Piso 0 - Vermelhos e Amarelos \_ 1/100

Amarelos - Demolições  
Vermelhos - Construção nova



118 | Celeiro | Piso 0 - Planta de áreas \_ 1/100





*“No começo tenho sempre em mente o que se vai passar num edifício e posso apoiar-me - se for necessário - sobre modelos existentes. Há todavia um momento em que é conveniente libertar-se, emancipar-se daquilo para o que a função nos transporta, nos obriga. Não é fácil. O processo de criação arquitectónica habita um labirinto e as pesquisas progridem em zig-zag. Quando pensamos ter encontrado uma ponta da resolução; verificamos. Se funciona; guarda-se. Se não funciona; recomeça-se.”*<sup>77</sup>

Com três preexistências inseridas na área de intervenção num raio de 40 metros, ambicionava-se para as mesmas, um programa que pudesse ser rentável ao proprietário, mas que não fosse mais um complexo de turismo em ambiente rural. Assim, nos 180m<sup>2</sup> de área útil disponíveis entre os três edifícios, e atendendo ao requisito do cliente, optou-se por distribuir o programa para o Abrigo de Caçadores em duas áreas: a área social associada ao celeiro, por se encontrar mais afastado e por ocupar uma posição mais vantajosa no terreno; e a área semi-privada associada à casa A e B por estarem próximas, e por possuírem uma maior área útil entre elas.

77 VIEIRA, Álvaro Siza in Álvaro Siza: Uma questão de medida, Casal de Cambra: Caleidoscópio, 2009, pág 204

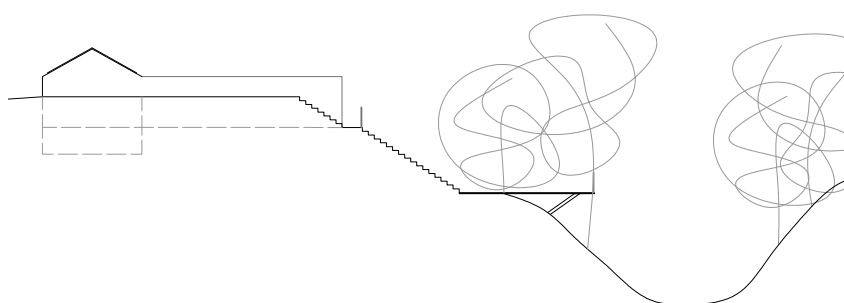
### **Celeiro**

A área social situa-se a Oeste, no limite do terreno com a linha férrea à cota 182 (12 metros acima da linha), onde o celeiro é adaptado de forma a poder ser utilizado para os convívios. Assim, nos 28m<sup>2</sup> disponíveis, as áreas propostas que lhe estão associadas são a de uma cozinha, uma zona de refeições, uma instalação sanitária e uma despensa.

A chegada é feita pela eira, a Sul, por umas escadas que nos levam a um patamar que se encontra à cota de entrada do celeiro, e também, ao acesso que nos leva a uma plataforma em madeira, à cota 179, proposta sob a piscina que se propõe aproveitando as águas do riacho que passa no local. Assim, divide-se o espaço exterior da área social em duas zonas com a eira, ensolarada, a funcionar como um prolongamento do interior do celeiro, e a plataforma em madeira escondida na vegetação, como um espaço mais recatado e com uma atividade mais lúdica associada.

A entrada é então feita pelas duas janelas de correr que se abrem para a eira, possibilitando o uso da mesma como uma expansão da área de refeições. No interior, a eixo de cada uma das aberturas para o exterior temos a cozinha e área de refeições em *open space* de forma a maximizar a pequena área disponível. A instalação sanitária e despensa encontram-se à direita, atrás do mobiliário da cozinha, com as entradas dissimuladas pelos armários.

119 | Perfil do celeiro \_ 1/200



120 | Perfil da Casa A e B \_ 1/200



O objetivo inicial seria o de manter intactas todas as paredes das preexistências, mas aquando o levantamento se percebeu que a parede Este teria sido dissimulada, pareceu mais conveniente voltar a propô-la ao estado original. Esta solução foi apoiada com as conversas tidas ao longo do tempo com o proprietário, acabando por se tornar uma solução vantajosa a nível do controlo de espaços.

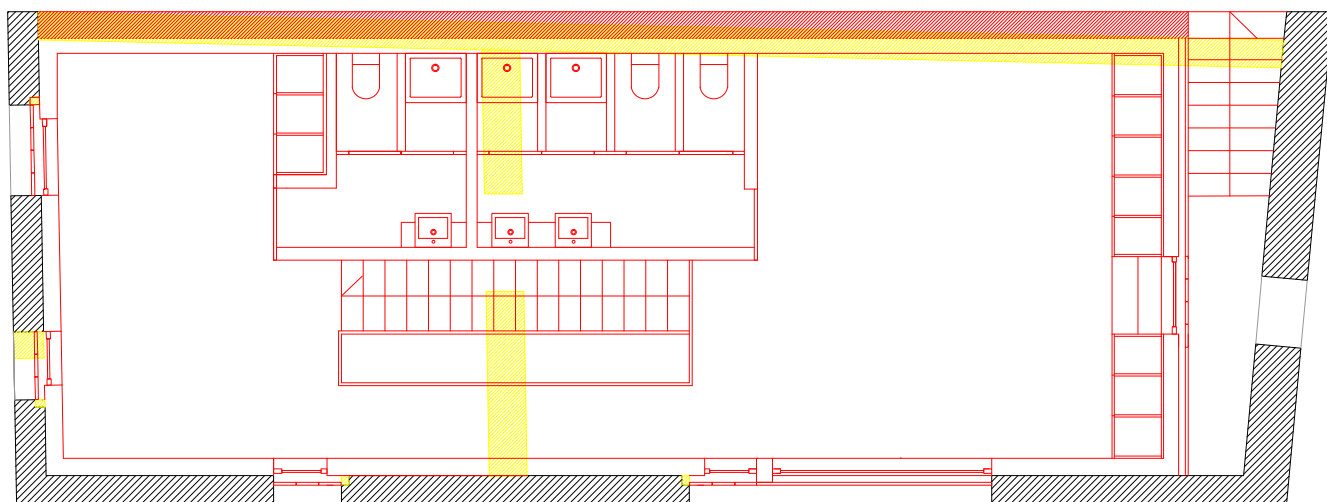
### **Casa B**

Esta preexistência terá como função albergar uma das zonas semi-privadas, neste caso os dormitórios/camaratas, por possuir a maior área útil disponível, e por ser a que se encontra mais próxima ao celeiro. Esta intenção é movida pela particularidade de serem dois espaços que funcionarão em conjunto. Assim, de forma a dar continuidade ao programa proposto para o celeiro, as áreas propostas para esta casa são: no piso superior dois dormitórios, com características diferentes, e dois balneários/instalações sanitárias; no piso inferior a sala de estar, a sala de jogos, a instalação sanitária, uma pequena zona de preparação de refeições e lavandaria.

Com implantação à cota 178 e estando o acesso ao conjunto à cota 183 pelo espaço distribuidor (proposto nas traseiras do edifício), a chegada é feita por um lance de escadas em granito embutidas no próprio edifício, que nos leva até ao pequeno terraço, criado no primeiro piso com o afastamento da caixa em madeira do limite da preexistência. Desse terraço, há a possibilidade de entrar diretamente para os dormitórios/camaratas, ou então, traspasar o vão – mantido do alçado preexistente (como memória) – e descer outro lance de escadas que faz chegar ao patamar da cota de entrada para o piso inferior.

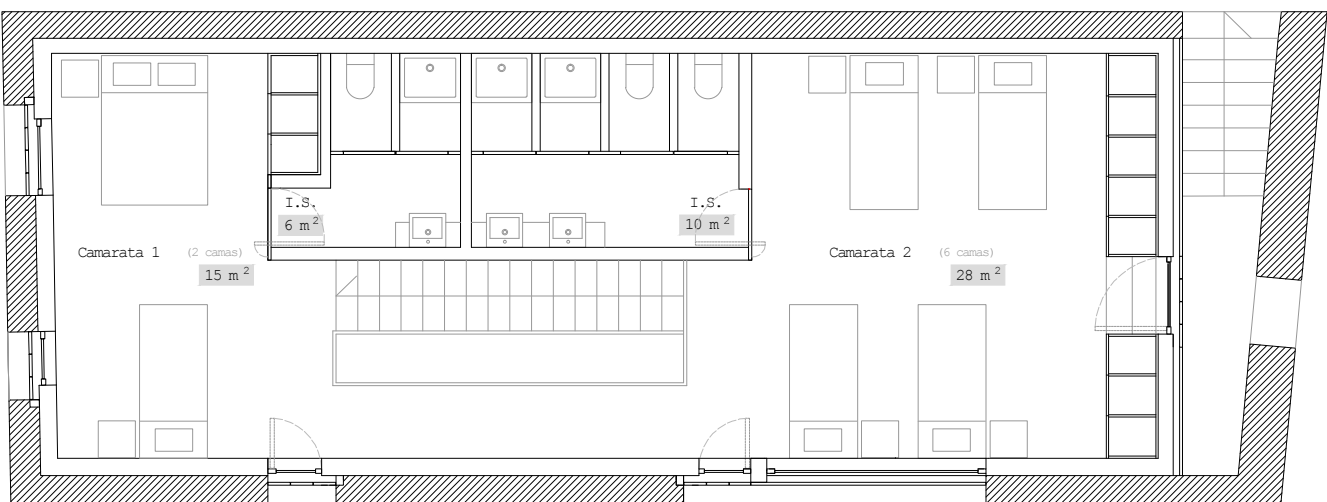
Como se trata de um programa direcionado a um público-alvo diferente, composto por grupos de maior dimensão, e como a intenção do exterior passa por este se manter quase intacto, proporcionando os mais variados percursos, aqui não existirá uma entrada oficial, sendo o acesso para o edifício possível de ser feito pelos dois pisos; a Oeste no terraço do primeiro piso; ou então, a Norte pelas três aberturas do piso inferior.

A introdução do programa em dois pisos foi uma ação instantânea, mas o pé direito livre do interior do edifício não era o suficiente para considerar essa atitude imediata sem pôr em causa a dissimulação altimétrica intencionada para a caixa proposta relativamente à preexistência. Assim, a solução passou por enterrar o piso inferior 0.50cm da cota de entrada, de forma a ter uma altura confortável tanto no piso inferior como no superior.

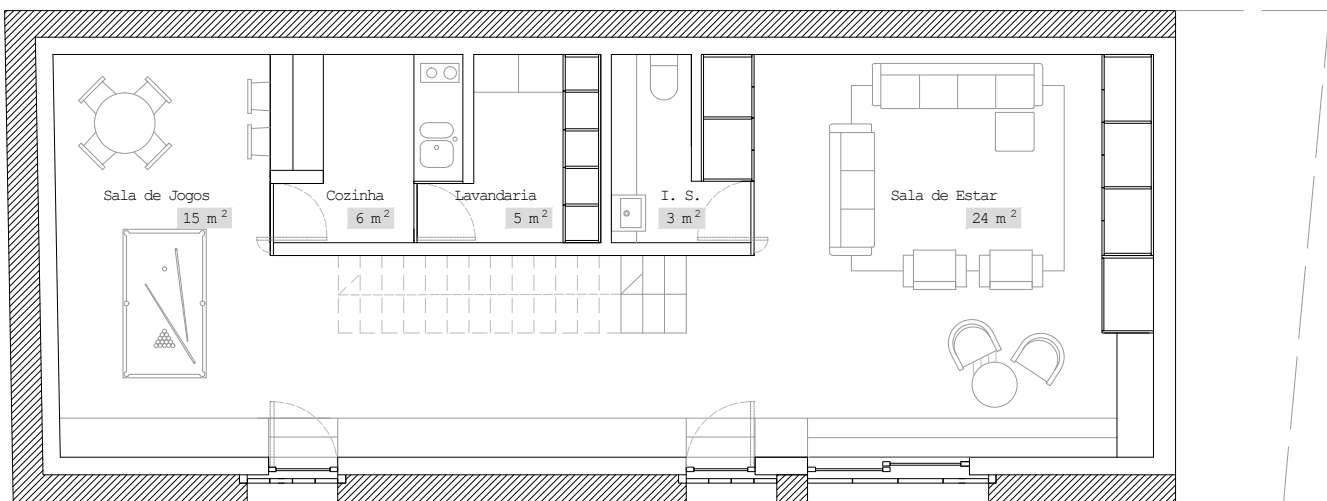


121 | Casa B | Piso 1 -  
Vermelhos e Amarelos \_ 1/100

122 | Casa B | Piso 0 -  
Vermelhos e Amarelos \_ 1/100



123 | Casa B | Piso 1 - Planta de  
áreas \_ 1/100



124 | Casa B | Piso 0 - Planta de  
áreas \_ 1/100

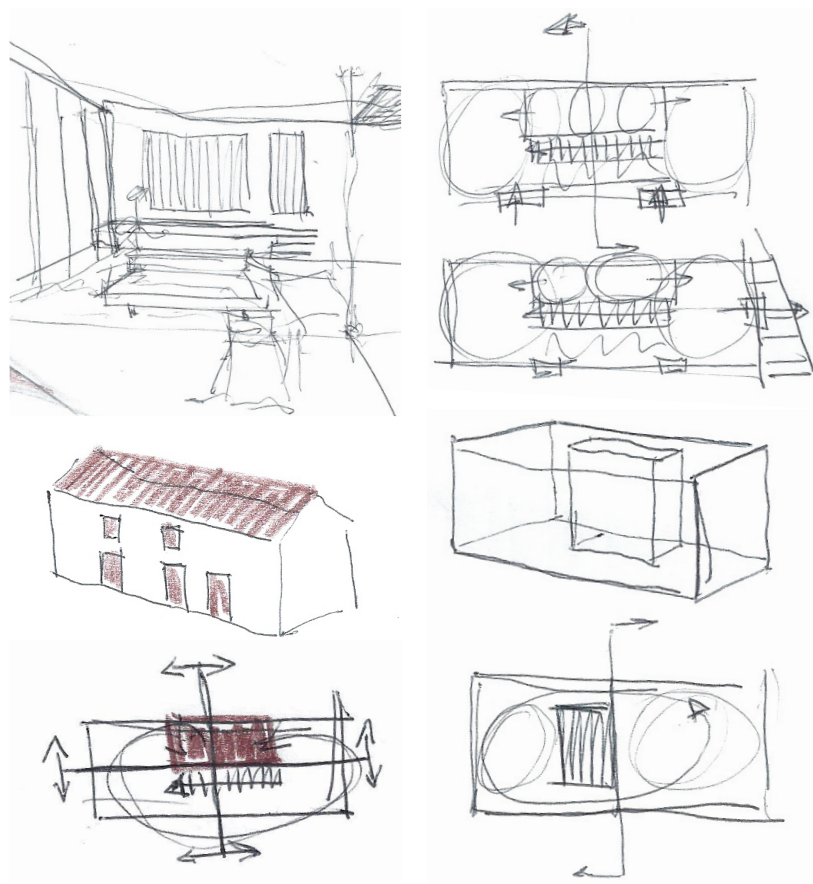
No interior, o objetivo passou por tirar o maior proveito da área disponível propondo uma caixa colocada adjacente à parede a Norte e a eixo dos dois vãos existentes com as áreas de serviços: no piso inferior a instalação sanitária, a lavandaria e a zona de preparação de refeições; no piso superior com as duas instalações sanitárias/balneários. Assim, todo o espaço em torno dessa caixa se mantém em aberto e sem barreiras visuais, potencializando uma maior convivência de espaços. A escada de acesso ao primeiro piso também é vazada de forma a manter essa permeabilidade, e surge adjacente à caixa de serviços, afastada 4cm, manifestando-se como um elemento escultórico, solta das paredes e com um carácter de divisória entre a sala de estar e a sala de jogos.

No primeiro piso, à direita, temos a primeira camarata/dormitório com capacidade para duas/três pessoas, que consiste numa cama de casal e uma cama de solteiro, pensada na possibilidade de no grupo que usará o abrigo, possa haver um casal com algum filho, ou até mesmo alguém que não queira partilhar o quarto e queira uma solução mais privada. Esta área é servida por uma instalação sanitária que possui um lavatório, um chuveiro e uma sanita, as duas últimas separadas. À esquerda, temos a segunda camarata, com capacidade para seis pessoas, esta com características diferentes da primeira, possuindo dois beliches e duas camas de solteiro, fomentando assim o convívio e partilha que se pretende para o abrigo. Esta área também é servida por uma instalação sanitária com as mesmas características que a primeira, com mais um módulo de cada peça sanitária, visto ser para usufruto de mais pessoas. A parede a Oeste, onde se localiza a entrada pelo terraço, foi proposto um revestimento total em armários, de forma a criar um armário para cada pessoa e o restante para arrumos de utilidades que estejam inerentes à logística de alojamento.

A entrada de luz no piso superior era feita então por cinco aberturas, quatro delas já existentes, e uma criada a eixo das escadas na parede Oeste da caixa, que recua da linha de pedra do alçado existente. O sexto vão surge da vontade de manter a fachada Norte com o aspeto ruinoso, propondo um rasgo pelo interior, com a abertura das portadas feita apenas no sítio onde antes se encontrava também uma abertura, e com a janela de correr para o interior da caixa – como acontece nas demais. No restante rasgo, as portadas mantêm-se fixas pela incompatibilidade da pedra, mas com a possibilidade de abrirem interiormente. Já no piso inferior, a iluminação é feita pelas três aberturas existentes, com as duas à direita mantidas intactas, e na terceira, com a sala de estar associada, foi forçada a necessidade de alargar o vão, que se encontra 0,50cm acima da cota interior, abrindo a sala para o exterior e aumentando a entrada de luz natural.



125 | Esquços de organização espacial para as preexistências



### **Casa A**

Aqui visa o requisito do proprietário, um espaço destinado aos familiares, a ser utilizado esporadicamente, mas sem demover o programa pretendido. Assim, a Casa A poderá exercer duas funções, a primeira como ‘casa de férias’ e a segunda como uma continuidade da Casa B e Celeiro. Deste modo, os usos de atribuição a esta preexistência foram mais vocacionados para a possibilidade de poder subsistir sem o celeiro (no caso da função ‘casa de férias’), propondo um programa em que no piso inferior coloca-se a entrada mais ‘formal’ da habitação, com a suite, uma pequena lavandaria e o acesso vertical feito por escada; no piso superior, um quarto (com possível divisória para dois), uma instalação sanitária, uma cozinha em formato kitchenette para a sala de jantar e a sala de estar.

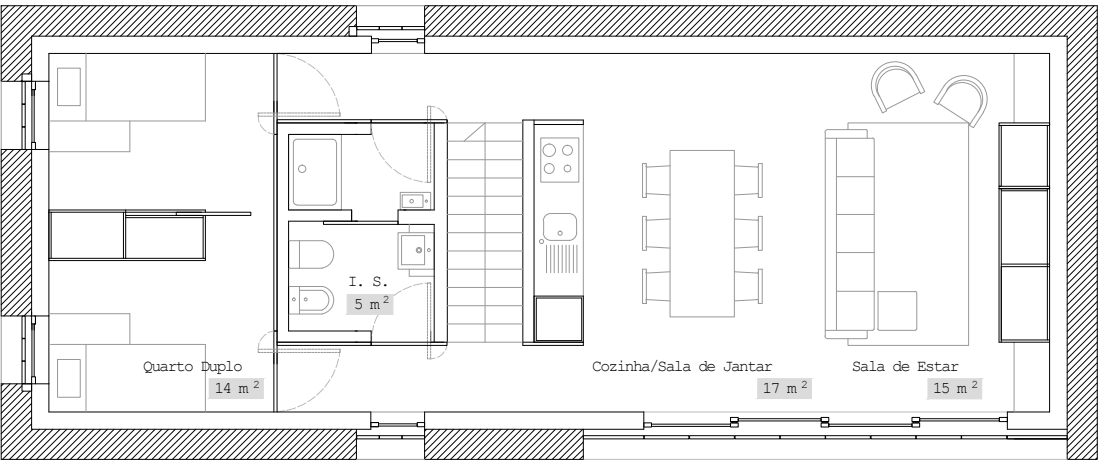
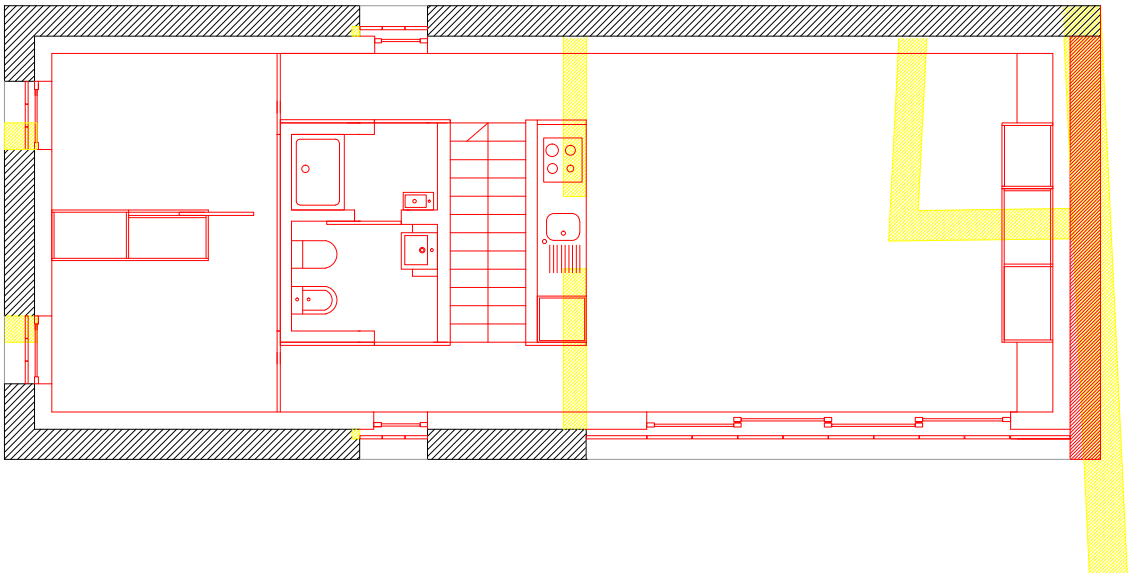
Apesar da diferente cota de implantação entre as duas casas, a chegada à casa A é feita pelo mesmo espaço distribuidor que a casa B, existindo a possibilidade de usar o mesmo lance de escadas até à cota do piso do terraço da casa B, e continuar por rampa até ao momento de entrada para a casa A. A segunda opção, poderá ser feita pelo patamar de chegada das escadas que chega da plataforma de estacionamento automóvel, que se encontra à cota 183.5, e que em rampa, se torna mais direta a entrada à cota do primeiro piso do edifício, ou então descer o lance de escadas até à cota do piso inferior à cota 180.

Mais uma vez, procurou-se aplicar a intenção de manter as paredes existentes, mas apenas com 30m<sup>2</sup> disponíveis em cada piso, essa opção inicialmente não era viável para o programa pretendido. À medida que se fazia o levantamento, e com a curiosidade de ver todos os pormenores existentes, percebeu-se que uma das pedras caídas no local tinha a forma de ombreira e respetiva perfuração para travamento. Posteriormente, falando com o proprietário, constatou-se que a casa primitivamente não seria apenas o que apresentava, e o que se pensou serem muros de contenção de terras, eram na verdade as restantes paredes do edifício que teria então o dobro da área atual. Beneficiando com esta descoberta e com a necessidade de espaço para albergar o programa ambicionado da melhor forma possível, optou-se assim por estender a caixa até ao muro/parede a Oeste, reavendo o espaço que outrora lhe pertencera.

Tal como aconteceu na casa B, o pé direito livre interiormente não era o suficiente para acondicionar dois pisos com uma altura confortável, assim, tomou-se a mesma atitude de rebaixar o piso térreo – neste caso na suite – mantendo-se a entrada e a lavandaria à cota do exterior, ficando com um pé direito de 2.4m.

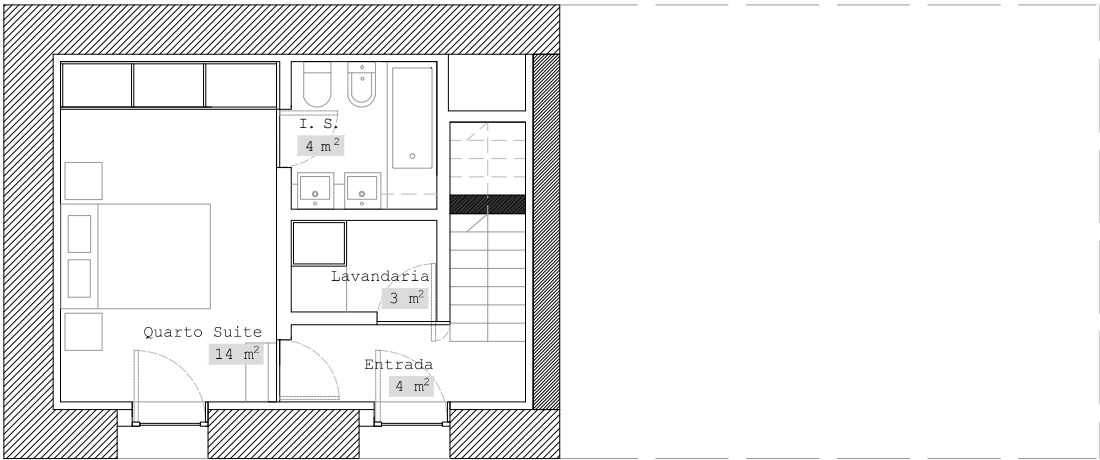
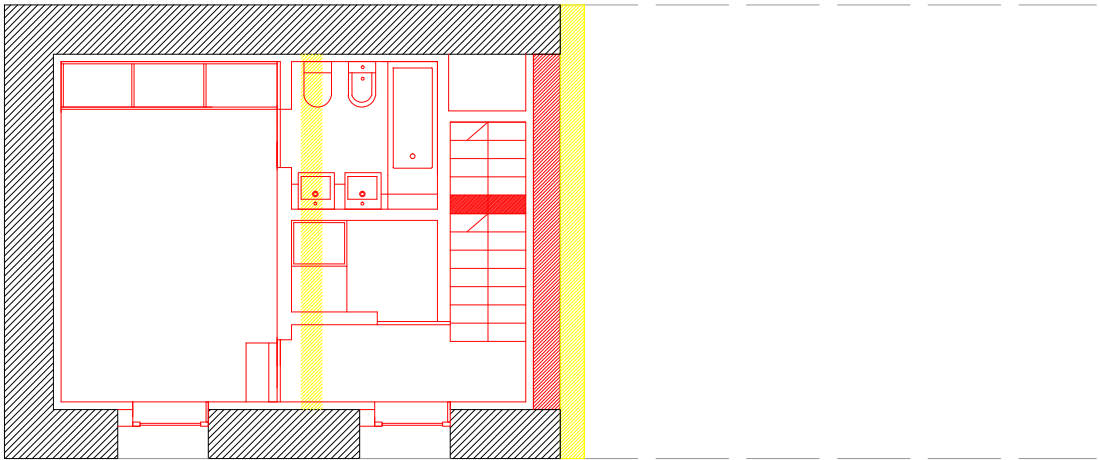
126 | Casa A | Piso 1 - Vermelhos e Amarelos \_ 1/100

127 | Casa A | Piso 0 - Vermelhos e Amarelos \_ 1/100



128 | Casa A | Piso 1 - Planta de áreas \_ 1/100

129 | Casa A | Piso 0 - Planta de áreas \_ 1/100

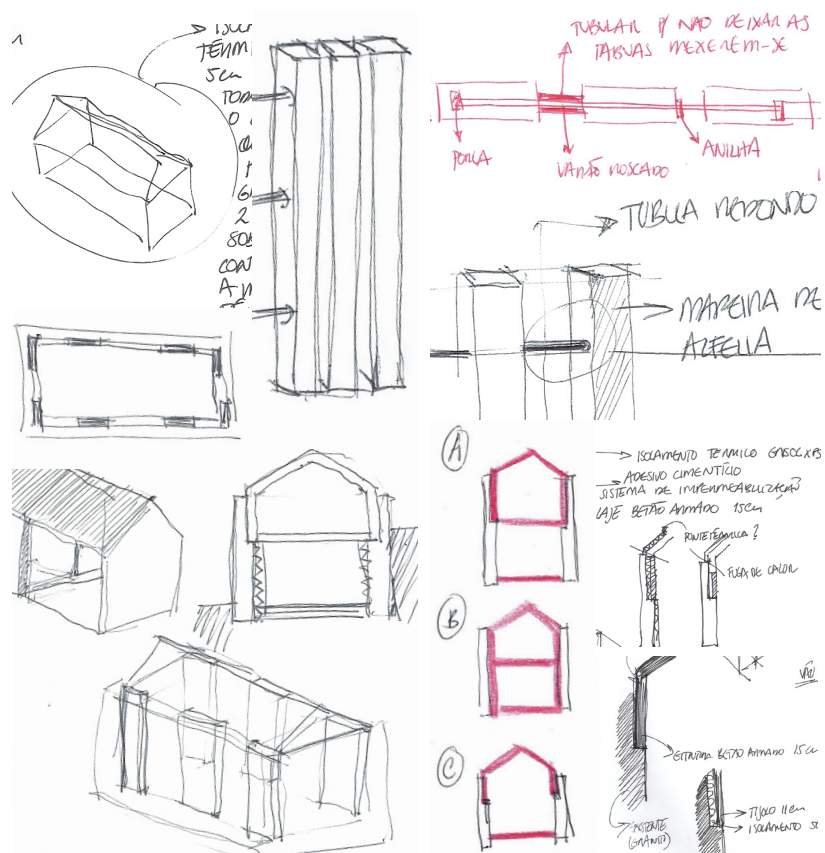


Na distribuição programática, seguiu-se o mesmo pensamento tomado para a casa B, assim, todos os espaços de serviço – neste caso, instalações sanitárias, cozinha e lavanderia – são agrupados numa caixa, de forma a distribuir os espaços da melhor maneira. Colocada estrategicamente a meio da preexistência e de modo a não obstruir nenhum vão existente, cria duas passagens de acesso da área social ao quarto, facilitando a transformação – caso seja necessário - de um quarto em dois, possuindo assim uma entrada independente para cada um. Entre a cozinha e a instalação sanitária, é feito o acesso ao piso inferior, criando um ‘vazio’ no volume que é transposto como um ‘cheio’ para a face da parede a Oeste na sala de estar, como um armário. Na face voltada para a zona social, a caixa converte-se em cozinha, que com o carácter de kitchenette, torna a área sociável da habitação numa zona em open space com uma área aproximadamente de 30m<sup>2</sup>. Com duas janelas de correr a eixo da sala de jantar e sala de estar, este espaço possui ainda a possibilidade de usufruir também da leira existente que se encontra à mesma cota.

Numa primeira proposta, esta caixa teria aproveitamento no piso superior, sendo o acesso pelo quarto (algo semelhante a um sótão), de forma a criar um espaço de utilização nas mais variadas vertentes – quarto, espaço de brincar, zona de trabalho, etc. Com a evolução do projeto, o pé direito disponível deixou de ser suficiente para poder manter este espaço, tornando-se a única maneira de preservar o conceito de caixa, o de subir as paredes até à laje da cobertura e manter a madeira de revestimento à altura dos vãos, criando a ilusão de uma caixa fechada.

Houve também uma preocupação relativamente à entrada de luz, especialmente na fachada a Este no quarto do piso superior, onde as aberturas existentes sendo insignificantes, criou a necessidade de alarga-las. Assim optando-se por dispô-las na mesma linguagem dos vãos das fachadas Norte e Sul, dissimula-se esta opção, tomada meramente por questões de iluminação natural na área do quarto.

Volumetricamente, o objetivo passaria por introduzir a ‘caixa’ de duas águas no existente, mantendo a pele em pedra intacta, mas o facto de a casa A não ter as mesmas características que a casa B e celeiro relativamente às fachadas nos topos, a caixa assumia demasiada predominância em relação às duas preexistências atrás descritas, perdendo por completo a intenção de unidade. Assim, optou-se por ampliar a fachada Este e Oeste da casa A – conforme a casa B e celeiro – até à cobertura, expondo o telhado de duas águas, sem ostentar a caixa no seu interior.





#### 4.2.2 Solução Construtiva

*“(...) a sobreposição de uma arquitectura sobre outra pré-existente pode transformá-la, com o fundamento de determinar uma nova composição. Isto é, mais do que introduzir uma nova peça arquitectónica, trata-se de transformar a existente procurando outras intenções que não se limitam a manter a estrutura da forma, quando ao desejo de incorporar uma nova composição, com uma nova estrutura que desemboca numa outra ideia do edifício. Deste modo, a arquitectura resultante funde-se com a anterior num organismo novo – novo na sua estrutural formal, no seu significado, e no modo de utilização do edifício.”<sup>78</sup>*

O sistema construtivo foi essencial para adaptar as preexistências às exigências impostas pelo novo programa, fazendo das caixas propostas uma reinterpretação, traduzida pela simplicidade construtiva, respondendo objetivamente às condições de conforto inerentes ao habitar contemporâneo. Através da opção formal e cromática da solução construtiva, procurou-se atribuir unidade ao conjunto, não só pela proximidade volumétrica face ao edificado pré-existente, mas também o de reforçar esse intento pelos volumes forrados em madeira dispostos nos três edifícios.

78 DIAZ, Gonzalo Diaz in *Reabilitação, Arquitectura Ibérica*, nº12, pág. 19-20

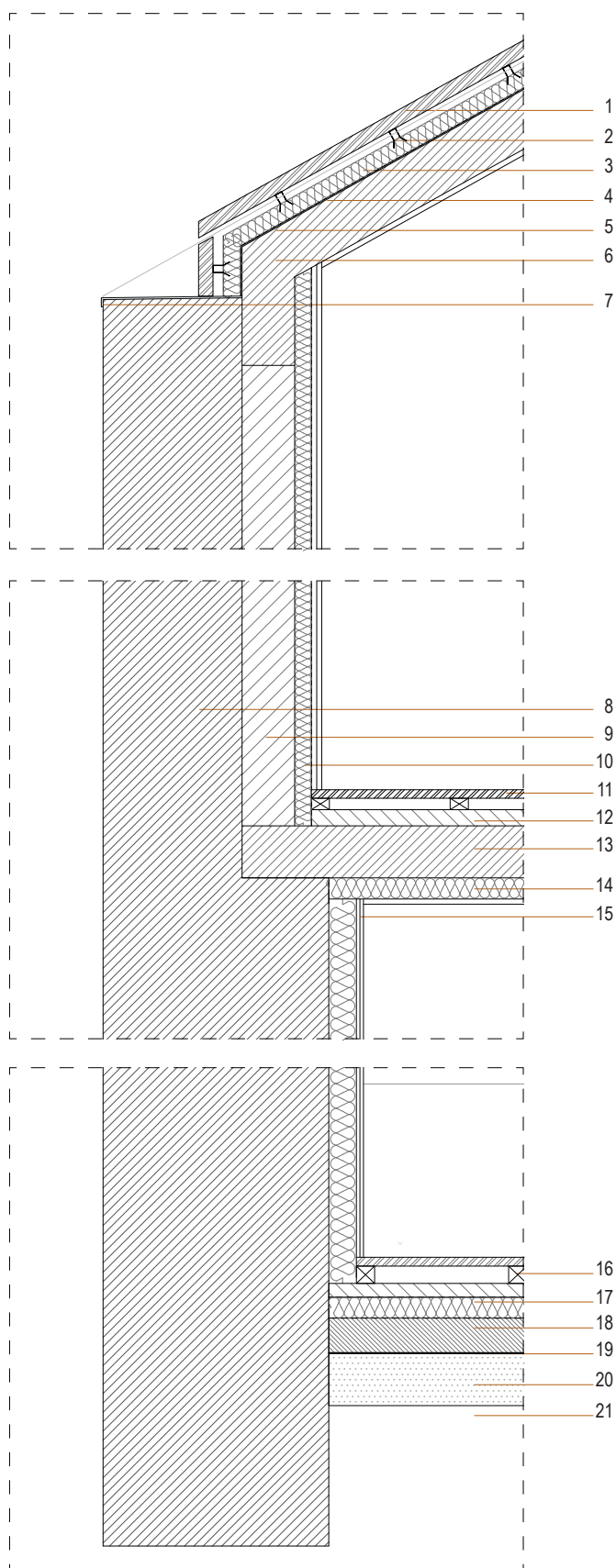
Pretende-se um espaço depurado, caracterizado pela simplicidade e clareza geométrica dos planos, onde predomina a homogeneidade da caixa de madeira em contraste com a textura crua e irregular dos planos das paredes exteriores. Com a cor branca nas paredes e tetos, pretende-se para o interior um espaço aberto à contemporaneidade, dando maior luminosidade ao espaço interior aumentando, também, o contraste entre exterior e interior, potencializando relação entre ambos.

A solução construtiva passa pela proposta de uma caixa em madeira destratada, que na realidade surge apenas como revestimento exterior, assumindo-se estruturalmente com um esqueleto em pilares de betão hidrófugo com 15cm x 40cm colmatados com alvenaria de blocos de betão com 10cm e isolamento térmico de 7cm revestidos com dupla placa de gesso cartonado com acabamento a tinta branca. Na casa A, esta estrutura está assente na saliência existente nas paredes exteriores, sendo o revestimento do piso inferior com revestimento também constituído por dupla placa de gesso cartonado associada a uma camada de isolamento térmico com espessura de 10cm, com acabamento igualmente a tinta branca. Na casa B e Celeiro, a estrutura acompanha as paredes exteriores até ao nível do pavimento térreo tendo o mesmo revestimento proposto na casa A.

131 | Corte Construtivo tipo | a  
caixa dentro da preexistência \_  
1/20

#### Legenda |

1 - tabuado de madeira destratada (4cm) 2 - perfis metálicos p/ suporte 3 - placas de poliestireno extrudido (XPS) (5cm) 4 - tela de impermeabilização 5 - adesivo cimentício p/ fixação 6 - laje em betão hidrófugo 7 - rufo em chapa galvanizada 8 - parede existente em granito c/ argamassa projetada e rede acrílica c/ malha de 10x10 9 - alvenaria de blocos de betão (10cm) 10 - isolamento térmico (7cm) 11 - pavimento em madeira (2 cm) 12 - regularização (4cm) 13 - laje em betão hidrófugo (15cm) 14 - isolamento térmico (5cm) 15 - dupla placa de gesso cartonado com acabamento a tinta branca (3cm) 16 - barrotes de madeira p/ suporte do pavimento (5cm) 17 - isolamento térmico (6cm) 18 - massame de betão (10 cm) 19 - barreira pára-vapor 20 - caixa de brita (15cm) 21 - terreno compactado



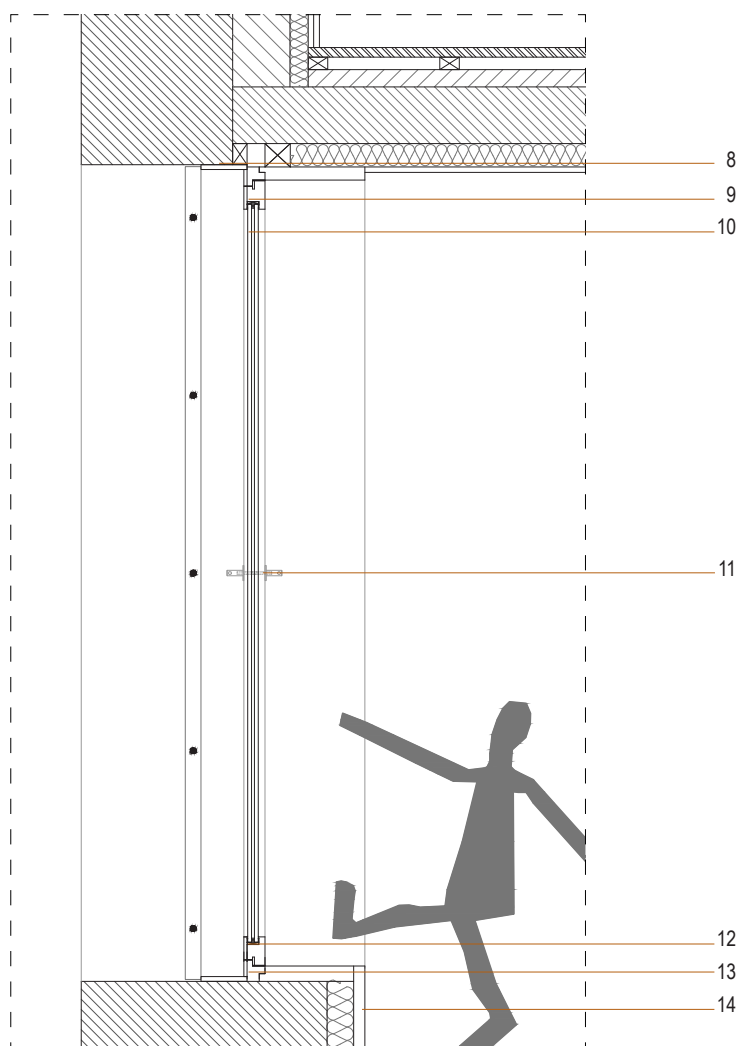
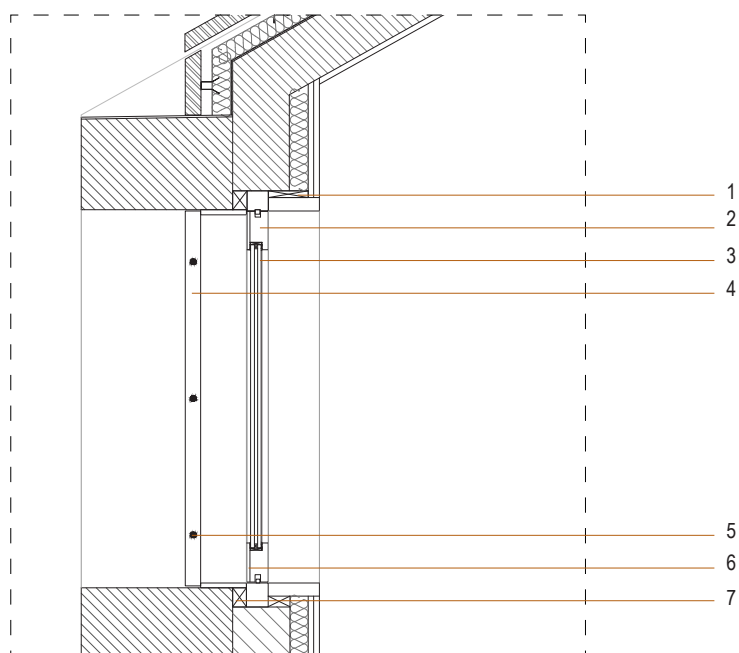
Exteriormente, esta estrutura encosta-se às paredes existentes que são revestidas, interiormente, com argamassa projetada com uma rede acrílica em malha de 10x10, de forma a sustê-las. Nas faces onde não existe contacto com a pré-existência, ou seja, onde a madeira aparece, a solução encontrada para dar resposta às necessidades térmicas dos dias de hoje foi o da aplicação do isolamento térmico EZ, utilizado em coberturas inclinadas, com uma solução constituída por placas de poliestireno extrudido (XPS) e perfis metálicos incorporados, de forma a fixar o tabuado em madeira destratada que se pretende utilizar como revestimento.

No piso térreo, houve o cuidado na preparação para a receção de uma nova funcionalidade, diferente da utilizada anteriormente, que se relacionava com a atividade agrícola. Assim, de modo a eliminar a ascensão de águas superficiais que impregnam as alvenarias de pedra, a solução passa pela escavação do terreno de forma a possibilitar a colocação dos elementos estruturantes para a correta execução do pavimento.

Interiormente com os tetos e paredes revestidos com dupla placa de gesso cartonado com acabamento a tinta branca, pretende-se criar um contraste em relação à carpintaria – portas, armários, caixas de serviços e caixilhos – transpondo o que se sucede exteriormente com a madeira e a pedra.

No conjunto dos três edifícios, os vãos são caracterizados em quatro tipos consoante o uso a que lhe está associado: portas de correr com duas folhas no celeiro e na casa B, e de quatro folhas na casa A (áreas sociais); portas singulares de batente com abertura para o interior na casa A e B (entradas/saídas); janelas de correr para o interior da parede (áreas privadas), que se encontram também na casa A e B; e janela projetante com abertura para o interior na casa B, como um momento de exceção.

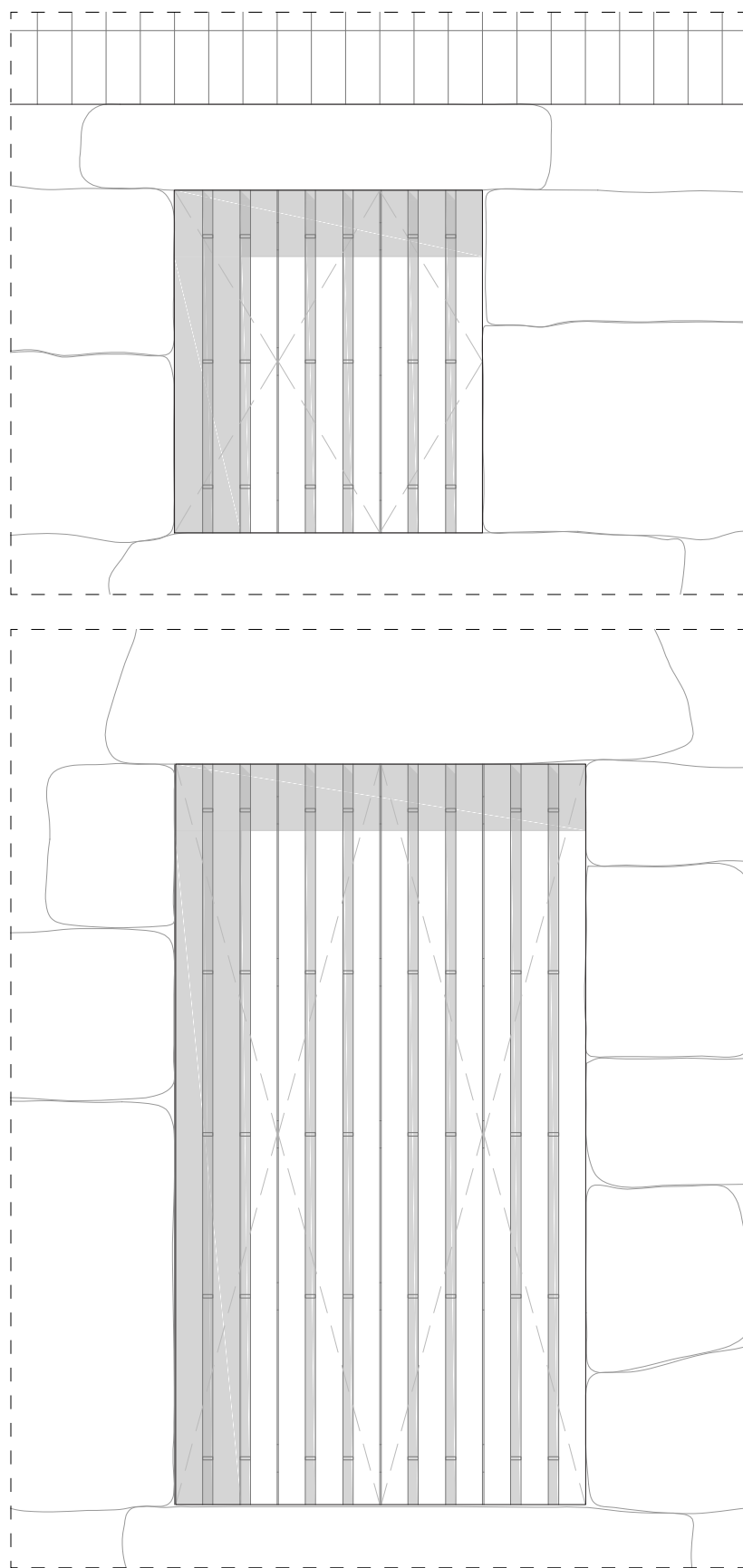
As portadas em madeira talvez sejam o elemento mais importante construtivamente, por possuírem a tarefa da uniformização, encontradas em todas as aberturas existentes do edificado pelo exterior da caixa, sem denuncia-las à exceção das que se encontram nos vãos das pré-existências. Assim, optou-se pelo desenho de umas portadas com dobradiças invisíveis, de 4cm de espessura com ripas em madeira destratada, dispostas verticalmente mantendo a premissa usada para o restante revestimento, dissimulando-se nos planos da caixa.



132 | Corte Construtivo tipo |  
aberturas \_ 1/20

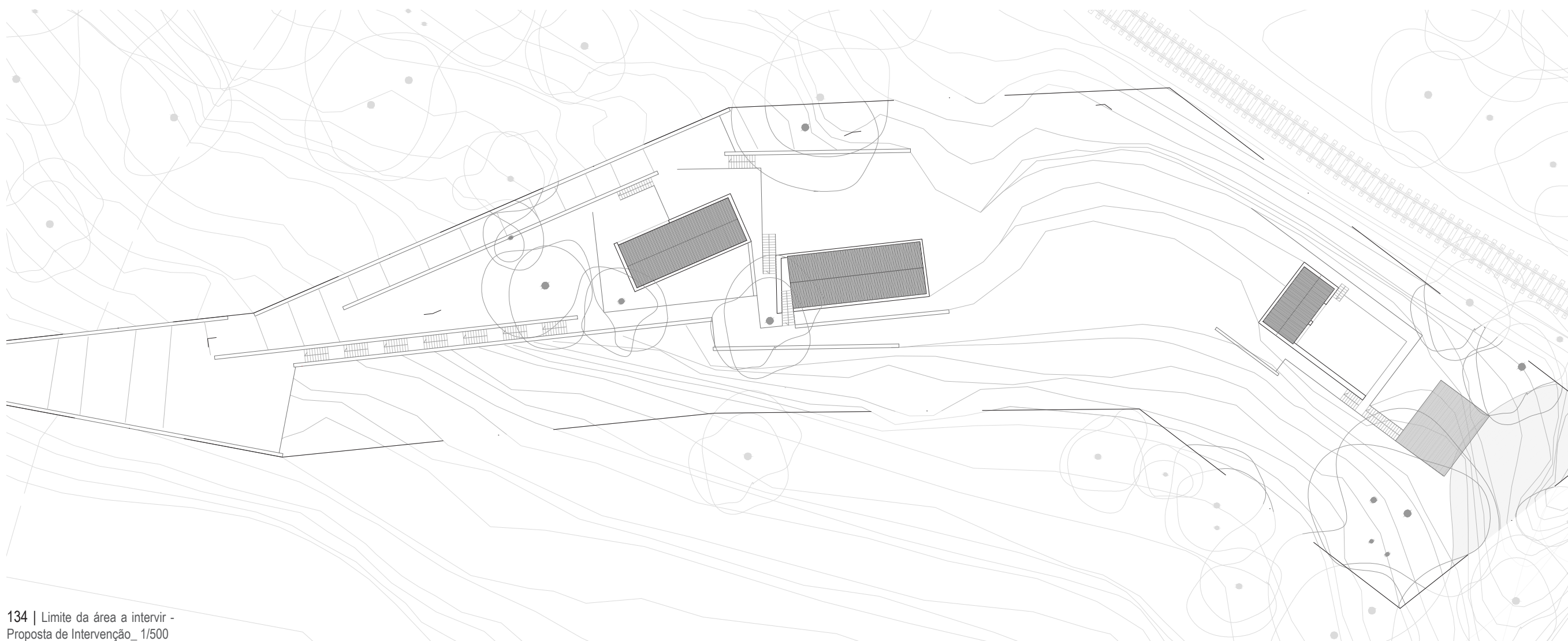
#### Legenda |

1 - calço 2 - caixilho janela de correr em madeira 3 - vidro duplo incolor 4 - portada em madeira de pinho destratado c/ 4 cm de espessura, 3 folhas c/ dobradiças invisíveis 5 - varão roscado c/ 1cm para fixar o tabuado, incorporado num tubular redondo em aço galvanizado de forma a manter o tabuado imóvel 6 - chapa de alumínio anodizado cor inox 7 - prumo 8 - aro/batente da portada 9 - caixilho porta em madeira 10 - vidro duplo incolor 11 - puxador 12 - chapa de alumínio anodizado cor inox 13 - aro em madeira 14 - revestimento madeira

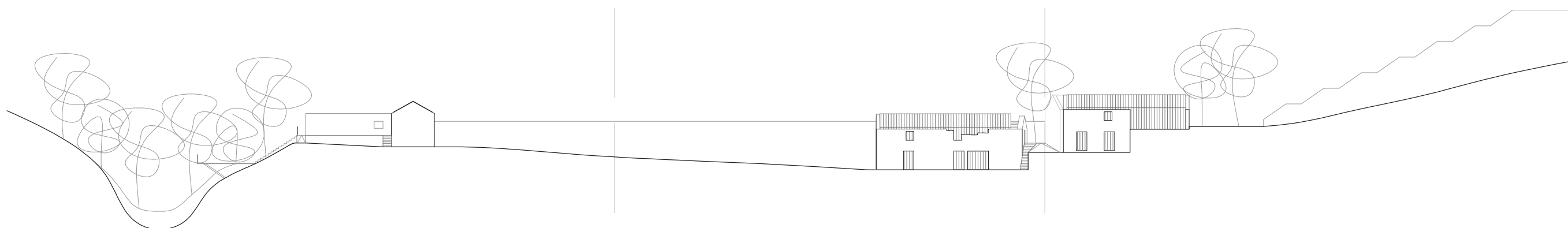


133 | Alçado tipo | Aberturas \_  
1/20





134 | Limite da área a intervir -  
Proposta de Intervenção\_ 1/500



135 | Perfil Norte/Este da  
Proposta de Intervenção\_ 1/500

## 4.3 Projecto

*Uma ruína foi o ponto de partida para o desenho (...). O projecto surgiu da vontade de manter a ruína e pensar uma casa que a valorizasse, que a ela se pudesse moldar e simultaneamente dela tirar partido, oferecendo possibilidades de vivências mais diversas e complexas que a anterior tipologia.*

*(...) O projecto é um movimento entre uma linha de limite, em pedra, e os volumes da intervenção que por ela se deixam conduzir, se desacertam ou se alongam, sempre que a necessidade de espaço, ou de uma vista, se impõe.*<sup>79</sup>

79 SAMI Arquitectos in *Memória Descritiva*, disponível em: <http://www.sami-arquitectos.com/pt/works/show/ec-house>

### **Celeiro**

Planta de Implantação \_ 1/200

Planta Piso \_ 1/50

Alçados \_ 1/50

Corte Transversais \_ 1/50

Corte Longitudinais \_ 1/50

### **Casa B**

Planta de Implantação \_ 1/200

Planta Piso 1 \_ 1/50

Planta Piso 0 \_ 1/50

Alçados \_ 1/50

Corte Transversais \_ 1/50

Corte Longitudinais \_ 1/50

### **Casa A**

Planta de Implantação \_ 1/200

Planta Piso 1 \_ 1/50

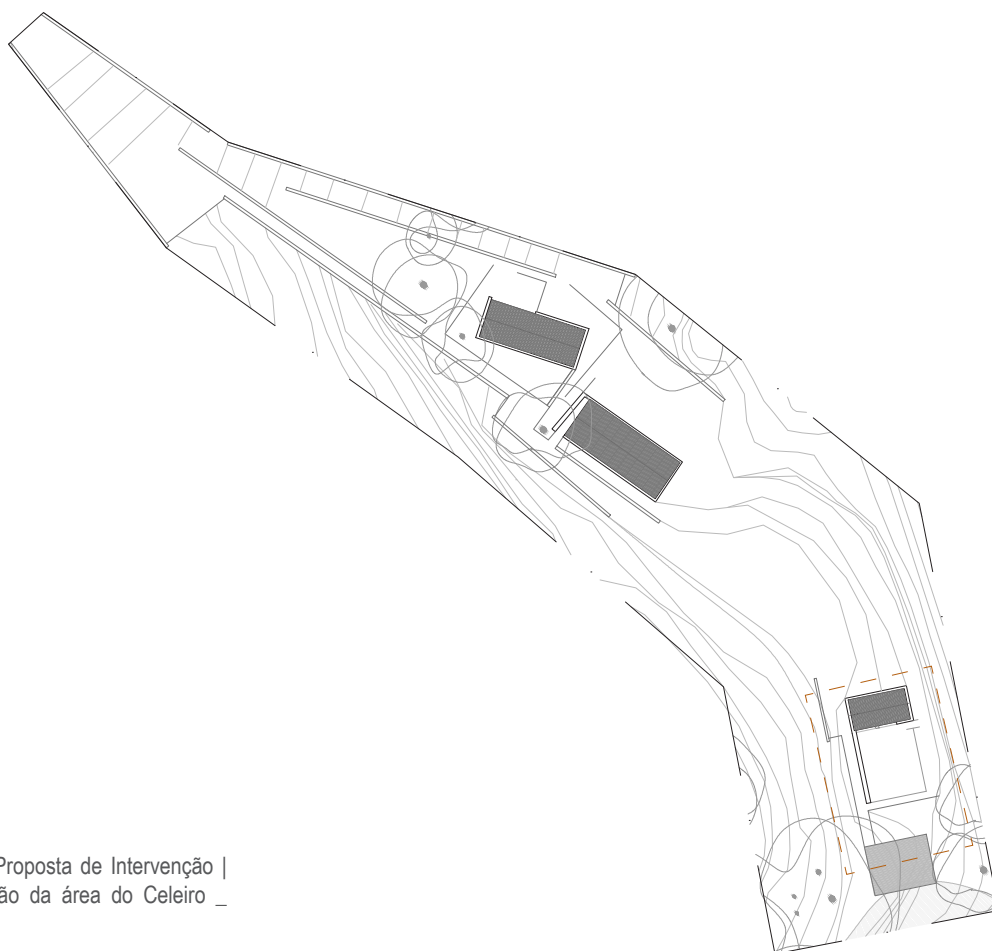
Planta Piso 0 \_ 1/50

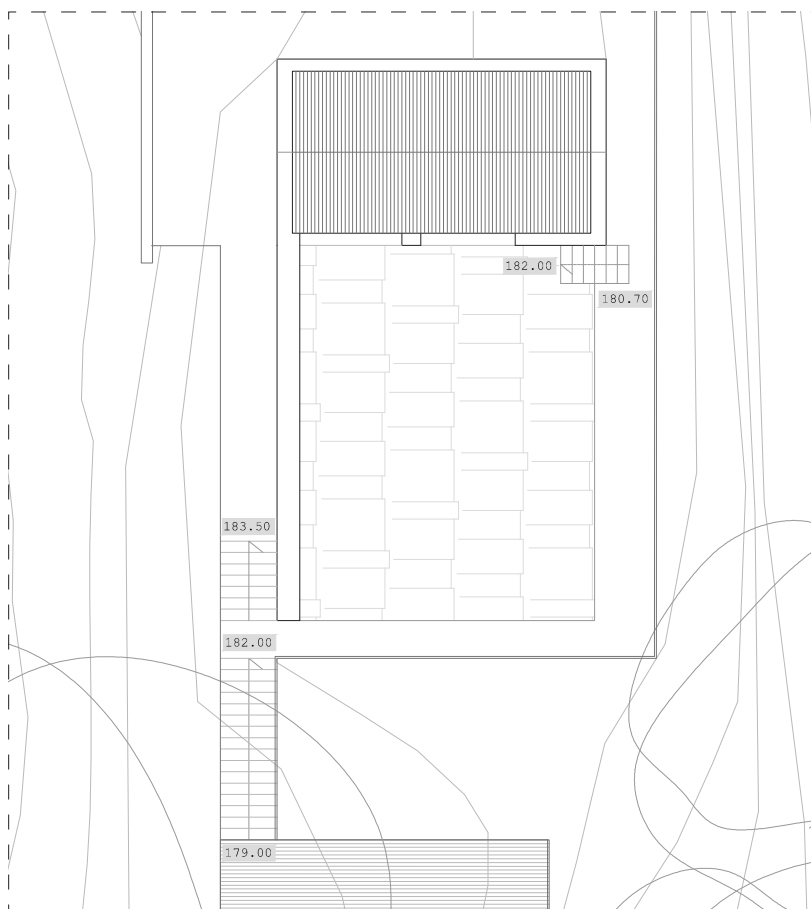
Alçados \_ 1/50

Corte Transversais \_ 1/50

Corte Longitudinais \_ 1/50

136 | Proposta de Intervenção |  
marcação da área do Celeiro \_  
1/1000

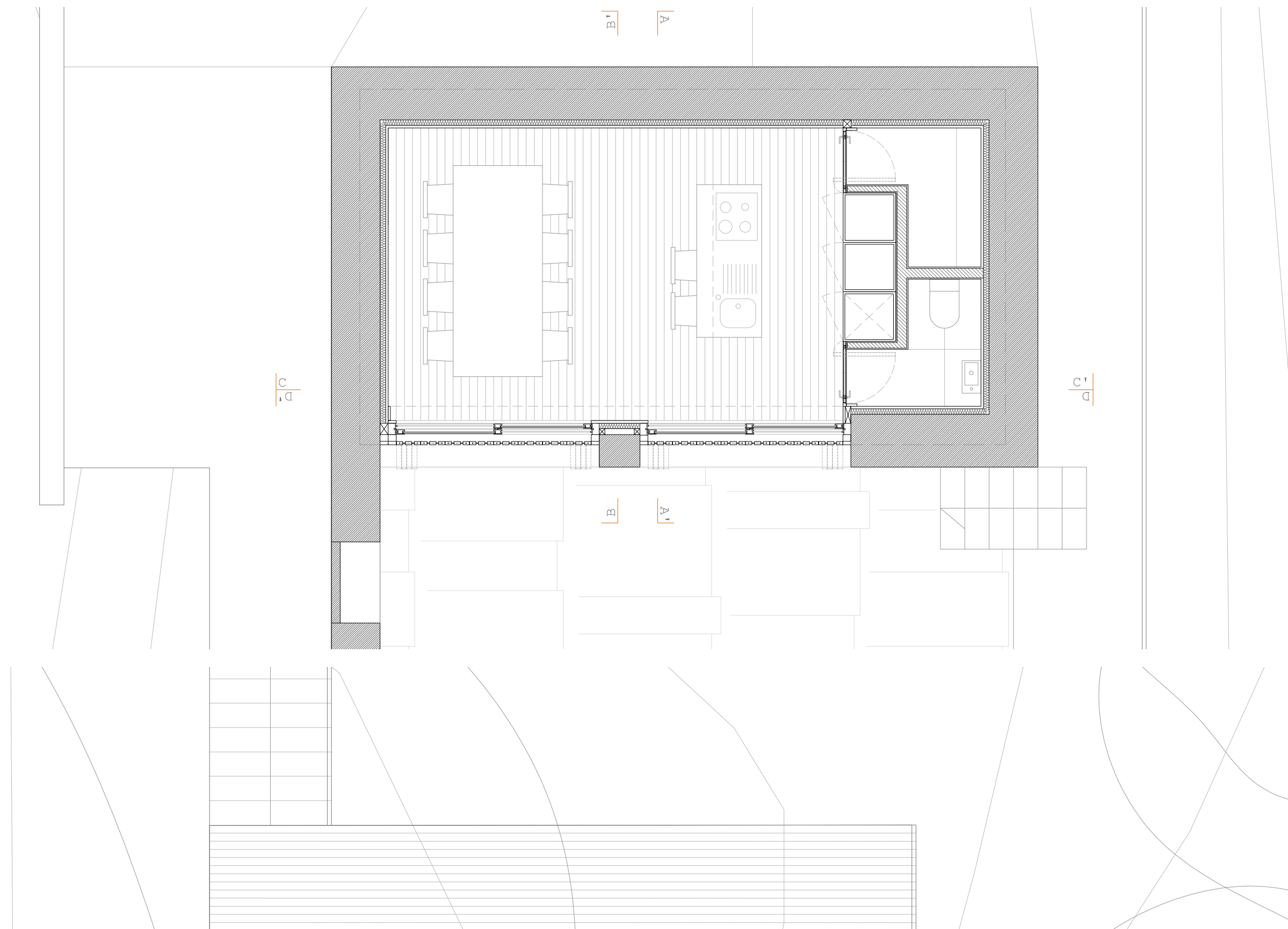




## CELEIRO

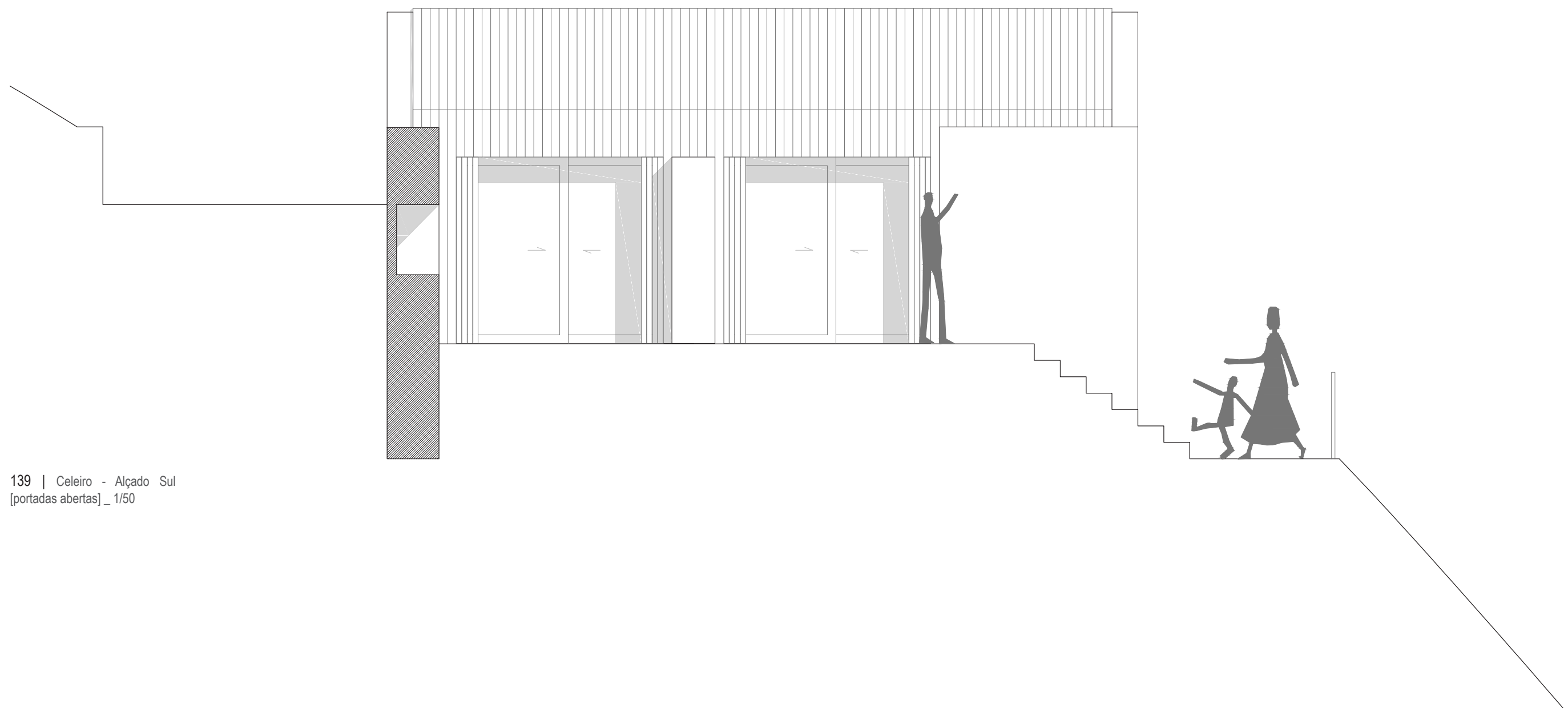
137 | Celeiro - planta de cobertura  
e envolvente proxima \_ 1/200



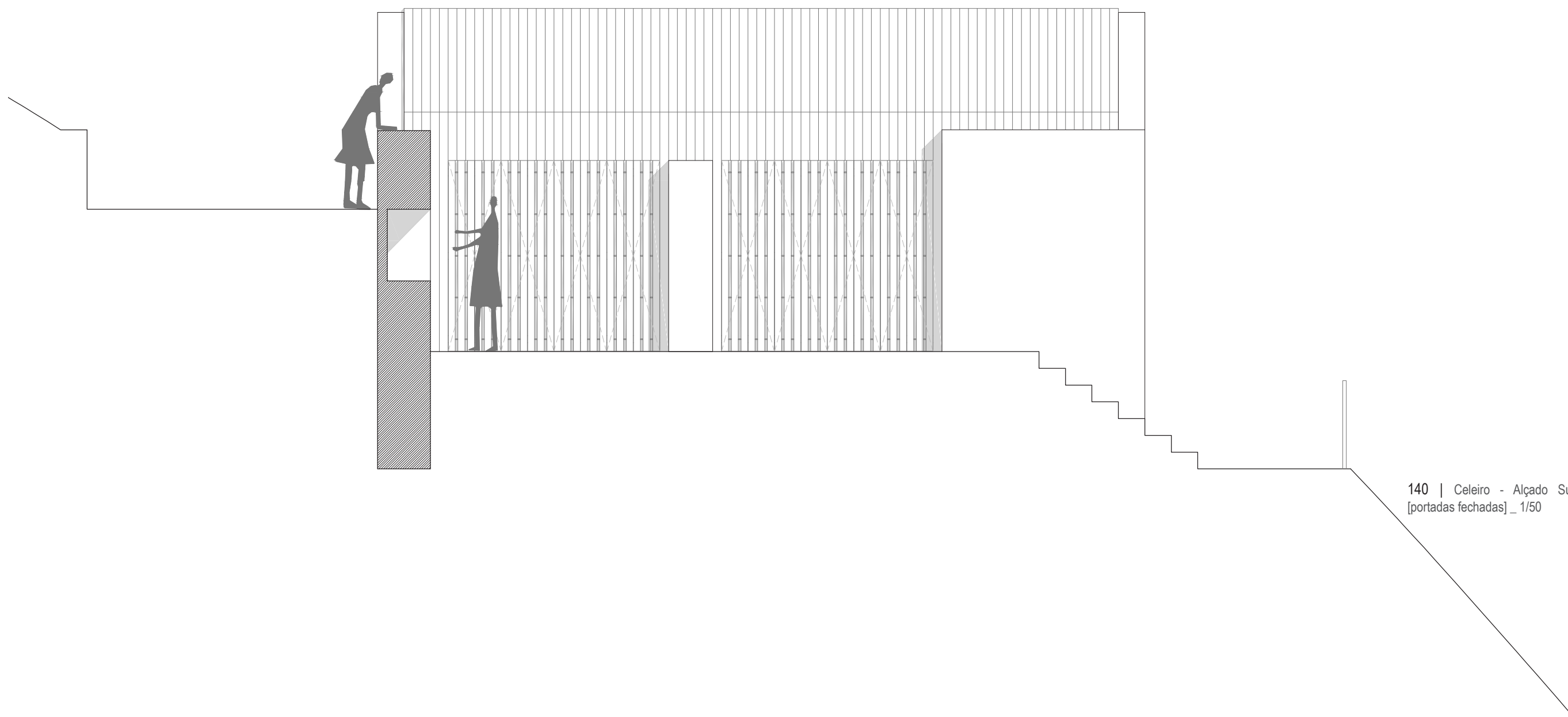


138 | Celeiro - planta de piso e  
envolvente proxima \_ 1/50

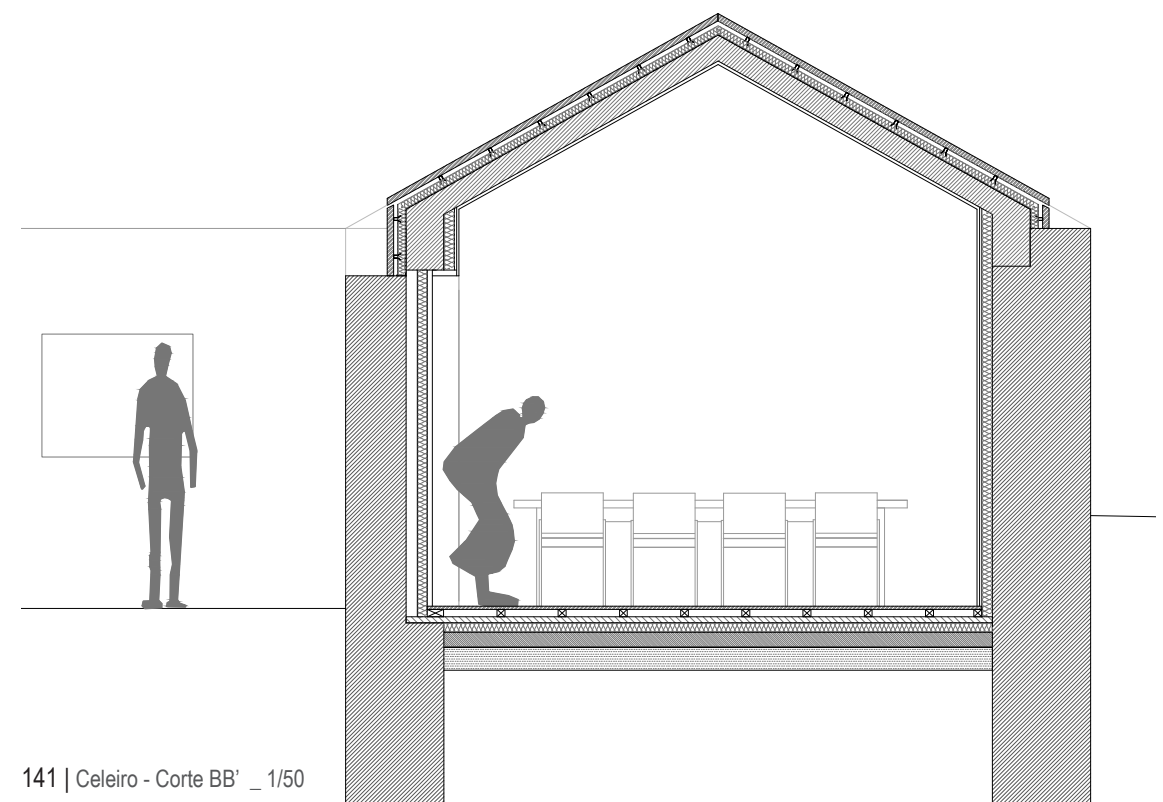




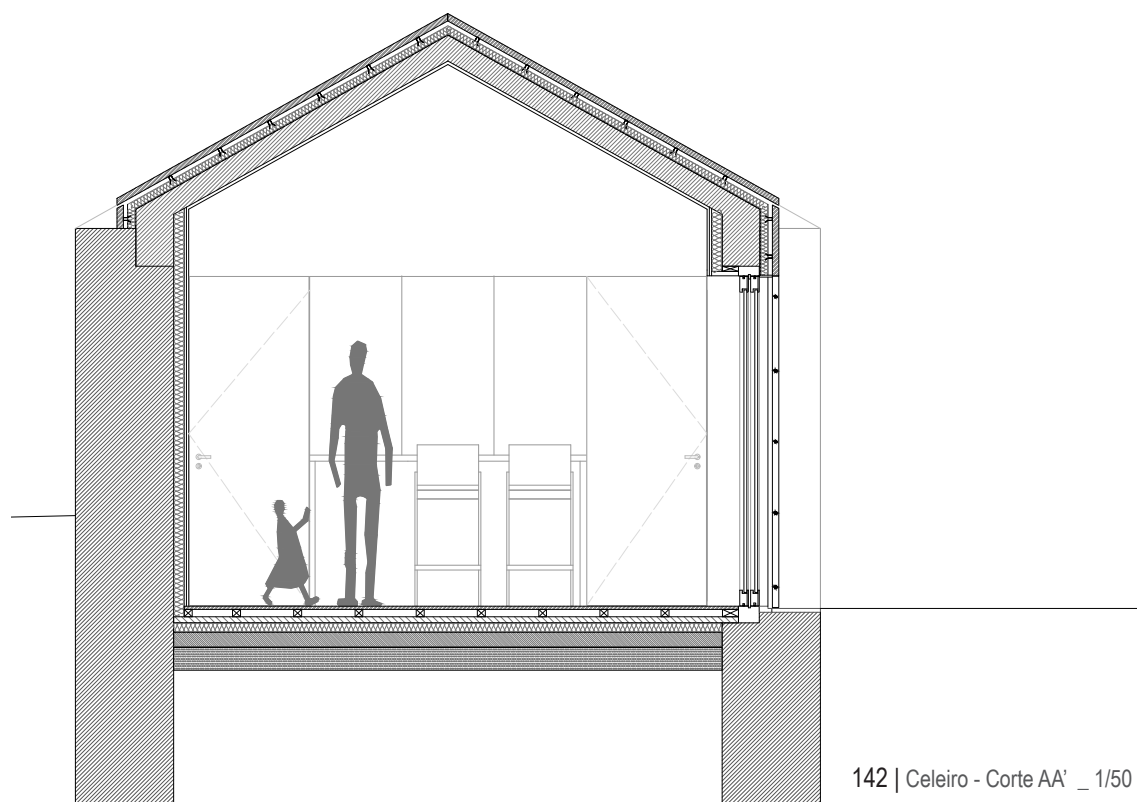
139 | Celeiro - Alçado Sul  
[portadas abertas]\_ 1/50

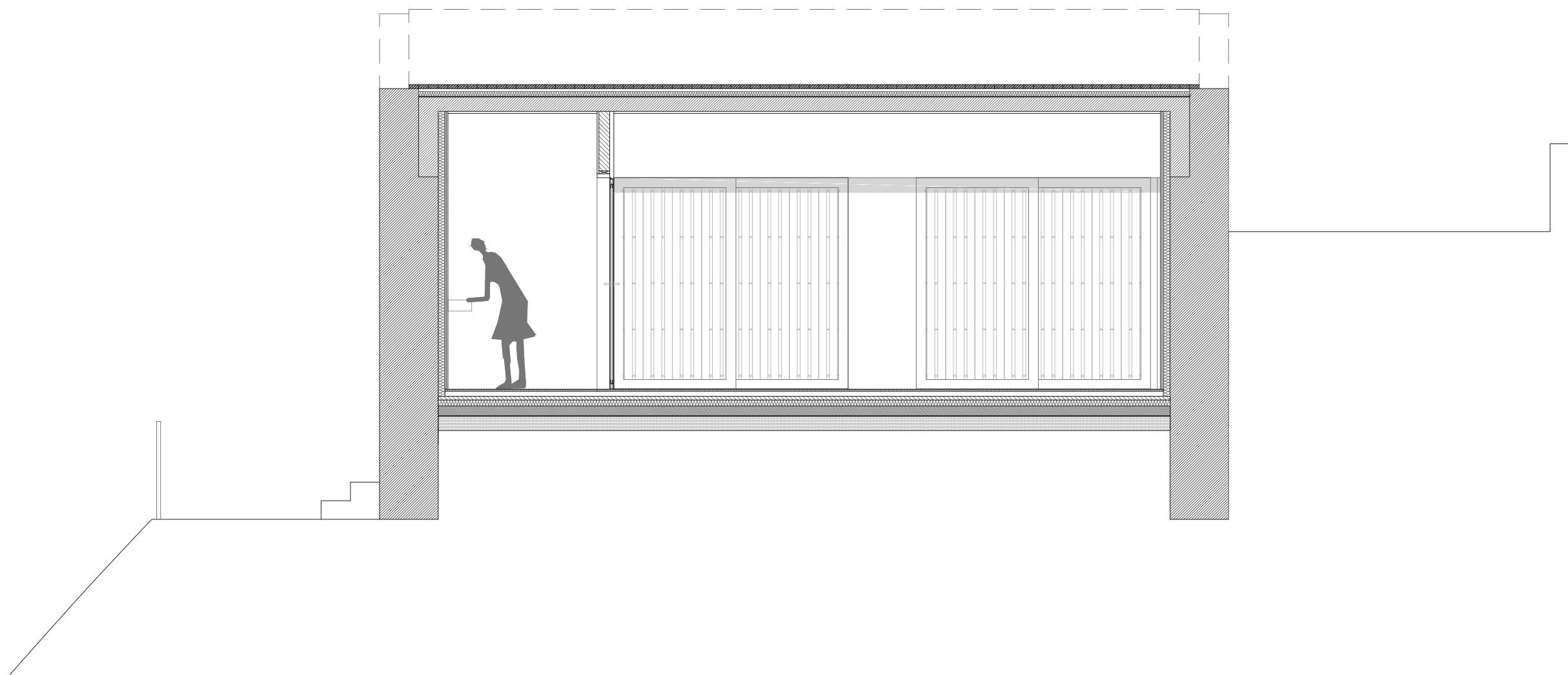


140 | Celeiro - Alçado Sul  
[portadas fechadas] \_ 1/50

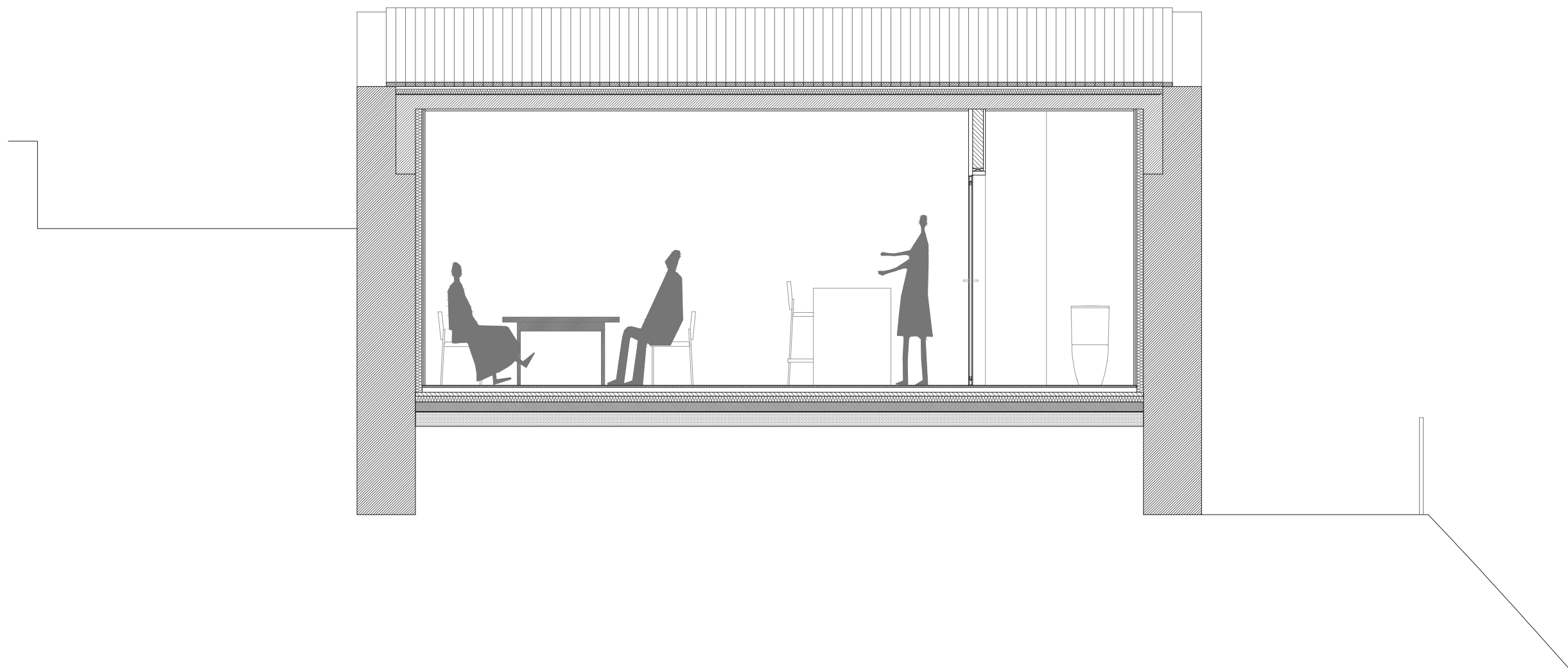


141 | Celeiro - Corte BB' \_ 1/50





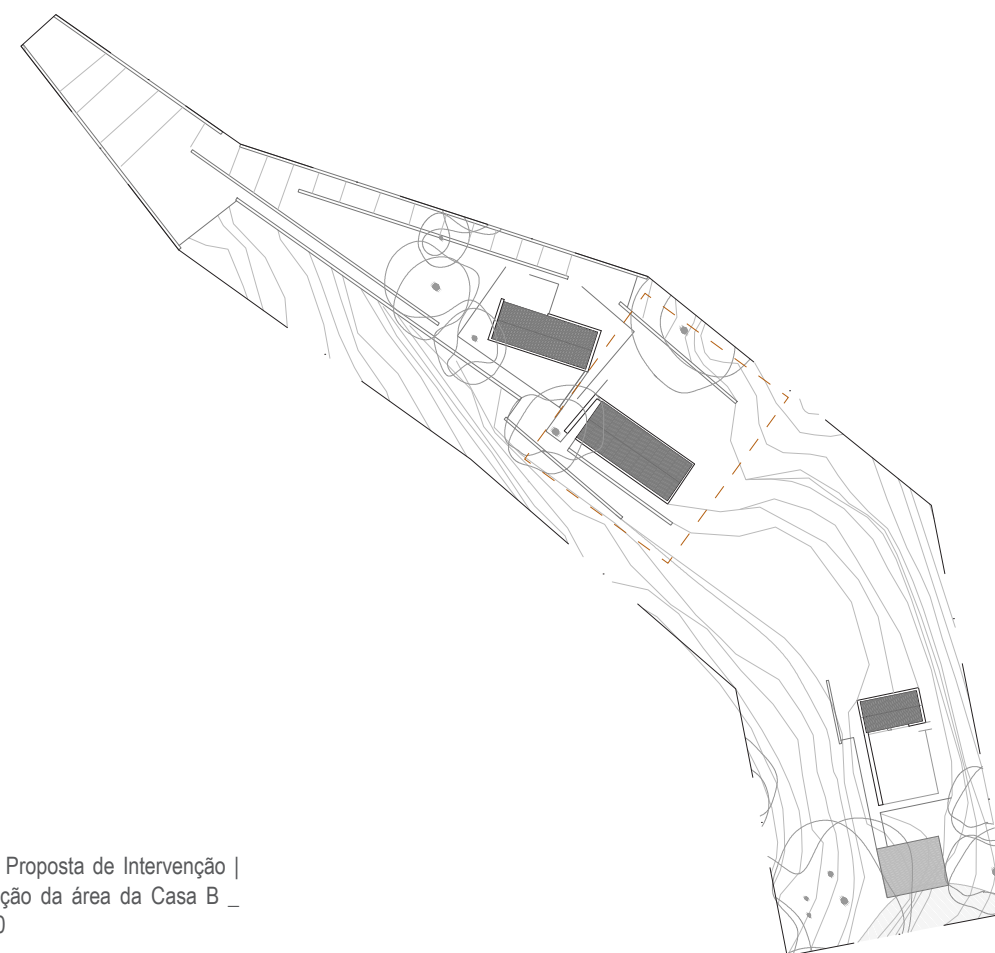
143 | Celeiro - Corte DD' \_ 1/50

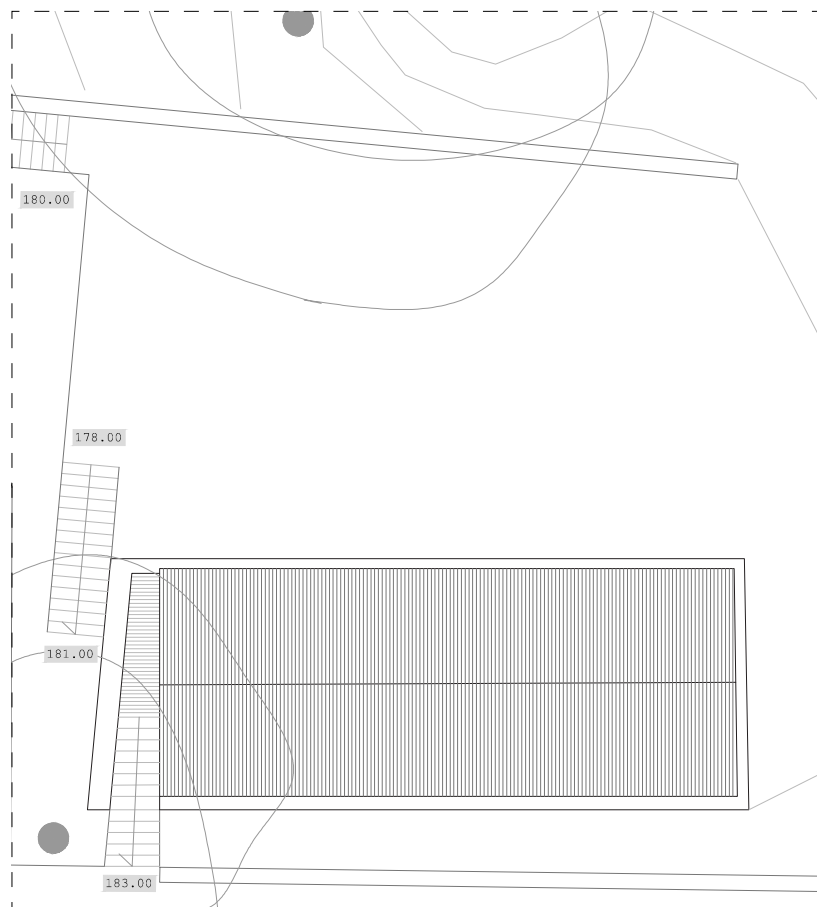


144 | Celeiro - Corte CC' \_ 1/50



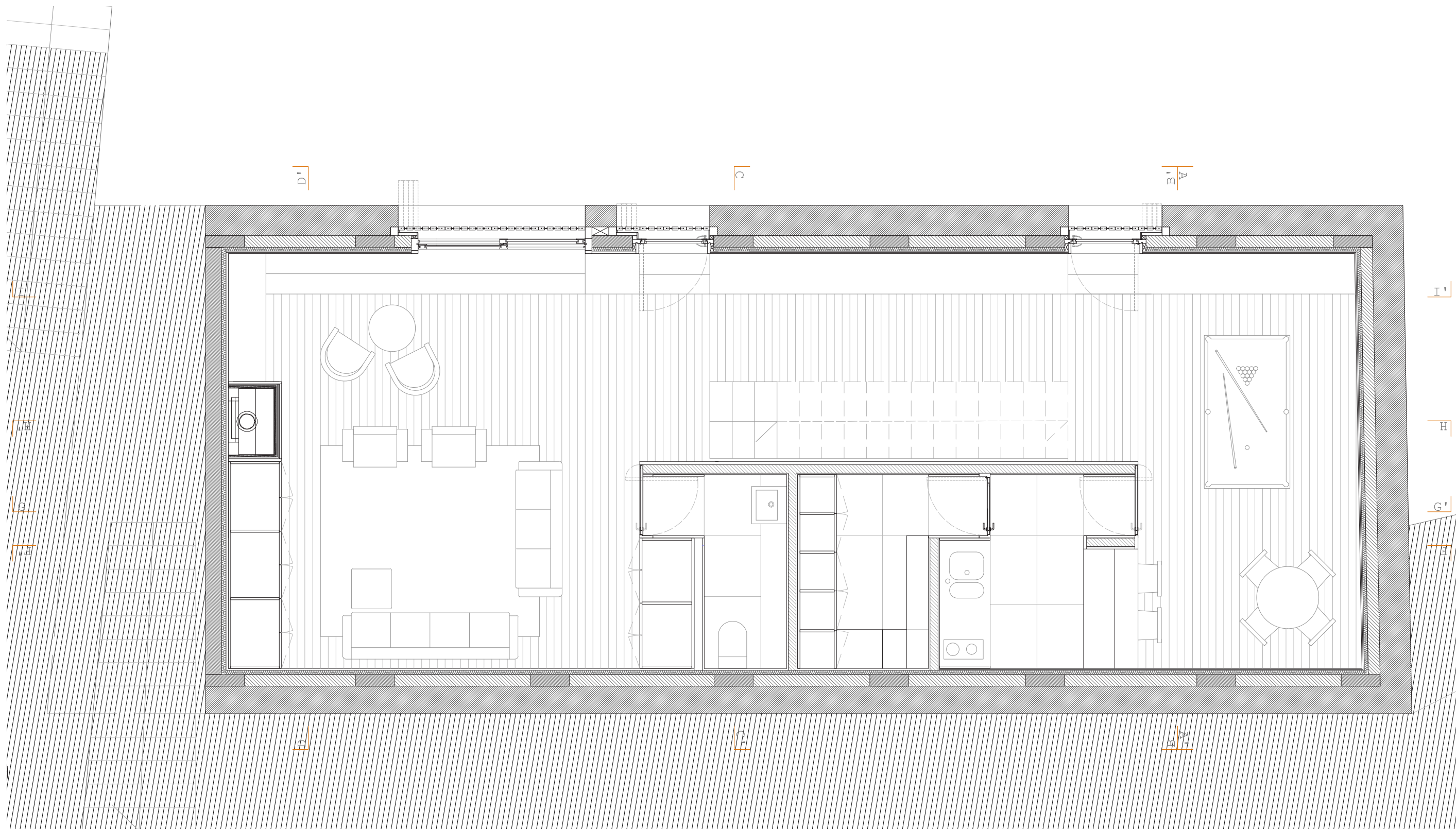
145 | Proposta de Intervenção |  
marcação da área da Casa B \_  
1/1000



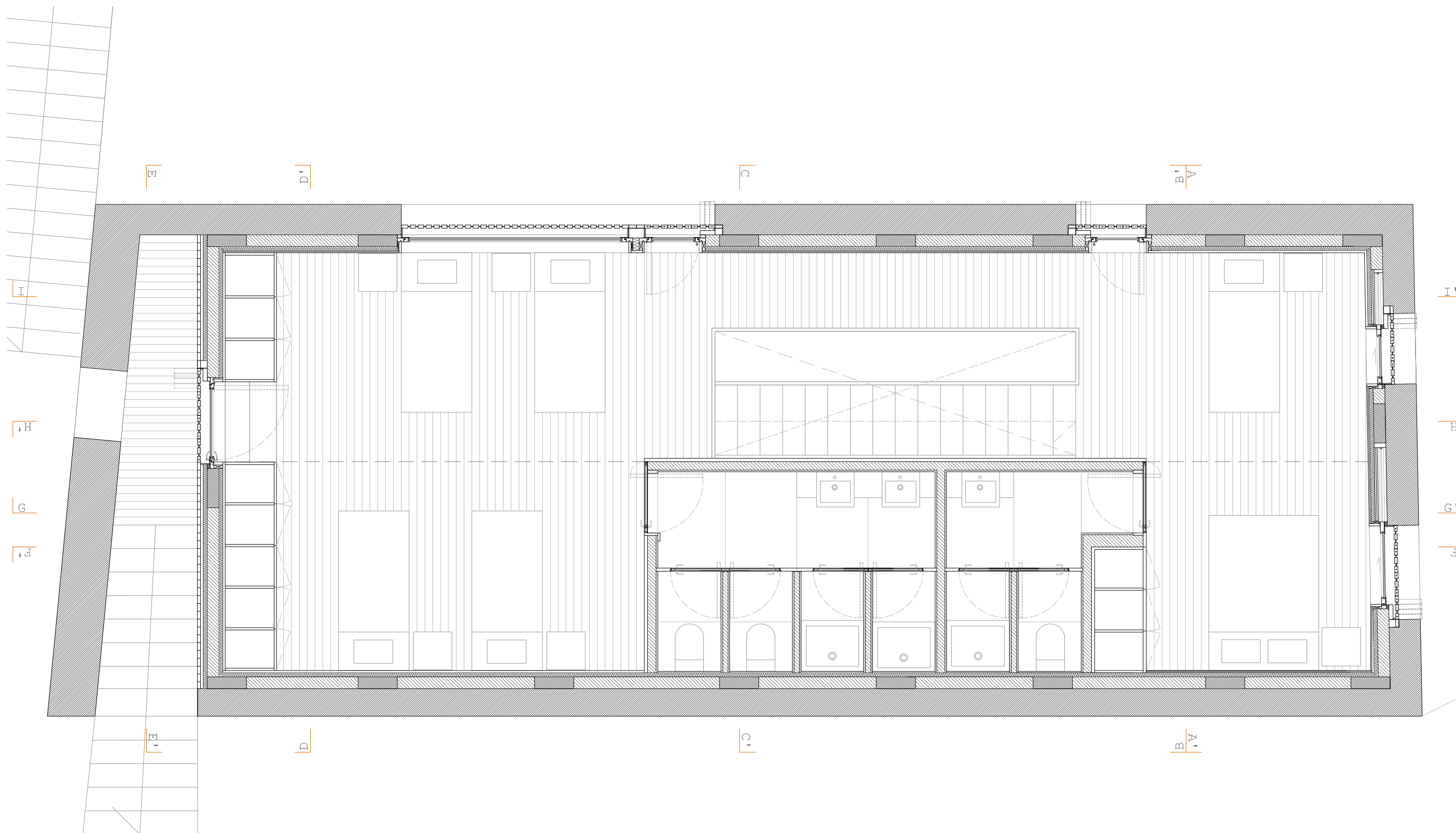


## CASA B

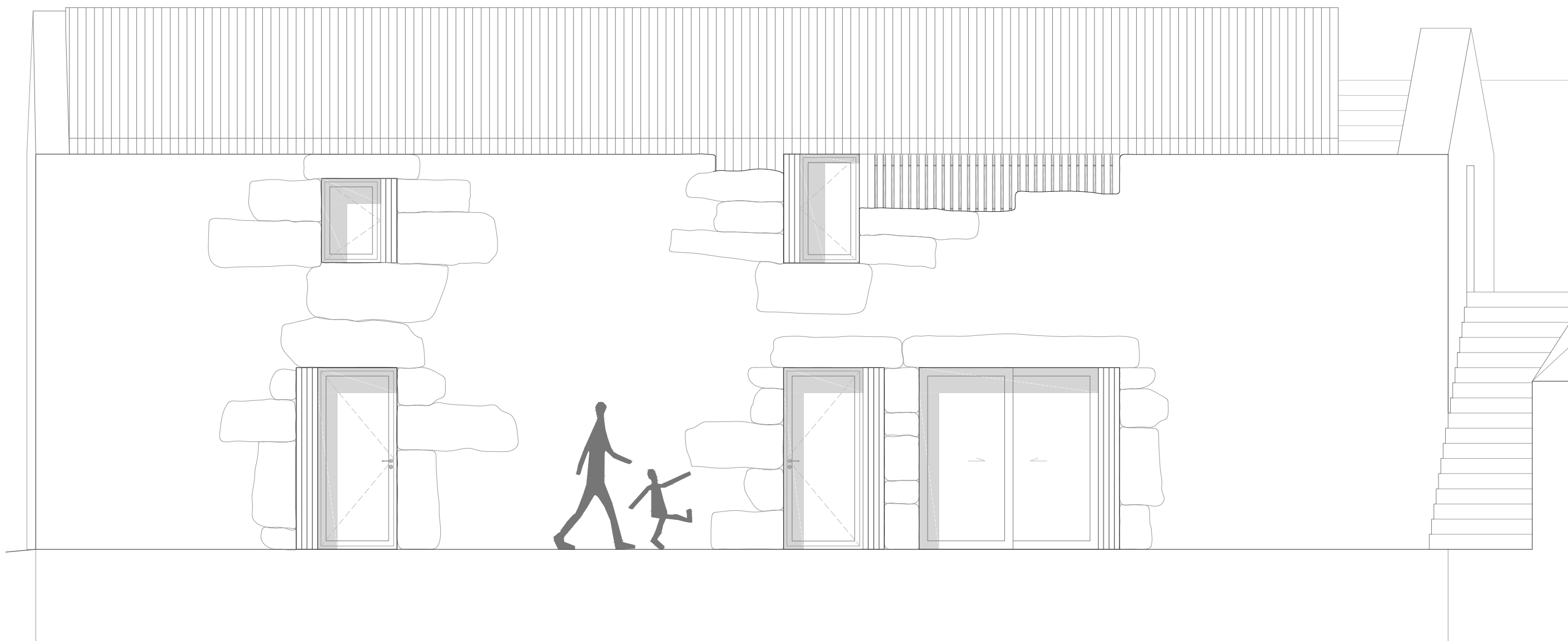
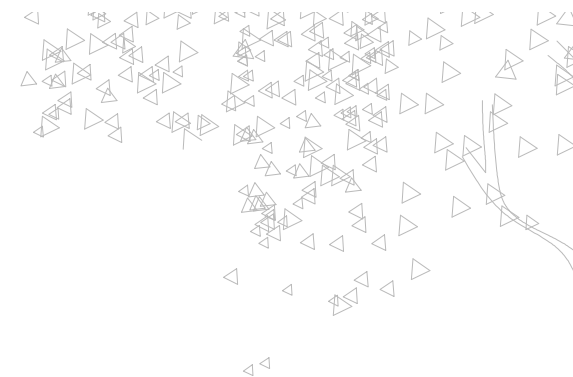
146 | Casa B - planta de cobertura  
e envolvente proxima \_ 1/200



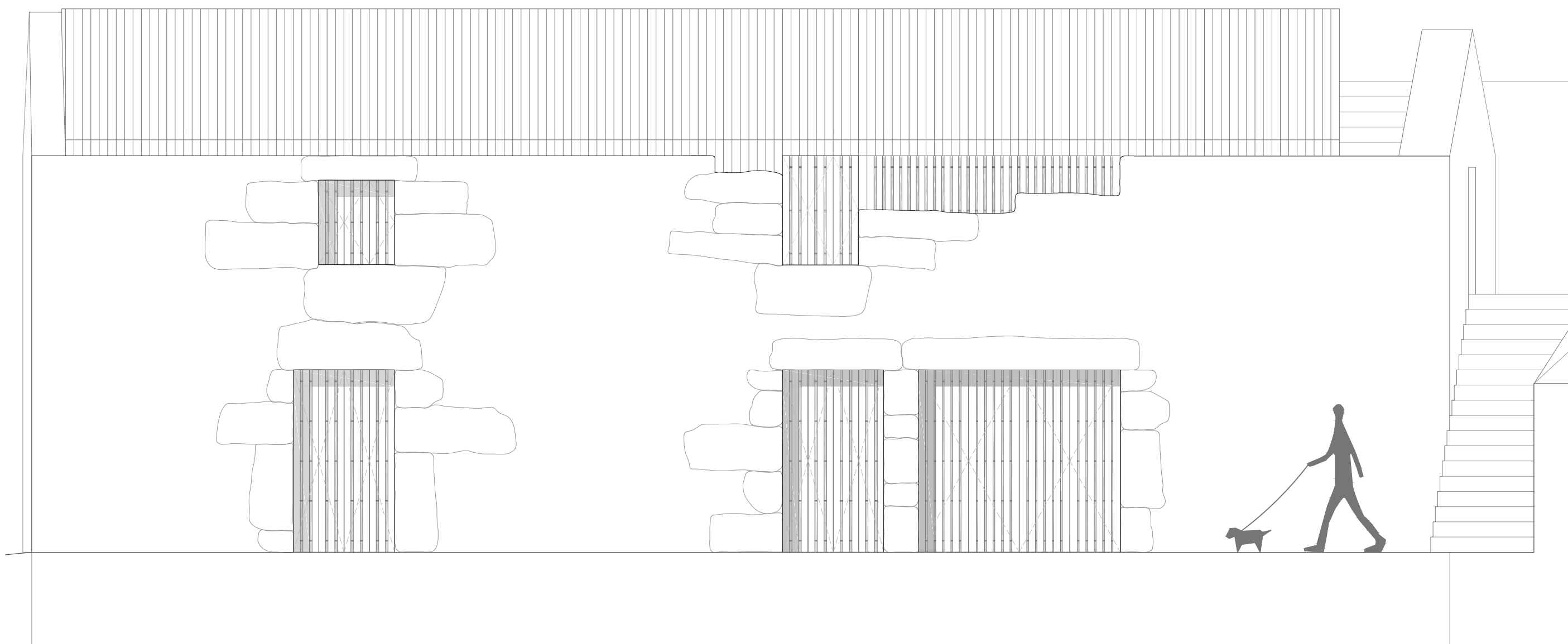
147 | Casa B - planta do piso  
0 - área social [entrada | sala de  
estar | sala de jogos | kitchenette  
| lavanderia | instalação sanitária  
| acesso vertical] \_ 1/50



148 | Casa B - planta do piso 1  
 - área de repouso [camarata 1 (2  
 camas) | camarata 2 (6 camas)  
 | acesso vertical | instalações  
 sanitárias | terraço/entrada] \_  
 1/50

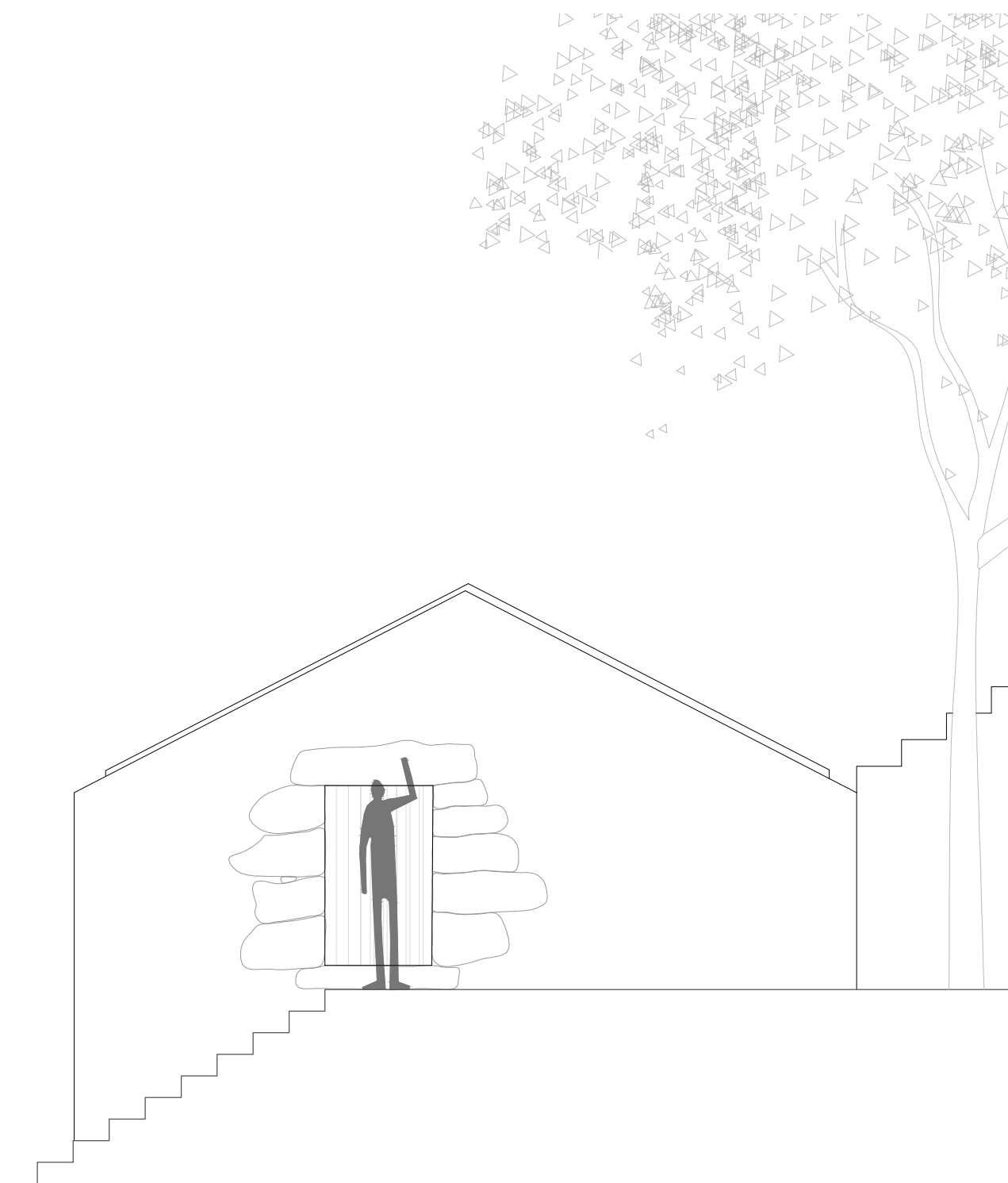


149 | Casa B - Alçado Norte  
[portadas abertas] \_ 1/50

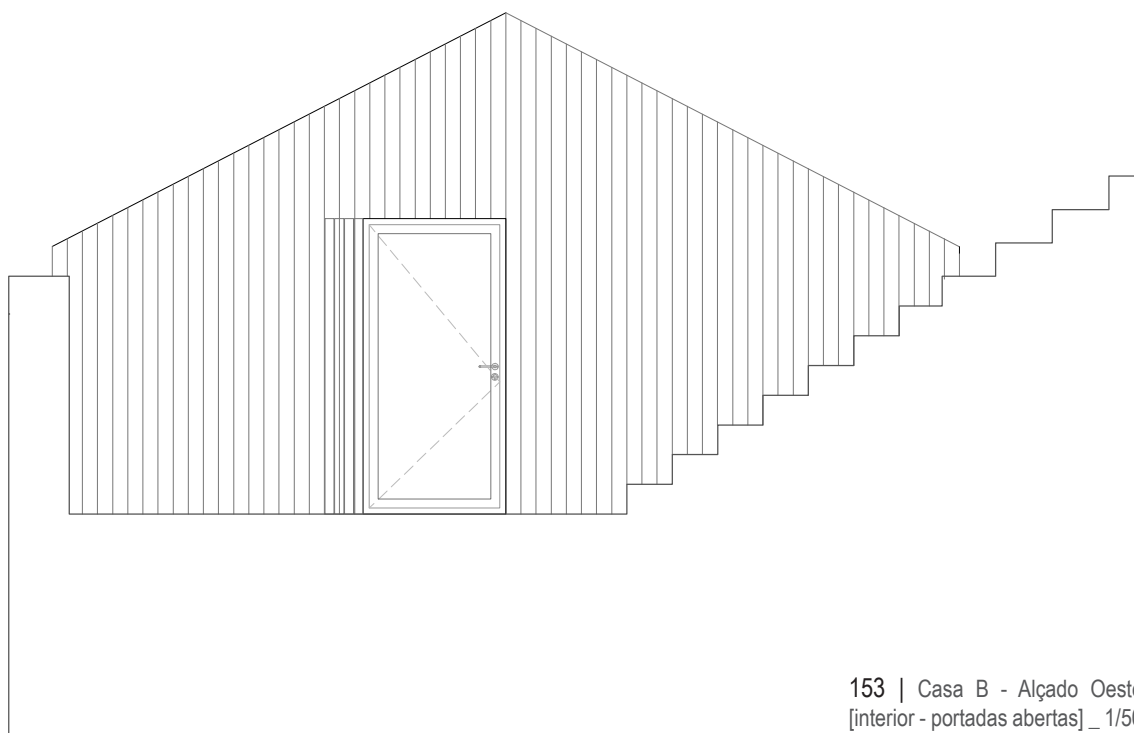
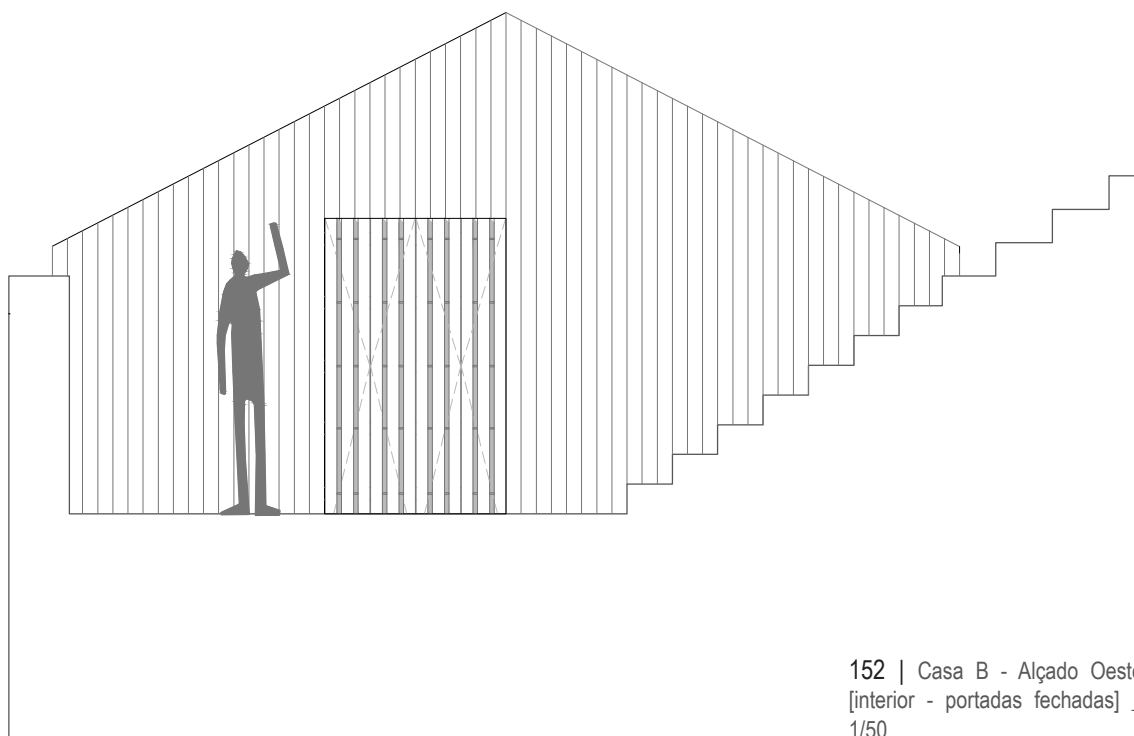


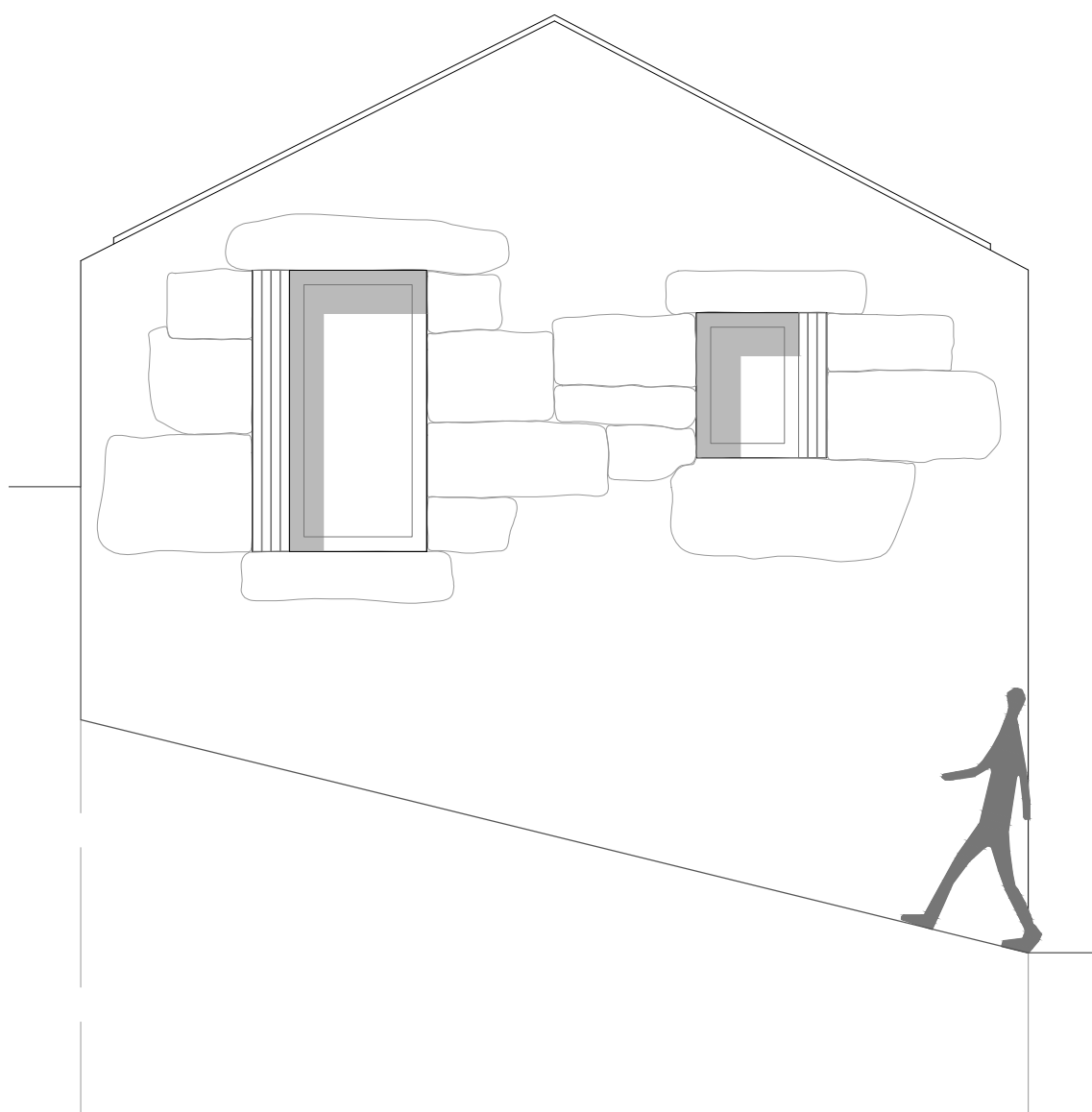
150 | Casa B - Alçado Norte  
[portadas fechadas] \_ 1/50



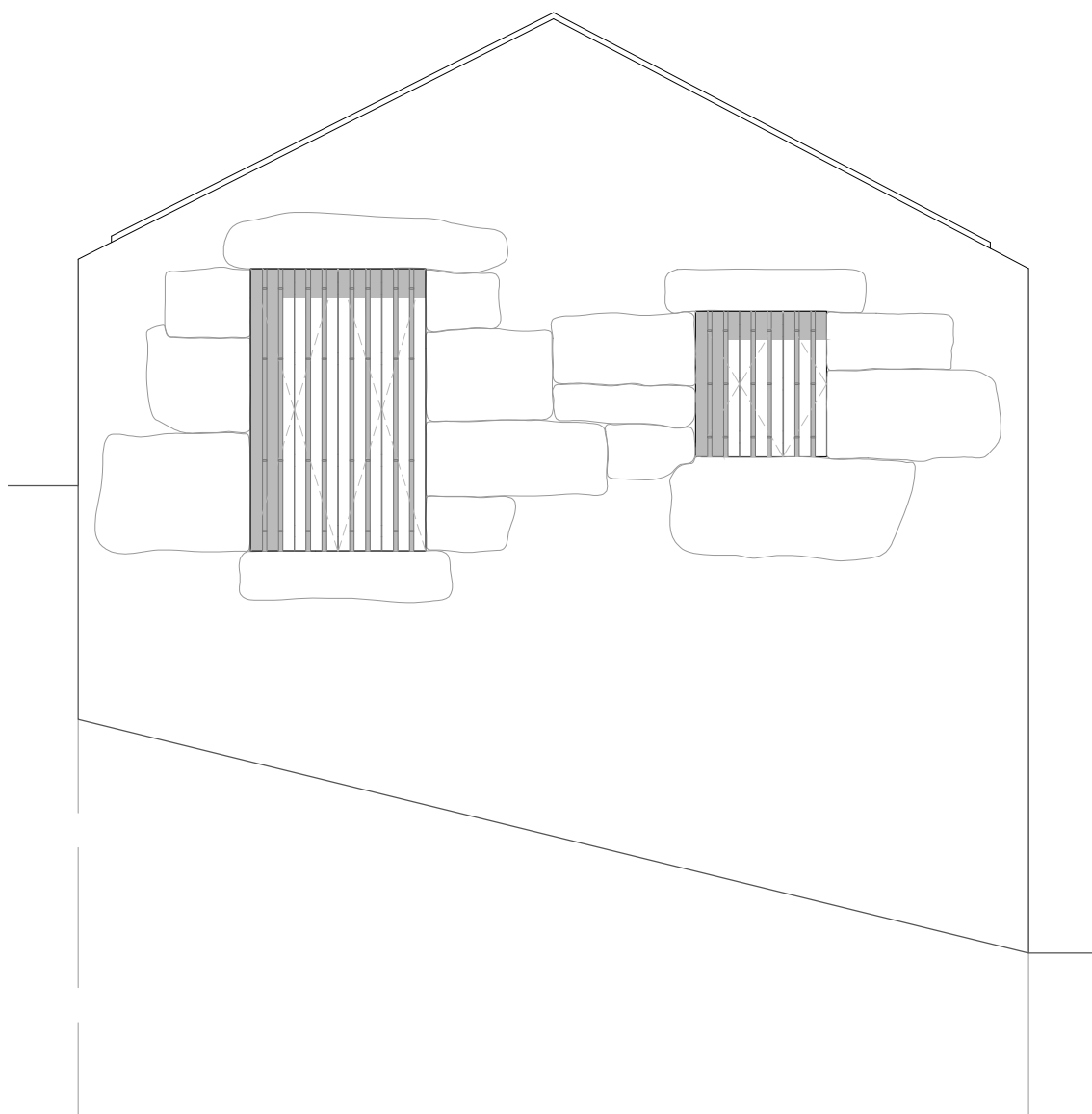


151 | Casa B - Alçado Oeste  
[exterior] \_ 1/50

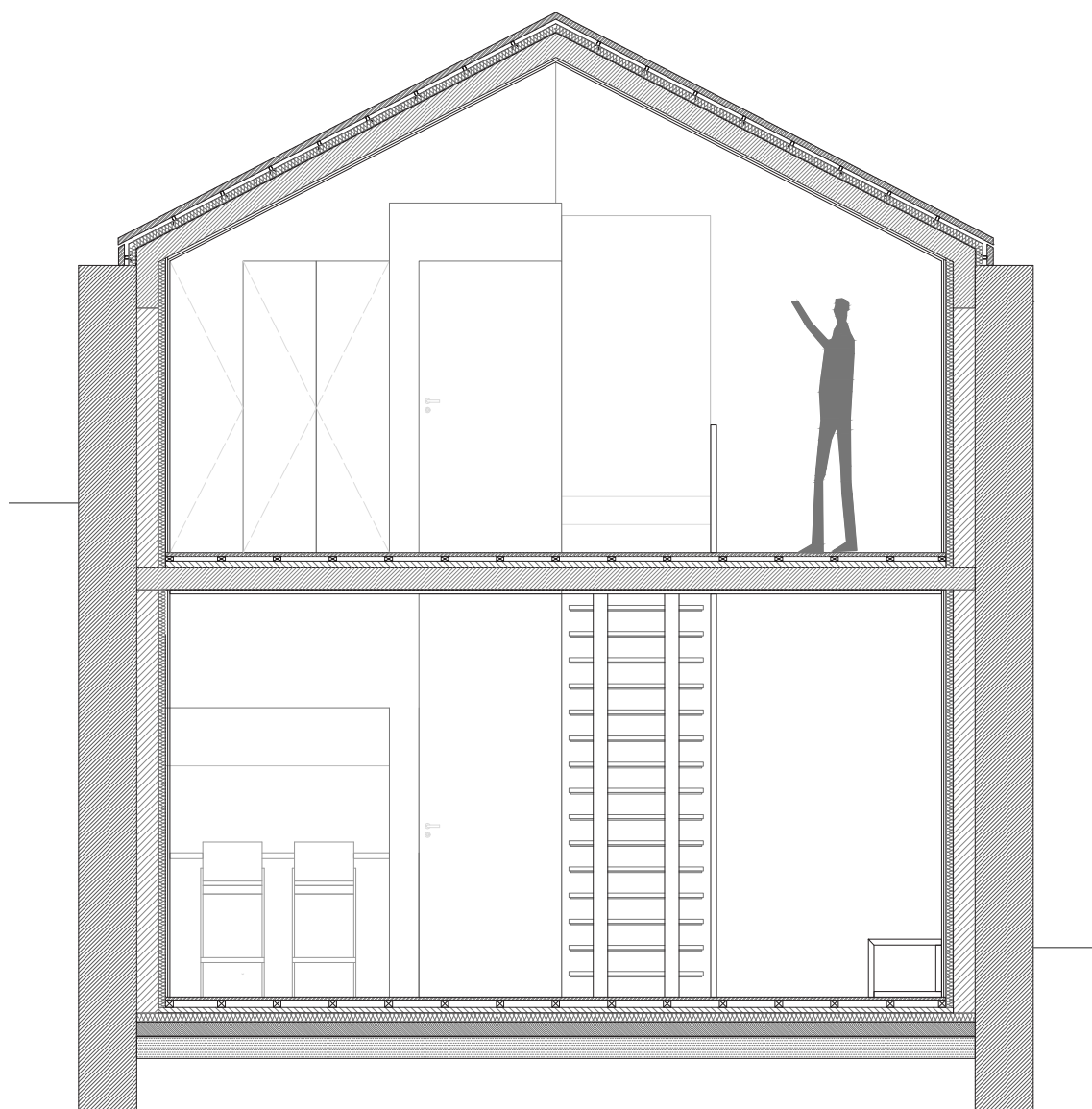




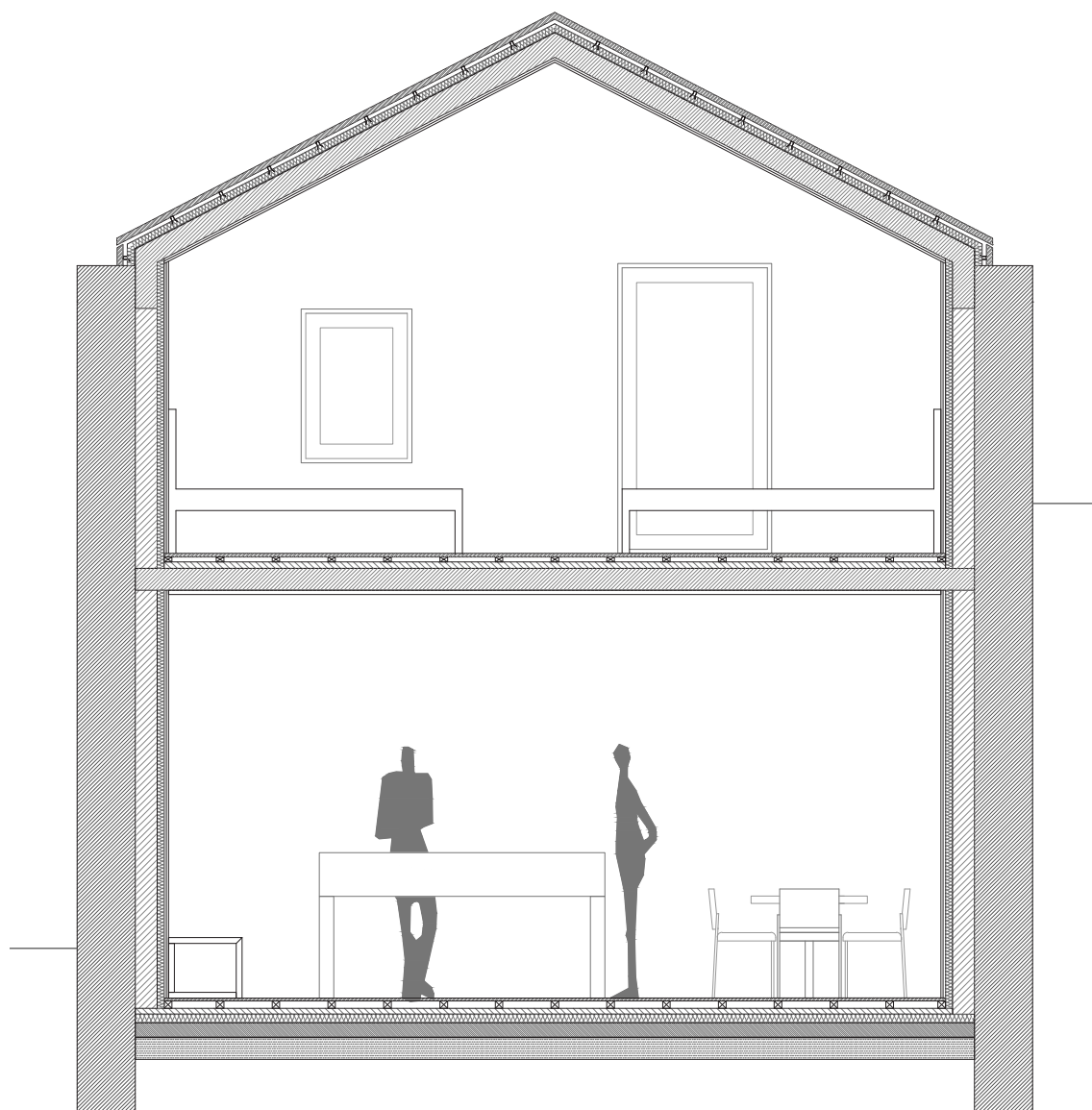
154 | Casa B - Alçado Oeste  
[exterior] \_ 1/50



155 | Casa B - Alçado Oeste  
[interior - portadas abertas] \_ 1/50

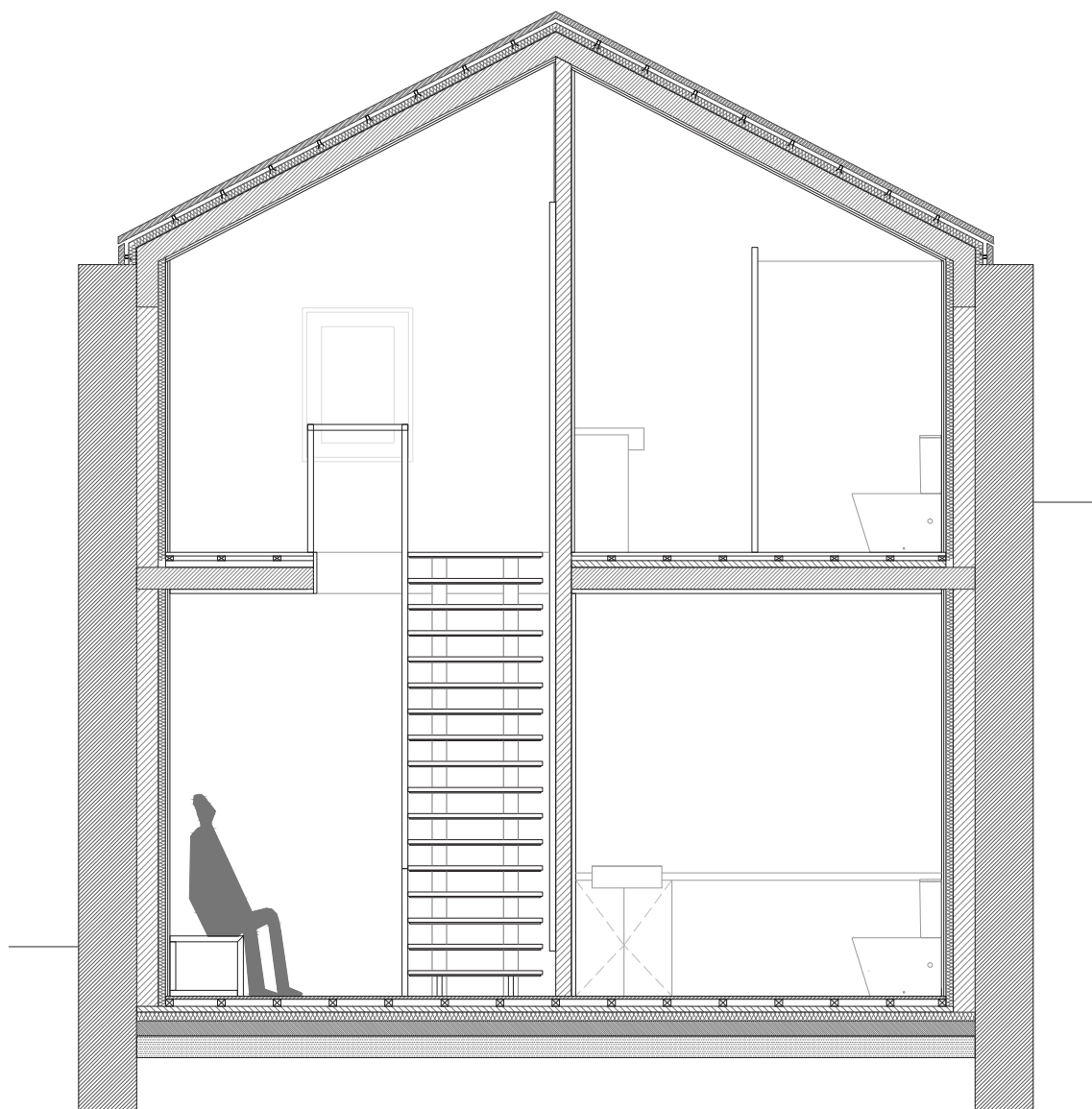


156 | Casa A - Corte BB' \_ 1/50

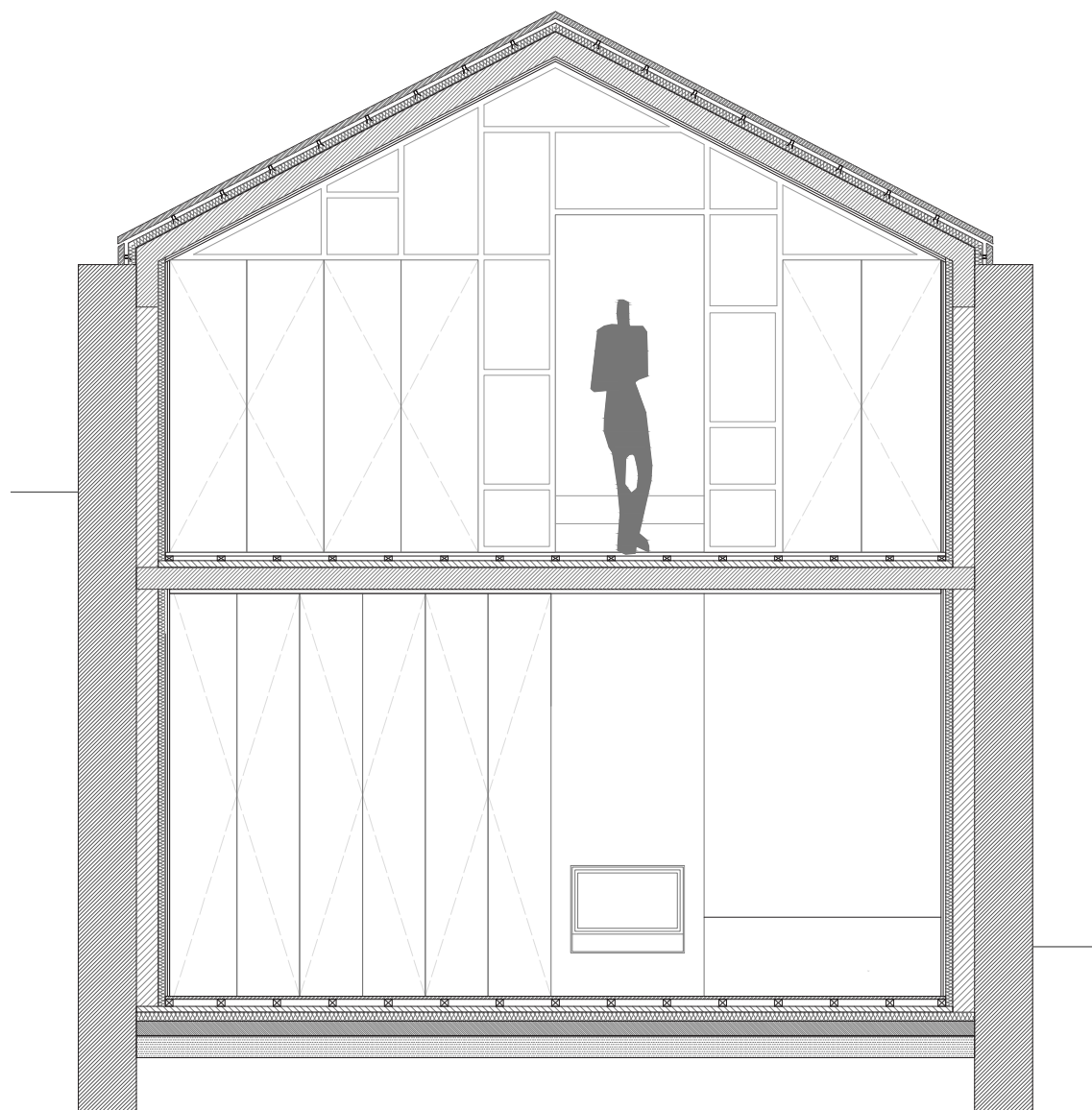


157 | Casa A - Corte AA' \_ 1/50





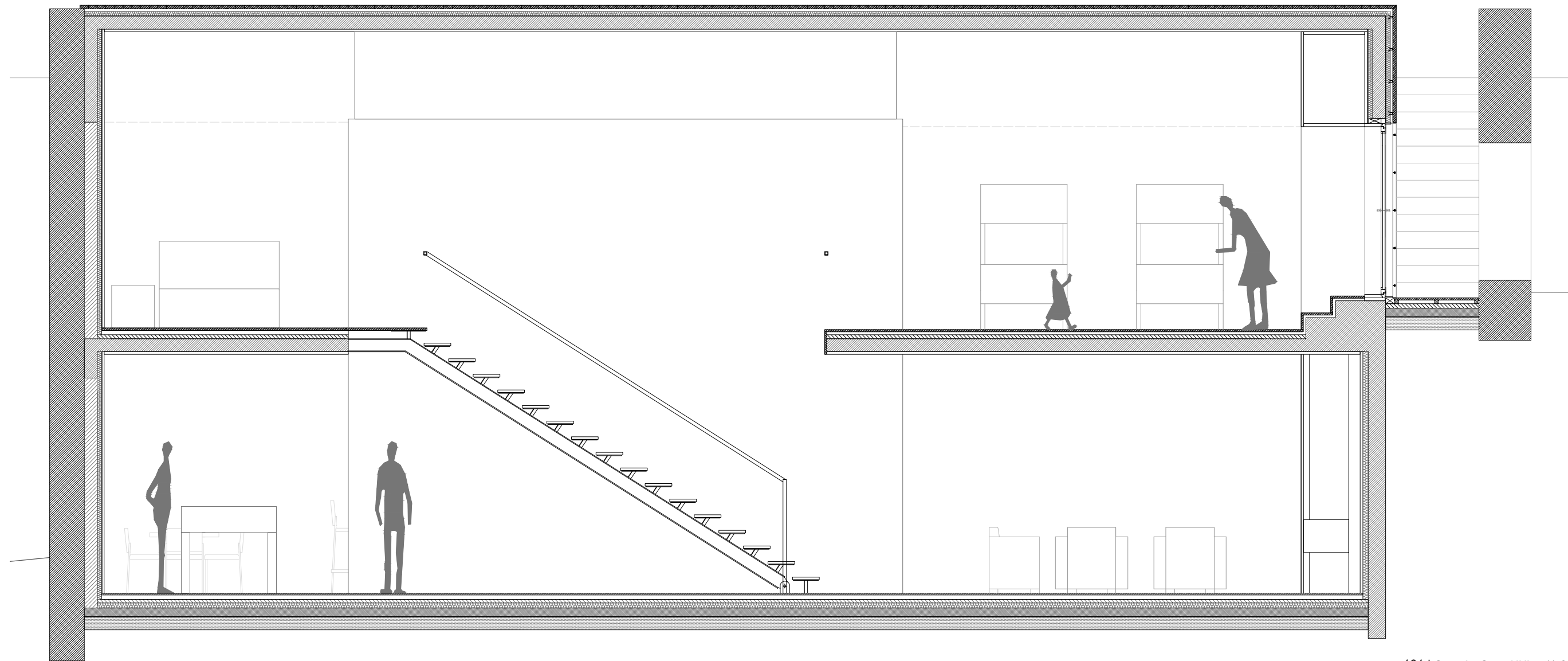
158 | Casa A - Corte CC' \_ 1/50



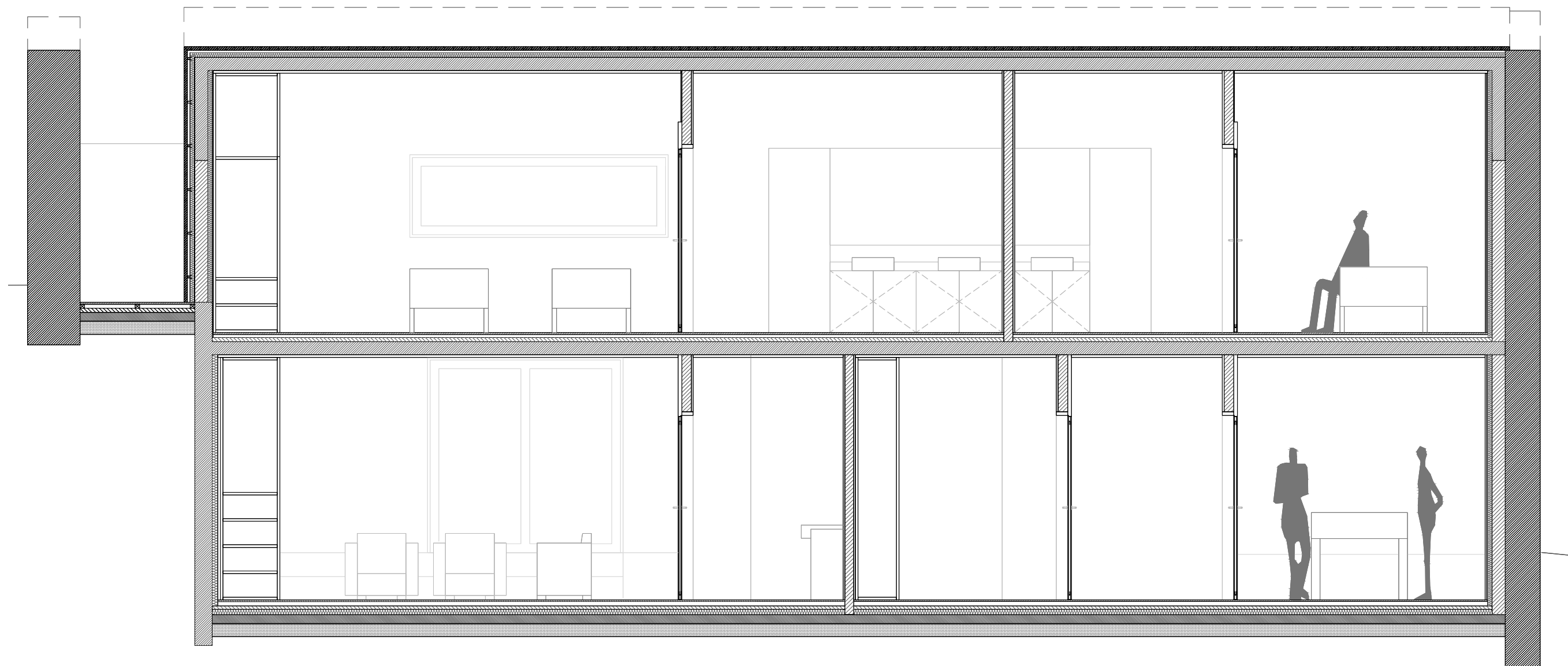
159 | Casa A - Corte DD' \_ 1/50



160 | Casa B - Corte II' \_ 1/50



161 | Casa A - Corte HH' \_ 1/50



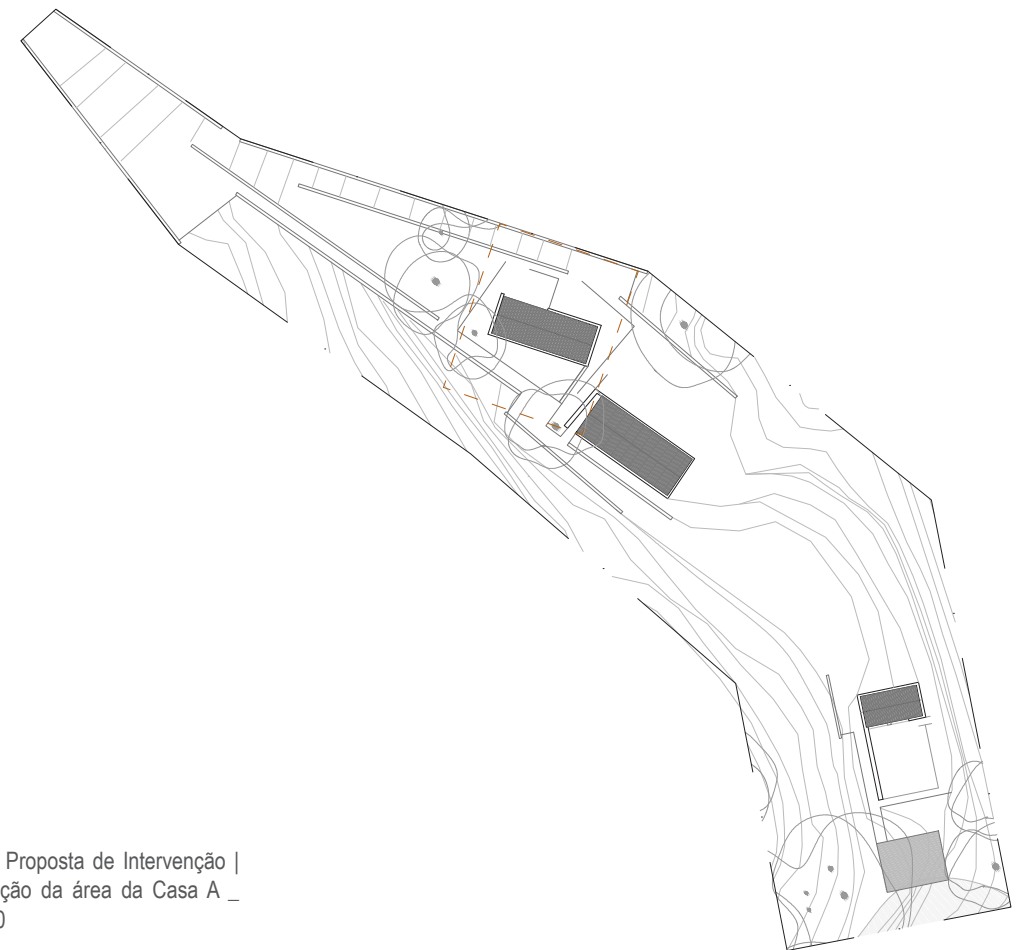
162 | Casa A - Corte GG' \_ 1/50

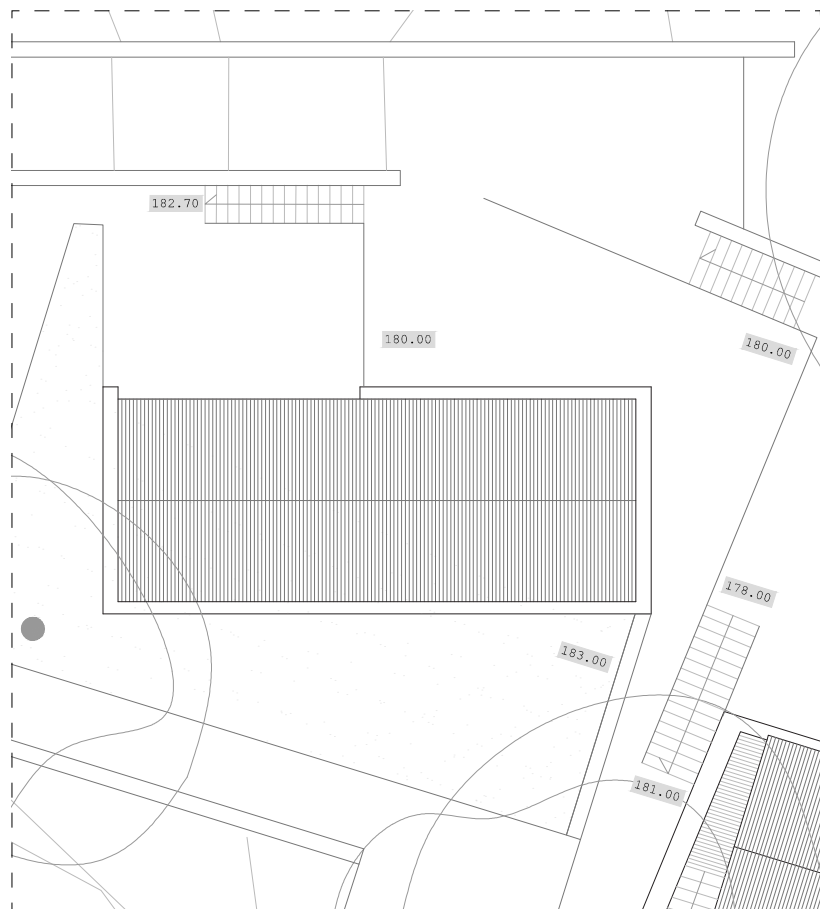


163 | Casa A - Corte FF' \_ 1/50



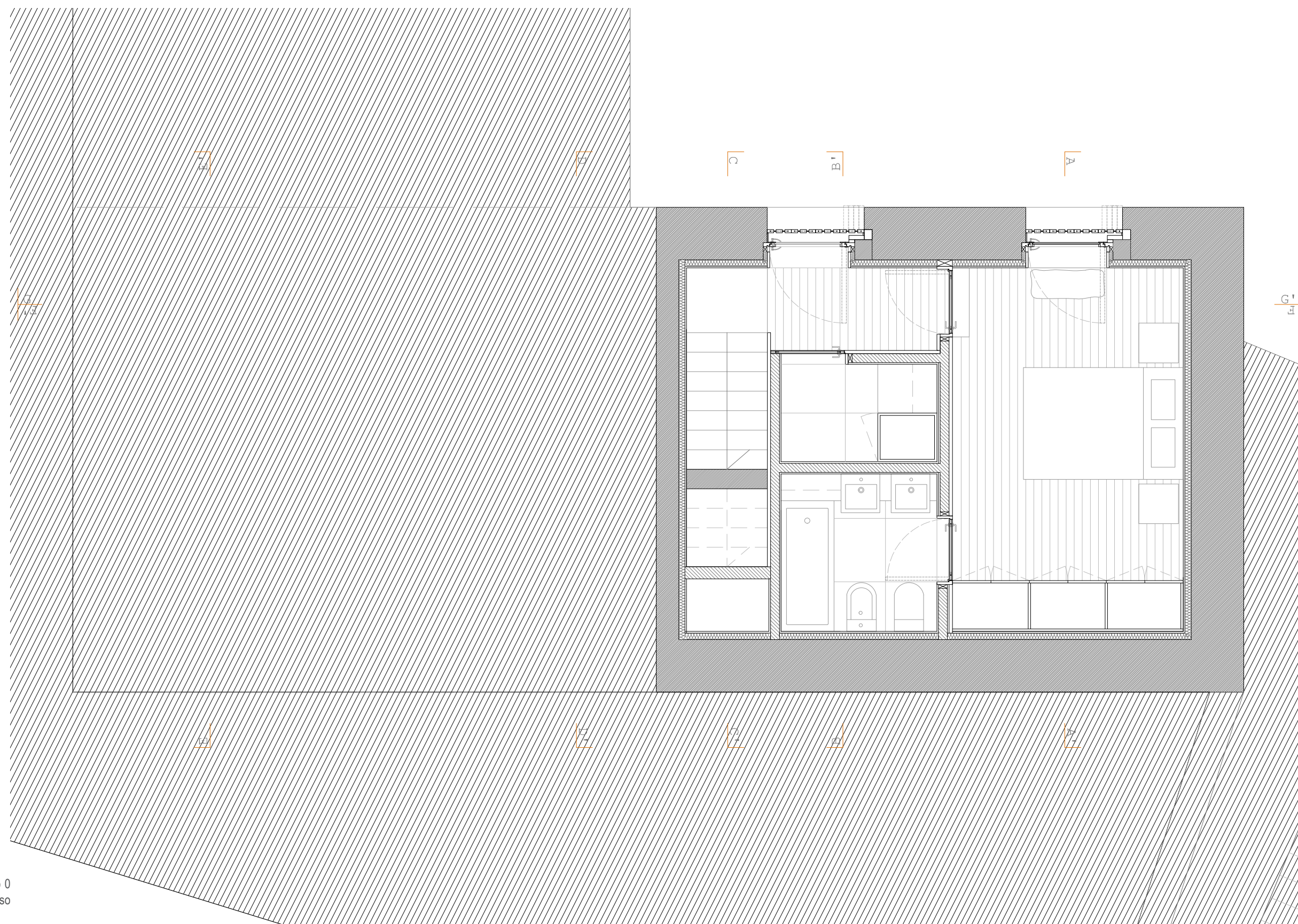
164 | Proposta de Intervenção |  
marcação da área da Casa A \_  
1/1000



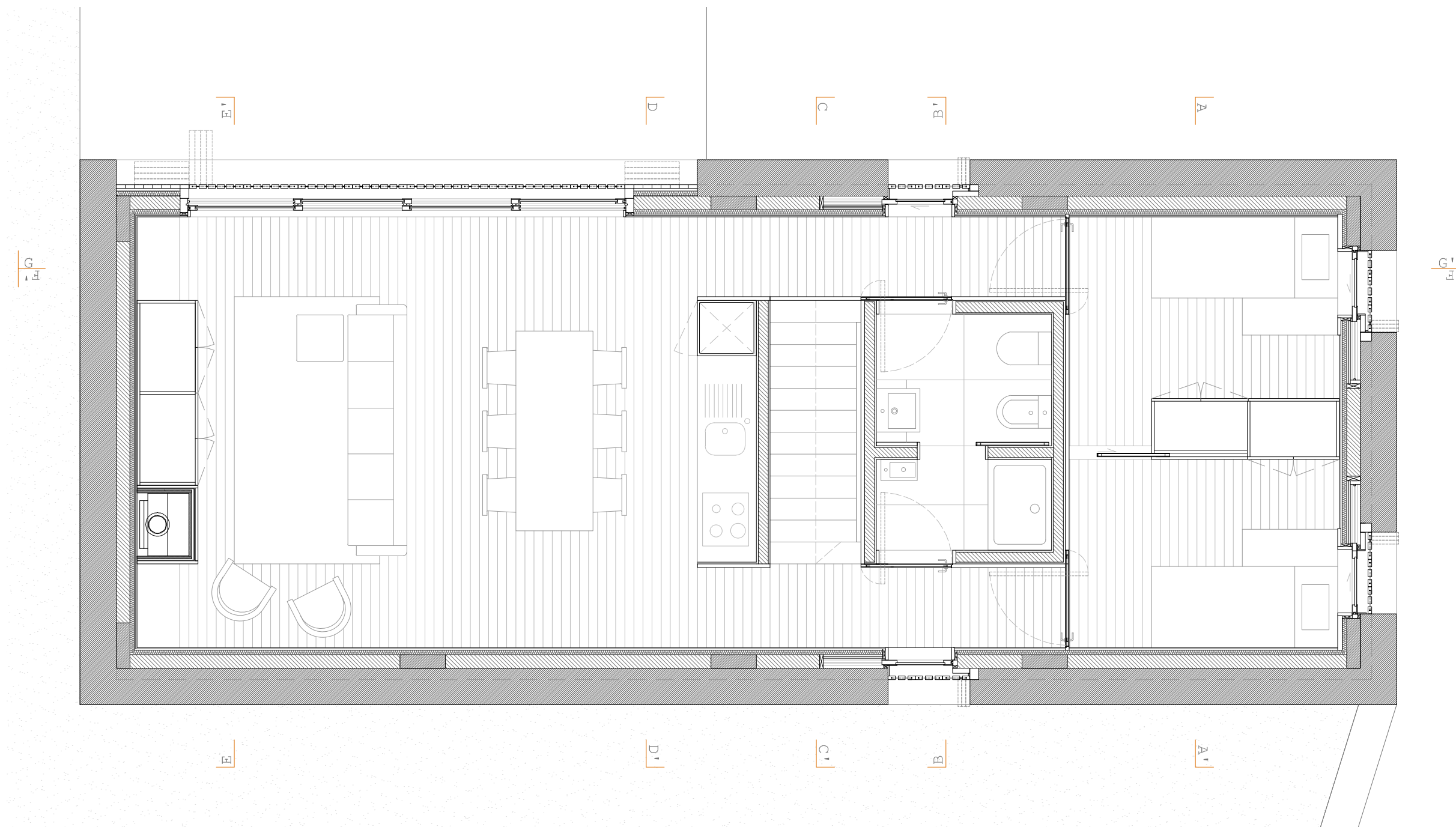


## CASA A

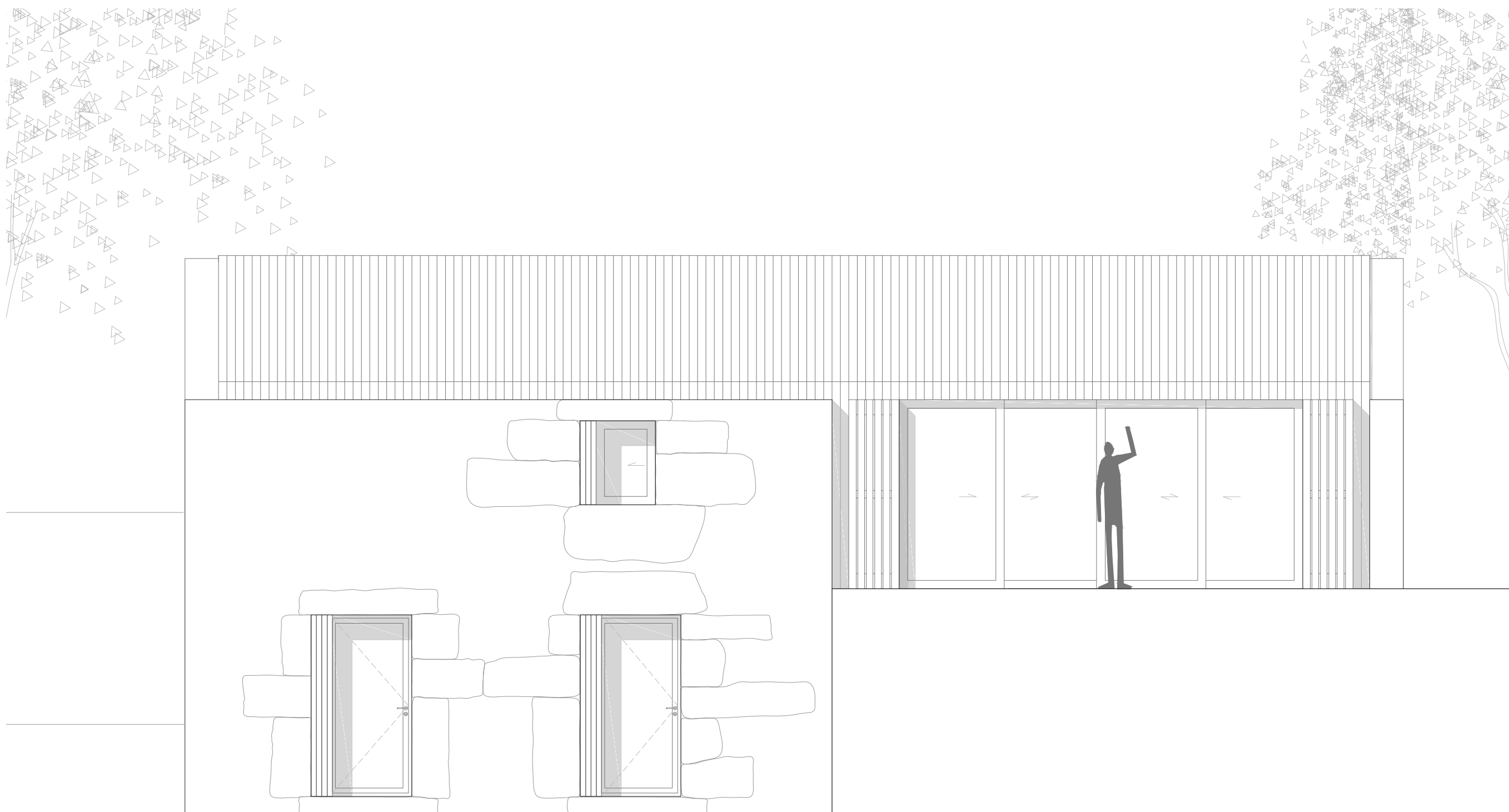
165 | Casa A - planta de cobertura  
e envolvente proxima \_ 1/200

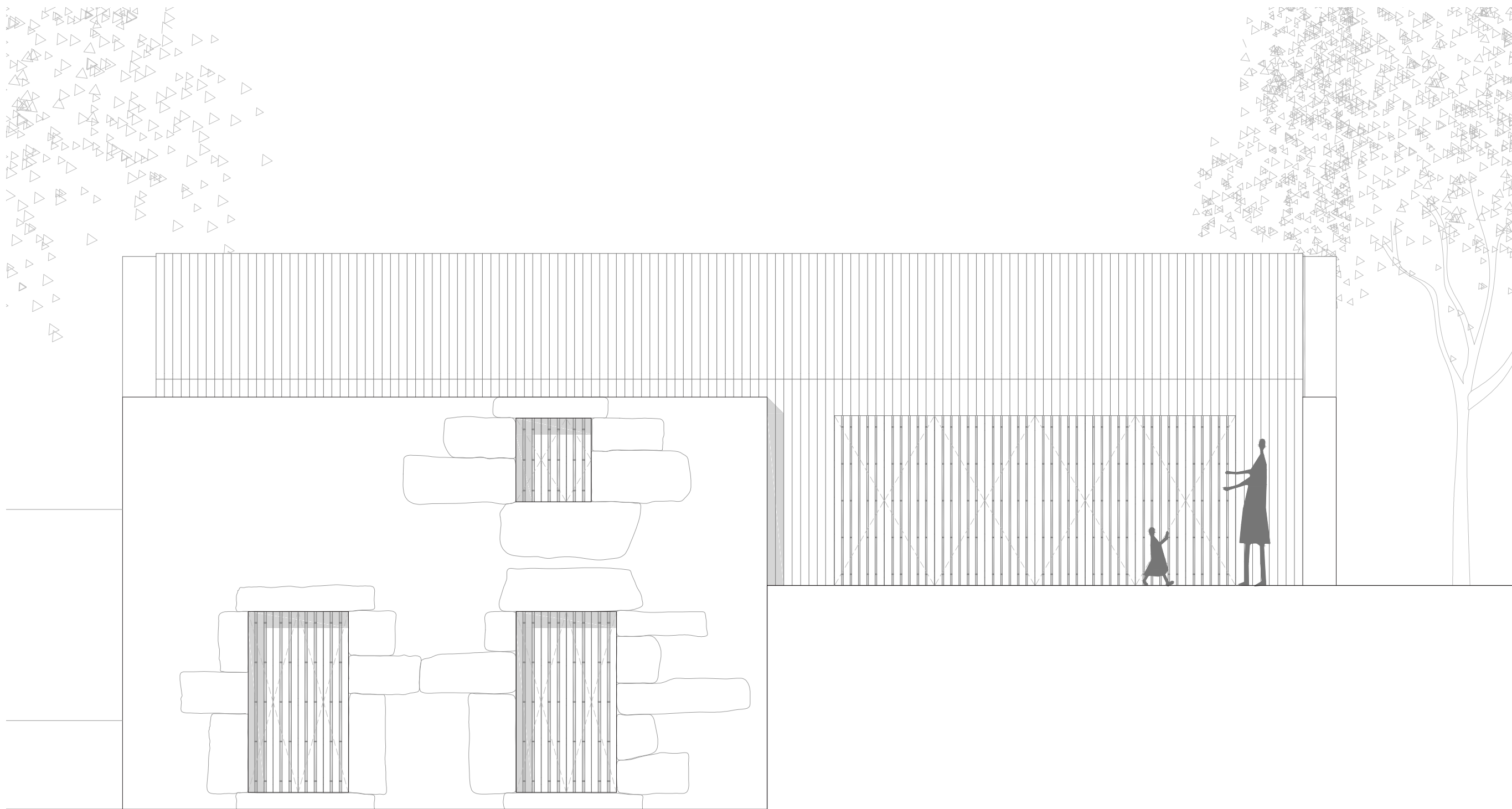


166 | Casa A - planta do piso 0  
[entrada | lavanderia | acesso  
vertical | suite] \_ 1/50

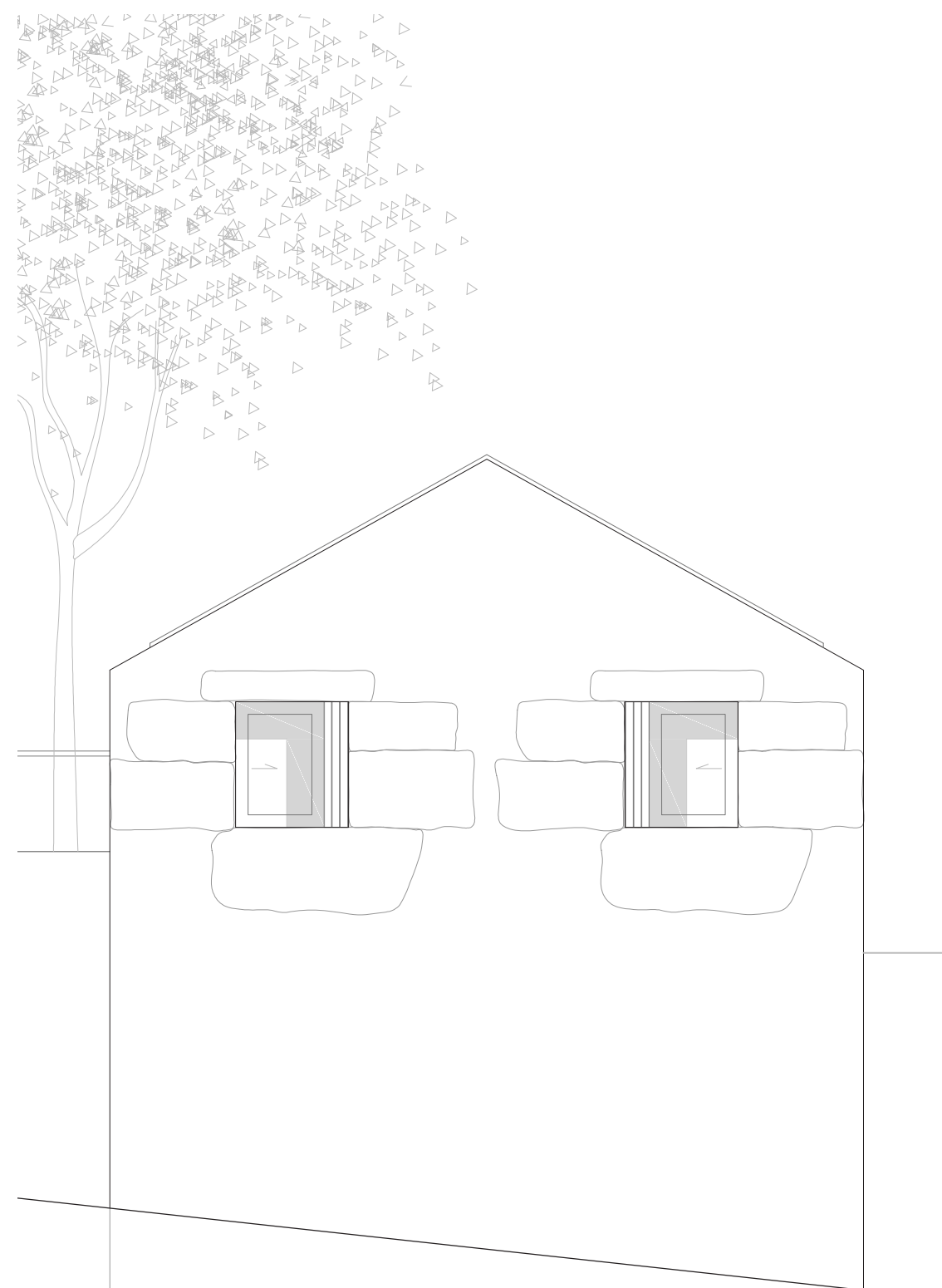


167 | Casa A - planta do piso  
1 [sala de estar | sala de jantar  
kitchenette | acesso vertical |  
instalação sanitária | quarto  
duplo] \_ 1/50

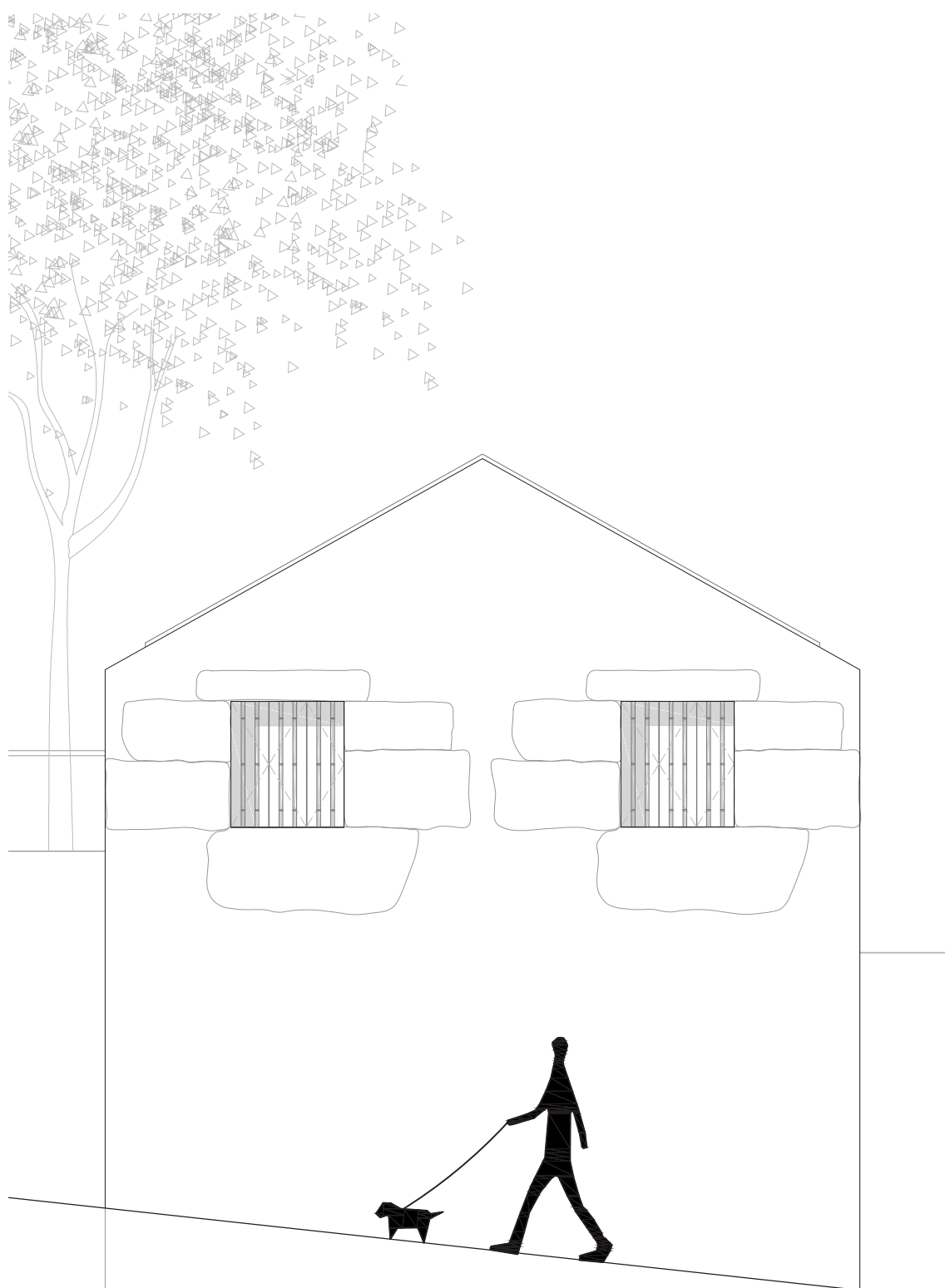




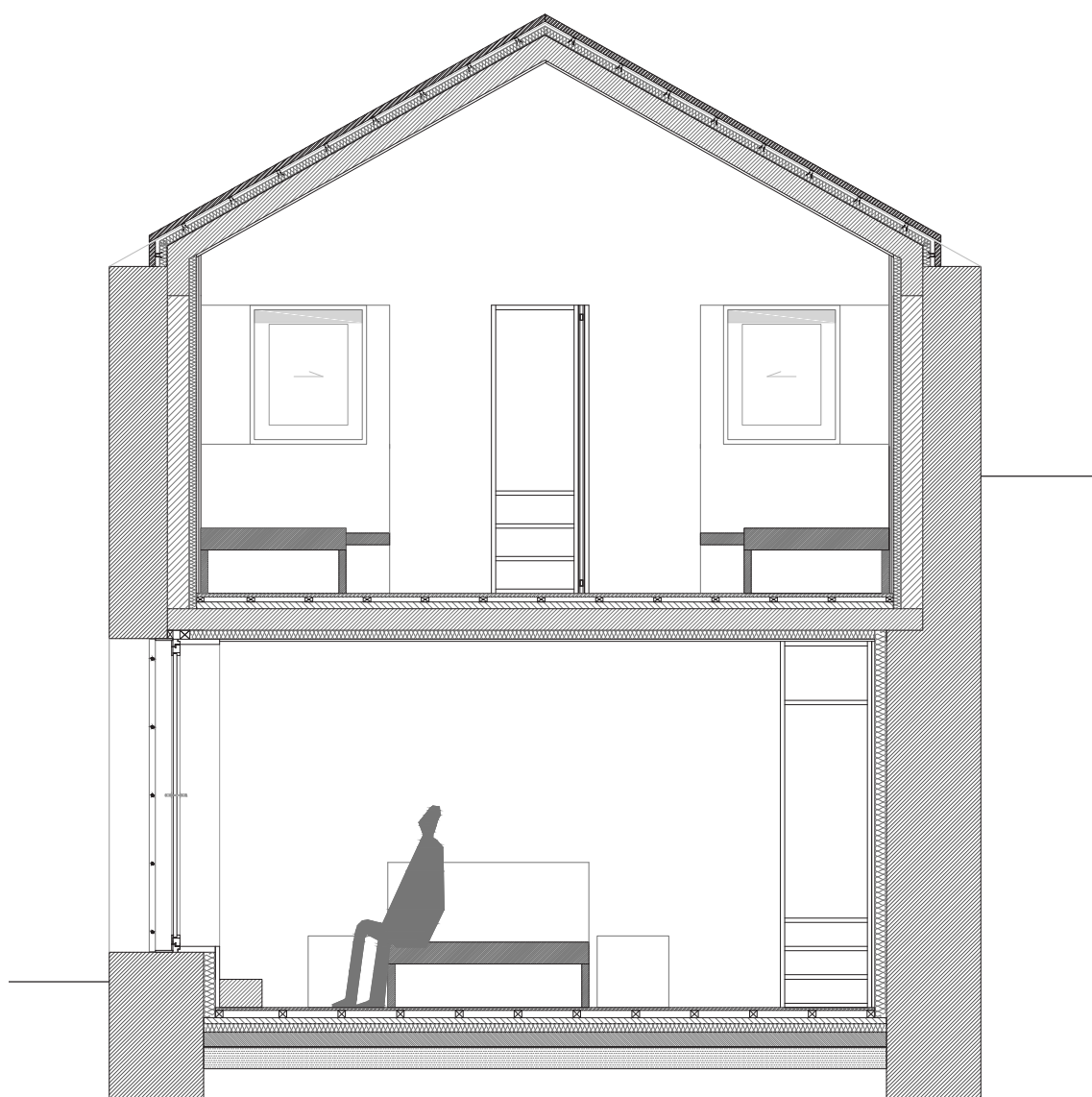




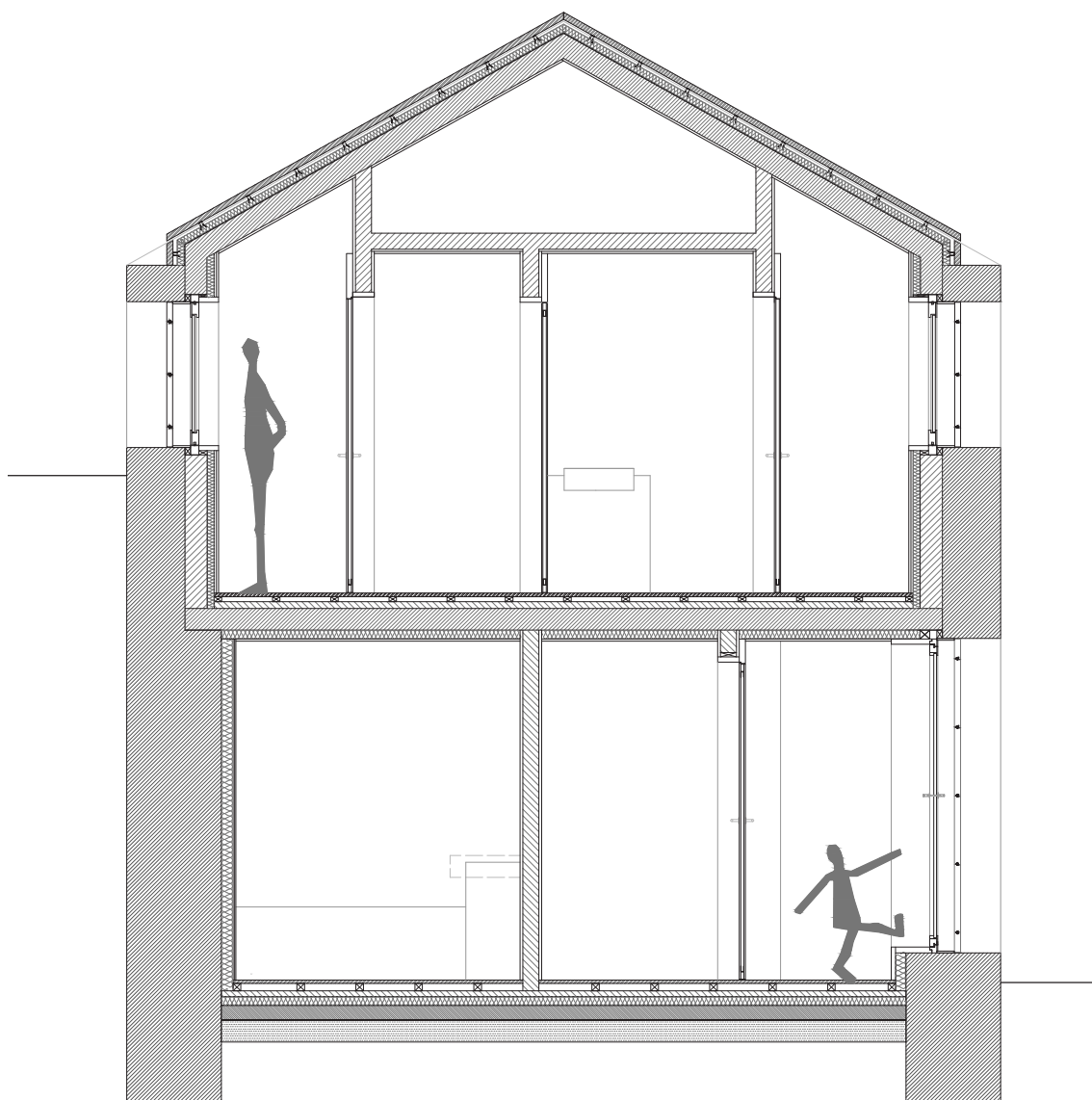
170 | Casa A - Alçado Este  
[portadas abertas] \_ 1/50



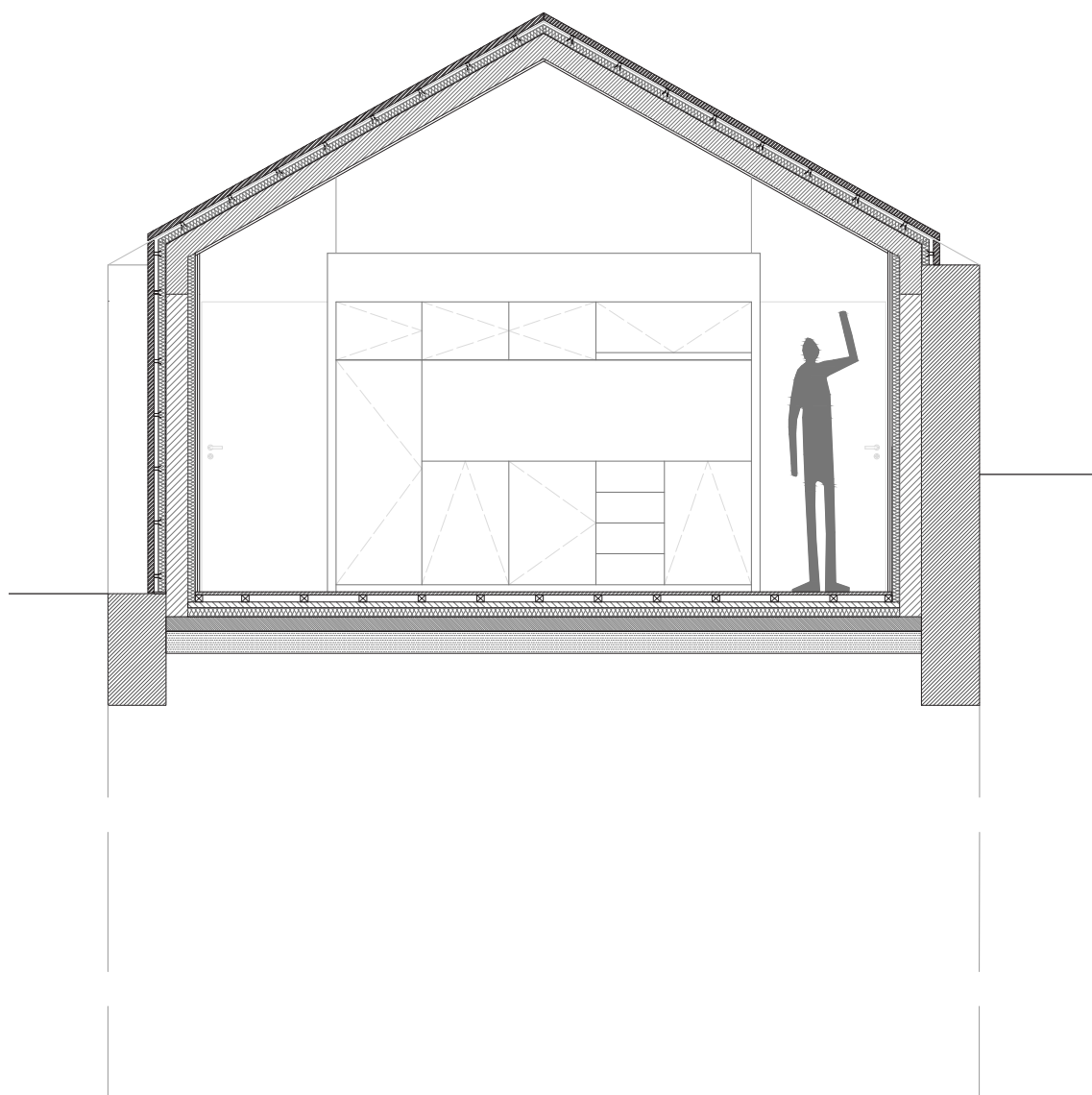
171 | Casa A - Alçado Este  
[portadas fechadas] \_ 1/50



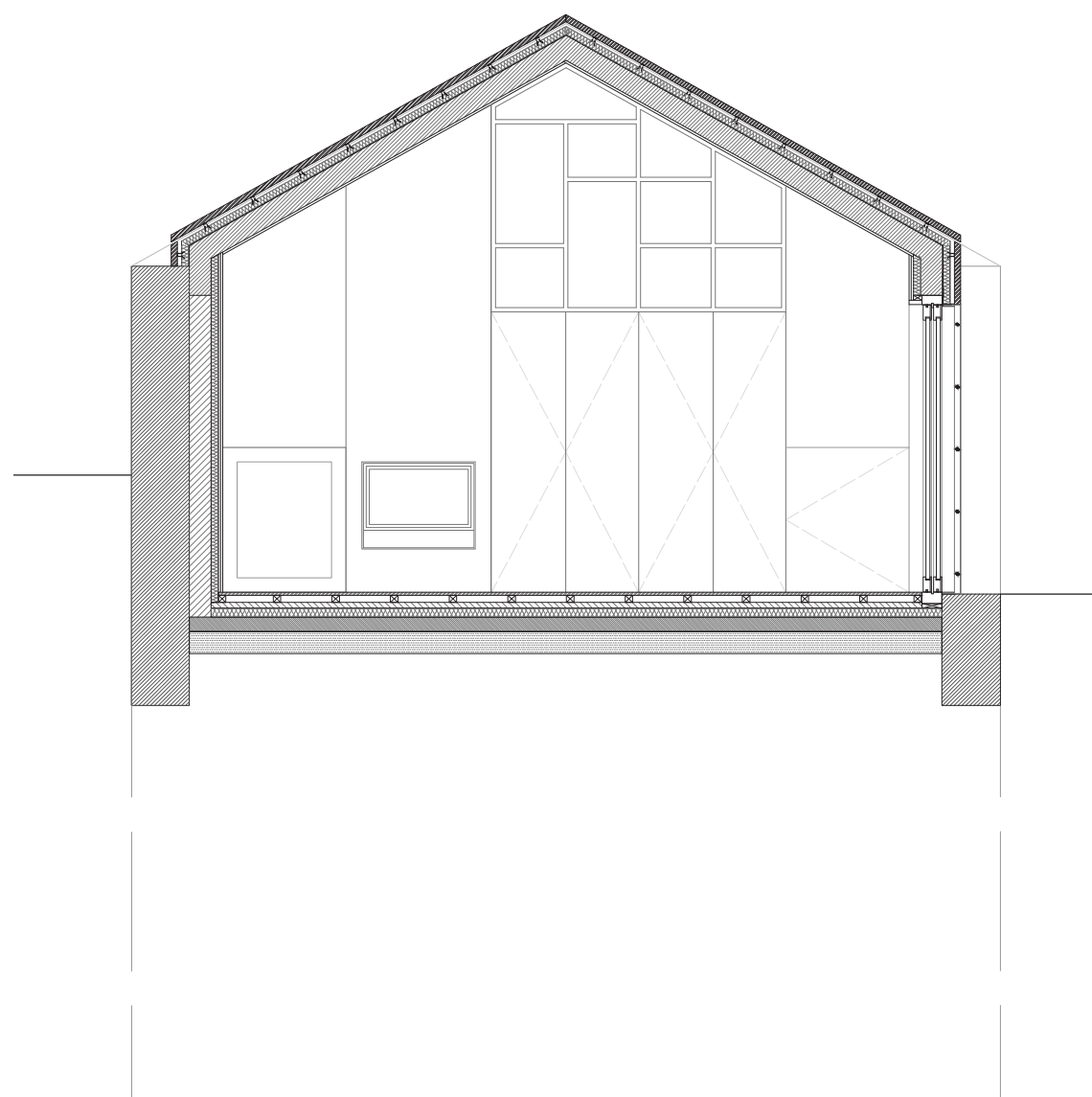
172 | Casa A - Corte AA' \_ 1/50



173 | Casa A - Corte BB' \_ 1/50

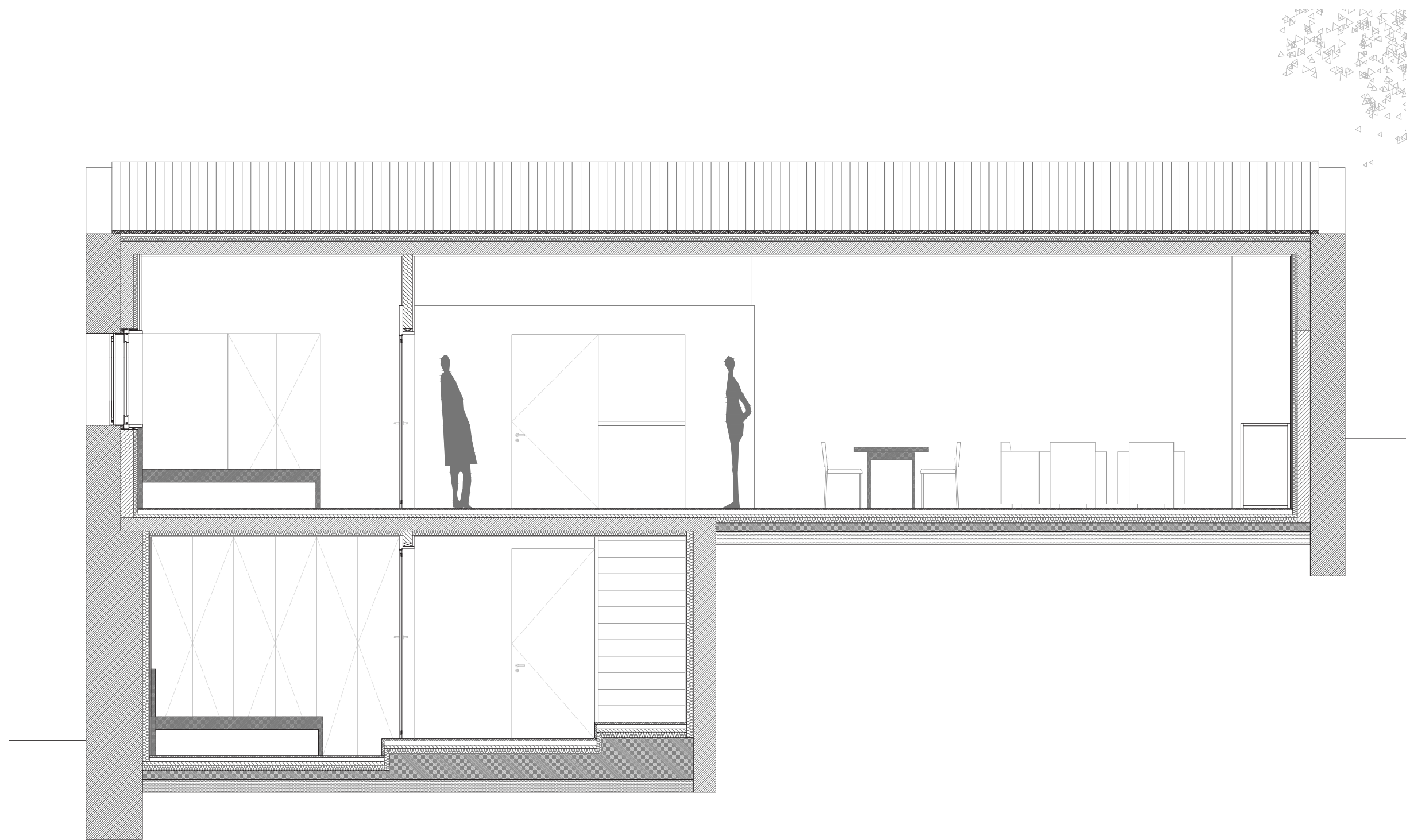


174 | Casa A - Corte EE' \_ 1/50

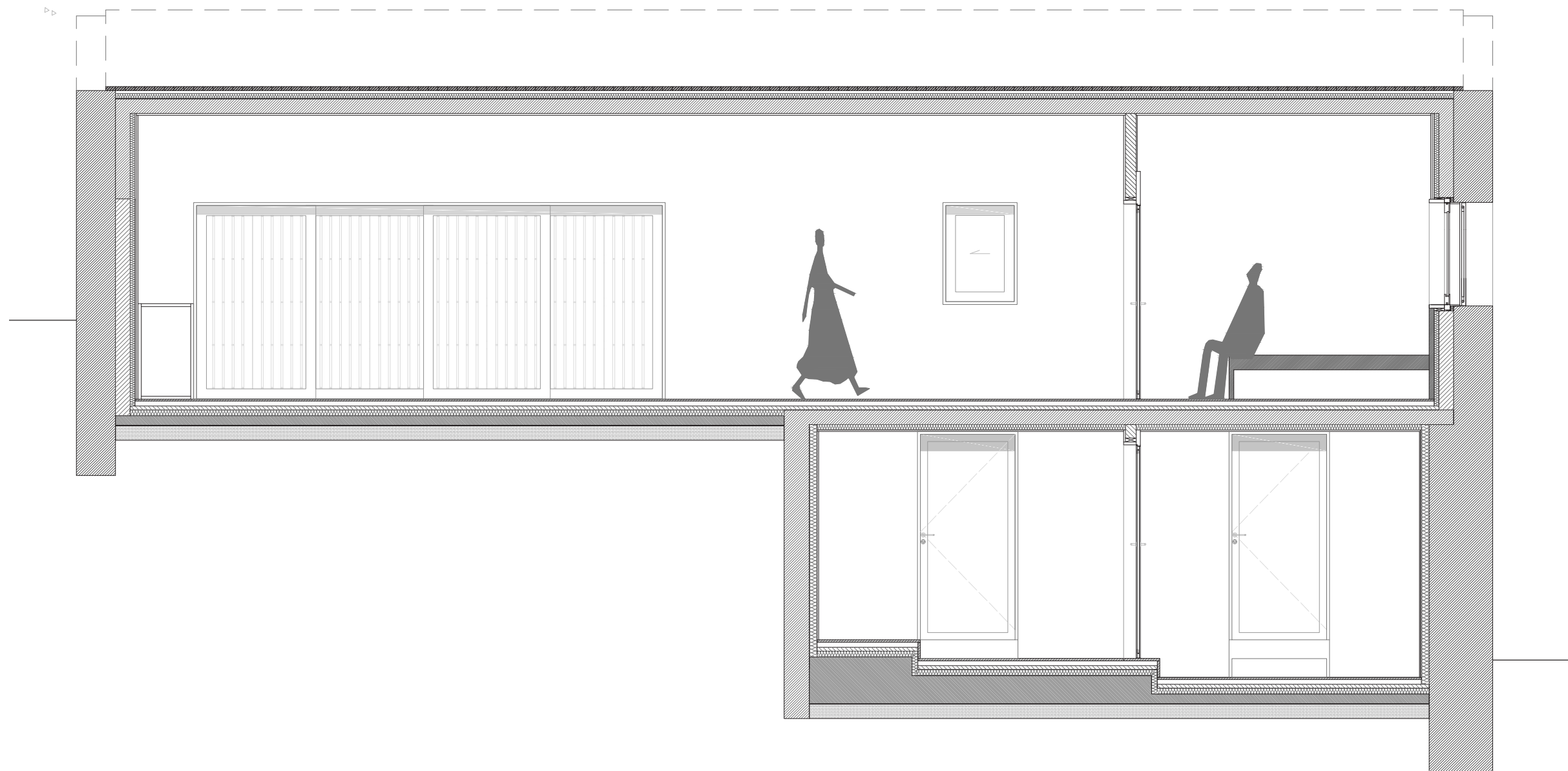
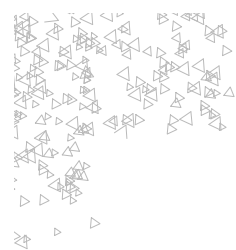


175 | Casa A - Corte FF' \_ 1/50





176 | Casa A - Corte GG' \_ 1/50



177 | Casa A - Corte HH \_ 1/50



*“Cada nova obra intervém numa certa situação histórica. Para a qualidade desta intervenção é crucial que se consiga equipar o novo com características que entrem numa relação de tensão significativa com o existente. Para o novo poder encontrar o seu lugar, precisa primeiro de nos estimular para ver o existente de uma nova maneira. Lança-se uma pedra na água. A areia agita-se e volta a assentar. O distúrbio foi necessário. A pedra encontrou o seu lugar. Mas o lago não é o mesmo.”*

Peter Zumthor in *Pensar a Arquitetura*, Gustavo Gili, 2009, pág.17



## 5 Considerações Finais

A aprendizagem obtida no decorrer destes anos ficou marcada por inúmeras dúvidas, surpresas e obstáculos/potencialidades que no final serviram acima de tudo para o enriquecimento pessoal. Inicialmente, de forma inocente, sempre se acreditou que através de um gesto “único” ou uma postura segura tudo se resolveria, todas as questões seriam respondidas relativamente à pre-existência. Após isso acreditou-se que todas as acções interventivas eram aceitáveis e que o Presente sempre se sobreporia ao Passado.

Não há fórmulas. Não existem guiões ou linhas orientadoras a seguir. Como dizia Chipperfield, *“Architecture does not require, nor should it have, a script.”*<sup>80</sup> A postura a ser assumida pelo arquitecto é de extrema importância, e esta deve abraçar diversas e diferentes verdades, permitindo assim, tanto o desenvolvimento como a maturação de ideias tão paralelas ou tão baralhadas, enriquecidas ou cruzadas, enfim, o que quer que sejam, desde que permita os avanços e recuos necessários até à solução ser a ideal e a mais justa possível.

*“Recuperação e criação serão complemento e não especialidades passíveis de tratamentos autónomos. Reconhecer-se-á que a linguagem se adapta à realidade e para lhe dar forma.”*<sup>81</sup>

O projecto de transformação pretendido para estas casas e celeiro será precisamente a materialização desta premissa. O ‘novo’ irá ao mesmo tempo que adorna, munir e melhorar o ‘antigo’ de forma respeitosa, restaurando uma longa relação esquecida pelo tempo. Articula as volumetrias através de subtis afinidades de linguagem. Através de operações pontuais é recuperada a uniformidade da construção assim como a identidade do local.

A obrigação de um arquitecto para com um projecto que abraça, é o de sempre usar todas as ferramentas e instrumentos que dispõe nas suas criações, na sua Arquitectura. Essa mesma dedicação deve ser aplicada quer no esboço de uma nova parede como na manutenção de uma já existente.

Construir no construído não procura a supremacia face ao antigo. Não procura demonstrar que o novo é melhor que o velho. Construir no construído acredita e aceita que em toda a construção antiga existe uma conexão lógica continuada, desde a sua forma e promenor à inserção que tem para e com a paisagem envolvente, devendo por isso, ser valorizada com humildade e respeito, aceitando que nunca o que o que se faz agora será superior ao construído anteriormente, que resulta de um acumular de experiência, trabalho e história.

80 CHIPPERFIELD, David in *Theoretical practice* / David Chipperfield. London, Artemis, 1994, pág. 22

81 VIEIRA, Álvaro Siza cit por COSTA, Alexandre Alves, in *Identidade Nacional e Património Construído – arquitectura, cidade e território, comunicação*, efectuada a 18 de Abril de 2009 no Auditório da Fac de Direito da Univ. de Coimbra, sob o tema geral “O Património como oportunidade e desígnio”





## Bibliografia

### GERAL

AA. VV., *Arquitectura Popular em Portugal*, 2ª edição, Lisboa, Associação dos Arquitectos Portugueses, 1980

AA. VV., *David Chipperfield: architectural works: 1990 – 2002*, Barcelona, Polígrafa, 2003

AA. VV., *Eduardo Souto de Moura – Vinte e Duas Casas*, VI Bienal Internacional de Arquitectura de São Paulo. Ordem dos Arquitectos, Caleidoscópio

AA.VV., *Pousada de Santa Maria do Bouro*, 2ª Edição, ENATUR, Empresa Nacional de Turismo, S.A., 2000

AA.VV., *Santa Maria do Bouro. Construir uma Pousada com as pedras de um Mosteiro*, Eduardo Souto de Moura, Porto, White & Blue, 2001

AGUIAR, José , *Cor e Cidade Histórica - Estudos cromáticos e conservação do património*, Porto, FAUP, 2005

AGUIAR, José. CABRITA, A. M, Reis. APPLETON, João. *Guião de Apoio à Reabilitação de Edifícios Habitacionais*, Vol. 1, Lisboa: Laboratório Nacional de Engenharia Civil. 2005.

AGUIAR, José, *Após Veneza: do restauro estilístico para o restauro crítico”, 100 anos de Património: Memória e Identidade*, Portugal 1910-2010, IGESPAR, Lisboa 2011

BRANDI, Cesare, *Teoria del Restauro*, Torino : Giulio Einaudi, 1977

CANNATÀ, Michel e FERNANDES, Fátima, *Construir no Tempo. Souto de Moura. Rafael Moneo. Giorgio Grassi*, Lisboa, Estar Editora, 1999

CHOAY, Françoise, *Alegoria do Património*, 3ª edição, Lisboa: Edições 70, 1999.

CHOAY, Françoise, *As Questões do Património – Antologia para um Combate*, Lisboa: Edições 70, 2011

COSTA, Alexandre Alves, *Textos datados*. Coimbra, EDARQ-Edições do Departamento de Arquitectura da FCTUC, 2007

CHIPPERFIELD, David, *Theoretical practice / David Chipperfield*,

London, Artemis, 1994

DIAS, Lino Tavares, *Paisagens Milenares no Douro Verde*, Dólmen, Gráfica do Norte, Amarante, 2014

DOLMEN, *Viagem pelo Douro Verde*, Dolmen, Crl. Gráfica do Norte. Amarante, 2015

DOLMEN, *Serra da Aboboreira: património, natureza e paisagem, Património e paisagem cultural*, Vol II, Baião: Câmara Municipal, 2014

EINAUDI, *Enciclopédia Einaudi*, Lisboa, INCM, 1984

ESPOSITO, Antonio, *Eduardo Souto de Moura*, Barcelona, Gustavo Gili, 2003

FREITAS, Vasco Peixoto de, *Manual de apoio ao projecto de reabilitação de edifícios antigos*, Porto, Ordem dos engenheiros da região norte, 2012

GRAVAGNUOLO, Benedetto, *Historia del urbanismo en Europa - 1750-1960*, Madrid: Akal, 1998

IVAS, Juan Luís de las, *El espacio como lugar: sobre la naturaleza de la forma urbana*, Valladolid, Universidad Secretariado de Publicaciones, 1992

JOKILEHTO, Jukka, *A History of Architectural Conservation*, Oxford: Butterworth Heineman, 1999

LYNCH, Kevin, *De qué tiempo es este lugar? : para una nueva definición del ambiente*, Barcelona, Gustavo Gili, 1975

KAHN, Louis - LOUIS I. KAHN, *Conversa com estudantes*, Barcelona: Gustavo Gili, 2002

LOPES, Flávio; CORREIA, Miguel Brito, *Património arquitectónico e arqueológico: cartas, recomendações e convenções internacionais*, Lisboa, Livros Horizonte, 2004

GOMES, Paulino. PINTO, Ricardo, *Marco de Canaveses: entre o Douro e o Tâmega onde começa o Marão*, Paços de Ferreira, Anégia, 1997

PAIVA, José Vasconcelos. AGUIAR, José. PINHO, Ana, *Guia técnico de reabilitação habitacional*, Lisboa: I.N.H - 2 volumes, 2006

PAIS, Paulo, *Ambição à obra Anónima, numa conversa com Eduardo Souto de Moura*, Editorial Blau 1994

PINHO, Fernando, *Paredes de Edifícios Antigos em Portugal*, Lisboa: LNEC, 2000

RODRIGUES, José Delgado. PEREIRA, Sílvia R. M., *Património em construção: contextos para a sua preservação*, Actas do simpósio realizado no LNEC em Novembro de 2011, Lisboa, 2011

RUSKIN, John, *The Seven Lamps of Architecture*, New York, John Wiley & Son, 1865

SILVA, João Belmiro Pinto da, *Marco de Canaveses: um olhar sobre o património - da Pré -história à Época medieval*, Monografias – Marco de Canaveses, Paços de Ferreira, Anégia, 2000

SOLA-MORALES, Ignasi de, *Intervenciones*, ed. Xavier Costa - Barcelona, Gustavo Gili, 2006

TÁVORA, Fernando, *Da Organização do Espaço*, FAUP Publicações, Porto, 2008

TÁVORA, Fernando, *O problema da Casa Portuguesa*, Cadernos de Arquitectura, Lisboa, Imprensa Libânio da Silva, 1ª Edição

TRIGUEIROS, Luís, *Fernando Távora*, Lisboa, Editorial Blau, 1993

TRIGUEIROS, Luiz, *Eduardo Souto de Moura*, Lisboa, Blau, 2000

VIEIRA, Álvaro Siza, *Uma questão de medida*, Casal de Cambra: Caleidoscópio, 2009

VIEIRA, Álvaro Siza, *Álvaro Siza: obras y proyectos, 1954-1992*, ed. José Paulo dos Santos, intr Peter Testa y Kenneth Frampton, Gustavo Gilli, 1993

VIEIRA, Álvaro Siza, *Oito Pontos*, VIEIRA, Álvaro Siza/CASTANHEIRA, Carlos – As Cidades de Álvaro Siza, 1ª ed. Lisboa: Figueirinhas, 2001

VIEIRA, Álvaro Siza, *Imaginar a Evidência*, Lisboa, Edições 70, 2000

.ZEVI, Bruno; *Saber ver a Arquitectura*, Lisboa, Arcádia, 1977

ZUMTHOR, Peter, *Pensar la arquitectura*, Editorial Gustavo Gili, SA. Barcelona, 2004

ZUMTHOR, Peter, *Atmosferas: entornos arquitectónicos - as coisas que me rodeiam*, Editorial Gustavo Gili, SA, Barcelona, 2006

#### PUBLICAÇÕES PERIÓDICAS

ALVES COSTA, Alexandre Alves Costa in *Cumplicidades*, *Jornal dos Arquitectos*, 213, 2003

*Arquitectura Ibérica* #05, Reabilitação, *Caleidoscópio*

*Arquitectura Ibérica* #012, Reabilitação, *Caleidoscópio*

*Arquitectura Ibérica* #019, Reabilitação, *Caleidoscópio*

BAGLIONE, Chiara, *Casa em Moledo*, *Casabella* nº664, 1999

*El Croquis* 068/069+095, Álvaro Siza 1958 – 2000. Madrid, *El Croquis Editorial*, 2008

*El Croquis* 124, Souto de Moura 1995 – 2005 *La Naturalidad de las Cosas*. Madrid, *El Croquis Editorial*, 2005

*El Croquis* 140, Álvaro Siza 2001 – 2008 *El Sentido de las Cosas*. Madrid, *El Croquis Editorial*, 2008

*El Croquis* 146, Souto de Moura 2005 – 2009 *Teatros del Mundo*. Madrid, *El Croquis Editorial*, 2009

#### WEBGRAFIA

AGUIAR, José, *Ciclo 3R's - Património Cultural e os Paradigmas da Conservação e da Reabilitação*, *Ordem dos Arquitectos*, 2008 in <http://www.oasrn.org/3R/conteudos/areaservada/areaservada6/3R-S1-C1-Aguiar.pdf>

ALVES COSTA, Alexandre, *Identidade Nacional e Património Construído – arquitectura, cidade e território, comunicação efectuada a 18 de Abril de 2009, no Auditório da Fac de Direito da Univ. de Coimbra, sob o tema geral “O Património como oportunidade e desígnio”, in <http://home.fa.utl.pt/~jaguiar/documentos/2009/AAC2009Identidadenacionalepatrimonio.pdf>*

BALBEASCOA, Ana Txu Za, *Soy realista creo en la reparación*.

(Entrevista Eduardo Souto de Moura), Jornal El Pais, 24-07-2011 in [http://www.elpais.com/articulo/portada/Eduardo/Souto/Moura/Soy/realista/Creo/reparacion/elpepusoceph/20110724elpepspor\\_8/Tes](http://www.elpais.com/articulo/portada/Eduardo/Souto/Moura/Soy/realista/Creo/reparacion/elpepusoceph/20110724elpepspor_8/Tes)

RAMOS, Rui J. G., A obra de Eduardo Souto Moura e a influência de Mies van der Rohe, Suplemento Cartaz do Jornal Expresso, Lisboa, 26 de Junho 1999 in <http://hdl.handle.net/10216/5560>

Lista de documentação sobre as Convenções Internacionais: [http://www.international.icomos.org/centre\\_documentation/pdf.htm](http://www.international.icomos.org/centre_documentation/pdf.htm)

## DISSERTAÇÕES

ALMEIDA, Eneida, *O Construir no construído na produção contemporânea: relações entre teoria e prática*, Tese de Doutoramento, S. Paulo, Ano Letivo 2009

BELO, João Pedro de Carvalho, *Uma Casa na Aldeia. Projecto de Reabilitação*, FAUP, Ano Letivo 2014

MONTEIRO, Ana Catarina Gomes Castro, *O Tema da Ruína na Obra de Eduardo Souto de Moura – Um reflexão sobre o valor da memória na prática de projecto*, FAUP, Ano Lectivo 2009

MOREIRA, Bruno, *Forma e estrutura na obra de Eduardo Souto de Moura : oito tópicos de arquitectura : a contradição como parte do projecto*, FAUP, Ano Lectivo 2007

RIBEIRO, Sara Cecília Saraiva Correia, *Reabilitação do património da Beira Alta numa perspectiva turística*, FAUP, Ano Letivo 2010

RUSSEL, Filipe, *Memória e transformação: reabilitação e recuperação arquitectónica da quinta de Carrazedo*, FAUP, Ano Letivo 2009

SAMPAIO, Cátia, *Reabilitação e reconversão de usos. Santa Maria de Refóios do Lima e Santa Maria do Bouro*, FAUP, Ano Letivo 2012

TEIXEIRA, Vítor, *Quinta de Paços: uma intervenção em contexto rural*, FAUP, Ano Letivo 2010



## Índice de Imagens

### 1 Descrição do *Problema*

#### **Análise. Descrição. Interpretação.**

Fotografias, fotomontagens, esquemas e desenhos - Autoria da autora

### 2 Procura da solução

#### **Conceitos. Teorias. Práticas.**

Fig. 54 - Acedido em: 04/01/2016. Acessível em: <http://www.trekearth.com/gallery/Europe/Italy/Lazio/Rome/Rome/photo1256747.htm>

Fig. 55 - Acedido em: 04/01/2016. Acessível em: [https://pt.wikipedia.org/wiki/Templo\\_de\\_Antonino\\_e\\_Faustina#/media/File:Divo\\_Antonino\\_Diva\\_Faustina\\_Temple\\_Forum\\_Romanum.jpg](https://pt.wikipedia.org/wiki/Templo_de_Antonino_e_Faustina#/media/File:Divo_Antonino_Diva_Faustina_Temple_Forum_Romanum.jpg)

Fig. 56/57 - Acedido em: 04/01/2016. Acessível em: <http://www.wikiart.org/en/giovanni-battista-piranesi>

Fig. 58 - Acedido em: 04/01/2016. Acessível em: <http://www.arqnet.pt/imagens3/imag080502.jpg>

Fig. 59 - Acedido em: 04/01/2016. Acessível em: <https://upload.wikimedia.org/wikipedia/commons/f/f0/1890heyenbrock.jpg>

Fig. 60 - Acedido em: 04/01/2016. Acessível em: <https://www.pinterest.com/pin/475833516854503575/>

Fig. 61 - Acedido em: 04/01/2016. Acessível em: [http://whc.unesco.org/pg.cfm?cid=31&l=en&id\\_site=345&gallery=1&&maxrows=30](http://whc.unesco.org/pg.cfm?cid=31&l=en&id_site=345&gallery=1&&maxrows=30)

Fig. 62/63 - Acedido em: 04/01/2016. Acessível em: <http://www.carcassonne.culture.fr/fr/rt401.htm#>

Fig. 64 - Acedido em: 04/01/2016. Acessível em: <http://www.worldhistory.biz/ancient-history/55032-the-fall-of-the-colosseum.html>

Fig. 65 - Acedido em: 04/01/2016. Acessível em: <http://www.localidautore.com/primopiano/paese/rome-31/colosseum-2059.aspx>

Fig. 66 - Acedido em: 04/01/2016. Acessível em: [https://en.wikipedia.org/wiki/Arch\\_of\\_Titus#/media/File:Giovanni\\_Paolo\\_Pannini\\_-\\_](https://en.wikipedia.org/wiki/Arch_of_Titus#/media/File:Giovanni_Paolo_Pannini_-_)

Ideal\_Landscape\_with\_the\_Titus\_Arch\_-\_WGA16970.jpg

Fig. 67 - Acedido em: 04/01/2016. Acessível em: <http://www.arkiplus.com/wp-content/uploads/2014/04/Arco-de-Tito.jpg>

Fig. 68 - Acedido em: 04/01/2016. Acessível em: [http://people.unica.it/caterinagiannattasio/files/2014/10/07b.C.-Boito\\_Opere.pdf](http://people.unica.it/caterinagiannattasio/files/2014/10/07b.C.-Boito_Opere.pdf)

Fig. 69 - Acedido em: 04/01/2016. Acessível em: <http://mol-tagge.blogspot.pt/2014/03/paris-seculo-19-registro-fotografico.html>

Fig. 70/71 - Acedido em: 04/01/2016. Acessível em: [http://grupothac.weebly.com/uploads/6/8/3/8/6838251/ufpr2012\\_apres\\_antonella.pdf](http://grupothac.weebly.com/uploads/6/8/3/8/6838251/ufpr2012_apres_antonella.pdf)

Fig. 72 - Acedido em: 04/01/2016. Acessível em: [http://grupothac.weebly.com/uploads/6/8/3/8/6838251/ufpr2012\\_apres\\_antonella.pdf](http://grupothac.weebly.com/uploads/6/8/3/8/6838251/ufpr2012_apres_antonella.pdf)

Fig. 73 - Acedido em: 04/01/2016. Acessível em: <http://mol-tagge.blogspot.pt/2014/03/paris-seculo-19-registro-fotografico.html>

Fig. 74 - Acedido em: 04/01/2016. Acessível em: <http://densityatlas.org/casestudies/profile.php?id=99>

Fig. 75/77 - Acedido em: 04/01/2016. Acessível em: [http://doportoenaoso.blogspot.pt/2011\\_11\\_01\\_archive.html](http://doportoenaoso.blogspot.pt/2011_11_01_archive.html)

Fig. 76 - Acedido em: 04/01/2016. Acessível em:

Fig. 78 - Acedido em: 04/01/2016. Acessível em: [http://www.ijui.com/upload/arquivos/artigo\\_editor/varsovia-29.JPG](http://www.ijui.com/upload/arquivos/artigo_editor/varsovia-29.JPG)

Fig. 79 - Acedido em: 04/01/2016. Acessível em: <http://columnazero.com/wp-content/uploads/2015/03/varsovia.jpg>

Fig. 80/81 - Acedido em: 04/01/2016. Acessível em: [https://en.wikipedia.org/wiki/Laoco%C3%B6n\\_and\\_His\\_Sons](https://en.wikipedia.org/wiki/Laoco%C3%B6n_and_His_Sons)

Fig. 82 - Acedido em: 04/01/2016. Acessível em: <https://www.pinterest.com/pin/408701734904986905/>

Fig. 83 - Acedido em: 04/01/2016. Acessível em: <https://s-media-cache-ak0.pinimg.com/736x/9b/7f/e1/9b7fe189c17bd0321ec8cc3cefd46b97.jpg>

Fig. 84 - Acedido em: 04/01/2016. Acessível em: <http://www.pacemacgill.com/gfx/images/dmi/DMI.S.021.jpg>

### 3 *Problema visto por outro*

#### **Um Arquitecto. Três Ruínas. Três Obras.**

Fig. 85/86/87 - Acedido em: 08/01/2016 - Forma e estrutura na obra de Eduardo Souto de Moura : oito tópicos de arquitectura : a contradição como parte do projecto / Bruno Miguel da Silva Carvalho Moreira

Fig. 88 - Acedido em: 08/01/2016 - O tema da ruína na obra de Eduardo Souto de Moura : uma reflexão sobre o valor da memória na prática de projecto / Ana Catarina Gomes Castro Monteiro

Fig. 89/90 - Acedido em: 08/01/2016. Acessível em: [http://issuu.com/jpcvarela/docs/ruina\\_do\\_ger\\_\\_s](http://issuu.com/jpcvarela/docs/ruina_do_ger__s)

Fig. 91 - Acedido em: 08/01/2016. Acessível em: [http://img.photobucket.com/albums/v119/rael\\_portugal/Arquitectura/soutomoura\\_baiao09.jpg](http://img.photobucket.com/albums/v119/rael_portugal/Arquitectura/soutomoura_baiao09.jpg)

Fig. 92 - Acedido em: 08/01/2016. Acessível em: [http://farm3.static.flickr.com/2150/2217192693\\_fc94b549f5.jpg](http://farm3.static.flickr.com/2150/2217192693_fc94b549f5.jpg)

Fig. 93 - Acedido em: 08/01/2016. Acessível em: [http://40.media.tumblr.com/9c79bc1bbbe7550ed13835374c668f05/tumblr\\_nh7f30sCMa1sdwotzo3\\_1280.jpg](http://40.media.tumblr.com/9c79bc1bbbe7550ed13835374c668f05/tumblr_nh7f30sCMa1sdwotzo3_1280.jpg)

Fig. 94 - Acedido em: 08/01/2016. Acessível em: [http://img.photobucket.com/albums/v119/rael\\_portugal/Arquitectura/soutomoura\\_baiao01.jpg](http://img.photobucket.com/albums/v119/rael_portugal/Arquitectura/soutomoura_baiao01.jpg)

Fig. 95 - Acedido em: 08/01/2016 - Forma e estrutura na obra de Eduardo Souto de Moura : oito tópicos de arquitectura : a contradição como parte do projecto / Bruno Miguel da Silva Carvalho Moreira

Fig. 96 - Acedido em: 08/01/2016 - O tema da ruína na obra de Eduardo Souto de Moura : uma reflexão sobre o valor da memória na prática de projecto / Ana Catarina Gomes Castro Monteiro

Fig. 97 - Acedido em: 08/01/2016. Acessível em: <http://www.detail-online.com/inspiration/house-in-moledo-portugal-106923.html>

Fig. 98 - Acedido em: 08/01/2016. Acessível em:

<https://s-media-cache-ak0.pinimg.com/736x/d7/19/a4/d719a4d1b6bccf07736dce40ec948e85.jpg>

Fig. 99 - Acedido em: 08/01/2016. Acessível em: [https://buildllc.files.wordpress.com/2008/02/moledo\\_02.jpg](https://buildllc.files.wordpress.com/2008/02/moledo_02.jpg)

Fig. 100 - Acedido em: 08/01/2016. Acessível em: <http://www.bienalesdearquitectura.es/archivo/imagenes/biau/02BI/02BI-30/02BI-30%20%283%29.jpg>

Fig. 101/102 - Acedido em: 08/01/2016. Acessível em: <http://divisare.com/projects/287583-Eduardo-Souto-De-Moura-House-in-Moledo>

Fig. 103/104/105 - Acedido em: 08/01/2016 - O tema da ruína na obra de Eduardo Souto de Moura : uma reflexão sobre o valor da memória na prática de projecto / Ana Catarina Gomes Castro Monteiro

Fig. 106/107 - Acedido em: 08/01/2016 - Forma e estrutura na obra de Eduardo Souto de Moura : oito tópicos de arquitectura : a contradição como parte do projecto / Bruno Miguel da Silva Carvalho Moreira

## **4 Resultados Aplicados**

### **Um Lugar. Três Ruínas. Uma Proposta.**

Fig. 109 - Acedido em: 08/02/2016. Acessível em: <http://www.carlosprata.com/Ficha26.html>

Fig. 110 - Acedido em: 08/02/2016. Acessível em: <http://www.brandaocosta.com/projetos/arga/>

Fig. 111 - Acedido em: 08/02/2016. Acessível em: <http://365arq.tumblr.com/post/87825424905/adalberto-dias>

Fig. 112 - Acedido em: 08/02/2016. Acessível em: <http://www.sami-arquitectos.com/en/works/show/ec-house>

Fig. 113 - Acedido em: 08/02/2016. Acessível em: <http://texturesofnewyork.com/wp-content/uploads/2013/12/10-28-13-Texture-34.jpg>

Fig. 115 - Acedido em: 08/02/2016. Acessível em: <http://haworthtompkins.com/built/proj04/index.html>

## Anexos

### ENTREVISTA

#### Perguntas:

1 - Que tipo de caça existe, principalmente, na zona do Marco de Canaveses, e mais precisamente na zona circundante das 'ruínas'?

2 - Quando se fala em reservas de caça, implica ser só terreno ou tem algum tipo de equipamento? Como 'recepção', zonas de refeições, zonas para pernoitar a noite, etc?

3 - Se souberem, quais os tipos de Reservas de caça que existem? Se são todas iguais, ou se algumas tem só o terreno em si, ou se outras possuem algum tipo de 'apoio' aos caçadores, como já referi em cima, zonas de estar, de refeições ou de pernoitar.

4 - Existe algum tipo de Reserva (com dormitórios, zonas de refeição e sociais) no Norte de Portugal? Se sim, onde? E como costumam funcionar.

Se são tipo bungalows ou se tem alguém a tempo inteiro e funciona, mais ou menos, como 'pseudo-hotel'.

5 - Nessas Reservas existe algum tipo de espaço para 'guardar' o que os caçadores caçam durante o dia enquanto permanecem no local?

6 - Existe algum local em Portugal ou Espanha que se intitule como 'refugio/abrigo' para caçadores? Se sim, qual?

#### Respostas:

1 - A caça predominante na zona do Marco de Canaveses, é o coelho bravo, embora também hajam alguns bandos de perdizes, mas com pouco significado para que se considere a caça preferida de ser praticada. Com o abandono dos campos também está a aparecer o javali e muito próximo às zonas urbanas. O tipo de caça praticado é a caçada de salto com cães coelheiros, sendo estes uma mistura de raças em certas zonas, já noutras abunda a raça Podengo, que sendo uma raça tipicamente Portuguesa, está perfeitamente adaptada a este tipo de caça. O tipo de terreno está dentro dos parâmetros ideais para que os coelhos se desenvolvam bastante bem, pois tem uma cobertura vegetal muito boa e um índice de humidade durante todo o ano que fornece tudo para que o coelho sobreviva sem dificuldade.

2 - Uma Zona de caça tem obrigatoriamente de ter terreno, sendo este de particulares ou de entidades públicas ou privadas.

3 - As reservas existentes em Portugal são de três tipos, nomeadamente, Zonas de Caça Associativas, Zonas de Caça Municipais e Zonas de Caça Turísticas. (Também existem as Reservas do Estado, como a Tapada de Mafra, a Tapada Real de Vila Viçosa, a Reserva do Parque Natural de Montesinho, onde a exploração cinegética está entregue a entidades privadas ou a gestores de caça das Câmaras Municipais da zona. Estas reservas obedecem a um tipo especial de atribuição das jornadas de caça, que são definidas anualmente por edital dando a conhecer a quem foram atribuídas as caçadas, após sorteio entre os inscritos.)

As Zonas de Caça Associativas (ZCA), são como o nome indica formadas por sócios, sendo eles donos ou não dos terrenos onde as mesmas se inserem e têm de ter autorização dos proprietários para caçarem nos seus terrenos. Estas ZCA pagam uma verba ao Estado conforme o terreno que esteja associado à reserva de caça, calculado em função dos hectares explorados. Não estão obrigadas a terem equipamentos de apoio para os caçadores, embora quase todas tenham uma sede onde se reúnem os sócios fazendo reuniões, almoços e outros convívios dentro do espírito associativo. Somente podem caçar nos terrenos das ZCA os sócios e convidados de sócios ou da direcção das mesmas. As ZCA não podem vender jornadas de caça, pois não podem ter rendimentos colectáveis, o intuito final não é o lucro. As quotas pagas pelos sócios são na sua maioria para pagar as licenças e para desenvolver actividades em prol da caça, como criar comedouros artificiais, zonas de refugio de caça, etc..

As Zonas de Caça Municipais (ZCM), são zonas de caça sob a tutela das Câmaras Municipais onde estão inseridas. Podem ser exploradas pela entidade municipal ou entregues a clubes ou associações de caçadores para a exploração cinegética. Ao contrário das ZCA as ZCM não podem ter sócios, mas podem, ao contrário das ZCA, vender caçadas, sendo mesmo obrigadas a apresentar anualmente ao órgão competente, no caso de Portugal ao ICNF, o plano anual de exploração (PAE) onde são indicadas as espécies a caçar, as jornadas diárias de caça, etc.. Os terrenos onde elas se inserem também são de particulares, ou da entidade gestora, mas não carecem da autorização necessária da parte dos proprietários para se caçar, como se obrigam as ZCA. Os dinheiros resultantes da venda das caçadas, reverte inteiramente para o desenvolvimento da caça dentro da ZCM. Estas reservas também não são obrigadas a ter equipamentos de



apoio para os caçadores.

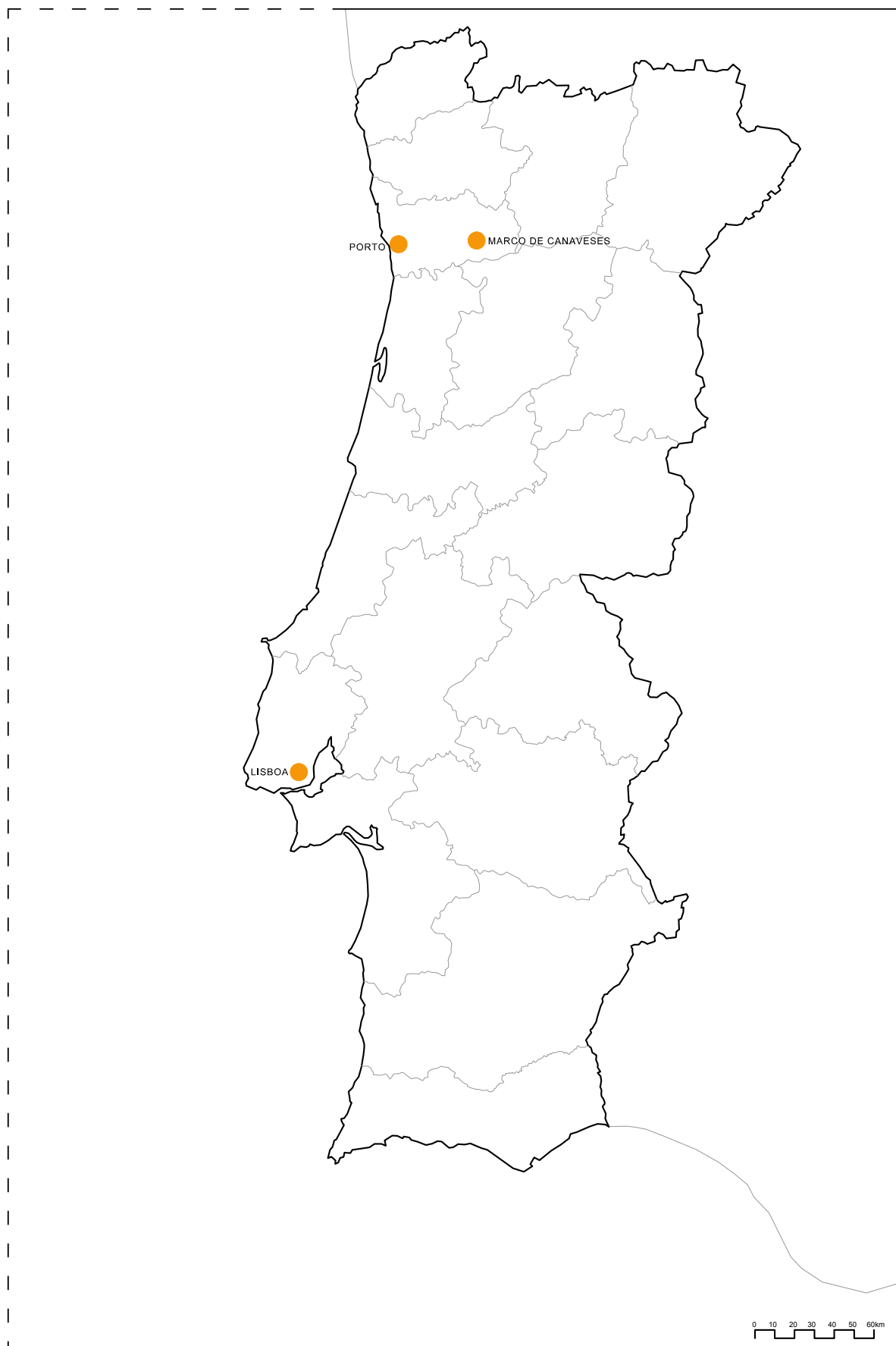
As Reservas de Caça Turísticas (ZCT), são zonas de caça onde se pratica um regime de caça totalmente diferente das outras zonas de caça. Elas procuram substancialmente o lucro e são exploradas intensivamente. Pode-se caçar durante todo o ano, e recorrem na sua maioria a caça proveniente de explorações de reprodução de espécies cinegéticas, como se pode ver aqui na CAÇABRAVA, ou na QUINTA DOS PENEDINHOS. Os terrenos onde se inserem este tipo de reservas, na sua maioria, são propriedade da entidade gestora. Estas ZCT são, estas já, obrigadas a terem equipamentos de apoio para os caçadores, nomeadamente restauração, dormidas, guarda da caça, canis, etc. Um bom exemplo é esta exploração no norte do país, em VILA FLOR. Ou esta no ALENTEJO. Estas reservas estão também obrigadas a um pagamento anual ao Estado que é bastante elevado, levando assim a que para praticar caçadas neste tipo de exploração não está ao alcance de todos, devido ao valor cobrado por caçada. Por exemplo um lugar numa batida às perdizes pode atingir 1000 ou 1500 €uros com a maior das facilidades.

Nesta última questão não sei dizer se em Portugal existe algum tipo de local com esta designação, de "refúgio" ou "abrigo" para caçadores. Pelo que conheço não há nada deste tipo, pois serão alojamentos para tipos de caça que não existem em Portugal, como caça de alta montanha ou caça grossa como em África. O que existe sim, nas ZCT, alguns bons alojamentos para quem lá vai caçar como este caso em MONFORTINHO. Em Espanha existem "refúgios" ou "abrigos" para caçadores, inseridos dentro de reservas de caça do tipo BATUECAS ou da serra de GREDOS, onde se pratica caça de aproximação que por vezes dura vários dias e existem esses locais para se pernoitar, nalguns casos são verdadeiros hotéis de luxo, noutros um simples casebre no alto da montanha.

Espero que estas explicações muito sucintas sejam úteis, se for necessário mais algum esclarecimento dentro daquilo que conheço, tenho todo o gosto em ajudar. AQUI poderá ver algumas questões frequentes postas á entidade que gere a caça em Portugal, que poderão também ajudar no trabalho, que é o Instituto de Conservação da Natureza e das Florestas (ICNF).

MARCO DE CANAVESES

**ANÁLISE URBANO TERRITORIAL**



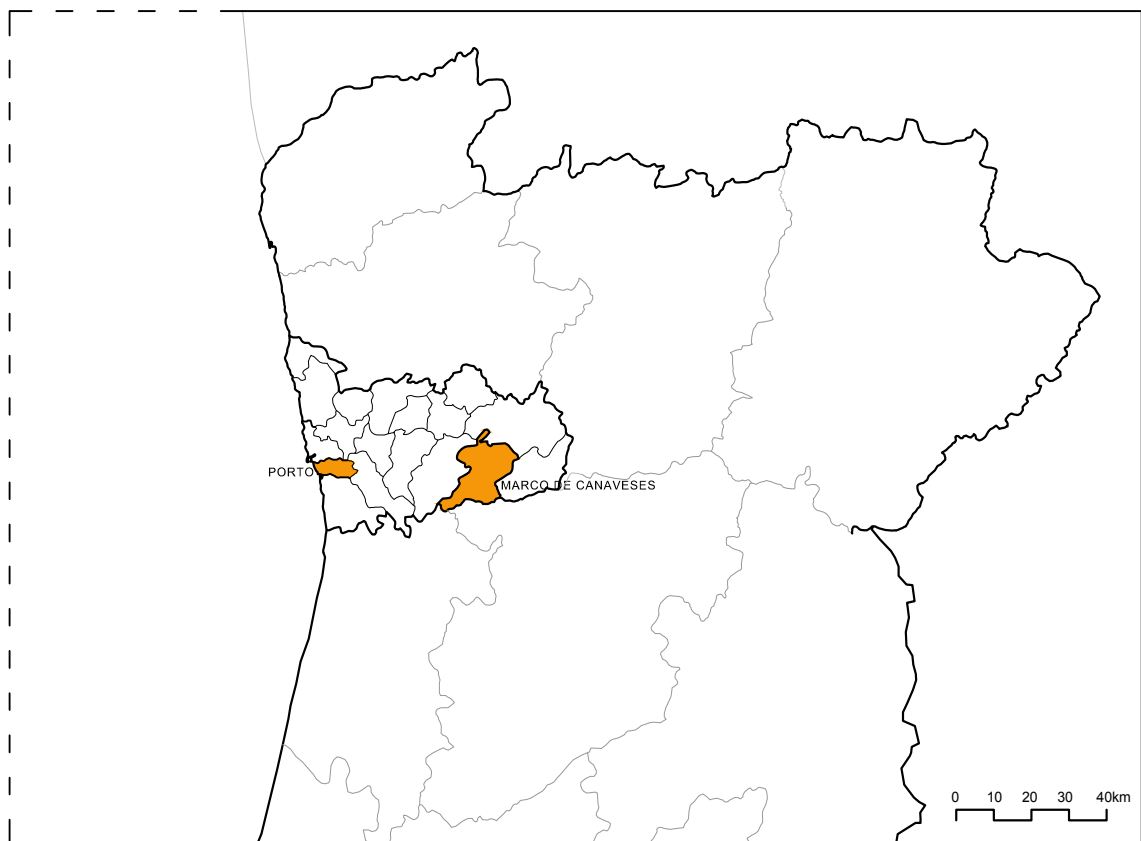
**Mapa 01:** Enquadramento da cidade de Marco de Canaveses no território nacional.

## Contexto Territorial Nacional e Regional

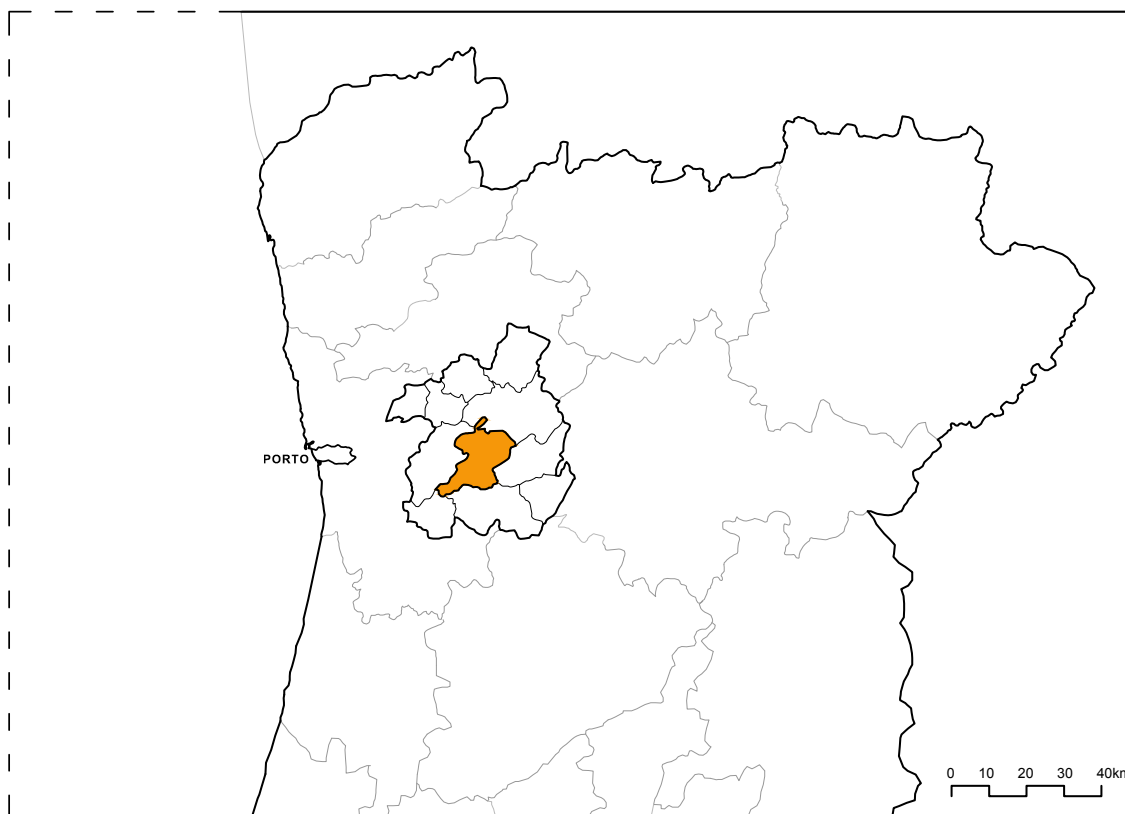
*A cidade continua hoje a ser um foco de admiração pelas suas qualidades, por ser um objecto colectivo e por ser o suporte físico das nossas vidas. É admirada tanto pela sua beleza como pela sua capacidade de adequação ao tempo e, pelo contrário, à resistência à passagem de gerações que nele vão depositando as suas marcas. (Os elementos urbanos - Caderno de Morfologia Urbana, 2013)*

A cidade e o concelho de Marco de Canaveses encontram-se numa posição territorial relativamente central e próxima dos grandes centros urbanos, quando comparada com a região Norte de Portugal. Aproximadamente a 45 quilómetros do concelho do Porto. Marco de Canaveses vive numa dicotomia entre proximidade territorial e o isolamento geográfico, como será analisado mais adiante.

O concelho de Marco de Canaveses constitui uma fronteira do distrito do Porto relativamente aos distritos de Viseu, a Sul, e o distrito de Aveiro, a Nordeste e, mesmo não constituindo fronteira, encontra-se relativamente próximo do distrito de Vila Real, a Este e de Braga a Norte.



Mapa 02: Enquadramento do concelho de Marco de Canaveses no distrito do Porto.

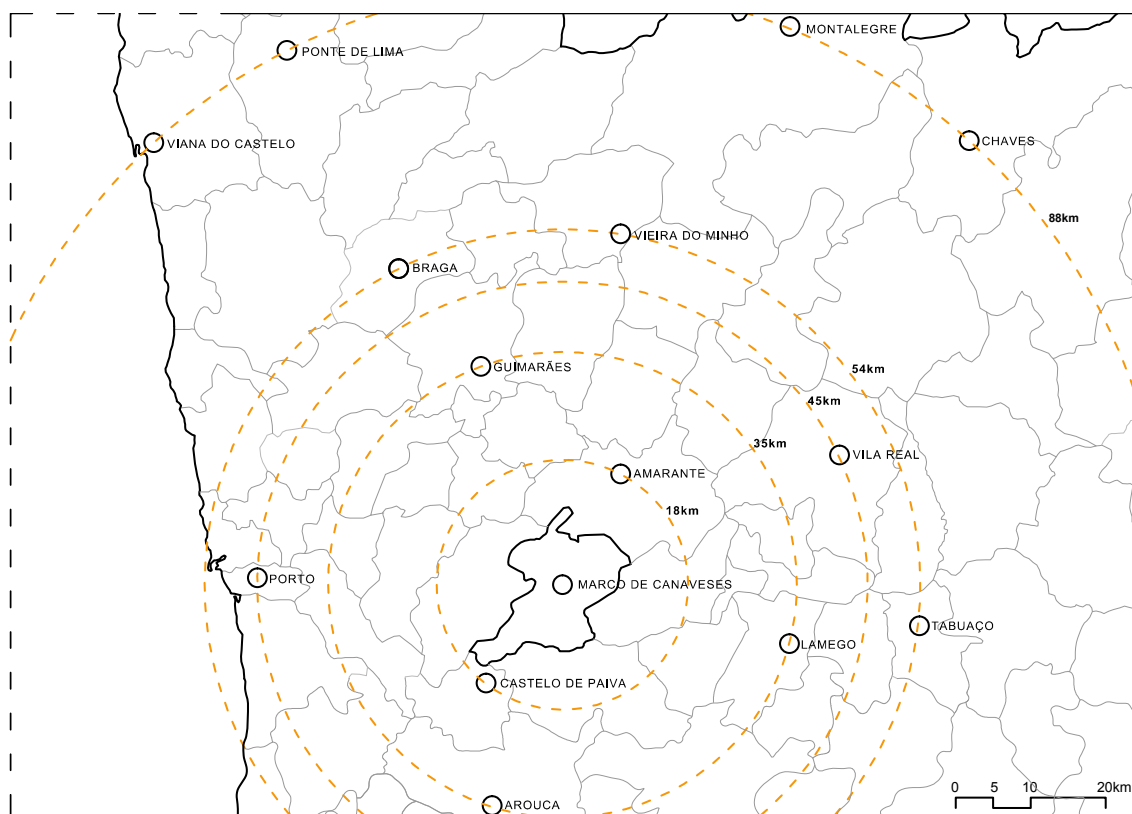


**Mapa 03:** Enquadramento do concelho de Marco de Canaveses na Comunidade Intermunicipal do Tâmega e Sousa.

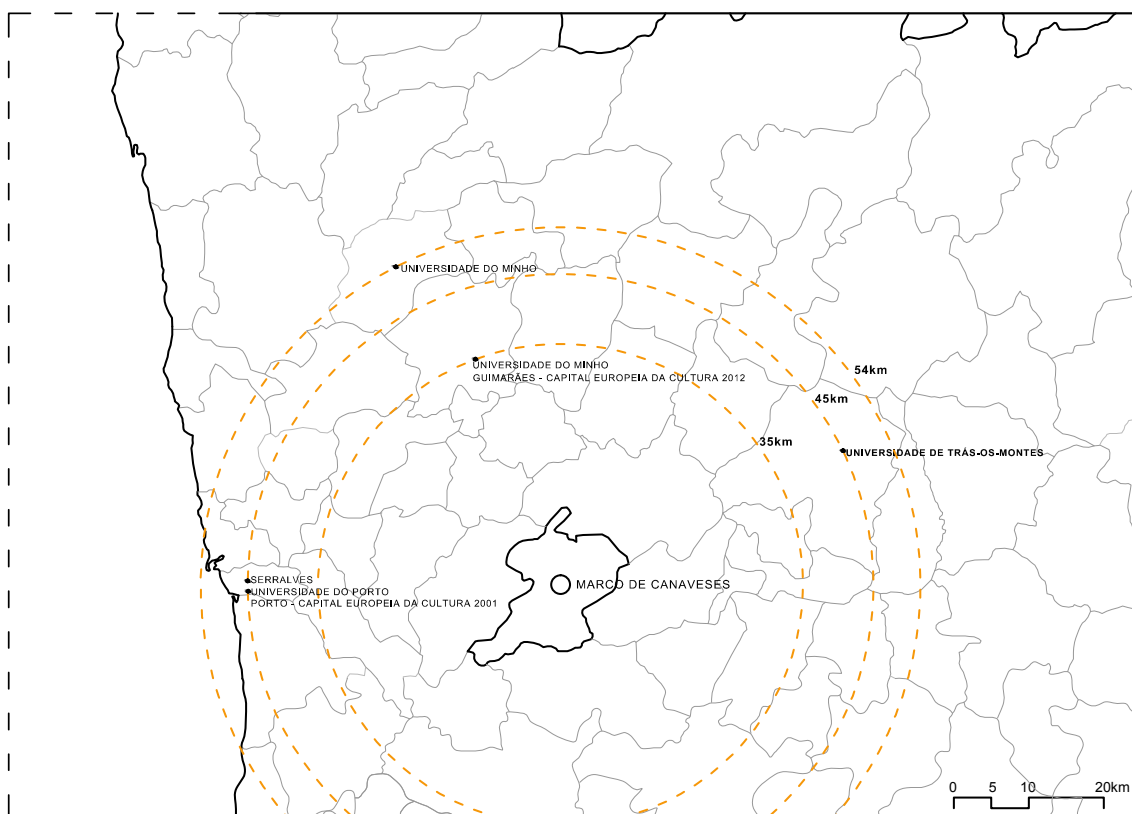
## Proximidades Regionais

O Tâmega e Sousa é um território de transição, entre o litoral de vocação industrial, e o interior, ainda predominantemente rural. Esta transição manifesta-se, de forma muito visível, na heterogeneidade interna da própria comunidade que é profusamente ilustrada ao longo dos capítulos seguintes desta caracterização.

É habitual sintetizar essa heterogeneidade no dualismo entre o Vale do Sousa, por um lado, e o Baixo Tâmega e Douro, por outro. O Vale do Sousa é concebido como uma região fortemente industrializada, muito marcada pela proximidade à Área Metropolitana do Porto, de povoamento disperso e desordenado, onde as instalações industriais convivem com a habitação e com a actividade agrícola remanescente. No Baixo Tâmega e no Douro, pelo contrário, a presença industrial é reduzida, a actividade económica assenta na agricultura, na floresta e nos serviços, o povoamento é mais concentrado e a influência da Área Metropolitana é bastante mais difusa.

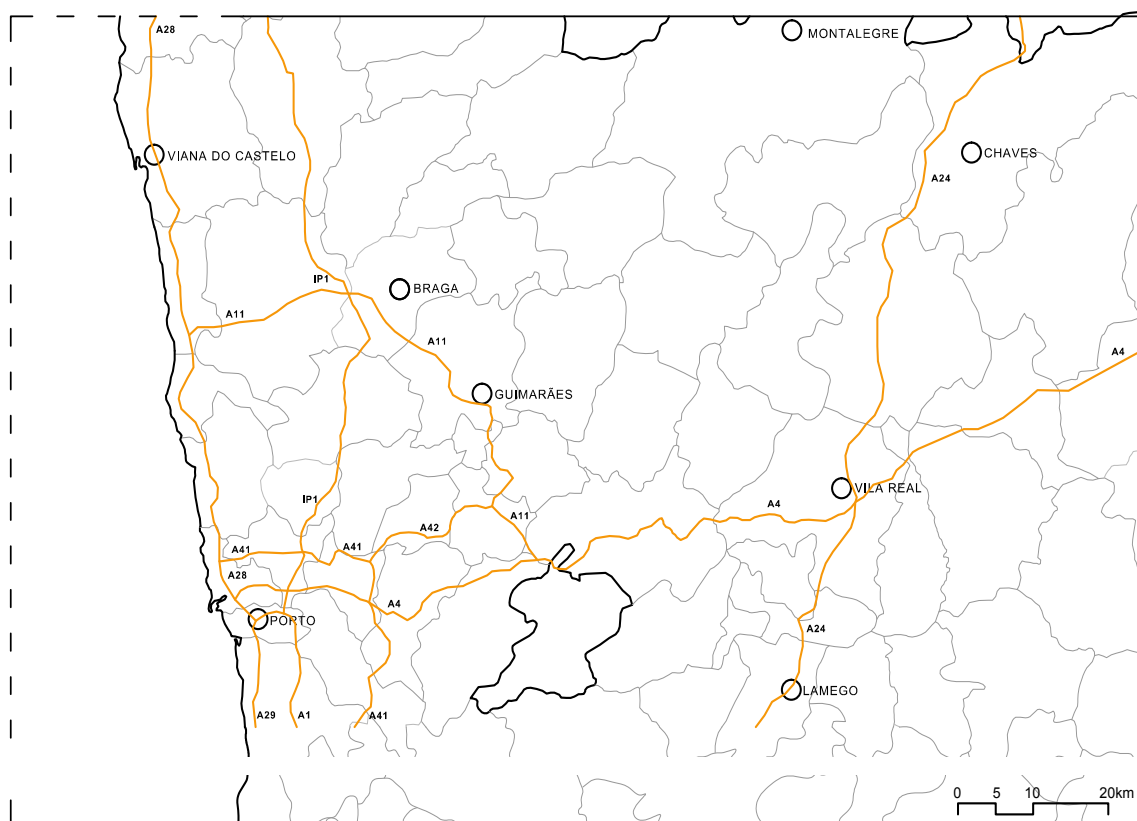


**Mapa 04:** Relação de proximidade territorial entre Marco de Canaveses e as cidades vizinhas.

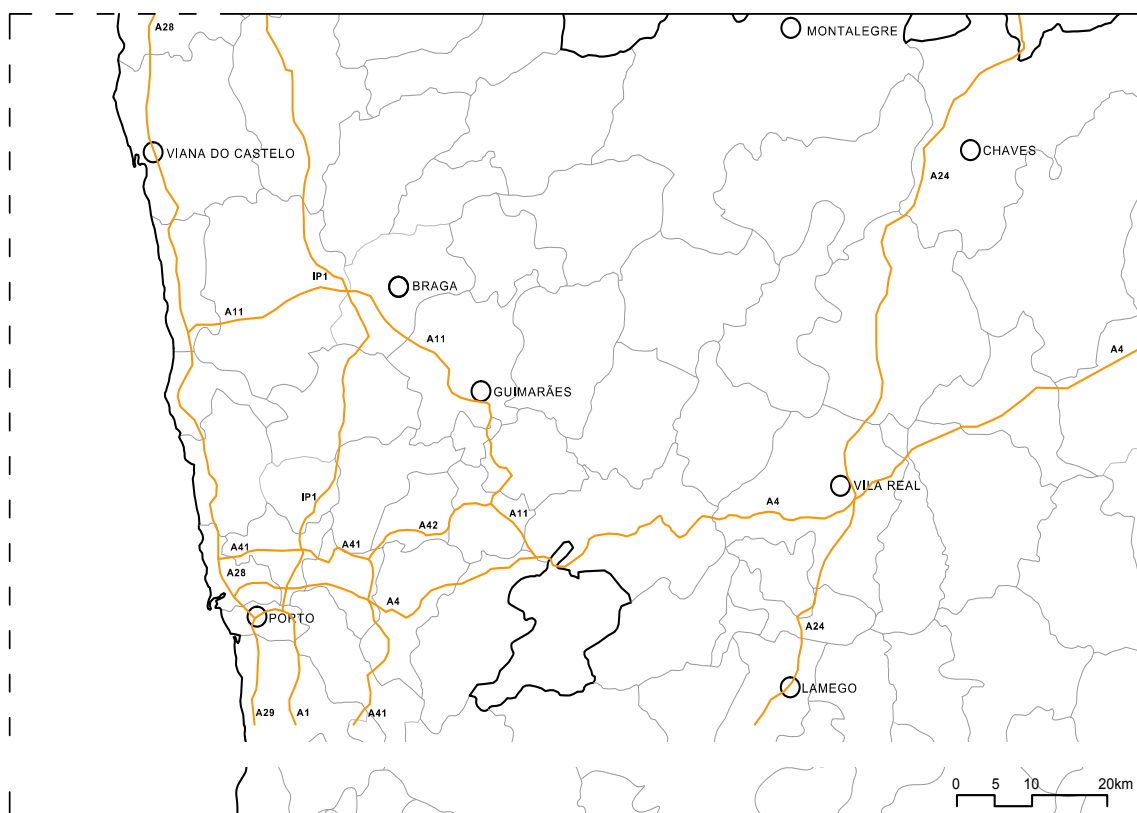


**Mapa 05:** Proximidade territorial entre Marco de Canaveses e os principais pólos educacionais e culturais da região.

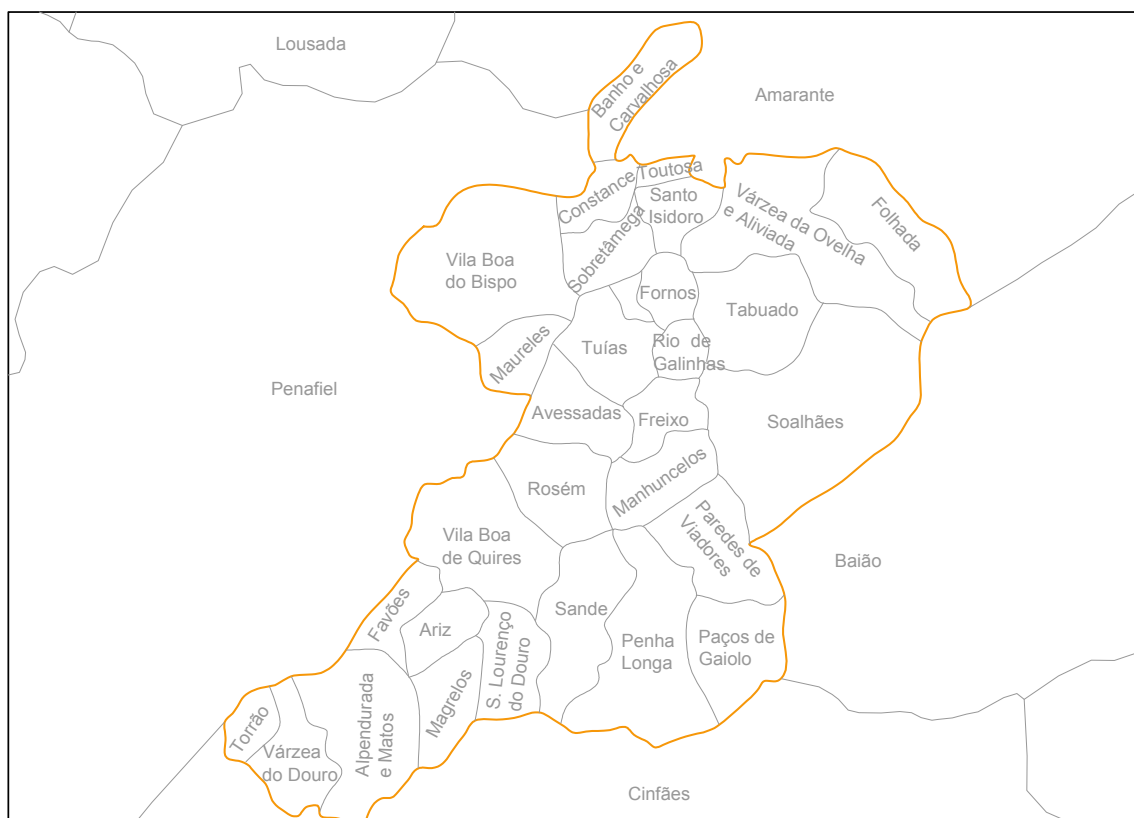




**Mapa 06:** Relação entre o concelho de Marco de Canaveses e as vias rodoviárias de ligação nacional e regional.



**Mapa 06:** Relação entre o concelho de Marco de Canaveses e as vias rodoviárias de ligação nacional e regional.



Mapa 08: Divisão administrativa do concelho de Marco de Canaveses

## Proximidades Regionais

Pretende-se que a excelência ambiental seja um traço identitário da região. O Tâmega e Sousa orgulha-se de importantes activos ambientais existentes no seu território.

Alguns dos últimos rios selvagens da Europa. Manchas de água subterrânea de muito boa qualidade. Paisagens de montanha de grande beleza. Áreas florestais bem preservadas. Mas, a região tem também importantes problemas ambientais a resolver, particularmente no que respeita à convivência entre a ocupação humana e a preservação da natureza.

Uma comunidade viva carece de uma economia que a suporte. Sem dinamismo económico, não há emprego, as pessoas partem, a dimensão das famílias reduz-se, a população definha e envelhece.

O dinamismo económico deverá ser assegurado em moldes sustentáveis, compatíveis com a exemplaridade ambiental que se pretende afirmar. Deve, aliás, dela beneficiar e para ela contribuir. A excelência ambiental é, em si mesma, um acto explorável, por exemplo, no domínio do turismo.